



NÚMERO: 249/2011

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS**

IVANIR KUNZ

**DINÂMICA DE PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO NA ÁREA
DE DIREITO NO BRASIL**

**TESE DE DOUTORADO APRESENTADA AO INSTITUTO
DE GEOCIÊNCIAS PARA OBTENÇÃO DO TÍTULO DE
DOUTOR EM POLÍTICA CIENTÍFICA E
TECNOLÓGICA.**

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Léa Maria Leme Strini Velho

**ESTE EXEMPLAR CORRESPONDE À VERSÃO FINAL DA TESE
DEFENADIDA PELA ALUNA, E ORIENTADA PELO PROFA. DRA.**

CAMPINAS - 2011

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA POR CÁSSIA RAQUEL DA SILVA –
CRB8/5752 – BIBLIOTECA “CONRADO PASCHOALE” DO INSTITUTO DE
GEOCIÊNCIAS UNICAMP**

K964d	<p>Kunz, Ivanir, 1971- Dinâmica de produção de conhecimento na área de Direito no Brasil/Ivanir Kunz – Campinas, SP: [s.n.], 2011.</p> <p>Orientadora: Lea Maria Leme Strini Velho. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Geociências.</p> <p>1. Comunicação Científica. 2. Indicadores. 3. Direito – Brasil. 4. Ciências Sociais – Pesquisa. I. Velho, Lea Maria Leme Strini, II. Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Geociências. II. Título.</p>
-------	--

Informações para a Biblioteca Digital

Título em inglês: The dynamic production of knowledge in the area of Law in Brazil.

Palavras-chaves em inglês:

Scientific communication

Indicators

Law - Brasil

Social science - Research

Área de concentração: PC&T – Política Científica e Tecnológica

Titulação: Mestre em Política Científica e Tecnológica.

Banca examinadora:

Lea Maria Strini Velho (Orientador)

André Luiz Sica de Campos

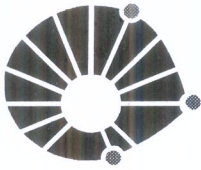
Maria de Cléofas Faggion Alencar

Sandra de Negraes Brisolla

Rogério Mugnaini

Data da defesa: 23-08-2011

Programa de Pós-graduação em Política Científica e Tecnológica



UNICAMP

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
PÓS-GRADUAÇÃO EM
POLÍTICA CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA

AUTORA: Ivanir Kunz

“Dinâmica de Produção de Conhecimento na Área de Direito no Brasil”.

ORIENTADORA: Profa. Dra. Lea Maria Leme Strini Velho

Aprovada em: 23 / 08 / 2011

EXAMINADORES:

Profa. Dra. Lea Maria Leme Strini Velho *Lea Maria Leme Strini Velho* Presidente

Dra. Maria de Cléofas Faggion Alencar *Maria de Cléofas Faggion Alencar*

Profa. Dra. Maria Cristina Soares Guimarães *Maria Cristina Soares Guimarães*

Prof. Dr. André Luiz Sica de Campos *André Luiz Sica de Campos*

Prof. Dr. Rogério Mugnaini *Rogério Mugnaini*

Campinas, 23 de agosto de 2011

DEDICATÓRIA

*Às minhas filhas Victoria e Valéria.
A Victoria cresceu na Academia, e a
Valéria nasceu nesta, mais especificamente, no meu segundo ano do mestrado.
Ambas, sempre me acompanhando, intensivamente, em todas as jornadas, são merecedoras
deste destaque, que serve para demonstrar o meu amor por elas.*

AGRADECIMENTOS

O resultado final contido nestas páginas só foi possível graças àqueles que, a sua maneira, participaram e contribuíram para a realização desta tese. Os agradecimentos são uma oportunidade de expressar minha gratidão e necessária referência a todos os que fizeram parte desta etapa tão importante de minha vida. Afinal, agradecer é mostrar-se grato por, demonstrar, manifestar gratidão, retribuir, recompensar... São em breves palavras que procuro expressar, neste espaço, os merecidos agradecimentos a estas pessoas que considero serem da maior importância e sem as quais nada disso teria sido possível.

Ao Senhor, meu pastor, que nada me deixou faltar e me acompanhou até agora.

Às minhas filhas Victoria e Valéria, que, mesmo pequenas, me apoiaram e me acompanharam desde o mestrado, além de me ensinarem a administrar melhor o meu tempo como mãe, dona de casa, profissional e estudante. Ao meu marido Fabiano, filho da UNICAMP e que me apresentou a esta, pela leitura crítica da versão final, sugestões de melhorias e pelo seu autodidatismo nos estudos que contagiava a todos no nosso lar.

Aos meus pais, pelo apoio às nossas escolhas, em especial, à minha mãe que não teve oportunidade de estudar, o que não a impediu de desejar o meu sucesso, mesmo não entendendo muito bem o que eu estava estudando. Aos meus irmãos, pela torcida. Aos meus sogros, pelo suporte familiar e, por muitas vezes, financeiro.

A todos os meus colegas de aula, no mestrado e doutorado, com os quais pude beber da mesma fonte de conhecimento.

Aos professores do mestrado que contribuíram enormemente para o meu crescimento intelectual e me prepararam para enfrentar o doutorado.

À minha professora e orientadora Lea Velho, pela lucidez, paciência e experiência na condução dos trabalhos de orientação, a qual merece meu especial agradecimento. Sempre disse a ela que, para mim, era um grande privilégio poder trabalhar com ela e faria de tudo para fazer jus à sua orientação, não sei se consegui. A Lea teve a mesma contribuição para mim no doutorado, como teve a Sandra Brisolla no mestrado, pois ambas, como pessoas: influenciaram pela humildade e

firmeza de propósitos; e profissionais: pela influência intelectual que exerceram sobre mim com suas obras científicas que guiaram o meu pensamento.

À Banca Examinadora, em especial às professoras Maria Cristina Hayashi e Cleo, participantes da fase de qualificação e que ofereceram fundamental contribuição para o enriquecimento e melhor estruturação da tese, apontando as deficiências em conjunto com as soluções para saná-las. Elas contribuíram de maneira incrível para a evolução da tese.

À Banca de defesa, professores (as) Cleo, André, Rogério, Maria Cristina Guimarães que contribuíram de maneira muito importante, cada qual com sua forma própria de intervir e levando em conta a sua bagagem intelectual, com apontamentos sobre os pontos fortes da tese, o que me fez realçá-los e detalhes a serem supridos para ampliar e melhor especificar e explorar o seu conteúdo. Em especial, à Sandra Brisolla, com a qual tive a honra de passar alguns minutos antes da defesa, em sua casa, a seu convite. Ela, no dia seguinte, assim escreveu para mim: “senti muitíssimo ter abdicado do direito de fazer sugestões para a entrega da tese, por motivos alheios à minha vontade, mas agradeço muito a você por sua visita e por assim não ter perdido a possibilidade de fazê-lo para uma futura publicação”. Trouxe comigo, desta visita, muitos ensinamentos, os quais farão parte da minha vida e me acompanharão na carreira acadêmica e vida pessoal. Além disto, ao sair de sua casa levei comigo uma versão da tese minuciosamente comentada, corrigida e com uma riqueza de sugestões, as quais ela fez questão de me encaminhar eletronicamente no dia posterior à defesa. Fiz questão de inserir os comentários, em quase sua totalidade, pela sua pertinência, os quais foram utilizados com plenos direitos autorais a sua autora, nada mais justo.

Aos funcionários da Secretaria, Biblioteca e Informática do IG, em especial à (flor) Valdirene, à Gorete, Edinalva, Adriana, Antonieta, Cássia, Paulo, que se mostraram servidores exemplares, sempre atentos às nossas demandas, nunca medindo esforços para tal.

Aos líderes de grupo da UFSC, UFPR e USP que se dispuseram a participar das entrevistas, disponibilizando um horário, em suas agendas ocupadas, dando depoimentos enriquecedores, mostrando a especificidade da área, que propiciaram o alcance, em minha opinião, de resultados não apenas importantes para a área de Direito, mas para as Ciências Sociais em geral. O depoimento dos mesmos foi fundamental para o entendimento do fazer científico brasileiro e das

singularidades deste ramo da ciência e de que forma ele se insere nas Ciências Humanas e Sociais.

À Cynthia e ao Benedito, pelo apoio e compreensão nesta empreitada. Aos meus colegas de trabalho (prefiro não citar nomes, pois foram vários) que acreditaram e confiaram nas minhas buscas em prol da capacitação. À Marília, pelas suas preces e palavras de conforto antes e depois da defesa.

Por fim, as demais pessoas que, de diversas formas, contribuíram para a concretização desse sonho e que souberam compreender a minha dificuldade em conciliar diversas funções.

SUMÁRIO

DEDICATÓRIA.....	v
AGRADECIMENTOS.....	vii
TABELAS.....	xiv
QUADROS.....	xv
FIGURAS.....	xv
SIGLAS.....	xi
RESUMO.....	xxi
ABSTRACT.....	xxiii
INTRODUÇÃO.....	01
1 INDICADORES PARA POLÍTICA CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA.....	13
1.1 A construção conceitual.....	13
1.1.1 O ethos científico mertoniano.....	14
1.1.2 A ciência pós-acadêmica de Ziman.....	18
1.1.3 Indicadores Bibliométricos/Cienciométricos.....	21
1.1.3.1 A utilização de indicadores bibliométricos para a tomada de decisão em C&T.....	24
1.1.3.2 Quantidade x Qualidade. O que medir? Para que? Os limites da utilização de métodos quantitativos e qualitativos.	25
1.1.3.3 Citação - medida de qualidade?	27
1.1.3.4 Há uma teoria da citação?.....	35
1.1.3.5 A origem do fator de impacto. Para que serve esse parâmetro? Cuidados na sua utilização.....	37
1.1.3.6 Indexação de periódicos nas bases de dados.....	41
1.1.3.7 Estratégias para estabelecer um sistema de indicadores científicos no Brasil.....	44
1.1.3.8 Especificidades das Diferentes áreas do conhecimento.....	47
2 ASPECTOS METODOLÓGICOS.....	53
2.1 Dados Quantitativos.....	53
2.2 Dados Qualitativos – Entrevistas.....	55
3 A COMUNIDADE CIENTÍFICA DO DIREITO NO SISTEMA DE PÓS-GRADUAÇÃO BRASILEIRO.....	61
3.1. Raízes Históricas da Ciência Jurídica no País.....	61
3.1.1. A Faculdade de Direito da USP	65
3.1.2. A Faculdade de Direito da UFPE.....	66

3.2. A Pós-Graduação em Direito no contexto do Sistema de Pós-Graduação brasileiro.....	69
3.2.1. A origem da Pós-Graduação no Brasil.....	69
3.2.2. O sistema de avaliação da CAPES.....	74
3.2.3. A Pós-graduação em Direito no Brasil.....	80
4 ORGANIZAÇÃO SOCIAL PARA PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO: TEMAS E LINHAS DE PESQUISA, FORMAÇÃO DE GRUPOS E PADRÕES DE CO-AUTORIA	89
4.1 Dinâmica da produção do conhecimento na área de Direito.....	89
4.1.1 Fontes de influência na seleção e consolidação das linhas e temas de pesquisa.....	90
4.1.2 Razões para o crescimento de grupos, linhas e pesquisadores da área no Brasil.....	95
4.1.3 O sistema de colaboração na Ciência Jurídica.....	108
4.1.3.1 Padrões de autoria: individual ou coletiva.....	111
4.1.3.2 Padrões de autoria individual nos Programas de Pós-graduação.....	121
4.1.3.3 Padrões de autoria: nacional ou internacional.....	129
4.1.4 Hierarquias internas predominantes nas pesquisas de autoria múltipla. A definição da ordem dos nomes nas publicações.....	131
5 ORGANIZAÇÃO SOCIAL PARA PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO: PRÁTICAS DE PUBLICAÇÃO E CITAÇÃO	139
5.1 Padrões de Publicação.....	139
5.1.1 Meios de Divulgação utilizados para publicar as pesquisas.....	141
5.1.2 Importância da divulgação dos resultados.....	147
5.1.3 Público alvo, audiência buscada.....	152
5.1.4 Meios de divulgação ou canais preferidos para atingir tal audiência.....	153
5.1.5 Decisão sobre onde publicar.....	155
5.1.6 Preferência por periódicos nacionais em detrimento dos internacionais.....	158
5.1.7 Tendência em publicar em periódicos editados pela própria instituição	164
5.1.8 Preferência por livros.....	168
5.2 Padrões de Citação.....	177
5.2.1 O que é citado com mais frequência: livros ou periódicos? Nacionais ou internacionais?.....	177
5.2.2 Escolha pelo autor ou origem do artigo ou livro.....	179
5.2.3 Critérios de citação.....	181
5.2.4 Citação é uma medida de qualidade?.....	185
5.2.5 Importância da citação. O significado dela nas publicações.....	187
6 CONCLUSÕES E PERSPECTIVAS	193
6.1 Principais Resultados.....	194
6.2 Implicações para a Política de Avaliação da Pesquisa e para o Sistema de Pós-Graduação.....	201

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	205
ANEXOS	223
ANEXO I. Carta de Apresentação para Entrevista.....	225
ANEXO II – Questões para Entrevista.....	227
ANEXO III - Censo dos Grupos de Pesquisa - Ano 2006.....	233
ANEXO IV - Censo dos Grupos de Pesquisa - Ano 2008.....	237
ANEXO V - Classificação de Periódicos, Revistas e Jornais na Área de Direito- Qualis.....	241
ANEXO VI - Classificação de Anais na Área de Direito- Qualis.....	245

TABELAS

Tabela 2.1 - Distribuição dos Respondentes por Instituição.....	57
Tabela 3.1 - Lista Qualis e a Classificação dos Periódicos (%)- Ano 2007 – Área Direito.....	77
Tabela 3.2 - Lista Qualis e a Circulação dos Periódicos (%)- Ano 2007 – Área Direito.....	77
Tabela 3.3 - Relação de cursos recomendados e reconhecidos pela CAPES na área de Direito com conceito ≥ 5	84
Tabela 3.4 - Relação do Início dos Cursos Recomendados e Reconhecidos pela CAPES.....	86
Tabela 4.1 - Número de grupos, pesquisadores, estudantes, técnicos, linhas de pesquisa por Instituição de Ensino – CNPq - Censo 2006 – Área de Direito.....	96
Tabela 4.2- Docentes, docente autor, projetos, linhas oferecidas por programa na área de Direito.....	99
Tabela 4.3 - Número de grupos, linhas de pesquisa, pesquisadores, estudantes, técnicos, na área de Direito - Censos 2000-2008.....	100
Tabela 4.4 - Número de grupos, por Instituição de Ensino – CNPq – Censos 2000 a 2006 – Área de Direito.....	101
Tabela 4.5- Fluxo Discente por programa na área de Direito – 2006.....	122
Tabela 5.1- Trabalhos completos publicados em anais de eventos técnico-científicos segundo a estratificação Qualis, triênio 2004-06 (outubro de 2007).....	145
Tabela 5.2 - Lista Qualis e o nível dos Anais (%)......	146
Tabela 5.3 - Lista Qualis e a Circulação dos Anais (%)......	146
Tabela 5.4 - Artigos completos publicados em periódicos técnico-científicos segundo a estratificação Qualis, triênio 2004-06 (outubro de 2007).....	160
Tabela 5.5 - Produção bibliográfica (Livros e Capítulos de livros) distribuída segundo a estratificação Qualis, triênio 2004-06 (outubro de 2007).....	170
Tabela 5.6 - Produção bibliográfica (Livros e Artigos) distribuída segundo a estratificação Qualis, triênio 2004-06 (outubro de 2007).....	171

QUADROS

Quadro 1.1 - Pontos de vista de vários autores sobre o que é medido pelas citações.....	34
Quadro 1.2 - Problemas associados ao uso do FI em periódicos para Avaliação.....	40
Quadro 1.3 - Diferenças entre as Ciências Humanas e Sociais e as Ciências Exatas e Naturais...	50
Quadro 2.1 - Síntese dos Procedimentos de Coleta e Análise de Dados de Pesquisa.....	55
Quadro 3.1- Diferenças entre Programas de Pós-Graduação nos Estados Unidos e no Brasil.....	73
Quadro 3.2 - Objetivos da Avaliação da Pós-Graduação.....	75
Quadro 5.1- Esquema de classificação dos tipos de publicações em Direito.....	139
Quadro 5.2 - Motivos e Problemas na Seleção das Referências/Citações.....	182

FIGURAS

Figura 4.1 - Distribuição Percentual dos Grupos de Pesquisa – Censo 2006.....	97
Figura 4.2 - Distribuição Percentual de Pesquisadores – Censo 2006.....	98

SIGLAS

A&C – Administrativo e Constitucional
APA – American Psychological Association
APEC - Seminario de la Asociación de los Investigadores y Estudiantes Brasileños en Cataluña
C&T - Ciência e Tecnologia
CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEDOUA - Centro de Estudos de Direito do Ordenamento, do Urbanismo e do Ambiente.
CNE – Conselho Nacional de Educação
CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
COPPE - Comissão Coordenadora dos Programas de Pós-Graduação em Engenharia
CTC-ES - Conselho Técnico-Científico da Educação Superior
EUA - Estados Unidos da América
FAPESP - Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo
FI - Fator de Impacto
FINEP - Financiadora de Estudos e Projetos
GPAJU - Grupo de Pesquisa de Antropologia Jurídica
GPDAC - Grupo de Pesquisa sobre Jurisprudência do STF em Direito Administrativo e Constitucional
IBHD – Instituto Brasileiro de História do Direito
IES – Instituições de Ensino Superior
IF – Impact Factor
IG - Instituto de Geociências
ISA - World Congress of Sociology
ISBN – International Standard Book Number
ISSN – International Standard Serial Number
ITA – Instituto Tecnológico de Aeronáutica
IUCN - World Conservation Congress
JCR - Journal Citation Reports
MA – Massachusetts
MEC – Ministério da Educação
NEFIL - Nucleo de Estudos Filosóficos
NEJUSCA - Núcleo de Estudos Jurídicos e Sociais da Criança e do Adolescente
NSF - National Science Foundation

NUPESUL - Núcleo de Pesquisa em Direito Público do Mercosul
OAB – Ordem dos Advogados do Brasil
OCDE - Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico
OECD - Organisation for Economic Co-Operation and Development
P&D - Pesquisa e Desenvolvimento
PADCT - Programa de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico
PCT - Política Científica e Tecnológica
PG – Pós-Graduação
PNAS - Proceedings of the National Academy of Science
PNPG – Plano Nacional de Pós-Graduação
PROCAD – Programa Nacional de Cooperação Acadêmica
PRONEX - Programa de Apoio a Núcleos de Excelência
PUC-MG - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais
PUC-RIO – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
PUC-RS - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
PUC-SP – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
R&D - Research and Development
RIFD - Rivista Internazionale di Filosofia del Diritto
SCI – Science Citation Index
SciELO - Scientific Electronic Library Online
SNPG – Sistema Nacional de Pós-Graduação
SSRN - Social Science Research Network
STF – Superior Tribunal Federal
STJ – Superior Tribunal de Justiça
UERJ – Universidade do Estado do Rio de Janeiro
UFMG - Universidade Federal de Minas Gerais
UFPA – Universidade Federal do Pará
UFPE – Universidade Federal de Pernambuco
UFPR – Universidade Federal do Paraná
UFRGS - Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina
ULBRA – Universidade Luterana do Brasil

UnB - Universidade de Brasília

UNESA- Universidade Estácio de Sá

UNESCO – United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization

UNIPAR – Universidade Paranaense

UNISINOS – Universidade do Vale do Rio dos Sinos

USP - Universidade de São Paulo

WTO - World Trade Organization Public Forum



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
Pós-Graduação em Política Científica e Tecnológica

**DINÂMICA DE PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO NA ÁREA DE DIREITO NO
BRASIL**

RESUMO

Tese de Doutorado

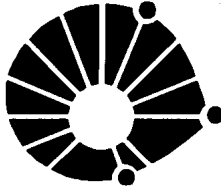
Ivanir Kunz

O objetivo deste estudo é analisar a dinâmica de produção de conhecimento na área de Direito no Brasil, através da elucidação das práticas de organização social em termos da constituição de grupos de pesquisa, das fontes de influência na escolha dos temas e linhas de pesquisa, das formas pelas quais tal comunidade acadêmica se apropria dos canais de comunicação que divulgam sua produção e toma decisões sobre as fontes de referência bibliográfica que informam seus próprios estudos. Central para esta pesquisa é a noção de que as disciplinas diferem na sua formação histórica, nos seus processos de institucionalização na academia, na maneira em que se organizam para produzir conhecimento, na forma em que trocam idéias e divulgam suas informações. Essas diferenças se refletem nos respectivos padrões de comunicação de seus pesquisadores e nas diversas formas de divulgar seus resultados de pesquisa.

Este estudo se assenta em dados quantitativos e qualitativos, coletados sobre algumas universidades brasileiras selecionadas, no total de 14, com cursos de pós-graduação, em nível de Mestrado e Doutorado Acadêmico, na área de Direito, recomendados e reconhecidos pela CAPES, com conceito mínimo de 5 (numa escala de 7 no máximo). Em uma seleção da produção intelectual dos 14 programas entre os anos de 2004 a 2006, os resultados mostram que os pesquisadores que trabalham na área de Direito, no Brasil, tendem a publicar mais livros do que artigos em periódicos. Este estudo também fornece evidência de que a área tem uma forte preferência por revistas editadas pela própria Instituição (periódicos *in-house*) e este parece ser um traço peculiar deste campo de pesquisa no Brasil. Além disto, o hábito de trabalhos coletivos é uma prática pouco difundida na área.

Para compreender a dinâmica desta comunidade científica, alguns especialistas desta disciplina, mais especificamente, alguns líderes de grupos foram selecionados para a realização de entrevistas. Assim, para alcançar uma perspectiva mais abrangente, este estudo contrapôs os dados quantitativos obtidos com as 20 entrevistas realizadas com os líderes de grupos de pesquisa das IES selecionadas, no intuito de explicar junto aos pesquisadores, os comportamentos observados. Munido destes dados, este estudo busca vislumbrar ângulos peculiares do processo de produção de conhecimento, fazendo um mapeamento das redes seletivas de autores e de comunicação que resultam em citações, observando o seu processo social, a responsabilidade e poder político dos pesquisadores nesta ciência, em especial.

PALAVRAS-CHAVE: Comunicação Científica; Indicadores; Direito - Brasil; Ciências Sociais - Pesquisa.



UNICAMP

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
Pós-Graduação em Política Científica e Tecnológica**

**THE DYNAMIC PRODUCTION OF KNOWLEDGE IN THE AREA OF LAW IN
BRAZIL**

ABSTRACT

Doctoral Thesis

Ivanir Kunz

The objective of this study is to analyze the dynamics of knowledge production in the area of law in Brazil, through the elucidation of the practices of social organization in terms of the formation of research groups, sources of influence on the choice of themes and lines of research, the ways in which such academic community appropriates the communication channels that disseminate their production and takes decisions on the bibliographic sources that inform their own studies. Central to this research is the notion that disciplines differ in their historical formation, in the processes of institutionalization in academia, in the way they are organized to produce knowledge in the form in which they exchange ideas and disseminate their information. These differences are reflected in their patterns of communication among researchers and in different ways to disseminate their research results.

This study is based on quantitative and qualitative data collected on some selected universities, totaling 14, with post-graduate programs offering master and PhD degrees in the field of law, which have been evaluated by CAPES (Brazilian Agency for Higher Education), and received at least a grade 5 (on a scale up maximum 7). In a selection of the intellectual output of the 14 programs between the years 2004 to 2006, the results show that researchers working in the area of law in Brazil tend to publish more books than journal articles. Moreover, and this seems to be a peculiar trait of this research field in Brazil, articles tend to appear in journals edited by the universities themselves (in-house journals). In addition the habit of collective work is a practice little known in the area.

To understand the dynamics of the scientific community, some specialists in this discipline, more specifically, some group leaders were selected for interviews. Thus, to achieve a broader perspective, this study contrasted the quantitative data obtained with the 20 interviews with leaders of research groups of the HEIs selected in order to explain with the scientists, the behaviors observed. Armed with this data, this study seeks to discern peculiar angles to the process of knowledge production, causing a selective mapping of networks of authors and communication that result in citations, observing their social process, accountability and political power of the researchers in this science in special.

KEYWORDS: Scientific Communication; Indicators; Law - Brazil; Social Sciences – Research

INTRODUÇÃO

Existe consenso entre os analistas de ciência e tecnologia (C&T) e os tomadores de decisão em Política Científica e Tecnológica (PCT) sobre a importância do conhecimento para o desenvolvimento de um país, sendo a produção científica e tecnológica o registro dessas conquistas. Quando vista como indicador direto da produção do conhecimento humano, a informação produzida no meio acadêmico, dita formal, passa a ter um valor agregado extra. Porém, nem sempre se está interessado em buscar uma informação específica no meio de um todo, mas sim em analisar um conjunto e entender as inter-relações entre as partes que o constituem. Por exemplo, a informação resultante das pesquisas em C&T de um país pode ser analisada por meio de artigos em periódicos, monografias, dissertações, teses, entre muitas outras formas. E a análise conjunta deste material pode revelar os rumos que a ciência está tomando em um país, em uma universidade ou instituto de pesquisa, dentro de determinada área ou disciplina. Neste contexto, o acesso à informação para aquisição do conhecimento pode ser efetivado por meio de bases de dados, aplicando-se técnicas quantitativas como a bibliometria¹, que se mostra uma ferramenta capaz de tratar grandes quantidades de informação (MUGNAINI, 2003).

Entretanto, o uso exclusivo de métodos quantitativos para elucidar comportamentos da comunidade científica tem sido questionado por diversos autores. Neste contexto, o uso de informações qualitativas se torna fundamental. Acredita-se que os métodos quantitativos assumem premissas implícitas sobre a natureza da ciência, muitas vezes sem que se tenha conhecimento deste fato. O principal argumento destas críticas é, segundo OROZCO (1998), que todo processo de pesquisa é um processo social e, assim, sujeito a variáveis impossíveis de serem medidas quantitativamente, ainda mais quando se pretende elucidar comportamentos, escolhas e decisões de uma comunidade de pesquisa específica. Deste modo, o uso de informações qualitativas derivadas de entrevistas pessoais é essencial para iluminar o que os indicadores quantitativos medem e o que se pode concluir a partir deles.

¹ Definida por NARIN (1976) como a medição quantitativa das propriedades de uma literatura, geralmente como um auxílio na exploração da produção, distribuição e utilização dos seus conteúdos.

Por isto, a análise da dinâmica de produção científica nas comunidades acadêmicas, por intermédio das entrevistas, é um elemento importante para compreender cada um dos fatores envolvidos no comportamento social dos pesquisadores enquanto membros destas comunidades.

Este trabalho buscará contribuir para os estudos bibliométricos/cienciométricos, fazendo uso de uma abordagem quantitativa (levantamento de dados) em conjunto com uma qualitativa (entrevistas), analisando o processo de produção de conhecimento dos pesquisadores da área de Direito, lotados nos principais programas de pós-graduação do ramo no país, buscando identificar a relevância dos mesmos no processo de desenvolvimento da pesquisa nacional.

Enfim, partindo dos pressupostos teóricos e do levantamento de dados quantitativos e qualitativos, este estudo tem como objetivo compreender a dinâmica e as atitudes que levam os pesquisadores a tomar decisões variadas sobre sua agenda de pesquisa, sobre as fontes de informação necessárias para realizar seus trabalhos, assim como sobre os canais de divulgação de seus resultados de pesquisa. Para isto, observa-se a variabilidade desta área de conhecimento, as concepções sobre o significado do trabalho coletivo e individual e as aspirações dos pesquisadores por reconhecimento profissional. Ainda, procura-se analisar os meios ou canais preferidos para publicação e os critérios de citação da literatura pesquisada, tentando entender os fatores que levam a esses comportamentos distintos.

Relevância do Tema, Problema de Pesquisa e Justificativa do Estudo.

Os indicadores cienciométricos, como lembra ROUSSEAU (1998), não têm o objetivo de substituir a avaliação de especialistas em ciência, mas sim tornar visível e analisável a pesquisa por eles realizada, contribuindo para a evolução dos campos disciplinares.

Importante observar que não se trata de tema recente, fruto da era da informática. Muito menos surgiu com o objetivo de avaliar a qualidade de revistas e de artigos, mas teve início no final do século XIX e no início do XX, resultante da iniciativa de grupos de pesquisadores que, ao se verem impossibilitados de acompanhar de seus *bureaus* a crescente quantidade de

publicações, ao redor do mundo, sobre assuntos diversos, tiveram a iniciativa de desenvolver sistemas que racionalizassem e facilitassem o acesso às informações (COIMBRA, 1999).

O mesmo autor observa que, historicamente, as bases tendiam a não ser seletivas, buscando incluir o maior número possível de artigos sobre um determinado assunto. Atualmente, essa cobertura universal vem sendo cada vez mais difícil e inviável, dado o aumento exponencial do número de artigos produzidos e o contínuo surgimento de novas revistas. Conseqüentemente, cada base dispõe de critérios próprios de seleção de periódicos e artigos, sem atentar para as diversas lacunas que elas passaram a exibir.

Paul Otlet, no final do século XIX, juntamente com Henri La Fontaine, iniciou um trabalho de classificação e registro da produção intelectual do mundo, à época. Em uma visão ampla e moderna de documentos, esse esforço se expandiu com a revolução industrial. As ideias de Otlet eram norteadas por alguns princípios, dentre os quais os de universalidade e simultaneidade. O acesso por qualquer pessoa, indiferente de localização, à produção intelectual do mundo, aproxima-se das concepções da Internet e é, seguramente, a comprovação do vanguardismo de Otlet (SUAIDEN, 2006).

A cienciometria², para VAN RAAN (1997), tem o objetivo de realizar estudos quantitativos em C&T e descobrir os laços existentes entre eles, visando o avanço do conhecimento e buscando relacionar este com questões sociais e de políticas públicas. Este método utilizado caracterizaria o caráter multidisciplinar da cienciometria.

A avaliação do trabalho científico por meio de indicadores quantitativos é um tema que vem ganhando cada vez mais espaço em estudos acadêmicos e vem sendo usado por governos e órgãos multinacionais, no âmbito internacional e nacional, como instrumento para distribuir seus limitados recursos destinados à P&D.

No âmbito internacional, este instrumental vem sendo usado no estudo do desempenho comparativo entre as nações e, também, na tomada de decisões quanto à distribuição de recursos financeiros por parte de organizações, fundações e instituições de fomento, a determinadas áreas

² O termo *scientometrics* em português significa cientometria; embora cienciometria seja mais comumente usado na literatura especializada em português e espanhol, o primeiro termo é uma tradução adequada do neologismo inglês (BUFREM & PRATES, 2005).

do conhecimento – como a Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), a UNESCO (*United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization*) ou a *National Science Foundation* (NSF), dos EUA (VANTI, 2002).

No Brasil, numerosos estudos vêm revelando a importância dos indicadores cientiométricos na descrição do sistema de C&T nacional. As iniciativas nesse sentido se apóiam em fontes reconhecidamente importantes, como a base de dados americana, *Web of Science*, mas não representativas quando o objeto de estudo é a produção científica brasileira, sub-representada na base.

Desta forma, a utilização de dados bibliométricos é uma forma de comparar a produtividade da pesquisa acadêmica e o impacto das pesquisas entre indivíduos, grupos de trabalho, instituições e nações dentro e entre as disciplinas. É um importante instrumento para descrever, explicar, prever e avaliar o sistema de comunicação científica dos pesquisadores (BORGMAN & FURNER, 2002), mas deve ser sempre efetivada em conjunto com outras formas de avaliação, tendo em vista as diferenças na organização, no sistema de comunicação e no comportamento de cientistas em diferentes áreas do conhecimento. Entre os vários fatores responsáveis por essas diferenças, um dos mais importantes é a natureza mais ou menos básica ou aplicada da área. Esta característica, que determina o objetivo da pesquisa, é refletida no tipo de produto que resulta da investigação e, conseqüentemente, de diferentes maneiras de divulgar este produto (VELHO, 2000).

Assim, os pesquisadores de diferentes disciplinas e áreas têm uma visão própria de mundo, o que se reflete nas suas respectivas comunidades de pesquisa que passam a ser organizadas de maneiras próprias e distintas. Estas diferenças, naturalmente, refletem-se nos seus padrões de comunicação e nas diversas formas em que divulgam os resultados de suas pesquisas (VAN RAAN, 2003; VELHO, 1998; NASCIMENTO, 2005; ABT, 1992). Em outras palavras, o sistema de comunicação varia, consideravelmente, entre os diferentes campos da ciência (THIJS & GLÄNZEL, 2009), havendo diferenças significativas entre os próprios pesquisadores no que se refere aos comportamentos para publicação e citação (NEDERHOF, 2006).

As universidades desempenham um papel importante no desenvolvimento da pesquisa brasileira³. Estas instituições têm sido objeto de muitos estudos com uma variedade de abordagens. No entanto, não tem havido até agora nenhuma tentativa, pelo menos que tenha sido divulgada na literatura relevante, em desenvolver estudos como este na área de Direito. Esta é uma área significativa das Ciências Sociais Aplicadas do Brasil, com um total de 84 cursos⁴ de pós-graduação, em nível de Mestrado e Doutorado, recomendados e reconhecidos pela CAPES. Dada a importância, parece urgente empreender a pesquisa que tem como objetivo analisar a natureza, o caráter, o funcionamento e organização da ciência brasileira neste campo específico, a fim de iluminar o seu *status quo* científico e seu *modus operandi*.

Assim, este estudo pretende analisar as motivações para fazer ciência e publicar dentro ou fora do país, observando as diferenças entre os modos preferenciais de comunicação científica entre os programas de pós-graduação em Direito das diferentes universidades. Também pretende analisar a produtividade ou a qualidade dessa área, detectando as instituições com maior potencial de pesquisa, especialmente para ser usado nas tarefas de planejamento, monitoramento e avaliação (VELHO, 2000).

Para tanto, com o uso de dados quantitativos, este estudo procura elucidar como este campo sistematiza e transmite suas informações e qual é o veículo de comunicação utilizado. Interpretados os dados quantitativos, estes são contrapostos às entrevistas, realizadas com 20 líderes dos grupos das 3 IES (Instituições de Ensino Superior) selecionadas, com conceito 6. O objetivo principal é analisar em que medida suas opiniões ajudam a explicar os padrões encontrados a partir dos resultados dos indicadores quantitativos.

Dito isto, há que se ressaltar que a escolha do tema deve-se a uma preocupação em oferecer ferramentas adequadas para os tomadores de decisão, ao avaliar o rendimento da atividade científica e o seu impacto na sociedade, com a finalidade primordial de adequar a distribuição dos escassos recursos destinados à pesquisa.

³Segundo Sandra Brisolla (2011, p. 1) “a universidade no Brasil tem um papel maior que outras instituições de C&T devido à pequenez da produção tecnológica em países em desenvolvimento e à descontinuidade na conformação do sistema produtor de conhecimento. É a instituição que mais se destaca em pesquisa”.

⁴Atualmente, o número de cursos recomendados e reconhecidos, segundo a CAPES é de 93, conforme atualização realizada em 13-04-11.

Contudo, a produção científica das diferentes áreas do conhecimento não pode ser simplesmente homogeneizada, mas deve refletir as peculiaridades e particularidades de cada área.

Assim, a questão abordada neste estudo pode ser resumida da seguinte forma: Como a área de Direito no Brasil organiza e comunica sua produção científica? Em outras palavras: Como a comunidade científica brasileira na área de Direito escolhe seus temas de pesquisa? Como decide sobre as informações relevantes ao seu trabalho? Como utiliza os diferentes canais de comunicação para divulgar sua produção científica?

Para isso, tem-se como desafio fugir da linha tecnicista de certos estudos bibliométricos, cujos resultados costumam ser apresentados com um mínimo de texto e um máximo de fórmulas, tabelas e gráficos, e focar nas reflexões em torno dos pressupostos da pesquisa e dos resultados empiricamente obtidos com as entrevistas. Como lembra PRICE:

embora o principal objetivo da bibliometria ou cienciometria seja fazer análise matemática da ciência, dentro de um contexto empiricista de pesquisa, a compreensão e os padrões de coerência da produção científica da área deveriam ser decorrentes de abordagens multidisciplinares, com a participação de historiadores, sociólogos e psicólogos da ciência, para que se viabilizem outros tipos de análises, não apenas fundamentadas ou passíveis de expressão em termos métricos (FONSECA, 1986, p.13).

Portanto, para suprir as deficiências ou limitações dos levantamentos cienciométricos, possibilitando uma visão mais ampla da realidade evidenciada pelos dados empiricamente obtidos, devem ser usadas categorias analíticas (fundamentadas em um referencial teórico sólido) que possibilitem contrapor os dados com os não-dados, fazendo emergir aquilo que fica oculto e indeterminado pelos resultados dos estudos bibliométricos, evitando, assim, o privilégio do dado numérico sobre todas as possíveis relações deste com outros fatores contextuais e históricos não menos importantes.

Isso traz para a discussão questões como “saber onde determinada ideia foi introduzida, por quem, aquilo em que ela se tornou, como se metamorfoseou, quando morreu, onde está seu túmulo” (LEFÉBVRE, 1967, apud FONSECA, 1986, p. 13).

Assim, possivelmente, poder-se-á entender também as razões que levam os autores a selecionar determinadas citações — se para servir aos seus objetivos científicos, políticos e pessoais apenas, ou para descrever sua linhagem intelectual (MAY, 1967).

Objetivos do Estudo.

Com o avanço da C&T, tornou-se cada vez mais evidente a necessidade de avaliar e de determinar os desenvolvimentos alcançados pelas diversas disciplinas do conhecimento. Neste sentido, a medição das taxas de produtividade dos centros de pesquisa e dos investigadores individuais tem sido usada para a detecção daquelas instituições e áreas com maiores potencialidades e para o estabelecimento das prioridades no momento da alocação de recursos públicos (VANTI, 2002). No entanto, o uso exclusivo de tal ferramenta para fazer o diagnóstico das reais potencialidades dos pesquisadores ou instituições vem sendo amplamente discutido e questionado.

No tocante a esse aspecto, Sandra Brisolla acredita que:

dentro da mesma área científica há escolhas que transcendem o critério de avanço da ciência, com profundas implicações políticas, sociais e econômicas, pois a ciência não é neutra. Isso contamina o louvável propósito de divisão de recursos entre as áreas, ainda que seu avanço seja mensurável de forma a permitir comparações razoáveis. Concordo com uma análise imersa no estudo histórico e de padrões da produção científica das disciplinas, mas creio que esta serve sempre a objetivos previamente traçados, não necessariamente casados com a melhor utilização dos recursos de pesquisa. (BRISOLLA, 2011, p. 1)

Este estudo, fazendo uso de uma abordagem quantitativa, contraposta a uma qualitativa, analisará o modo de produção de conhecimento dos pesquisadores da área de Direito, lotados nos principais programas de pós-graduação do ramo no país, no intuito de identificar a sua relevância no desenvolvimento da pesquisa nacional. Sob este ângulo, a informação produzida no meio

acadêmico passa a ter um valor agregado extra quando vista como indicador direto da produção do conhecimento humano. É importante tratar o conhecimento de forma a disponibilizá-lo como matéria prima acessível para o desenvolvimento da ciência, e contribuir para a sua disseminação e uso.

Ainda, com o reconhecimento da necessidade, por parte dos governos federal e estaduais e da comunidade científica nacional, de dispor de instrumentos para definição de diretrizes, alocação de recursos, formulação de programas e avaliação de atividades relacionadas ao desenvolvimento científico no país, este estudo buscará contribuir para facilitar esse processo de tomada de decisão, por meio de análise da produção científica brasileira na área de Direito, no triênio 2004-2006.

Neste estudo, dados cienciométricos e entrevistas serão utilizados para alcançar os seguintes objetivos específicos:

- vislumbrar ângulos peculiares do processo de produção de conhecimentos na área de Direito;
- observar as formas de trabalho desta comunidade científica em termos da sua organização social para a pesquisa;
- visualizar as origens e consolidação dos temas de pesquisa;
- analisar os canais de comunicação mais buscados e o público alvo;
- entender o sistema de colaboração na Ciência Jurídica, seus padrões de autoria;
- observar qual a importância que esta comunidade científica dá para a divulgação de seus resultados de pesquisa;
- compreender a relevância das práticas de citação e referência a outros textos no processo de produção científica da área;
- entender para que os autores selecionam determinadas citações, se por um indicativo de qualidade, impacto, status de um autor ou instituição ou pela qualidade das publicações;
- entender as práticas de citação, como um todo, da comunidade científica sob análise.

Estrutura da Tese.

Este estudo foi organizado em cinco capítulos, excluindo esta Introdução e a Conclusão. O tema foi se estruturando em torno da questão central inicialmente pensada, qual seja, a de entender como a área de Direito no Brasil se organiza para gerar e comunicar sua produção científica. Em outras palavras, como a comunidade científica brasileira na área de Direito utiliza os diferentes canais de comunicação para produzir seus trabalhos e para divulgar sua produção científica.

O Capítulo 1 apresenta, de maneira sucinta, um histórico dos indicadores de avaliação da ciência no cenário internacional e local. Desde a primeira metade do século XX, o mapeamento das ideias dominantes no tocante à produção dos resultados científicos sugere três gerações de trabalhos. A primeira geração, de 1939-1960, teve como seu principal expositor Bernal, que deu um enorme impulso para a ideia de analisar cientificamente a ciência, chamando a atenção para a sua função social. A segunda geração é associada ao crescimento exponencial da ciência e ao nome de Derek John de Solla Price e aos seus livros *Science Since Babylon* e *Little Science, Big Science*. Por último, a terceira geração, responsável pelo uso da análise quantitativa para a tomada de decisão em C&T, surgiu em 1975. A principal contribuição veio de Eugene Garfield, que criou e estimulou o uso dos índices de citações bibliográficas, como instrumento facilitador da pesquisa, que mais tarde se transformaram em um elemento imprescindível no processo de avaliação da produção científica. Desta forma, este capítulo se inicia com um levantamento bibliográfico buscando apresentar, sucintamente, o funcionamento da ciência e seus mecanismos, com base nas definições de comunidade científica, trazidas por Merton e Kuhn, do *ethos* científico mertoniano e a ciência pós-acadêmica de Ziman. Na sequência, trata os indicadores bibliométricos/cienciométricos para tomada de decisão em C&T, apontando para seus limites, fazendo emergir a questão das análises de citação na avaliação do trabalho científico e a origem do fator de impacto e sua utilização na análise dos periódicos indexados nas diversas bases de dados. Também discute as estratégias para estabelecer um sistema de indicadores científicos no país, tendo em vista a preocupação em formar o potencial teórico e prático para dar conta da necessidade de quantificação da ciência. Por fim, debatem-se as especificidades das diversas

áreas do conhecimento, ressaltando a necessidade de critérios de avaliação diferentes dos convencionais levando em conta as características e o modo de produção científica de cada uma delas.

O Capítulo 2 busca apresentar os aspectos metodológicos deste estudo, dando especial ênfase à abordagem qualitativa, decorrente da quantitativa, mas indo além desta, ao trazer os fatos observados, estabelecendo os fundamentos da análise e os critérios de comprovação, na tentativa de extrair daquelas, por meio das entrevistas, interpretações generalizantes e legítimas.

O Capítulo 3 está centrado no estudo de caso da produção de conhecimento na área de Direito no Brasil. A contextualização da disciplina requereu investigar, caracterizar e compreender o processo pelo qual o Direito se implantou e se consolidou, por meio de uma breve introdução histórica do Direito pátrio, a constituição das primeiras faculdades no país, a análise das origens da pós-graduação, seu estágio atual, adentrando no sistema geral de avaliação da CAPES e específico da área.

Os Capítulos 4 e 5 se incumbem de descortinar a pesquisa empírica, por intermédio de dois instrumentos de análise. O primeiro baseou-se na seleção dos dados quantitativos que permitiram mapear a disciplina, no intuito de entender o funcionamento interno da comunidade científica da área de Direito, no que se refere aos padrões de publicação, tendo como base a ficha de avaliação dos Programas, com a produção intelectual dos 14 programas, fornecidos pela CAPES, na estratificação Qualis, no triênio de 2004 a 2006. O segundo instrumento empírico de análise consistiu das entrevistas. Estas forneceram depoimentos e subsídios de suma importância para os tomadores de decisão, contribuindo para elucidar o comportamento dos pesquisadores, isto é, a compreensão dos significados atribuídos pelos sujeitos às suas ações. A conjunção destes dois instrumentos objetivou elucidar o que os indicadores quantitativos medem e o que se pode concluir a partir deles.

A parte final do trabalho, à guisa de Conclusões e Perspectivas, retoma os diferentes elementos gerados nos capítulos anteriores, com vistas a trazer interpretações aos fatos observados, estabelecendo os critérios de comprovação na tentativa de extrair informações úteis para os pesquisadores da área e aos tomadores de decisão, responsáveis por avaliar e direcionar os exíguos recursos públicos para a pesquisa, nas diversas disciplinas no Brasil. Assim, as

principais descobertas e achados são apresentados, acompanhados de conclusões e implicações para as políticas públicas. Deste modo, este estudo sugere caminhos para outros que poderão vir a completá-lo, revelando os rumos que os estudos dentro desta área ou disciplina vêm tomando. No final, encontram-se as referências utilizadas para a elaboração deste estudo e anexos com informações complementares àquelas dispostas ao longo do trabalho.

1. INDICADORES PARA POLÍTICA CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA

1.1 A CONSTRUÇÃO CONCEITUAL.

Num primeiro momento há que se entender o funcionamento da ciência e seus mecanismos, o *ethos*⁵ científico mertoniano, descritos por Robert Merton, a ciência pós-acadêmica de Ziman e as formas como estes paradigmas refletem-se nas práticas de publicação. Mas, antes disso, é essencial expor a noção de comunidade científica com base nas obras de MERTON (1985) e KUHN (1989) que conferem centralidade ao termo, convergindo para a análise da ciência como prática que se define e processa a partir de um conjunto de crenças, princípios e normas compartilhadas por uma determinada coletividade. Estes tópicos serão apresentados de forma sintetizada, tendo caráter meramente introdutório.

Para MERTON (1985), a comunidade científica não se define pela concentração geográfica de grupos locais de pesquisa reunidos em torno de alguma especialidade ou tema de pesquisa, mas sim pela adesão a normas e valores comuns. Em outras palavras, o que une os cientistas numa comunidade é o fato de que, por mais que estejam afastados espacialmente, respondem, em grande medida, às mesmas forças sociais e intelectuais que sobre eles incidem. É essa coletividade que fornece os critérios e mecanismos de validação social do trabalho científico, por meio de um sistema de controle institucionalizado. Assim sendo, a ciência é um corpo de conhecimento socialmente compartilhado e validado, e os estudos sobre a organização institucional da comunidade científica operacionalizam o interesse teórico central da sociologia da ciência mertoniana, que trata de analisar a conformação da ciência como uma instituição social dotada de uma estrutura particular de funcionamento.

Já a comunidade científica, na obra de Kuhn (1989), - enquanto unidade produtora e legitimadora do conhecimento científico-, é a noção que permite conferir operacionalidade tanto ao conceito de paradigma quanto ao de ciência normal. Segundo Kuhn (1989), o paradigma

⁵ O *ethos* da ciência é esse complexo, com ressonâncias afetivas, de valores e normas necessárias que se consideram obrigatórios para o homem da ciência (MERTON, 1977).

governa um grupo concreto de praticantes da ciência e a estrutura da ciência normal é dada pelo consenso, compromisso e adesão de uma determinada comunidade à tradição de pesquisa informada pelo paradigma. Assim, para Kuhn, ser membro da comunidade científica é ter sido formado e estar inserido numa sólida e estável rede de compromissos compartilhados, que envolvem aspectos cognitivos, assim como valores e crenças sociais (KROPF & LIMA, 1999).

Influenciado pelas idéias de Wittgenstein, KUHN (1989) afirma que a aplicação dos conceitos científicos é o resultado do acordo estabelecido, na prática, por uma comunidade específica de cientistas. Ainda que possa haver o juízo no nível individual, o significado dos termos e conceitos sempre será dado em função daquilo que a comunidade científica julga como correto e legítimo. Com base nesta ideia, o foco da atenção deve estar nas pessoas que aplicam os conceitos e não nas coisas às quais estes se aplicam. Consequentemente, as explicações para a pesquisa científica devem discutir a prática concreta daqueles que realizam a pesquisa (KROPF & LIMA, 1999).

Para Kuhn, a comunidade científica, concebida como unidade analítica para o estudo social da ciência:

é o grupo de indivíduos reunidos por elementos comuns em sua educação e aprendizado e caracterizados pela relativa plenitude de sua comunicação profissional e relativa unanimidade de seu julgamento profissional. Portanto, as comunidades científicas devem ser empiricamente identificadas não pela adesão a certos temas de pesquisa, mas, sobretudo, pelo exame dos padrões de educação e comunicação por meio dos quais se constrói e se sustenta um sistema de convenções norteador de uma determinada maneira comum de perceber e praticar a ciência (KROPF & LIMA, 1999, p. 8).

1.1.1 O *ethos* científico mertoniano.

Considerado o primeiro sociólogo da ciência, Robert K. Merton foi pioneiro na reflexão sobre a atividade científica e na identificação dos princípios próprios que regem este campo do saber e que o constituem como instituição social. Segundo o autor, a estrutura normativa desta instituição é composta por um conjunto de regras e prescrições, costumes, crenças, valores e

pressupostos que se consideram imperativos e obrigatórios para os cientistas, compondo o *ethos* científico.

Pelas suas análises, a estrutura normativa e reguladora da ciência rege os cientistas em suas relações e a ciência acadêmica seria guiada por quatro princípios institucionais e morais – universalismo (*universality*), comunalismo (*communalism*), desinteresse (*disinterestedness*) e cepticismo organizado (*organized scepticism*) (MERTON, 1942). Estes imperativos foram encarados como meios que permitiam atingir o objetivo principal da ciência – a busca do conhecimento objetivo e certificado – sendo conhecidos pelo acrônimo CUDOS.

O *universalismo* defende que o progresso da ciência não é obstaculizado pelas características pessoais e sociais dos cientistas (raça, sexo, opções religiosas, classe social, etc.). Esta norma aplica-se às pessoas e ao seu contexto social, e não propriamente ao desenvolvimento de conhecimento. O lema fundamental que Merton propõe é que, aos olhos da ciência, todos sejam encarados da mesma forma. Mais especificamente, no universalismo a ciência deve ser submetida a critérios impessoais pré-estabelecidos, em consonância com a observação e o conhecimento anteriormente confirmado. A aceitação ou a rejeição às pretensões de pesquisas científicas não deve depender de atributos pessoais ou sociais de seu protagonista: sua raça, nacionalidade, religião, classe e qualidades pessoais. A objetividade exclui o particularismo. Também o acesso à ciência é universal, independente dos atributos de quem o produziu, garantindo impessoalidade. O imperativo do universalismo está profundamente arraigado ao caráter impessoal da ciência. Mas, na prática, nem sempre acontece o universalismo devido ao caráter hegemônico da ciência desenvolvida nos países centrais. O mundo constituído por Estados nacionais, cada um com sua correspondente dose de etnocentrismo, mergulha o universalismo em permanente crise. Particularmente, em tempos de conflito internacional, quando a definição dominante da situação exalta as lealdades nacionais, o cientista se vê submetido aos imperativos em conflito com o universalismo, o que implica em etnocentrismo não é compatível com aquele (o universalismo). Entretanto, o processo de condenar a violação do princípio universalista tem como função reafirmar as normas universalistas, vigentes até então, na ciência (MERTON, 1977).

O *comunismo*, - posteriormente rebatizado por Bernard Barber como comunalismo -, é outro elemento integrante do *ethos* científico, que sustenta que os resultados da ciência acadêmica devem ser considerados “conhecimento público”, produtos da colaboração social e propriedade da comunidade científica, abrangendo a multiplicidade das práticas envolvidas na comunicação de resultados de pesquisa a outros cientistas, aos estudantes, e à sociedade em geral. Este tipo de conhecimento envolve fontes como revistas e livros, conferências e seminários, *papers* acadêmicos, bibliotecas e bases de dados eletrônicas.

Em outras palavras, o comunalismo destaca que os direitos do cientista à sua propriedade intelectual estão limitados ao seu reconhecimento, resultando numa cooperação competitiva, na qual as competências se socializam, aumentando a estima do pesquisador. A concepção institucional da ciência, como parte do domínio público, está vinculada ao imperativo da comunicação dos resultados de pesquisa. O caráter comunal da ciência se reflete no reconhecimento dos cientistas de sua dependência com a herança cultural e, ao mesmo tempo, o reconhecimento da qualidade essencialmente cooperativa e seletivamente cumulativa dos ganhos científicos. A humildade do cientista não só é apropriada, mas resulta da compreensão de que o avanço científico supõe a colaboração de gerações passadas e presentes e da comunidade científica mundial. Em resumo, o comunalismo, elemento integrante da essência científica é incompatível com a definição de tecnologia como “propriedade privada” em uma economia capitalista (MERTON, 1977).

O *desinteresse* é tratado pela ciência como um componente institucional básico, lembrando aos cientistas/investigadores para não apresentarem os seus resultados imiscuindo-os com as suas crenças pessoais ou ativismos de uma causa. Este desinteresse não deve ser confundido com altruísmo ou egoísmo uma vez que, se assim fosse, estaria se confundindo o nível institucional de análise com o nível motivacional, porque se tem atribuído ao cientista a paixão pelo conhecimento, uma ociosa curiosidade, a preocupação altruísta pelo bem estar da humanidade e uma série de outros motivos particulares. No quesito desinteresse, a questão não acontece em função do pesquisador isoladamente, mas caracteriza-se como compromisso dos grupos de pesquisa e do Estado, em que a escolha acontece em função da ciência (MERTON, 1977).

Por fim, com a norma do *cepticismo organizado* o autor defende que deve permanecer uma suspensão do julgamento até que os dados científicos obtenham solidez e evidência e possam validar as teorias antes de serem aceitas. Segundo esta norma, os dados devem ser submetidos a escrutínio.

Este princípio está relacionado de várias formas com os outros elementos do *ethos* científico. É um mandato metodológico e institucional. O avaliador é a própria comunidade científica, e no processo de avaliação todos os elementos são passíveis de questionamentos e a metodologia deve explicar os procedimentos de maneira coerente com o paradigma vigente da ciência, no intuito de garantir a reprodução dos estudos. Esse mandato institucional, de certa forma, está em contradição com a norma do universalismo, na medida em que o julgamento é tanto mais confiável quando vem dos pesquisadores mais ativos, mais produtivos, mais citados e que influenciam os trabalhos de outros pesquisadores.

Segundo NASCIMENTO (2005, p.22):

a questão central desse paradigma mertoniano se localiza na potente união da estrutura normativa da ciência com seu distintivo sistema institucional de recompensas, bases essas que norteiam e permeiam toda a dinâmica da comunidade científica. Essa confluência da ciência - de crescimento exponencial das dimensões, da opulência e da proeminência da ciência, em sua ótica moderna toma o rumo inverso da adoção reducionista do ISI, ao elaborar uma única lista da produção do conhecimento. Obviamente, esse índice bibliográfico, inicialmente pensado pelo ISI, adquire novos contornos para atender as exigências construídas no interior da ciência.

A ciência, assim como outras instituições, tem desenvolvido um elaborado sistema de recompensas, cujo funcionamento tende a premiar aqueles que se ajustam às suas normas. Neste sentido, os periódicos e seus artigos que lidam com o fator de impacto, as citações das pesquisas e as co-citações (colaborações), têm contribuído para sofisticar de forma crescente o universo da comunicação científica, criando maneiras peculiares de medição do conhecimento científico produzido. Esse cenário só permite reforçar o poder que as normas que regem a comunicação científica exercem sobre o "fazer" científico. Estes imperativos propostos por Robert Merton acabaram por estabelecer a premiação e a publicação como sistema de recompensa da ciência,

levando a muitos estudos empíricos, estudos esses que permitiram a avaliação da produção científica mundial por meio de medidas quantitativas e, como consequência, a perda de controle, mesmo que parcial, da comunidade científica (NASCIMENTO, 2005).

Entretanto, desde 1940, período em que Merton desenvolveu estes conceitos, até os dias de hoje, muitas alterações ocorreram na organização do trabalho científico. Essencialmente após a Segunda Guerra Mundial e devido à revelação de descobertas financiadas por capitais próprios, como foi o caso da bomba atômica, a atenção foi despertada para o fato da realidade implícita no conceito de CUDOS ter se modificado.

Assim, a ciência começou a ser encarada como elemento fulcral para a estratégia política e econômica dos Estados, estabelecendo-se uma estreita conexão entre a ciência, o mundo industrial e as opções econômicas e políticas dos governos – conexão conhecida como a “tripla hélice⁶” (ETZKOWITZ, 2008).

Este rumo que a ciência vem seguindo desde então (e com particular intensidade a partir da década de 1980) deu origem ao que se convencionou chamar de *Big Science*⁷, caracterizada por alguns autores como *ciência pós-acadêmica* (ZIMAN, 2000), tema a ser discutido a seguir.

1.1.2 A ciência pós-acadêmica de Ziman.

Se no princípio a ciência seguia o sistema de normas que Merton cunhou de CUDOS, a ciência atual é profundamente diferente da ciência descrita anteriormente. Hoje, começa a ter como normas o que o físico teórico John Ziman, convertido em analista da ciência, designa pelo acrônimo PLACE, visto como o conjunto de contranormas mertonianas, que prevalece cada vez

⁶ Trata-se de um modelo apresentado como forma intermediária entre o livre mercado e planejamento centralizado, ao enfatizar a soma das ações conjuntas dentro e entre as esferas institucionais (BRISOLLA *et al.*, 1998). Idealizado por Etzkowitz e Leydesdorf, procurou mostrar não apenas a insuficiente aproximação entre universidade e setor produtivo, mas enfatizar a soma das ações conjuntas dentro e entre as esferas institucionais, ou seja, universidade, empresa e governo (KUNZ, 2003).

⁷ O exemplo mais emblemático dessa nova forma de organização científica e da sua relação com a inovação tecnológica foi o primeiro Projeto Manhattan, estabelecido em 1942, com o objetivo de construir a bomba atômica nos EUA mais rapidamente do que os nazistas, que mobilizou cerca de 100.000 cientistas, engenheiros e técnicos, com um orçamento de dois bilhões de dólares (GARCIA & MARTINS, 2009).

mais no mundo da ciência pós-acadêmica. John Ziman (2000) defende que o novo contexto é a antítese da ciência acadêmica e palco de um novo *ethos*. PLACE, segundo o autor, corresponde aos conceitos de proprietário (*proprietary*), local (*local*), autoritário (*authoritarian*), encomendado (*commissioned*) e perito (*expert*). Com base nesta perspectiva, os conhecimentos gerados são propriedade exclusiva de grandes empresas (não sendo considerados, como outrora, conhecimentos comuns) e não são, necessariamente, conhecimentos tornados públicos. O foco está em problemas locais ou particulares (e não universais) e os cientistas trabalham sob um sistema de gestão hierárquica e de autoridade, sendo as suas investigações comissionadas para o alcance de objetivos práticos. Para além destes fatores, os cientistas trabalham, ainda, como *experts* que têm como objetivo a resolução de problemas, ou seja, não são profissionais contratados pelas suas competências criativas ou originalidade pessoal. Em resumo, existe, neste âmbito, uma burocratização da investigação, uma procura constante de racionalidade econômica com ênfase nos problemas locais e particulares ao invés dos problemas universais, uma organização hierárquica dos investigadores, e uma permanente orientação para objetivos práticos.

Em outras palavras, a síntese sugerida por ZIMAN (1996) para referir-se à transformação em curso na direção do que denomina "cultura pós-acadêmica" estaria caracterizada por uma substituição das normas mertonianas, do comunalismo para a ciência proprietária (*proprietary*), da universalidade para a ciência local (*local*), do desinteresse para a ciência autoritária (*authoritarian*), a originalidade pela ciência comissionada (*commissioned*), e o ceticismo pela ciência dita especializada (*expert*).

De acordo com Renato Dagnino:

nesse novo *ethos*, a avaliação da qualidade por pares e a liberdade na escolha individual dos temas de pesquisa vão sendo substituídas por uma "contabilidade" (*accountability*) mais ampla da "excelência" e pela adoção coletiva de uma agenda estabelecida em função de interesses econômicos que deixa de dar origem a bens públicos (comunalismo) e passa a produzir "propriedade intelectual". Valores "não científicos" de natureza societária, como segurança, rentabilidade e eficácia, passam a participar explicitamente da determinação da agenda de pesquisa (DAGNINO, 2006, p.47).

Por fim, para ZIMAN (1996) a ciência acadêmica está vivendo uma revolução cultural, dando lugar a uma ciência pós-acadêmica, que pode ser tão diferente do ponto de vista sociológico e filosófico, a ponto de produzir um tipo diferente de conhecimento. No tocante à privatização do conhecimento, o autor observa que a ciência pós-acadêmica pode não se dedicar muito ao princípio do “conhecimento público”, nem ser muito impulsionada pela visão de um mundo científico unificado e universal. Se a ciência acadêmica supõe que os pesquisadores são livres, dentro de limites razoáveis, para colocar seus próprios problemas, os cientistas pós-acadêmicos, ao contrário, devem trabalhar em conjunto, em problemas que eles próprios não colocaram e ser recompensados, principalmente, pelas suas importantes contribuições para o sucesso da equipe. Ou seja, a ciência pós-acadêmica vai transformar o problema da escolha de uma atividade individual em uma coletiva. A característica mais radical, segundo o autor, desta nova ciência pode ser o seu pluralismo não autoconsciente, quando estará aberta à diversidade conceitual e não terá receio de possíveis inconsistências. Além disto, a ciência pós-acadêmica não confiará no elitismo da revisão pelos pares e vai substituí-la ou reforçá-la por meio do controle de qualidade de pessoas, projetos e desempenho. Embora possa parecer atrativamente desburocratizada, exigirá realmente um capital intensivo, continuando a ser financiada e dirigida por organismos governamentais, grandes instituições públicas e empresas privadas, quando surgem as mesmas questões. “Quem paga a música e que temas é que vão ser encomendados”? (ZIMAN, 1996, p. 754).

Em geral, a cultura efetiva da ciência pós-acadêmica pode bem ser predominantemente industrial, sendo o conhecimento público transformado em propriedade intelectual e a ciência obrigada a conviver com interesses sociais (ZIMAN, 1996).

O ambiente onde se encaixa essa atividade científica, segundo BRISOLLA (2011, p. 1-2) corresponde ao que se convencionou chamar de 3ª. Revolução Industrial e o fato de sua principal característica ser a transformação das estruturas institucionais e no *modus operandi* e financiamento da pesquisa explica-se pela composição do valor das mercadorias estar plasmado por quantidades crescentes de conhecimento. Portanto,

é o conteúdo de conhecimento no valor das mercadorias que imprime à produção de ciência um valor de mercado anteriormente insuspeito. Isso acarreta a subordinação da superestrutura ideológica e das instituições educacionais, culturais e sociais à lógica do capital, eliminando ou reduzindo substancialmente seus graus de liberdade, interiorizando a produção de C&T dentro dos muros das empresas, criando empresas-escolas e mudando as formas de avaliação. A integração dos sistemas econômico, social, cultural, educacional e científico é o ideal dessa nova forma de organização das novas sociedades, onde também se transformam os valores sociais e políticos. (BRISOLLA, 2011, p. 1-2)

Por último, o terceiro momento desta construção conceitual captura o modo exato no qual o crescimento exponencial da ciência levou Derek de Solla Price a estabelecer parâmetros demográficos e quantitativos da comunidade científica e Eugene Garfield a criar e estimular o uso dos índices de citações científicas, como instrumento facilitador da pesquisa e elemento imprescindível no processo de avaliação da produção científica.

1.1.3 Indicadores Bibliométricos/Cienciométricos.

O termo “bibliografia estatística” foi usado pela primeira vez em 1922, por E. Wyndham Hulme, para designar o processo de esclarecer a História da Ciência e da tecnologia pela consideração de documentos. Anos depois, Pritchard usou a palavra “bibliografia” no intuito de descrever a análise quantitativa de citações, enquanto historiadores russos sugeriram o uso do termo “ciencimetria” para semelhante tipo de estudo (FONSECA, 1986).

Definida como o estudo dos aspectos quantitativos da ciência, como uma disciplina ou atividade econômica, a ciencimetria é um segmento da sociologia da ciência sendo aplicada no desenvolvimento de políticas científicas. Envolve estudos quantitativos das atividades científicas, incluindo a publicação, sobrepondo-se à bibliometria (TAGUE-SUTCLIFFE, 1992).

No que diz respeito à sua origem, o termo surgiu, mais especificamente, na antiga União Soviética e na Europa Oriental. Entre os primeiros autores a utilizá-lo estão Dobrov e Carennol,

em uma publicação do All-Union Institute for Scientific and Technical Information (VANTI, 2002).

Não obstante, foi o livro de BERNAL (1939) que deu um enorme impulso para a ideia de analisar cientificamente a ciência. Além disso, Bernal apresentou também uma tentativa de quantificar o estado da ciência, ao enfatizar a necessidade de uma fundamentação científica para a política científica, a aplicação reflexiva sistemática de métodos científicos para a ciência em si, e a ideia de uma unidade global de ciência.

Contudo, a cienciometria, a ciência da ciência, que surgiu nos anos 60, está associada ao nome de DEREK DE SOLLA PRICE - físico de origem e estudioso da História, Filosofia e Sociologia da ciência por opção-, e, mais concretamente, aos seus dois livros, publicados em 1961 e 1964, “Science since Babylon” e “Little science, Big science”, respectivamente. Para a construção dessas obras, Price apóia-se em uma série de trabalhos bibliométricos anteriores.

Nesta última obra de Price, destacam-se duas características da ciência moderna. A primeira, é que ela apresenta um crescimento exponencial, havendo evidência de que esse crescimento, ao longo de toda a sua trajetória, pode se ajustar a uma curva logística. Também gerou evidências de que, a cada momento, o número de cientistas vivos é sempre maior que o de cientistas que existiram até então. A segunda característica identificada pelo autor é que a grande maioria dos cientistas produz pouco, e uma minoria produz muito; esta última, segundo Price, está caracterizada pelos cientistas iminentes e pelos pesquisadores de alta qualidade. Essas constatações de Price foram confirmadas em vários estudos posteriores, realizados por ele, que além desta deu outra contribuição à quantificação da ciência ao propor o uso de indicadores como parâmetro para comparar e compreender a evolução da ciência e de seus vários campos do saber (PRICE, 1976).

Price argumenta sobre a necessidade de criação de uma “ciência da ciência” que deveria incluir entre outros: a sociologia da ciência, a psicologia do cientista, a pesquisa operacional em matéria de ciência, a economia da ciência e a análise do fluxo de informação científica, bem como o planejamento da ciência.

Na verdade, Price queria criar um “cálculo da ciência”, modelado em econometria e termodinâmica. Não que não se importasse com os aspectos mais *soft* da ciência, muito pelo

contrário. Na verdade, ele relutou em usar o termo ciência da ciência⁸. Ele preferia o termo de ciências humanas, como ele chamava o campo em *Science since Babylon* (PRICE, 1961).

Entre os principais defensores dos estudos da ciência quantitativa, influenciados por Price, encontram-se, como já dito acima, G. Dobrov, na Ucrânia, e V. Nalimov, em Moscou. Eram dois personagens muito diferentes entre si e que deram origem a duas formas distintas de cienciometria na União Soviética. As diferenças entre as duas escolas cienciométricas podem ser assim resumidas: i) no conceito dado à ciência: Nalimov enfatizou o caráter de auto-organização da ciência com um processo de informação, no qual a possibilidade de orientação pela política era apenas marginal, ao contrário de Dobrov que definiu a ciência como um organismo ou instrumento cibernético, muito influenciado pela política científica; ii) na audiência buscada: para o “colégio invisível” de Nalimov os cientistas práticos eram o público alvo, para Dobrov os organismos de política científica eram o cliente ou público principal; iii) nos objetos usados e na forma como organizavam suas pesquisas: Nalimov focava em artigos científicos, enquanto que Dobrov fazia uso da “literatura cinzenta”; iv) e em seus estilos científicos próprios: Nalimov foi um filósofo que viveu em uma pequena, mas estreita rede de colaboração de colegas, seu próprio “colégio invisível”, mas pouco interessado em criar instituições duradouras. Dobrov, por outro lado, era um supremo construtor de instituições, políticas relacionadas às redes visíveis e de fama internacional (WOUTERS, 1999).

Em síntese, a cienciometria parece ser uma especialidade híbrida da ciência social. Ela está localizada na interface da própria ciência e da política científica. Ela produz indicadores como instrumentos de política (WOUTERS, 1999).

Na prática, para estudar a produção científica, a cienciometria vale-se de indicadores bibliométricos, tais como frequência de artigos, frequência de citação dos artigos e fator de impacto – que têm sido usados como medida de penetração e visibilidade dos cientistas - dos periódicos onde os artigos são publicados, buscando abarcar diversos temas como o crescimento quantitativo da ciência, o desenvolvimento das disciplinas e subdisciplinas, a estrutura de comunicação entre cientistas, a produtividade e criatividade dos pesquisadores, as relações entre desenvolvimento científico e crescimento econômico, entre outros (SPINAK, 1998).

⁸ O termo “*science of science*” alcançou uma popularidade quase explosiva, contudo tornou-se rapidamente degradado, sendo usado de tantas maneiras diferentes, quanto por usuários diferentes (PRICE, 1961).

1.1.3.1 A utilização de indicadores bibliométricos para a tomada de decisão em C&T.

A cienciometria foi empregada como instrumental analítico para estudar a produção científica já na década de 70 (MOREL & MOREL, 1977). Atualmente, tem sido aplicada a uma grande variedade de campos, como História da Ciência, Estudos Sociais da Ciência, indústria da informação e Política Científica (MACIAS-CHAPULA, 1998).

Em termos de políticas internacionais, a UNESCO ocupou um papel central nas políticas de informação científica e técnica ao reconhecer, ainda na década de 60, que a informação era um elemento estratégico para o desenvolvimento dos países e poderia diminuir as lacunas entre nações desenvolvidas e em desenvolvimento (SUAIDEN, 2006). Nas suas políticas, a relevância da informação se estendia da ciência e técnica até o cidadão comum, o que representou um passo importante para a visão mais democrática da informação.

No Brasil, atualmente, a crescente demanda por financiamento de atividades científicas tem tornado necessário o estabelecimento de critérios mais adequados do que aqueles até então utilizados pelos órgãos de fomento para a distribuição de seus limitados recursos destinados à pesquisa e ao desenvolvimento (P&D). A avaliação do trabalho científico dos pesquisadores e instituições por meio de indicadores quantitativos tem sido usada como critério específico da avaliação da excelência acadêmica destes. No entanto, verifica-se um consenso de que os parâmetros não são adequados e nem suficientes, propondo-se contemplar ainda a qualidade das publicações produzidas (STREHL, 2005).

Assim, vem sendo difundido o uso tradicional da avaliação por pares. No entanto, tal técnica tem sido vista como insuficiente por um grande número de autores, como MEADOWS (1999) que destaca como forma de avaliar a qualidade de uma publicação a averiguação do nível de interesse dos outros pesquisadores pela pesquisa e sugere que o método mais simples para obter esta medida se dá pelo número de citações dessa pesquisa na bibliografia ulterior (STREHL, 2005). Na mesma linha, ALVARENGA (1998) mostra que a citação e a referência a outros textos são de suma importância no processo de produção científica, uma vez que tendem a vincular o conhecimento produzido aos conceitos ou paradigmas vigentes, em uma área

determinada do conhecimento, atribuindo-lhe autenticidade pela obediência aos imperativos institucionais desse campo ou saber científicos.

1.1.3.2 Quantidade x Qualidade. O que medir? Para que? Os limites da utilização de métodos quantitativos e qualitativos.

Na prática, o processo de avaliação em C&T ocorre de forma direta, pelos pares, e indireta, pelo uso de métodos quantitativos. Essas duas abordagens para avaliar C&T surgiram em momentos distintos da história da ciência. A avaliação pelos pares emergiu com o aparecimento dos primeiros periódicos científicos, no final do século XVII. A avaliação quantitativa é um produto do século XX (NIEDERAUER, 2002). A mais tradicional das duas é a avaliação pelos pares, qualitativa e subjetiva por natureza. A outra, predominantemente quantitativa, está baseada em procedimentos bibliométricos e cienciométricos. Ambas as formas têm aspectos favoráveis e desfavoráveis e, para MARTIN (1996), o caminho mais apropriado parece ser a interação entre elas.

Os resultados dos estudos bibliométricos, ao privilegiar os discursos publicados, no que tange especificamente à quantificação da literatura publicada e ao mapeamento da rede de relações estabelecida entre autores e textos, por meio das citações, podem se constituir em insumos empíricos da maior importância para que se evidenciem ângulos peculiares do processo de produção de conhecimentos, ensejando o desenvolvimento de posteriores análises de natureza qualitativa (ALVARENGA, 1998), ou a combinação entre ambas, isto é, o uso de técnicas quantitativas e qualitativas.

Um exemplo desta iniciativa, no Brasil, é do professor da UFSCar, Edgar Zanotto, que propõe, além dos tradicionais parâmetros quantitativos, um método qualitativo para avaliar o desempenho de pesquisadores, intitulado “A pirâmide dos cientistas”, em que apresenta um elenco de situações e qualidades capazes de situar um pesquisador dentre quatro categorias propostas. A principal delas, o topo da pirâmide, apresenta exigências nas quais raros pesquisadores brasileiros se enquadrariam. Duas delas são consagradas, como a publicação de

trabalhos científicos nas mais importantes revistas científicas, como *Science*, *Nature*, etc e o índice na casa dos milhares das citações de seus artigos em publicações da base Thomsom ISI. As demais são qualitativas, como ter recebido os prêmios mais importantes de seu campo do conhecimento, trabalhar em centros de pesquisa ou laboratórios de nível internacional, ser contemplado com recursos abundantes, pertencer a academias científicas de prestígio e ao corpo editorial de publicações proeminentes, entre outros, que ao todo, perfazem 11 parâmetros. Nas outras três categorias, denominadas de classes A, B e C, os critérios são semelhantes, mas com rigor decrescente (ZANOTTO, 2006).

A serventia desse tipo de classificação, para o seu idealizador, seria alertar os pesquisadores para seus pontos fortes e fracos e tentar galgar degraus na escala da pirâmide. Da mesma forma, o autor acredita que tais critérios são importantes para as agências de fomento no momento do direcionamento de seus recursos (MARQUES, 2006).

No que tange ao uso do índice de citação, a literatura aponta que diferentes disciplinas têm práticas específicas. Para alguns estudos a citação dá uma noção de influência intelectual, contribuição para o progresso científico ou qualidade na pesquisa, enquanto que para outros não representa, necessariamente, uma medida de qualidade, cabendo avaliar os aspectos sociológicos e culturais de como os pesquisadores citam.

Por último, não há um método perfeito de avaliação da ciência que atenda satisfatoriamente às partes envolvidas: avaliado, avaliadores e gestores de C&T. A avaliação pelos pares, mesmo tendo falhas, mostra-se insubstituível até o momento. Os métodos quantitativos surgem como ferramentas auxiliares à revisão por pares e ao processo decisório. Por outro lado, parece haver uma uniformidade de opiniões de que a solução está na união entre os dois métodos (NEDERHOF, 2006). Dito de outra forma, a bibliometria não se destina ou é projetada para substituir os métodos qualitativos, as análises comparativas ou a avaliação por especialistas, mas serve para complementá-los (GLÄNZEL, 2006). Nas palavras de NIEDERAUER (2002):

se os métodos quantitativos considerarem vários indicadores, eles têm condições de capturar melhor o perfil e as várias facetas da ciência e de seus protagonistas. E, se os sistemas informatizados forem adequadamente utilizados, poderá ser possível evoluir na

avaliação da ciência de forma que se tenha mais confiabilidade e transparência no processo. (p. 21)

1.1.3.3 Citação - medida de qualidade?

A contagens de citações tem se tornado uma medida importante da qualidade da pesquisa. Consequentemente, é importante entender mais sobre os atributos desta medida, isto é, saber se as contagens de citações são uma medida válida da qualidade da pesquisa, pois existem diferentes formas de medir as citações, se elas são de igual qualidade e produzem resultados equivalentes, se todas as disciplinas estão representadas pelo uso da contagem de citações ou se existem diferenças disciplinares que possam levar a comparações enganosas (NAJMAN & HEWITT, 2003). Os mesmos autores destacam algumas diferenças entre as disciplinas, citando como exemplo a Biologia Molecular que segue um padrão caracterizado por um grande número de trabalhos relativamente curtos, com co-autoria, que aparecem com frequência em revistas muito citadas. Em contrapartida, uma disciplina como a Filosofia costuma publicar mais monografias e trabalhos mais longos com relativamente poucos artigos que aparecem em revistas com baixo índice de citação. Por estas razões e outras apontadas por este estudo, comparações entre as disciplinas nem sempre são úteis e exigem muita cautela quando feitas.

Um artigo pioneiro publicado por Gross e Gross, em 1927, foi o primeiro a usar contagens da citação para avaliar a importância do trabalho científico. Desde então, as análises de citação foram conduzidas para a avaliação de políticas científicas nacionais e desenvolvimento entre as disciplinas (por exemplo, BAYER & FOLGER, 1966; LEWISON & DAWSON, 1998), departamentos e laboratórios de pesquisa (por exemplo, NARIN, 1976), livros e revistas (por exemplo, GARFIELD, 1972), e cientistas individuais (por exemplo, NARIN, 1976).

Mas a principal forma de aplicação da análise de citações, no estudo da produção científica, tem sido o seu uso como ferramenta de apoio na elaboração de índices de pesquisa, como os disponíveis no ISI “Web of Science”, bem como na elaboração de indicadores para avaliação de periódicos, por exemplo, pelo uso do fator de impacto, medida resultante da análise proporcional do volume da citação.

Assim, as medidas do impacto da citação foram aplicadas com frequência crescente nos anos 80 e 90 em nível institucional para avaliar e classificar o desempenho da pesquisa de departamentos e de universidades. Entretanto, muitas são as razões para um artigo de pesquisa citar outro e nem sempre estão diretamente relacionadas à qualidade científica do trabalho mencionado ou da contribuição da pesquisa e das instituições (BASU & AGGARWAL, 2001).

Contudo, tanto a ciência da ciência como a sociologia da ciência aceitaram a frequência de citação como uma medida válida de qualidade científica e como um interessante elo sociométrico entre autores⁹ ou publicações. A premissa partilhada por todos é de que a referência e a citação são praticamente idênticas. Isto permitiu uma aproximação intuitiva do significado da citação (WOUTERS, 1999).

A partir desta perspectiva, a citação, segundo MERTON (1977), é vista como a personificação da entrega do reconhecimento a que o cientista almeja. Isto conduz a um posicionamento simétrico da citação, qual seja, desde que as precauções estatísticas normais sejam tomadas, o número de citações que se recebe é diretamente proporcional ao reconhecimento que se recebe (WOUTERS, 1999).

Para Henry Small os autores dos artigos mais citados constituem a elite ou os pesquisadores líderes de uma especialidade e estes trabalhos ou pesquisas são “marcas ou símbolos de importantes conceitos e métodos da ciência e representam o locus atual de consenso na comunidade científica” (SMALL, 1977, p. 141).

Não obstante, Price, ao ser criticado por Harriet Zuckerman e Jonathan Cole, em maio de 1981, quanto ao abuso do SCI – Science Citation Index¹⁰, destacou que os dados de citação não

⁹ Para BRISOLLA (2011, pg. 2) “os elos entre autores permitem mapear as pesquisas por proximidade da fronteira do conhecimento, e juntamente com outros indicadores, estabelecer as vocações e logros da política científica em um país. Formam-se *clusters* de conceitos, que permitem medir a distância entre a pesquisa de determinado país e a pesquisa de ponta, na fronteira do conhecimento”.

¹⁰ O Science Citation Index (SCI) é um índice de citações, originalmente, produzido pelo Institute for Scientific Information (ISI) e criado por Eugene Garfield, em 1960, que, atualmente, é propriedade da Thomson Reuters. O Science Citation Index Expanded, uma versão mais ampla, cobre, desde 1900 até o presente, mais de 6.500 revistas, pertencentes a 150 disciplinas. O índice está disponível online no banco de dados “Web of Science”, uma parte da coleção da base “Web of Knowledge”. (History of Citation Indexing e Science Citation Index, disponíveis em: < <http://www.thomsonreuters.com/products>>. Acesso em 13 jan. 2011.

devem ser utilizados para avaliar indivíduos (WOUTERS, 1999). Além disto, a análise de citação não deve ser usada para comparar diferentes disciplinas (KING, 2004)¹¹.

Apesar da variedade de usos, Latour, em seus estudos sobre conteúdo e contexto da citação, buscou tornar compreensível a heterogênea e aparentemente caótica imagem do uso real das citações, desenvolvendo a idéia principal de que a referência e a função dos textos científicos consistem na mobilização de aliados em defesa da afirmação do conhecimento do próprio autor (LUUKKONEN, 1997).

Para um melhor entendimento dos tipos e utilidades da citação, BORNMANN & DANIEL (2006), seguindo o esquema idealizado por GARZONE & MERCE (2000) em que as citações podem ser classificadas de acordo com a função que desempenham, resumiram os tipos mais importantes em estudos individuais de análise de citação, traçando-os dentro de uma tipologia unificada:

— Citações do tipo afirmativo (*affirmational type*): o trabalho citante confirma o citado, concordando com suas ideias e achados e sendo influenciado. As porcentagens para este tipo de citações variam de aproximadamente 10 a 90%.

— Citações do tipo pretensioso (*assumptive type*): o trabalho citante refere-se ao conhecimento que é geral e específico, reconhecendo trabalhos pioneiros. As porcentagens para este tipo de citações variam de aproximadamente 5 a 50%.

— Citações do tipo conceitual (*conceptual type*): uso das definições, dos conceitos, ou das teorias do trabalho mencionado. As porcentagens para este tipo de citações variam de aproximadamente 1 a 50 %.

— Citações do tipo contrastante (*contrastive type*): o trabalho citante contrasta com o trabalho atual e o citado, o trabalho citante é uma alternativa ao trabalho citado. As porcentagens para este tipo de citações variam de aproximadamente 5 a 40 %.

— Citações do tipo metodológico (*methodological type*): uso de materiais, métodos de análise, equipamento, técnicas ou de ferramentas e procedimentos do trabalho citado. As porcentagens para este tipo de citações variam de aproximadamente 5 a 45%.

¹¹ Por exemplo, artigos de pesquisa médica recebem bem mais citações do que aquelas em matemática. (KING, 2004)

— Citações do tipo negativo (*negational type*): o trabalho citante disputa alguns aspectos do trabalho mencionado, corrigindo-o, questionando-o; e avaliando-o negativamente. As porcentagens para este tipo de citações variam de aproximadamente 1 a 15%.

— Citações do tipo superficial (*perfunctory type*): o trabalho citante faz uma referência superficial (mera formalidade) ao citado, sem comentários adicionais, fazendo uma referência redundante e não tendo, aparentemente, relevância aos interesses imediatos do autor. As porcentagens para este tipo de citações variam de aproximadamente 10 a 50 %

— Citações do tipo persuasivo (*persuasive type*): o trabalho citado é de um autor visto como autoridade reconhecida na área. As porcentagens para este tipo de citações variam de aproximadamente 5 a 40%.

Para WOUTERS (1999), a probabilidade de ser citado depende de muitos fatores que não têm a ver com as convenções aceitas de publicação acadêmica, quais sejam:

— Tempo: devido ao aumento exponencial da publicação científica, citações tornaram-se mais prováveis com o tempo. Mais citações a publicações recentes do que àquelas mais antigas podem ser esperadas, porque há mais das primeiras. Além disso, mostrou-se que quanto mais uma publicação é citada mais freqüentemente ela o será no futuro.

— Área de estudo: as práticas de citação variam entre as ciências exatas e naturais e as áreas das ciências sociais e mesmo dentro das diferentes áreas e dentro de uma simples subárea. Em alguns campos, os pesquisadores mencionam a literatura recente mais freqüentemente do que em outros. Enquanto a possibilidade de ser citado está relacionada ao número de publicações no campo, as pequenas áreas atraem bem menos citações do que as áreas mais gerais.

— Periódico: a citação de um artigo pode depender da freqüência de publicação dos periódicos que contêm artigos relacionados. Há alguma evidência de que a ordem em que um artigo é listado em uma edição do periódico afeta, consideravelmente, a influência que o artigo passa a ter. Mais precisamente, o primeiro artigo em um periódico científico tende a produzir mais tarde mais citações do que os últimos. Além disso, a acessibilidade do periódico, a visibilidade, e a internacionalização assim como o impacto, a qualidade, ou o prestígio deste podem influenciar a probabilidade das citações.

— Artigo: características da citação de artigos de metodologia, de artigos de revisão, de artigos de pesquisa, de letras, e de notas assim como artigos, capítulos, e livros diferem de modo considerável. Há, igualmente, uma correlação positiva entre a frequência da citação das publicações e o número de coautores do trabalho, e o número e o impacto das referências no trabalho.

— Autor/leitor: o idioma de um artigo e a barreira cultural influenciam a probabilidade de citações. Diversos estudos mostram que as citações são afetadas por redes sociais: autores citam principalmente obras de autores com os quais têm maior familiaridade. Outros mostram que os homens recebem substancialmente mais citações a seus trabalhos do que as mulheres.

— Disponibilidade das publicações: a acessibilidade física, a disponibilidade *on-line* das publicações, e os meios de publicação influenciam a probabilidade das citações.

— Problemas técnicos: as análises de citação não podem ser mais exatas do que a matéria-prima usada. A citação incorreta das fontes está, infelizmente, distante de ser incomum: autores não verificam suas referências, tampouco as leem.

Outra tentativa importante foi realizada pelo estudo de SHADISH *et al.* (1995) que extraiu seis fatores para examinar o padrão de citação: a) a citação exemplar, usada como referência clássica da área; b) citação negativa, usada para contradizer uma perspectiva ou um achado; c) citação de suporte; d) citação criativa, o método ou perspectiva teórica é inovadora; e) citação pessoal influente, fonte principal de uma ideia; f) citação feita por razões sociais: por ser o autor alguém influente no processo de revisão ou publicado em um periódico de prestígio da área.

Assim, a citação pode representar uma referência a um trabalho publicado que tenha relevância para o argumento que o autor está desenvolvendo. Em outras palavras, autores usam citações porque acreditam que os trabalhos anteriores são relevantes e para chamar a atenção dos leitores (AHMED *et al.*, 2004). Neste estudo, os autores indicam três metodologias de estudos viáveis para evidenciar as razões para citação. A primeira sugere analisar o conteúdo dos artigos citantes e categorizá-los de acordo com o motivo pelo qual citaram. A segunda, entrevistar os autores citantes para desvendar por que citaram determinados trabalhos. A terceira e última, realizar entrevista, no momento em que os pesquisadores estão escrevendo, para perguntar quem estão citando e por quê. Esta última tipologia, segundo os autores, tem a desvantagem de poder

influenciar o comportamento do autor, caso ele seja questionado no momento em que está produzindo um trabalho, assim como depende da honestidade e da memória do entrevistado. (AHMED *et al.*, 2004)

Em termos locais, no intuito de avaliar a citação em documentos, na área de políticas de saúde pública, disponíveis *online* para consulta, no período de 2003 a 2008, no Brasil, HAYASHI *et al.* (2010) construíram três categorias para a identificação dos propósitos da citação: (i) para sustentar um argumento: a citação é feita de maneira que o conteúdo original é apresentado de forma inteligível, geralmente com citações diretas ou indiretas, com referências claras ao pensamento do autor; (ii) valorizar um ponto de vista: a citação é feita exclusivamente com o propósito de dar credibilidade a um argumento, não importando a compreensão do mesmo; (iii) evitar explicações: a citação é feita sem os esclarecimentos devidos, de forma que sua presença tende a dificultar, ao contrário de esclarecer, a compreensão do argumento relacionado (HAYASHI *et al.*, 2010).

A cultura da citação parece variar de acordo com traços pessoais. Supondo-se que a citação seja honesta, o citante, no mínimo, deve ter lido o artigo e tê-lo encontrado útil de certa maneira. Os diversos ramos da ciência hospedam muitos tipos de cultura da citação, cada uma ligeiramente diferente da outra. Estas culturas diferem não somente entre as especialidades, mas também entre periódicos. Em outras palavras, o comportamento ou a motivação da citação parece variar de acordo com características pessoais. Considerando que um autor vai dedicar uma atenção detalhada à lista de referências, outro pode ser menos cauteloso. Não obstante, as propriedades globais de citação das publicações dentro de um determinado campo compartilham das mesmas características (WOUTERS, 1999).

Continuando a discussão, GARFIELD (1979) presume que a contagem de citação de um artigo pode ser vista como uma medida de seu uso por outros pesquisadores e, conseqüentemente, de seu impacto, importância ou qualidade. Contudo, a frequência de citações é uma função de muitas variáveis, além de mérito científico, sendo, portanto, uma função não só da importância científica do material que se publica, mas também da quantidade de material que se publica.

Para WOUTERS (1999) o número de vezes que um artigo é citado parece ser uma medida precisa do seu impacto, influência ou qualidade. O mesmo acontece com os artigos de um

cientista particular, grupo de pesquisa, periódico ou mesmo instituição. Quanto mais eles são citados, maior a sua influência. Portanto, a frequência de citações parece ser uma forma de medir objetivamente a utilidade científica, qualidade ou impacto de um trabalho. Ao mesmo tempo, um pesquisador não é livre para fazer o que quiser. Ele deve ser capaz de justificar sua ação de citar dentro das normas e regras de sua especialidade. Porém, as regras não existem independentemente das ações.

Em outra linha,

as citações nada dizem sobre a “qualidade” de uma parte da pesquisa. As contagens de citações somente dão ideia do impacto da pesquisa nos trabalhos que se seguem. Por exemplo, dois artigos publicados em um mesmo periódico têm o mesmo valor? Não necessariamente, pois um deles pode ser uma contribuição original e o outro apenas uma pequena adição ao conhecimento existente (NIEDERAUER, 2002, p. 17).

O mesmo autor questiona se o número de publicações de um pesquisador indica algo, pois os mesmos resultados de uma pesquisa podem gerar publicações distintas, dependendo do enfoque dado ao artigo. Como alternativa, propõe verificar o número de citações que cada um recebeu, o que leva a perguntar se um artigo que recebe várias citações tem boa qualidade. Segundo o autor, nem sempre, pois ele pode estar sendo citado porque seus autores cometeram algum erro grave, o que explica ser raro ocorrer. Talvez nem tanto, já que é muito comum os pesquisadores dizerem que as contagens de citação não medem a real importância da contribuição de um cientista porque há muitas citações negativas.

O que ocorre com frequência é o excesso de autocitações e de citações entre colegas da mesma instituição (*in-house citation*), assim como o “*halo effect*”, que são as citações para se valer do prestígio de autores consagrados (BARBIERI, 1993).

Por isso, autores usam as citações com intenções e significados diferentes. O uso da citação como um indicador de impacto da pesquisa é apropriado somente quando a citação de um trabalho significa que o autor da citação efetivamente usou o referido trabalho.

Para uma visão concisa da literatura sobre este assunto, este estudo buscará discutir brevemente, com base em levantamento realizado por MOED (2005), as posições teóricas e

visões de alguns dos principais estudiosos que têm contribuído para uma compreensão mais aprofundada de indicadores baseados em citação, apresentando os conceitos-chave discutidos em suas obras, os quais são apresentados, resumidamente, no quadro 1.1.

Quadro 1.1 Pontos de vista de vários autores sobre o que é medido pelas citações

Autor	Citações
Garfield (1979:24)	Utilidade (quantidade de informação formal usada)
Small (1978:328)	Itens altamente citados como conceito símbolo
Merton (1977:54-55)	Influência intelectual
Cole e Cole (1989:11)	Qualidade definida socialmente
Gilbert (1977:116)	Autoridade
Cronin (1984: 83)	Não está claro o que as citações medem; a interação entre normas institucionais e considerações pessoais precisam ser estudadas primeiro
Martin e Irvine (1983:70)	Diferenças nas taxas de citação, entre grupos selecionados, cuidadosamente, indicam diferenças na influência atual
Zuckerman (1987:334)	Citações são aproximações de medidas mais diretas de influência intelectual
Cozzens (1989:445)	Reconhecimento, poder de persuasão, sensibilização, cada um gera uma porção de variação na contagem das citações
White (1990:91)	Mapas de co-citação fornecem uma visão geral e medem um consenso histórico quanto à importância de autores e trabalhos
Van Raan (1998:136)	A parte superior da distribuição de um conjunto “termodinâmico” de vários citantes mede a pesquisa de ponta.
Wouters (1999:4;12)	A citação é o produto do indexador. A validade da citação não pode ser fundamentada apenas em comportamentos de referência

Fonte: Elaborado pela autora com base em Moed (2005)

Apesar de ser comum fazer uma aproximação da qualidade com indicadores de citação, a validade desta aproximação ainda é incerta. Isto provém do fato de que as citações medem o

impacto mais do que a qualidade. Mesmo assim, Merton enfatiza que uma citação dada é algo como um prêmio concedido para a pesquisa realizada. Se isto for verdadeiro, então o impacto igualmente mediria (de forma individual) a qualidade (SCHMOCH & SCHUBERT, 2008).

Uma segunda abordagem trata a citação como uma ferramenta para convencer outros (GILBERT, 1977; LATOUR & WOOLGAR, 1979). Assim, de um ponto de vista teórico, as citações podem ser somente uma medida parcial da qualidade, já que elas também contêm outros elementos (COZZENS, 1989). Na mesma linha, COLE (1989) discute, de um ponto de vista prático, que o uso destes indicadores de citação como medida de qualidade para pesquisadores individuais pode ser perigoso, devendo, conseqüentemente, ser usado apenas num nível macro.

Alguns autores questionam a validade do uso de citações, destacando determinados pontos como as influências que não são citadas, a preferência por fontes secundárias, as influências informais, transmitidas oralmente, não publicadas e não citadas, e as diferenças não consideradas das taxas de citação nas diversas disciplinas (MACROBERTS & MACROBERTS, 1996).

Por fim, MOED (2005) mostra que a análise de citações tem seus pontos fortes e limites, e que o mesmo é verdadeiro para a revisão por pares. O desafio é combinar as duas metodologias em uma solução adequada e produtiva.

1.1.3.4 Há uma teoria da citação?

A validade da citação é uma questão amplamente tratada na cienciométrica, envolvendo uma controvérsia sobre os fundamentos teóricos que sustentam a prática da análise da citação, a qual, grosso modo, se dá entre duas posições claramente distintas, desenvolvidas nas décadas passadas. Uma é frequentemente denominada de teoria normativa do comportamento da citação (o que se diz) e a outra de construtivista social (quem somos).

A primeira, seguindo Merton, é baseada na suposição de que a ciência é uma instituição normativa regida por recompensas e sanções internas (MERTON, 1942, 1957), sendo os cientistas incentivados a trocar informações (na forma de publicações) na busca de reconhecimento (na forma de prêmios e citações) (HAGSTROM, 1965). Esta perspectiva sugere

que as citações são uma forma de reconhecimento intelectual (KAPLAN, 1965) e, portanto, são mais influenciadas pelo valor assim como pelo conteúdo cognitivo, metodológico ou temático dos artigos citados. Indica, basicamente, que os cientistas dão o crédito aos colegas cujo trabalho citam (MERTON, 1973). Assim, as citações representam a influência intelectual ou cognitiva do trabalho científico (MERTON, 1988). Em outras palavras, citações representam requisitos morais e cognitivos, mutuamente reforçados pelo compromisso tácito de cientistas com normas do *ethos* científico.

Ainda, segundo esta perspectiva, os cientistas devem ser universalistas ao avaliar as contribuições e não devem ser influenciados pelas características funcionalmente irrelevantes, como a raça de um cientista, o sexo, etc. Especificamente, MERTON (1942, 1957) argumentou que a avaliação das contribuições científicas é regida por um conjunto de normas que envolvem a comunicação aberta de idéias, a neutralidade emocional na avaliação das idéias de alguém, e o reconhecimento do débito intelectual. Como HAGSTROM (1965) colocou, cientistas trocam informações (na forma de publicações), para reconhecimento (na forma de prêmios e citações), sugerindo que as citações são uma forma de reembolsar uma dívida intelectual e, portanto, são influenciadas principalmente pelo valor e conteúdo dos artigos citados. Esta abordagem vê a distribuição de citações em um artigo científico como um reflexo do valor das contribuições (BALDI, 1998).

Já a visão construtivista social, no comportamento da citação, é baseada na sociologia da ciência construtivista (KNORR-CETINA, 1981; LATOUR & WOOLGAR, 1979). Esta visão questiona as suposições da teoria normativa — de que a ciência é uma instituição regida por um conjunto de normas internamente sancionadas — e a validade da análise avaliativa da citação. Os construtivistas argumentam que o conhecimento científico é socialmente construído por meio da manipulação de recursos políticos e financeiros e pelo uso de retóricas discursivas (KNORR-CETINA, 1981). Sob essa ótica, a citação é tratada como mecanismo de persuasão do leitor, como ferramenta política ou simplesmente como procedimento mecânico (BALDI, 1998; WOUTERS, 1999; GILBERT, 1977). Em outras palavras, as citações são um artifício retórico que os cientistas utilizam para prestar apoio para os seus artigos e convencer os leitores da validade dos seus argumentos (GILBERT, 1977; LATOUR, 1987). De acordo com a perspectiva do construtivismo social, citações perpetuam e moldam os padrões existentes de estratificação

institucional e são pouco mais que apelos para a autoridade existente por parte dos autores que desejam reforçar seus argumentos. Esta perspectiva sugere que os fatores que influenciam citações têm mais a ver com a localização do artigo do autor citado dentro da estrutura de estratificação da ciência do que com o conteúdo intelectual do artigo em si, de modo a mobilizar o apoio de autores eminentes e, portanto, convencer os leitores da validade de seus argumentos (GILBERT, 1977; LATOUR, 1987). Este último autor levou o argumento construtivista adiante comparando o uso de citações a um jogo e sugerindo que a escolha das citações é puramente política, como já enfatizado anteriormente. (LATOUR, 1987)

Para SMALL (1998) o que separa essas duas visões é o relativismo que conferem ao conhecimento científico. Enquanto os construtivistas relativizam a noção de verdade e de evidências, colocando-as como socialmente negociadas, os normativistas rejeitam o relativismo e admitem o fato de haver progresso no conhecimento científico.

Em suma, seguindo a teoria normativa, as razões pelas quais os pesquisadores citam devem-se ao fato de os artigos citados serem relevantes para o tópico em estudo, fornecerem aprofundamento para a pesquisa em desenvolvimento e darem crédito intelectual. A visão construtiva social no comportamento das citações contradiz estas suposições. Seguindo esta visão, as citações são um processo psicológico e social, não livres do viés pessoal ou de pressões sociais e, provavelmente, não feitas pelas mesmas razões. Por isso, diferentes motivações para o comportamento da citação devem ser esperadas dependendo do ambiente intelectual e prático (WOUTERS, 1999).

1.1.3.5 A origem do fator de impacto. Para que serve esse parâmetro? Cuidados na sua utilização.

A posição de prestígio dos cientistas e dos periódicos é mantida e sustentada por um sistema de avaliação baseado em vários indicadores, entre os quais está o fator de impacto, uma medida de penetração e visibilidade dos cientistas. Assim como há hierarquia entre indivíduos que constituem a comunidade científica, ela também ocorre nos diversos veículos de

disseminação do conhecimento científico. O periódico indexado costuma ser o veículo mais prestigiado e neste também há uma elite: títulos de maior ou menor prestígio, que dependem, grosso modo, dos diferentes graus de reconhecimento das editoras que os publicam, das línguas que usam e das bases de dados que os indexam. Surgem, assim, as editoras, os avaliadores, os autores “estrela” (MUELLER, 2006). Para BRISOLLA (2011), um mesmo indicador pode dar origem a diferentes interpretações da realidade, havendo um desvio anglófilo dos índices SCI e outros. Para a mesma autora,

a construção de indicadores encerra contradição: quanto mais simples, mais compreensíveis e úteis. Na medida em que crescem de complexidade vão perdendo graus de liberdade e tendem a substituir a análise científica por coisas como a modelagem estatística, como ocorre por vezes com a econometria. Há tensão permanente entre a tentativa de aproximação do quadro da realidade – obtido por sofisticação crescente dos indicadores e pelo acréscimo do número de variáveis – e a capacidade de manuseio e compreensão desses indicadores. Nas ciências sociais isso é claro e se relaciona com a imprevisibilidade dessas variáveis (BRISOLLA, 2011, pg. 2).

O fator de impacto, doravante FI, foi introduzido no início dos anos 1960 (BENSMAN, 2007) pelo Institute for Scientific Information (ISI), atualmente Thomson Reuters, nos Estados Unidos e é divulgado anualmente por meio do Journal Citation Reports (ISI/JCR). O cálculo do fator de impacto para dois anos consiste em dividir o total de citações recebidas pela revista num determinado ano (por exemplo, 2005) a artigos publicados nos 2 anos anteriores (por exemplo, 2003 e 2004) pelo total de artigos publicados nos mesmos anos anteriores. Em outras palavras, é o número de citações de Artigos indexados no ISI, publicado no ano x para os artigos publicados na revista nos anos $x - 1$ e $x - 2$, dividido pelo número de Artigos citáveis publicados na revista nos anos $x - 1$ e $x - 2$. No intuito de facilitar a visualização, segue a fórmula abaixo:

$$\text{FI} = \text{Fator de impacto (2001)} = \frac{\text{citações recebidas em 2001 por artigos publicados em 1999 e 2000}}{\text{número de artigos publicados em 1999 e 2000}}$$

Assim, o FI é usado para a análise do impacto de determinados periódicos¹² especializados indexados nas bases compiladas pela Thompson. Contudo, o cálculo do FI nesta base pode encerrar o escopo deste indicador a sua população, ou seja, o impacto está restrito a sua realidade, significando que qualquer inferência deve limitar-se à abrangência dessa mesma realidade. Por exemplo, a contagem das citações recebidas por um autor, instituição ou revista é uma medida relativa a seu contexto. Ainda, esta base apresenta um contexto em que a predominância de revistas norte-americanas atinge quase a metade da base; por isto, não há como ser consistente a medida de impacto de uma revista brasileira, por exemplo, neste contexto (MUGNAINI, 2006).

Existem muitos estudiosos do FI que vem buscando propor indicadores alternativos. Para GLÄNZEL & MOED (2002), os fatores principais que justificam o uso indiscriminado do FI são: (i) a facilidade de compreensão, já que se trata simplesmente do número médio de citações recebidas pelos artigos de uma revista; (ii) a robustez, pois sua variação de um ano para outro não é muito grande; (iii) e, por último, a rápida disponibilidade, dada à agilidade de indexação e distribuição da Thompson.

Como já mencionado, o critério mais popular para avaliar o fator de impacto de uma revista é o valor adotado pelo SCI, da base de dados do ISI, divulgado pelo JCR. No entanto, sua artificialidade pode ser claramente demonstrada pelo curto tempo de avaliação, pelo tipo de artigo publicado e pela diferença entre as áreas do conhecimento. Segundo COURA & WILCOX, (2003), dois anos representam muito pouco no universo científico, já que uma descoberta pode levar até dez anos, ou mais, para ser comprovada, validada, discutida e absorvida pela comunidade científica. Por outro lado, o tipo de artigo, um *review* ou uma adaptação técnica, podem ter um enorme número de citações no curto prazo.

Para MERTON (1973), as revistas com maior FI tendem a publicar pesquisas de alto impacto e, portanto, tendem a ser melhor consideradas. No entanto, parece haver um consenso de que o ranking de revistas baseado no FI é problemático em áreas temáticas distintas (BORGMAN & FURNER, 2002; MOED, 2005), uma vez que as áreas de conhecimento têm diferentes

¹² Contudo o termo “fator de impacto” evoluiu, gradualmente, para descrever tanto o impacto do periódico como do autor (GARFIELD, 2006).

dinâmicas. Mesmo assim, a avaliação da pesquisa, como ocorre no Brasil, tende a desconsiderar o sistema social de produção do conhecimento dessas diferentes áreas e a “fazer pressão” para que todas adotem um modelo padrão, definido pela valorização extrema (e quase exclusiva) de publicações em periódicos internacionais de “alto fator de impacto”.

Na mesma linha, SEGLEN (1997b) enumera diversas limitações associadas a esse indicador, motivos pelos quais este não deveria ser usado para avaliar a qualidade da pesquisa. O quadro 1.2 relaciona alguns problemas associados ao seu uso para fins de avaliação.

Quadro 1.2 Problemas associados ao uso do FI em periódicos para Avaliação

Item	Problemas
1.	FI dos periódicos apresentam baixa correlação com citações reais de artigos individuais;
2.	os autores utilizam muitos critérios diferentes do impacto no momento da submissão de seus artigos;
3.	citações "não citáveis" são, erroneamente, incluídas na base de dados;
4.	auto citações não são corrigidas;
5.	os artigos de revisão são muito citados e inflacionam o FI das revistas;
6.	artigos longos recebem muitas citações e dão maior FI à revista;
7.	citações na língua nacional da revista são os preferidos pelos autores da revista;
8.	artigos preferem citar outros da mesma revista;
9.	cobertura das bases de dados não é completa;
10.	os livros não são incluídos nas bases de dados como fonte de citações;
11.	as bases de dados tem um viés do idioma inglês;
12.	as bases de dados são dominadas por publicações americanas;
13.	as áreas de pesquisa com literatura que se torna rapidamente obsoleta são favorecidas;
14.	FI depende da dinâmica (expansão ou contração) da área de pesquisa;
15.	pequenas áreas de pesquisa têm carência de periódicos de alto impacto;
16.	relações entre as áreas fortemente determinam o FI dos periódicos;
17.	a taxa de citação do artigo determina o impacto dos periódicos, mas não vice-versa.

Fonte: Elaborado pela autora com base em SEGLEN (1997a) e SEGLEN (1997b)

Ainda, vale lembrar que os periódicos publicados por países periféricos costumam ter um baixo FI. Como motivo, PINTO e ANDRADE (1999) citam a disponibilidade restrita de acesso

aos periódicos em grandes centros científicos, a baixa prioridade na sua assinatura pelas bibliotecas e fatores culturais como o mau hábito de muitos, senão a maioria, dos pesquisadores brasileiros em não citar os seus colegas também brasileiros. Por tudo isso, os mesmos autores sugerem cautela na aplicação do FI, levando em conta também que o número de revistas por área do conhecimento varia muito de área para área. Isto leva a crer que as áreas com um maior número de revistas, têm, conseqüentemente, uma maior probabilidade de serem citadas do que as áreas com um número inferior de revistas.

Por fim, vale lembrar que diversos editores afirmam que a Thompson não tem critérios definidos para determinação dos documentos que compõem os itens citáveis, além de artigos originais, o que influencia o cálculo do FI, tornando-o um indicador sujeito a resultados viciados, não científicos e subjetivos (THE PLOS MEDICINE EDITORS, 2006).

1.1.3.6 Indexação de periódicos nas bases de dados.

Os textos publicados em revistas científicas, embora não sejam os únicos produtos da pesquisa, constituem uma das principais formas de difusão do conhecimento gerado.

A comunidade científica brasileira vem sofrendo grande influência do FI das revistas onde publica os seus trabalhos. Um dos indicadores utilizados e aceitos, no Brasil, pela maioria dos pesquisadores, instituições de ensino e pesquisa e agências de fomento à pesquisa e pós-graduação, em especial pelo CNPq e pela Capes, é o Science Citation Index (SCI), um índice de citações originalmente produzido pelo Institute for Scientific Information (ISI), que atualmente é propriedade da Thomson Reuters.

No entanto, o que muitos estudos questionam e problematizam é a utilização corrente da indexação para fins de avaliação de qualidade da produção científica e, por conseguinte, dos periódicos científicos. Argumentam que, por razões diversas, as bases de indexação internacional não devem ser utilizadas como os únicos parâmetros de avaliação do impacto da produção científica brasileira nas diversas áreas do conhecimento.

Assim mesmo, dentre as bases de dados internacionais de maior prestígio, estão àquelas compiladas pelo ISI – *Institute for Scientific Information*, fundado em 1958, por Eugene Garfield e adquirido, em 1992, pela Thompson Reuters Corporation, que mantém bancos de dados de citações que cobrem milhares de revistas acadêmicas, *Science Citation Index*, *Social Science Citation Index* e *Arts & Humanities Citation Index*, reunidas pela *Web of Science*. Na primeira metade do século 20 foram publicados 850.000 artigos indexados, de 262 revistas científicas, fazendo um recorte segundo a internacionalidade da ciência, denominado ciência *mainstream*¹³.

O Science Citation Index (SCI), que serve de base para quase todas as avaliações de produções científicas, mantém a maior base de dados bibliográfica, coletando citações a autores feitas em artigos publicados nas revistas selecionadas para indexação. O índice apresenta publicações (artigos e periódicos), citações e autores (cientistas individuais, projetos, departamentos, institutos, países), agregados de formas diversas (por escolas de pensamento, por grupos teóricos, por especialidades, "redes", aglomerados), a fim de representar estrutural e graficamente os domínios e níveis de atividade de pesquisa na ciência internacional e por países.

A título de ilustração, COURA & WILCOX, em 2003 publicaram um artigo divulgando que a empresa Thomson Reuters indexava, aproximadamente, 15 revistas brasileiras, rigorosamente selecionadas, que representam 0.09% de todas as revistas indexadas no ISI¹⁴. Destas 15, apenas uma (*Computational and Applied Mathematics* – publicada em Cambridge, MA, USA) apresenta fator de impacto acima de 1; as outras 14 apresentam valores que variam de 0.764 a 0.032 no JCR 2001. O FI, como já mencionado, é calculado dividindo-se o número de vezes em que os artigos de uma revista são citados em um determinado ano, em revistas indexadas pelo ISI, pelo número de trabalhos publicados pela revista nos dois anos anteriores .

Outra base internacional importante, a segunda a indexar citações, é a Scopus, oficialmente denominada *SciVerse Scopus*, de propriedade da Elsevier, uma das principais editoras de periódicos científicos internacionais. É uma base de dados de resumos e referências bibliográficas

¹³ A chamada ciência internacional (ou *mainstream*) é, em grande medida, o resultado das 'ciências nacionais' dos países centrais (SPINAK, 1998). A ciência *mainstream* é a principal corrente de pensamento em cada disciplina, as teorias mais aceitas de uma ciência. Por exemplo, o liberalismo na ciência econômica. (BRISOLLA, 2011)

¹⁴ No entanto, em 2008 a Thompson ampliou, consideravelmente, o número de revistas brasileiras indexadas. Discutem-se as razões para isso ter acontecido e a mais provável parece ter sido por competição com a Scopus que está ganhando espaço junto a CAPES com o seu fator H.

de literatura científica revisada por pares, com mais de 18.000 títulos de 5.000 editoras internacionais, incluindo 16.500 revistas técnicas, médicas e de Ciências Sociais (incluindo as Artes e Humanidades), também revisadas por pares. Esta base permite uma visão multidisciplinar da ciência e integra todas as fontes relevantes para a pesquisa básica, aplicada e inovação tecnológica por meio de informações sobre patentes, fontes da web de conteúdo científico, periódicos de acesso aberto, memórias de congressos e conferências. É atualizado, diariamente, e contém os *Articles in Press* de mais de 3.000 revistas¹⁵.

A base Scopus é uma ferramenta importante para estudos bibliométricos e avaliações de produção científica, por reunir ferramentas como: perfil do autor, perfil da instituição, rastreador de citações, índice h¹⁶ e analisador de periódicos¹⁷.

Para a ciência brasileira, uma base importante é o SciELO (*Scientific Electronic Library Online*). Indexa 91 das cerca de 500 revistas brasileiras, um percentual aproximado de 18% dos periódicos nacionais, incluindo automaticamente os indexados pelo ISI, pelo *Medline/ Index Medicus e Psycinfo* (APA) e outros selecionados pelo Comitê Consultivo SciELO, de acordo com o caráter científico da revista, seu Conselho Editorial, sua periodicidade, sua pontualidade, número de artigos por ano, entre outros. Com critérios semelhantes aos do ISI, e na visão dos seus fundadores, o SciELO usa critérios mais adequados à realidade brasileira e menos discriminatórios, inclusive pela presença de avaliação continuada de um Comitê Consultivo Inteligente. (COURA & WILCOX, 2003).

Assim, observando-se o quadro da ciência que se desenha com o uso de cada uma dessas bases, é preciso levar em consideração possíveis vícios de origem que elas possam abrigar. Somente então cada uma delas pode ser usada adequadamente como ferramenta para auxiliar a tomada de decisões em política de C&T e, porque não, nas palavras de VELHO (2001), para

¹⁵ Com base em informações da Elsevier, disponíveis em <<http://www.americalatina.elsevier.com/sul/pt-br/scopus.php>>

¹⁶ O índice h, ou *h-index*, foi proposto em 2005 por Jorge E. Hirsch como uma ferramenta para determinar a qualidade relativa dos trabalhos na área de física, foco de seu primeiro estudo sobre o índice, mas podendo também, segundo o autor, ser aplicado em outras disciplinas. É uma proposta para quantificar a produtividade e o impacto de cientistas baseando-se nos seus artigos mais citados. O índice pode ser também aplicado para estimar a produtividade e impacto de um grupo de cientistas, um departamento, um país, e assim por diante, sendo um critério útil para comparar, de maneira imparcial, indivíduos diferentes em busca do mesmo recurso (HIRSH, 2005).

¹⁷ Com base em informações da Elsevier, disponível em <http://www.americalatina.elsevier.com/sul/pt-br/scopus.php>.

antecipar as necessidades dos tomadores de decisão de ter a informação necessária no momento em que ela é requerida.

Dentre os vícios de origem nas avaliações da ciência por meio de índices como o SCI está o fato de se basearem, muitas vezes, em premissas que não são verdadeiras. Exemplo disso, segundo VELHO (2006) é a medida do desempenho científico dos estudos de citações, que tem como premissa que uma publicação deve ter certa qualidade básica para gerar impacto (qualidade esta medida pelo número de citações), ou seja, mede-se qualidade pela quantidade¹⁸, sem avaliar os problemas e limitações que certas bases têm embutidas, tais como: (i) há uma reconhecida tendência dos cientistas de se auto-citar e de citar seus amigos; (ii) o sistema de comunicação científica internacional é bastante imperfeito e o acesso a trabalhos varia consideravelmente (tornando questionável a atitude de mensurar algo apenas pelas citações); (iii) a existência de uma barreira lingüística, podendo separar os cientistas de determinadas publicações indexadas; (iv) trabalhos de pesquisa fundamental são muito mais citados do que os experimentais, o que não quer dizer que sejam mais importantes; (v) práticas de publicação variam entre as áreas do conhecimento; (vi) muitos trabalhos são citados sem terem sido lidos e analisados cuidadosamente, fazendo-se citações de segunda mão, muitas vezes não dando o crédito àquele autor que primeiramente desenvolveu o conceito ou a ideia.

Por fim, diante do exposto, cabe destacar que, no caso dos países periféricos, é vital que sejam utilizadas bases nacionais, para que o contexto local possa ser devidamente representado (MUGNAINI, 2006).

1.1.3.7 Estratégias para estabelecer um sistema de indicadores científicos no Brasil.

Tem sido argumentado exaustivamente no país que as bases de indexação internacional não devem ser utilizadas como os únicos parâmetros de avaliação do impacto da produção científica brasileira. Propõe-se o uso de critérios alternativos aos índices de impacto, visando um

¹⁸ Eis o que diz ZIMAN (1981, p. 119) sobre este aspecto: “O número de artigos publicados por um pesquisador constitui uma medida grosseira da produtividade científica, (...) sendo, naturalmente, óbvio que a “produtividade” medida pelo mero número de artigos publicados não constitui um índice absoluto de qualidade científica”.

entendimento mais amplo acerca da dinâmica de produção científica nas diversas áreas do conhecimento no Brasil.

Por isso, clama-se aos responsáveis pela distribuição de fundos para pesquisa nas diversas áreas do conhecimento, que não se limitem à ortodoxia quantitativista dos indicadores ISI, mas que o impacto da produção científica seja medido ou avaliado por outros meios, já que, como foi constatado por inúmeros estudos, além de fatores mais óbvios como a barreira da língua e acessibilidade da publicação, ocorre o descrédito¹⁹ da parte de pesquisadores vinculados aos centros de excelência do Primeiro Mundo em relação às publicações oriundas de países cientificamente periféricos (VELHO, 1986b, GAILLARD, 1992, VESSURI, 1995). Interessante notar que alguns autores enfatizam em seus trabalhos que “os cientistas brasileiros ainda preferem publicar em revistas locais ou circunscritas à América Latina” (GLÄNZEL *et al.*, 2006, p.78), supondo tratar-se apenas de uma questão de escolha dos pesquisadores. Estudos recentes têm evidenciado que as decisões que os cientistas de países periféricos tomam, no que se refere ao periódico no qual publicar seus trabalhos científicos, sofrem influência de uma gama de fatores de ordem individual e social, que não podem ser ditos como mantendo qualquer relação com a qualidade da pesquisa. Dentre estes fatores pode-se citar: (i) dificuldade de escrever em inglês; (ii) falta de recursos para pagar as despesas de publicação exigidas por diversos periódicos internacionais; (iii) sentimento nacionalista de incentivar os periódicos locais e os colegas a escrever na própria língua; (iv) atingir uma audiência que não lê periódicos internacionais; (v) dificuldade de acesso aos periódicos internacionais; e (vi) o caráter nacional ou regional de alguns tópicos de pesquisa focalizados pelos pesquisadores (VELHO, 2006). Fica claro, em vista destes fatos “que os dados do SCI dizem muito pouco sobre o tipo e a qualidade da ciência que se faz nos países periféricos e, conseqüentemente, de pouco servem como ferramenta para auxiliar a tomada de decisão em PC&T” (VELHO, 2006, p. 5).

Dadas a limitações das bases de dados hegemônicas existentes, ARCHAMBAULT & GAGNÉ (2004) sugerem a criação de uma base de dados que contenha todas as informações possíveis para uma análise bibliométrica completa, devendo, portanto, incluir dados sobre livros,

¹⁹ Esse descrédito se deve à falta de indexação do SCI, que justifica com a alegação de que a literatura científica produzida pelos países periféricos em suas próprias línguas é, geralmente, de baixa qualidade ou que não desperta o interesse da ciência internacional. Em outras palavras, as publicações feitas localmente, e que não vão para os periódicos mais conhecidos, não atenderiam aos padrões de “excelência” internacionais (VELHO, 2006).

anais de congressos e artigos acadêmicos de todos os países, com dados sobre citação e endereço institucional.

Enfim, instituir provedores de serviços com as publicações científicas nacionais para a criação de uma base de dados própria pode representar um caminho no intuito de diminuir a dependência do país das publicações científicas (publicadas pelo ISI) e, em contrapartida, aumentar o registro e disseminação da produção científica brasileira. Essa independência permitirá a divulgação adequada do conhecimento gerado no país, assim como possibilitará um melhor planejamento científico ao Brasil (OLIVEIRA, 2005; VELHO, 2001 e SPINAK, 1998). Uma iniciativa importante neste rumo é a Base SciELO²⁰, já evidenciada anteriormente.

Assim, é fundamental que o país crie instrumentos adequados para avaliar a sua produção científica, fazendo uma compilação e criando uma base de dados própria dos periódicos, autores, publicações e inclusive de citações, isentos dos problemas e limitações impostos pelas bases de dados do ISI e outras bases de dados internacionais à ciência periférica. Nesta construção, deverá-se levar em conta o aspecto técnico da compilação de informações para construção dos indicadores, isto é, a metodologia usada na formação da base de dados. Um problema técnico bastante sério com os indicadores de "*output*", apontado por VELHO (2006), que se aplica aos indicadores científicos em geral, é a falta de um referencial contra o qual se possam comparar as medidas obtidas, o que resulta em comparações de um país com outro, ou do presente com o passado, o que pode trazer resultados totalmente discrepantes e distantes do que se pretende buscar.

A questão dos critérios de inclusão de periódicos nestas principais bases de indexação é um assunto que vem ganhando espaço e tem gerado discussões acaloradas entre os envolvidos nas diversas instâncias do processo de produção e divulgação de conhecimento científico, como editores, pesquisadores e técnicos de órgãos de fomento. Neste tocante, cabe alertar de antemão que existe uma polêmica recorrente em torno dos produtos gerados pelos sistemas de informação oriundos das bases bibliográficas do ISI. Apesar disto, seu precursor, Eugene Garfield, insiste em

²⁰Sandra Brisolla lembrou iniciativas de construção de base bibliográfica latino-americana no México, ocorridas no passado, atentando para o fato do Brasil poder retomar esse projeto e implementá-lo a partir da base Scielo (BRISOLLA, 2011, pg. 2).

dizer que a constituição desta base, isto é, as revistas cobertas por este Instituto, não é orientada pelo princípio da representatividade geográfica²¹, mas constitui “*the lion’s share*” da literatura mundial, ou seja, aquelas revistas mais lidas, mais citadas e, supostamente, de maior impacto (GARFIELD, 1995).

Para finalizar, um dos desafios da atualidade é o desenvolvimento de uma geração de indicadores que permitam avaliar a comunicação dos resultados de pesquisa, respeitando os atores distintos das diferentes disciplinas da ciência (NASCIMENTO, 2005).

1.1.3.8 Especificidades das Diferentes áreas do conhecimento.

A avaliação é mais que uma ação cotidiana na ciência; ela é parte integrante do processo de construção do conhecimento científico. É por meio da avaliação – seja de artigos para publicação, seja do currículo de um pesquisador para contratação, seja de um projeto de pesquisa submetido para financiamento, seja de outras várias situações e atores – que se definem os rumos, tanto do próprio conteúdo da ciência quanto das instituições a ela vinculadas. Diante disso, não surpreende que a avaliação da atividade científica tenha surgido com a própria ciência (DAVYT & VELHO, 2000, p. 93).

No entanto, a avaliação da pesquisa, no Brasil, tende a desconsiderar o sistema social de produção do conhecimento das diferentes áreas e a “fazer pressão” para que todas adotem um modelo padrão, definido pela valorização extrema (e quase exclusiva) de publicações em periódicos internacionais de “alto fator de impacto”.

Um exemplo disto é o processo de avaliação realizado pela CAPES, que tem priorizado a divulgação da produção intelectual em veículos de grande circulação, como os periódicos, que passaram a ser classificados conforme as suas características no chamado sistema Qualis. Por isto, certos cuidados devem ser tomados, principalmente pelos países subrepresentados no contexto internacional, no momento da definição dos critérios para composição da política

²¹Significa dizer que os critérios de inclusão de periódicos adotados pelo ISI não são baseados na premissa de atingir uma cobertura representativa (no sentido estatístico) da ciência produzida nos diversos países e regiões do mundo.

científica, uma vez que se baseiam em indicadores de produção com forte dependência do FI. Esse uso não questionado, segundo Rogério Mugnaini:

tem sido uma prática de agências de fomento na avaliação de pesquisadores e departamentos, premiando a publicação em revistas de “alto impacto”. Por essa razão, a análise da Avaliação Qualis, em sua classificação da produção científica nacional, pode indicar o modo de as políticas nacionais absorverem tais desvios (MUGNAINI, 2006, p. 66-67).

Pode-se ver que diversas são as críticas ao uso indiscriminado de índices convencionais de avaliação de desempenho da produção científica e acadêmica, e, com frequência, são cometidas injustiças (VELHO, 2008). A grande maioria das críticas que discordam da avaliação nas diversas áreas do conhecimento não é contra o processo de avaliação em si, mas quanto aos aspectos desse processo, ou dos critérios utilizados, como a inadequação dos mesmos no que se refere à cultura de produção de determinadas áreas, como, por exemplo, as ciências sociais, que se valem mais frequentemente dos livros e capítulos do que as demais áreas. Esses seriam menos valorizados do que artigos em periódicos pelos atuais critérios, prejudicando os pesquisadores desse segmento e colocando-os em desvantagem. Isso traz para a discussão a necessidade de reconhecimento e respeito à diversidade de produção, e às características de cada área, pelos critérios de avaliação (BARROS, 2006).

Outro critério de avaliação do trabalho acadêmico que vem sendo muito criticado é a publicação científica seguindo parâmetros excessivamente pautados em uma *ideologia cientificista*, socialmente descontextualizados. Prevalendo esta lógica quantitativista, de (re) produção seriada, é natural que ocorra uma perda de “qualidade”, pois exige-se hoje que se publique muito, mesmo que com artifícios questionáveis e escassa relevância para o contexto social de origem (KERR-PONTES, *et al.*, 2005).

Há quem pense que, ainda que as publicações seriadas sejam medidas válidas apenas para algumas áreas científicas, em particular as ‘básicas’ e entre elas as ‘duras’, os indicadores derivados delas tendem a ser usados nas considerações de política científica no mundo todo. Assim, é lugar-comum assimilar a excelência científica ao reconhecimento e prestígio acadêmico

internacionais, ao impacto na comunidade científica mundial, medidos por meio destes instrumentos.

Com relação às diferenças encontradas nos diversos ramos da ciência, merece destaque o público buscado pelos especialistas para divulgar seus resultados de pesquisa. Enquanto os pesquisadores das áreas exatas e naturais têm um contato mais intenso apenas com seus pares, devido ao uso de uma temática mais especializada e de âmbito universal, difícil de ser compreendida pelo público externo não especializado, tendendo, por isso, a uma audiência mais internacional, os pesquisadores da área de ciências sociais buscam estabelecer comunicação não só com seus pares, mas também com o público leigo, pois suas temáticas afetam o seu entorno social, o que os leva a publicar mais local e nacionalmente.

No que tange ao tipo de canal de publicação, os cientistas sociais preferem os livros, pela facilidade em esmiuçar suas ideias, não se restringindo a pequenas pinceladas como costumam estabelecer os artigos em revistas especializadas. Por sua vez, os pesquisadores das áreas exatas e naturais tendem a preferir estas últimas, por serem vistas como veículos mais rápidos e eficientes para divulgar suas produções de conhecimento que são mais dinâmicas e constantes. Para ZIMAN (1979) esta é uma das vantagens de uma publicação regular, isto é, proporcionar uma divulgação rápida²² e garantida dos resultados de um grande número de pesquisas que, se tomadas separadamente, não teriam grande significância, mas que ao se concatenarem umas com as outras estimulam novos trabalhos, formando a base das pequenas e minuciosas observações sobre as quais se alicerçam os grandes avanços científicos.

²² A preocupação com a rapidez ou a velocidade da publicação tem a ver com a preocupação dos pesquisadores com a prioridade e o receio de serem passados para trás, sendo este receio justificado pela prioridade, ou pelo menos a originalidade da descoberta, que é praticamente o único título que o cientista conquista com seu trabalho. Há, de fato, ocasiões em que as descobertas científicas muito importantes exigem uma rápida divulgação e sempre existiram meios apropriados para tal (ZIMAN, 1979). Destaque-se que a comunicação rápida da descoberta é uma tendência que se acentua mais em determinados ramos da ciência que em outros e essa urgência (como Ziman já colocou) associa-se à disputa em estabelecer primazia na descoberta (OLIVEIRA, 1996).

Quadro 1.3. Diferenças entre as Ciências Humanas e Sociais e as Ciências Exatas e Naturais

Ciências Humanas e Sociais	Ciências Exatas e Naturais
(a) quanto ao tema: estudam comportamentos humanos e atividades;	estudam objetos naturais e fenômenos;
(b) quanto a metodologia de pesquisa: confiam na intuição e na imaginação;	ênfaticam a razão e o raciocínio lógico;
(c) quanto a publicação: publicam mais livros ou capítulos de livros;	publicam mais artigos;
(d) quanto a língua utilizada nas publicações: publicam mais freqüentemente na língua nativa;	publicam em outras línguas com facilidade;
(e) quanto a fonte principal de citação: são os livros;	são os artigos;
(f) quanto a faixa etária ²³ das citações: citam literatura mais antiga	citam literatura mais atual

Fonte: Elaborado pela autora com base em HUANG & CHANG (2008)

Ainda segundo os mesmos autores, nas ciências humanas e sociais os pesquisadores enfrentam pressões relativamente menores na publicação de seus resultados da pesquisa que os pesquisadores das ciências exatas e naturais. Além disto, como mostra o quadro 1.3, os pesquisadores das ciências humanas e sociais tendem a citar mais livros que artigos, indicando uma forte dependência de livros em suas pesquisas. Assim, as avaliações nesta área não devem negligenciar o papel do livro na pesquisa, e devem dar a eles um maior peso. Entretanto, a pesquisa também mostrou que algumas disciplinas das ciências sociais, em alguns países, tendem a citar mais artigos do que livros, tais como a psicologia, administração, economia e biblioteconomia e ciência da informação que têm características das ciências exatas e naturais. Estas diferenças também precisam ser consideradas no desenvolvimento de metodologias de avaliação (HUANG & CHANG, 2008).

²³ Sobre este aspecto, HUANG & CHANG (2008) construíram uma tabela comparando diversas disciplinas das ciências humanas e sociais com base em diversos estudos, ilustrando este argumento. (conforme tabela 3, p. 1826, do artigo citado).

Com relação ao desenvolvimento das pesquisas²⁴, destaca-se o grau de colaboração, que nas ciências exatas e naturais é mais coletiva, enquanto nas ciências humanas e sociais a pesquisa em grupo tende a ser mais rara, prevalecendo a individual.

No entanto, a prática de pesquisa em grupo nas ciências humanas e sociais tem crescido com o estímulo e a disponibilização de recursos de maior vulto para pesquisa por parte das agências de fomento (BRISOLLA, 2011).

Outras características que diferenciam as áreas estão relacionadas com a citação, a co-citação, o fator de impacto e suas variáveis como a imediatez e ou durabilidade da citação, a variabilidade do pico de produtividade do pesquisador, entre outros, que são indicadores que diferem quanto aos significados entre as diversas disciplinas. (NASCIMENTO, 2005). Essas características que particularizam as diferentes áreas da ciência podem determinar a quantidade e saída do produto da atividade de pesquisa, seu fluxo de comunicação no tempo e o tipo de canal utilizado. Segundo a autora citada:

O ‘fazer’ científico apresenta distinto *modus operandi* e, portanto, os resultados de pesquisa podem se apresentar diferentemente, o que passa a exigir que a avaliação da produção científica encontre mecanismos próprios, mas distintos, na interpretação do avanço das disciplinas que compõem o universo científico (NASCIMENTO, 2005, p. 44).

Em outras palavras, há que se entender ou, pelo menos, respeitar o “fazer” dos diferentes campos da ciência, pois esta, em seus diferentes campos de pesquisa, produz conhecimento, muito embora operando de maneira distinta.

Assim, existem diferenças fundamentais entre as ciências naturais e as ciências sociais e humanas com respeito, principalmente, aos objetos de pesquisa, às metodologias usadas e às estruturas de comunicação. Dadas estas diferenças, ferramentas metodológicas precisam ser desenvolvidas para possibilitar às agências de avaliação e os tomadores de decisão, que levem em conta estas especificidades (MOED *et al.*, 2002).

²⁴ Outro ponto interessante a destacar é que a duplicação da pesquisa nas Ciências Humanas e Sociais é quase impossível e a réplica é frequentemente desejável nas ciências naturais.

Em suma, é fundamental que se examinem as motivações para fazer ciência, para publicar dentro ou fora do país, assim como observar as diferenças entre os modos preferidos de comunicação científica para então avaliar a produtividade ou qualidade de cada área e, sobretudo, para que possa ser usado nas tarefas de planejamento, acompanhamento e avaliação das políticas para ciência (VELHO, 2000).

Em conclusão, existem diferenças entre as áreas no que se refere aos resultados da pesquisa, em termos de tipos de publicação, fontes para citação, língua utilizada para publicações, e distribuição etária dos trabalhos citados na pesquisa. Os pesquisadores das ciências humanas e sociais, especialmente os estudiosos da área de Humanas, produzem diversas publicações, livros de valor, temas de estudo das questões regionais e culturais, e citam a literatura mais antiga. Por este motivo, as avaliações destas áreas devem abordar estas características ao invés de empregarem metodologias derivadas de avaliações da pesquisa das Ciências Exatas e Naturais, no intuito de produzir avaliações justas e equitativas (HUANG & CHANG, 2008).

2. ASPECTOS METODOLÓGICOS

2.1 DADOS QUANTITATIVOS.

Este estudo busca identificar de modo quantitativo e qualitativo o envolvimento dos pesquisadores brasileiros na produção científica da área de Direito. Com os dados obtidos e as entrevistas realizadas, procedeu-se ao tratamento e gerenciamento das informações para fazer reflexões em torno dos pressupostos da pesquisa, dialogando com a literatura existente, atribuindo-se aos números algum significado.

De início, é importante explicar os limites e utilidades de cada abordagem. Neste item, uma pequena explanação será dada sobre a abordagem quantitativa, que recorre à quantificação como única via de assegurar a validade de uma generalização, pressupondo um modelo único de investigação, que só admita observações externas, que siga um caminho indutivo para estabelecer leis, mediante observações objetivas amparadas em frequências estatísticas (CHIZZOTTI, 2003).

Neste aspecto quantitativo, este estudo está centrado na utilização da informação a partir de dados existentes e disponibilizados pela CAPES e CNPq. Seu âmbito de atuação são as universidades (ou Instituições de Ensino Superior), com cursos de pós-graduação, em nível de Mestrado e Doutorado Acadêmico, na área de Direito, recomendados e reconhecidos pela CAPES, com conceito mínimo de 5 (numa escala que vai até o 7²⁵), perfazendo 14 cursos.

Estas avaliações são realizadas pela CAPES a cada três anos e este estudo centra-se em dados coletados para o triênio 2004 a 2006. Esta avaliação trienal reúne diversos consultores *ad hoc*, que são incumbidos de analisar o desempenho dos programas de pós-graduação de diversos cursos no país. A finalidade deste processo é avaliar a pós-graduação brasileira, com atribuição

²⁵ Como constatação qualitativa sobre a área, importa registrar que nela não existe nenhum programa ao qual tenha sido atribuído o grau máximo, isto é, a nota 7.

de notas, sendo seus resultados utilizados como subsídios para a definição de planos e programas governamentais de desenvolvimento e investimentos no Sistema Nacional de Pós-Graduação²⁶.

Primeiramente, no intuito de entender o funcionamento interno da comunidade científica da área de Direito, no que se refere aos padrões de publicação, a ficha de avaliação dos Programas foi analisada com base na produção intelectual dos 14 programas, fornecidos pela CAPES, na estratificação Qualis, no último triênio, compreendido entre os anos 2004 a 2006, como já mencionado.

Após, com os dados coletados, foram elaboradas figuras e tabelas para uma melhor visualização da unidade de análise. Este levantamento foi realizado entre setembro e outubro de 2008, com base, como já dito, na folha de avaliação dos programas, a partir da qual a produção intelectual dos 14 programas foi extraída.

A partir disto, todas as publicações foram organizadas em tipos. Os artigos e trabalhos completos publicados em anais de eventos técnico-científicos foram classificados de acordo com suas características no sistema chamado Qualis²⁷, três deles, devido à sua circulação e seu fator de impacto, que prevê três níveis de qualidade (A, B, C) e os outros três níveis de circulação (internacional, nacional, local). Da mesma forma, livros, capítulos de livros, coletâneas²⁸ e os verbetes²⁹ foram organizados separadamente, seguindo também a estratificação Qualis.

Contudo, a abordagem quantitativa, neste estudo, mostra-se insuficiente para abarcar toda a realidade observada, havendo a necessidade de uma complementaridade com a qualitativa, que realiza uma aproximação fundamental e de intimidade entre sujeito e objeto, se envolvendo com empatia aos motivos, intenções, aos projetos dos atores, a partir dos quais as ações, as estruturas e as relações tornam-se significativas (MINAYO & SANCHES, 1993).

²⁶ Entre 19 de julho e 14 de agosto, a CAPES realizou sua Avaliação Trienal 2010, reunindo cerca de 900 consultores *ad hoc*, que analisaram o desempenho de aproximadamente 2.900 Programas de Pós-graduação (cerca de 4.300 cursos). Informações obtidas no site <http://trienal.capes.gov.br/?page_id=100>. Acesso em 03 jul. 2010.

²⁷ A classificação dos artigos e livros do Qualis presentes neste estudo tem como base aquela disponível na avaliação trienal 2004-2006.

²⁸ Como os documentos de área não apresentam as definições dos tipos de produção, buscou-se apoio em dicionários. Assim, coletânea: 1. é o conjunto de textos selecionados de diversas obras, 2. coleção de várias obras ou coisas (HOUAISS & VILLAR, 2008).

²⁹ Verbetes: significa o conjunto de informações explicativas sobre uma palavra listada em dicionário ou enciclopédia (HOUAISS & VILLAR, 2008).

Em suma, esta pesquisa, do ponto de vista metodológico, realizou dois estudos, sintetizados no quadro 2.1.

Quadro 2.1 - Síntese dos Procedimentos de Coleta e Análise de Dados de Pesquisa

	Fonte de dados ou Unidade de Análise	Instrumentos de Coleta de Dados	Instrumentos de Análise de Dados
Estudo 1 Quantitativo	Fichas de Avaliação (Produção Intelectual) de 14 PPG da área de Direito da CAPES com nota mínima 5.	Formulários	Análise Ciencométrica
Estudo 2 Qualitativo	20 pesquisadores da área de Direito, inseridos em 3 Programas de Pós-Graduação nota 6 e líderes de grupos de pesquisa da área, segundo os Censos 2006 e 2008 dos Grupos de Pesquisa em Direito.	Entrevista	Análise de Conteúdo

Nota: PPG = Programas de Pós-Graduação

Fonte: Elaboração própria

O primeiro, descrito neste item, de caráter quantitativo, tratou de mapear a produção científica e dos grupos de pesquisa da área de Direito, no Brasil, por meio da obtenção de indicadores de produção científica de 14 programas de pós-graduação, no país.

O segundo, de caráter qualitativo, que será pormenorizado na sequência, tratou da dinâmica da produção e comunicação científica da comunidade científica da área de Direito, e buscou elucidar o comportamento dos pesquisadores a respeito da organização social desta comunidade e suas práticas de comunicação.

2.2 DADOS QUALITATIVOS – ENTREVISTAS.

Pouco se sabe sobre por que os pesquisadores, em geral, decidem publicar seus resultados em determinados canais, e não em outros, como decidem citar alguns autores, e não outros (KAPLAN, 1965). Quanto aos pesquisadores da área de Direito, então, o conhecimento destes

aspectos são mais limitados ainda, tendo em vista a carência de estudos sobre esta área de pesquisa. As principais dúvidas recaem sobre a forma como esta comunidade se organiza socialmente e quais são suas práticas de comunicação.

Por isto, o uso de informações qualitativas se torna fundamental, considerando que o uso exclusivo de métodos quantitativos, para elucidar comportamentos da comunidade científica, tem sido questionado por alguns autores como EDGE (1979), que acredita que o uso dos métodos quantitativos assume premissas implícitas sobre a natureza da ciência, muitas vezes sem ter conhecimento deste fato. O principal argumento destas críticas é que todo processo de pesquisa é permeado por fatores sociais, que desempenham papel importante na construção das redes de comunicação, por exemplo, impossíveis de serem medidos apenas quantitativamente, ainda mais quando se pretende elucidar comportamentos, escolhas e decisões de determinada comunidade científica. Por isto, é aconselhável usar informações qualitativas derivadas de entrevistas pessoais, para se saber ao certo o que os indicadores quantitativos medem e o que se pode concluir a partir deles (MULKAY, 1976; VELHO, 1985 e OROZCO, 1998).

Assim sendo, o material primordial da pesquisa qualitativa é a palavra que expressa a fala cotidiana, que se torna reveladora de condições estruturais, de sistema de valores, normas e símbolos e possui a força de transmitir por intermédio de um porta-voz (o entrevistado), representações de grupos determinados em condições históricas, socioeconômicas e culturais específicas (MINAYO & SANCHES, 1993). O objetivo principal é avaliar em que medida suas opiniões corroboram os resultados dos indicadores quantitativos. Semelhante iniciativa teve o estudo realizado por MOED *et al.* (2002).

Isto se mostrou de forma evidente neste estudo que procura identificar como este campo sistematiza e transmite suas informações e qual é o veículo de comunicação utilizado. Assim, os resultados quantitativos foram complementados com as informações qualitativas coletadas em entrevistas (conforme anexo II) com 20 líderes dos grupos de pesquisa da área, conforme distribuição na tabela 2.2, inseridos em 3 Programas de Pós-Graduação selecionados, com conceito 6, a saber UFSC, UFPR e USP. O instrumento de análise dos dados qualitativos, por meio das entrevistas, privilegiou a análise de conteúdo, que, segundo BARDIN (2002) significa

“[...] um conjunto de técnicas de análise das comunicações que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens” (p. 38).

Trata-se, pois, de um método de desvendamento de significações de diferentes tipos de discursos, baseando-se na inferência ou dedução e na interpretação (BARDIN, 2002). Embora essa técnica seja muito usada em áreas como história, psicologia, ciência política, jornalismo e no campo da saúde, ela pode ter grande utilidade em outras áreas por fazer uso de procedimentos criteriosos, com muitos aspectos observáveis, e que colaboram bastante no desvendar dos conteúdos de seus documentos.

Para localizar os líderes de grupo foi utilizado o “Diretório de Grupos de Pesquisa do Brasil”, Plano Tabular³⁰ com as variáveis de filtro: por área e por instituição, censo de 2006 (anexo III) e 2008 (anexo IV). A escolha do Diretório de Grupos de Pesquisa no Brasil deve-se ao fato desta base representar um inventário dos grupos de pesquisa em atividade, retratando a capacidade instalada de pesquisa no país, a partir das informações existentes no currículo Lattes.

A Tabela 2.1 dimensiona a participação dos líderes por Instituição. Na UFPR foram entrevistados 10 líderes, segundo os censos 2006 e 2008. Na UFSC, foram entrevistados 7 e por último, na USP 3 líderes participaram das entrevistas.

Tabela 2.1 - Distribuição dos Respondentes por Instituição

Instituição	Respondentes
UFPR	10
UFSC	7
USP	3
Total	20

Pressupõe-se que a comunicação representa por definição uma atividade de grupo, sendo os especialistas de cada disciplina, neste estudo, representados pelos líderes, que podem indicar como agem os membros desta comunidade científica.

³⁰ Disponível em <<http://dgp.cnpq.br/planotabular/>>

Na etapa anterior, resultados quantitativos foram obtidos, mas faltava o ponto de vista de seus atores principais. Buscou-se, então, como já dito, complementá-los por meio de entrevistas para a obtenção de informações mais precisas, a fim de enriquecer a discussão, podendo a comunidade, por meio de alguns líderes de grupo, se manifestar e interagir, de certa forma, com este estudo. Embora tenha sido o entrevistador a escolher o tema, a formular as questões ou a esboçar um roteiro temático, é o entrevistado que decide o que narrar.

As entrevistas foram semi-estruturadas com base em um roteiro concebido (contudo, muitas informações que não foram previamente planejadas³¹, foram surgindo durante os depoimentos) para atender aos objetivos deste estudo, sendo delineado em duas partes: a primeira tratando da organização social e formas de trabalho da área; e a segunda elucidando os padrões de publicação e citação. As entrevistas foram feitas sempre lembrando que o objetivo do estudo está calcado na compreensão das tendências gerais de publicação que caracterizam o comportamento dos pesquisadores da área, analisando-as e, em nenhum momento, tendendo a avaliar a área, no que se refere a sua produtividade científica, tendo em vista que este é o papel dos órgãos de fomento.

Com base nestes procedimentos, as entrevistas³² foram realizadas tendo uma duração entre 20 minutos até mais de 2 horas para aqueles pesquisadores mais colaborativos e sabedores da necessidade e carência de estudos dessa natureza na área. Ainda, algumas questões deixaram de ser cotejadas em virtude do tempo que o entrevistado dispunha para tal, sendo as principais selecionadas. Por vezes, dependendo da resposta, algumas questões deixavam de ter sentido, como por exemplo, sobre a preferência em autoria individual, sendo inadequado perguntar se

³¹ Isto ocorreu porque as entrevistas foram realizadas de forma a permitir uma fala descontraída, realista e natural, fazendo emergir um mundo de representações sociais mais subjetivas, e por isso mais profundas e determinantes (DEMO, 1998).

³² Talvez seja interessante relatar algumas experiências, sem pormenores, vividas durante a fase das entrevistas. A começar pela decisão de exclusão de um líder após a tentativa de entrevistá-lo, durante exatamente um ano, por meio de ligações telefônicas para a Universidade, para o seu escritório de advocacia e a espera, por três ocasiões, em frente à sala em que iria ministrar aula, com base na grade horária, recebendo a informação dos alunos de que ele raramente aparecia na universidade, tendo como prática o envio de um substituto, devido a seus compromissos externos à academia. Outro fato interessante, porém mais feliz, foi a receptividade dos pesquisadores de uma das três IES, em que havia o agendamento de duas entrevistas, contudo, sendo possível fazer cinco neste mesmo dia. Isto ocorreu porque entre uma entrevista e outra era possível buscar os pesquisadores, que se encontravam na universidade, em suas salas individuais, por vezes compartilhadas com mais um colega, onde seus nomes estavam gravados nas portas. Contudo, todos, sem exceção, eram conhecedores deste estudo, por terem recebido, anteriormente, uma carta de apresentação, por meio eletrônico, mostrando os objetivos e a importância da pesquisa, mas não tendo enviado nenhuma resposta sobre a disponibilidade para a entrevista, por falta de tempo e não de interesse, pois ao serem consultados sobre sua disponibilidade, prontamente, se colocaram à disposição para colaborar.

havia uma hierarquia interna na ordem dos nomes de autoria múltipla; outras questões não necessitavam, algumas vezes, ser explicitamente expostas, tendo em vista terem sido contempladas no decorrer dos depoimentos.

Este estudo optou por manter o anonimato dos entrevistados³³, o qual foi garantido a todos os envolvidos, apesar da maioria não explicitar esse desejo. Apenas um líder não concordou com a gravação da entrevista, dizendo que esta prática era uma forma de intimidá-lo e não conseguir captar todas as facetas da realidade vivenciada pela área, ou nas palavras dele “Você sabe que se você gravar eu vou deixar de dizer muitas coisas que poderia dizer?” Em função disto, esta foi a única fala não gravada, mas registrada em meio escrito. Esse tipo de desconforto não foi percebido nas demais entrevistas, pois todos os interlocutores foram consultados antes da gravação efetiva e concordaram com o método.

Assim, o material colhido nas entrevistas, realizadas de setembro de 2009 a julho de 2010, foi analisado e as falas mais representativas³⁴ foram selecionadas e utilizadas em conjunto com a bibliografia consultada e os dados empíricos obtidos. O cotejo dos depoimentos permitiu conhecer diferentes versões sobre as maneiras de sistematizar o conhecimento produzido na área de Direito e captar um conjunto amplo de visões que conduz este estudo a aproximações múltiplas do que ocorre nesta área de pesquisa no Brasil. Tais manifestações, muitas vezes somadas, convergentes ou divergentes, ajudam a interpretar a visão dos pesquisadores brasileiros da área, permitindo que os temas abordados sejam estudados do ponto de vista de quem os vivencia, com suas suposições, seus mundos, suas pressões e constrangimentos.

Cada entrevista foi tomada em sua totalidade, compondo um discurso único e singular, sendo cada uma importante por ser, na maioria das vezes, diferente de todas as outras. Estas forneceram depoimentos e subsídios ricos para a área e os tomadores de decisão, contribuindo para elucidar o comportamento dos pesquisadores. Mesmo quando “provocados”, estes possibilitaram recolher informações que são muito pouco usuais, senão raras, na bibliografia

³³ Contudo, para fins de organização, a cada entrevista acrescentou-se um código, tendo como base um número, que significa a ordem em que foram entrevistados, seguido da sigla da Instituição na qual ele (a) exerce sua liderança de grupo, como por exemplo, LÍDER 1 UFSC.

³⁴ Fazendo uma exegese de frases e palavras, quantificando recorrências, vocábulos, expressões mais frequentes, “não para ficarmos aí, mas vemos melhor a partir daí” (DEMO, 1998, p. 101).

corrente da disciplina. Ademais, algumas informações heterogêneas foram encontradas, devido às diversas subáreas inseridas na grande área do Direito, como o Direito Constitucional, Administrativo, Civil, Processual, Penal, de natureza mais local e da Família, Social, Internacional, Filosofia e História do Direito, mais internacionais.

De fato, o foco foi na compreensão dos significados atribuídos pelos sujeitos às suas ações. Tal tarefa nem sempre foi fácil, pois se tratava de saber lidar com percepções e opiniões já formadas, reconstruindo-as em novas bases, levando em conta as experiências pessoais e os relatos que elas fazem de suas experiências vividas, mas filtrando-as com apoio do referencial teórico e de procedimentos metodológicos específicos. Grosso modo, este estudo buscou descrever o caos dos fatos observados, estabelecendo os fundamentos da análise, os critérios de comprovação para, a partir destes, extrair interpretações generalizantes fidedignas (CHIZZOTTI, 2003).

A opção pela abordagem qualitativa não teve a pretensão de furtar-se ao rigor e a objetividade, mas reconhecer que a experiência humana não pode ser confinada aos métodos nomotéticos de análise e descrição (CHIZZOTTI, 2003). Dentre outras vantagens já expostas, esta abordagem permitiu um plano de trabalho aberto e flexível, em que os focos de investigação foram sendo constantemente revistos, as técnicas de coleta, reavaliadas, os instrumentos, reformulados e os fundamentos teóricos, repensados.

Por último, tendo apresentado os procedimentos metodológicos adotados, justificando o uso dos dados quantitativos e qualitativos e o método usado para coletá-los, torna-se importante explicar nos próximos capítulos como estas informações foram usadas e discutidas com o intuito de alcançar os objetivos desta pesquisa.

3. A COMUNIDADE CIENTÍFICA DO DIREITO NO SISTEMA DE PÓS-GRADUAÇÃO BRASILEIRO

3.1 RAÍZES HISTÓRICAS DA CIÊNCIA JURÍDICA NO PAÍS.

A proposta do estudo de caso do Direito brasileiro requer a investigação, caracterização e tentativa de compreender o processo em que se implantou e se desenvolveu a atividade de pesquisa nesta área no Brasil. Não se pretende fazer uma exposição exaustiva de fatos históricos, mas sim a reconstrução analítica de alguns momentos significativos da evolução das formas de manifestação da área e de seus pesquisadores, que tem contribuído para a constituição, consolidação e desenvolvimento do campo disciplinar. Assim, o objetivo da História do Direito é entender como o Direito atual se formou e se desenvolveu e de que maneira evoluiu.³⁵

A literatura sobre o desenvolvimento da História do Direito no Brasil no que tange às suas fontes e à sua produção tem sido discreta e pouco satisfatória. Quando existente, cobre uma historiografia do período colonial ao Império, tratada de forma descritiva e pouco sistemática, com um enfoque tradicional e, por vezes, erudito, carente de uma contextualização crítica maior, na visão de WOLKMER (2002). Para o mesmo autor, quiçá seja sintoma de que a disciplina História do Direito nunca fora devidamente considerada, desde a criação dos primeiros cursos jurídicos, ocorrida em 1827.

O autor em sua obra descreve a singularidade do sistema institucional brasileiro, no período da colonização³⁶, demarcando os primórdios de um Direito nativo desconsiderado pela

³⁵ A História do Direito é definida por WOLKMER (2003, p. 10) “como a parte da História Geral que examina o Direito como fenômeno sócio-cultural, inserido num contexto fático, produzido dialeticamente pela interação humana por meio dos tempos, e materializado evolutivamente por fontes históricas, documentos jurídicos, agentes operadores e instituições legais reguladoras”.

³⁶ Para BRISOLLA (2011, pg. 3) “o tipo de colonização no Brasil foi bastante diferente do realizado na América Espanhola. A Espanha era uma federação de províncias, cada qual com sua própria cultura, às vezes com sua língua própria, com alto grau de independência. A conquista da América é tratada como a criação de um estado a mais, uma província diferente, com todos os seus símbolos representativos: a igreja, uma universidade. No Brasil isso só ocorre a partir da independência. A criação de instituições como a universidade foi importante naqueles países até para se contrapor à religião local, da numerosa população indígena que tinha um grau de desenvolvimento cultural e domínio de técnicas incomparáveis com a de nossos índios. É o que explica a criação da universidade em Santo Domingos e no México pouco não muito depois do descobrimento. Florestán Fernandes destaca que a universidade brasileira deriva da portuguesa, sendo, no entanto, matizada por um ambiente cultural já contaminado por um processo

metrópole, a imposição da legislação romano-lusitana, os primeiros operadores jurídicos e a administração da justiça representada pelo Tribunal da Relação e pelos magistrados portugueses. Seguindo tal caminho, chega-se ao processo histórico edificador da produção jurídica nacional a partir da independência do país, em 1822, delimitando a forma como as diretrizes do liberalismo político e econômico foram difundidas, adaptadas e exerceram influência na fundação das primeiras escolas de Direito, ocorridas em Olinda e São Paulo (WOLKMER, 2002).

A transposição e a adequação do Direito escrito europeu para a estrutura colonial brasileira contribuiu para a obstrução do reconhecimento e a incorporação de práticas legais nativas consuetudinárias, o que resultou na imposição de certo tipo de cultura jurídica que reproduziria a estranha e contraditória convivência de procedimentos burocráticos patrimonialistas com a retórica do formalismo liberal e individualista. Eclodiram dessa junção horizontes ideológicos de uma tradição legal (das ideias e das instituições) marcada pelo perfil liberal-conservador, delimitado em três momentos da produção jurídica nacional, pela vigência institucional do Direito Público, pelo espaço conflitivo do Direito Privado oficial e pelo processo de constituição do pensamento jusfilosófico pátrio (WOLKMER, 2002).

Antonio Wolkmer faz uma nova leitura, diferente daquela historicidade jurídica construída pela força da autoridade, da continuidade, da acumulação, da previsibilidade e do formalismo, mas enquanto expressão cultural de ideias, pensamento e instituições, implicando na reintegração das fontes do passado sob o viés da interdisciplinaridade (social, econômico e político) e da reordenação metodológica, sendo o Direito escrito sob uma perspectiva desmistificadora. (WOLKMER, 2002) Desta forma, visualiza-se o Direito como reflexo de uma estrutura pulverizada, sobretudo por suas representações ideológicas, práticas discursivas hegemônicas, manifestações organizadas de poder e conflitos entre múltiplos atores sociais (WOLKMER, 1996).

Uma análise feita pelo mesmo autor mostra que dois fatores foram responsáveis pela edificação da cultura jurídica nacional, durante o século XIX. Um deles foi a criação de cursos jurídicos que resultou na formação de uma elite jurídica própria, adequada à realidade do Brasil

colonizador empobrecedor do modelo português importado. Acrescente-se que o próprio modelo português já era o mais atrasado da Europa”.

independente. O outro fator foi a elaboração “de um notável arcabouço jurídico no Império, constituído de uma constituição, vários códigos, leis, etc” (LACOMBE, 1976, p. 356).

Os cursos jurídicos, criados para servir aos habitantes do Sul e do Norte³⁷, surgiram com o processo de independência e a construção do Estado Nacional. A implantação dos dois primeiros cursos de Direito no Brasil, ocorrida em 1827,

refletiu a exigência de uma elite sucessora da dominação colonizadora, que buscava concretizar a independência político-cultural, recompondo a estrutura do poder e preparando nova camada burocrático-administrativa, setor que assumiria a responsabilidade de gerenciar o país (FARIA, 1984, p.158).

Tais centros de reprodução da legalidade oficial positiva destinavam-se, principalmente, a responder aos interesses do Estado, mais do que às expectativas judiciais da sociedade, o que denota que sua finalidade básica não era formar advogados, mas atender as prioridades burocráticas do Estado (FARIA, 1984). Por conseguinte, as escolas de Direito foram destinadas a assumir duas funções, uma defensora dos princípios liberais, outra de fomentadoras da emergência de uma elite burocrática para o controle do poder (FALCÃO, 1984). Tais funções, distintas, mas interligadas, não deixam de revelar certa contradição, sendo fácil perceber o paradoxo revelado quando “os ideais liberais, usados para a libertação da tutela colonial e emancipação nacional, pretendem legitimar e assegurar os privilégios herdados pela elite na sociedade estratificada, oriunda do período colonial” (FALCÃO, 1984, p. 32).

Segundo JUSTO (2002), como até 1827 não existiam, no Brasil, cursos jurídicos: “Coimbra continuava a ser, até aos alvares da Independência, a *Lucerna iuris* do mundo lusitano”, observa MEIRA (1983). É certo que a Universidade portuguesa jamais deixou de cumprir a sua função, difundindo a cultura e o saber jurídico em particular. A Lei de 11 de Agosto de 1827 criou dois cursos de ciências jurídicas e sociais, respectivamente em S. Paulo e Olinda, como já mencionado anteriormente. E foi nesta que “nas tristonhas salas extorquidas à Ordem de São Bento ou no alto da ladeira do Varadouro, em casa mais digna, Augusto Teixeira de Freitas iniciou os estudos

³⁷ Apesar das enormes diferenças regionais, a localização das duas Escolas de Direito refletiam uma estratégia de “construção da nação”, por meio da “formação de uma consciência nacional”, projetando uma articulação entre as diferentes regiões que compunham o país e prevenindo-se de movimentos separatistas (NEDER, 1999).

jurídicos em 1832 e terminou em 1837 (MEIRA, 1983). “Um brasileiro notável, uma espécie de patriarca da ciência civilística do seu País”, escreveu Manuel de Andrade; “Um dos maiores juriconsultos da latinidade moderna”, que possuía uma cultura romanista muito grande, possível num homem que, aos 8 anos, já era um dos melhores alunos de Latim e recebeu, em Olinda, uma formação coimbrã (CARVALHO, 1984; MEIRA, 1983). Na sua obra, onde também se inclui o *Esboço*, era visível a preocupação pelo método, o rigor do sistema, o amor pela tradição jurídica luso-brasileira, o que lhe proporcionava uma preparação científica sólida.

No cenário instituído por uma cultura marcada pelo formalismo legalista e pelo individualismo político, projeta-se a singularidade de um agente profissional encarregado de constituir os quadros político-burocráticos do Império e de grande parte da República. O aparecimento do bacharel, com a criação dos primeiros cursos jurídicos, acabou impondo-se como uma constante na vida política brasileira, que se tratava não apenas da constituição de cargos a serviço de uma administração estatal em expansão, mas, mormente, representava um ideal de vida com reais possibilidades de segurança profissional e ascensão a um superior status social, numa sociedade escravocrata em que o trabalho manual era desprezado em função de letrados urbanos (VENANCIO FILHO, 1982). O autor destaca que o sucesso do bacharelismo legalista devia-se não tanto ao fato de ser uma profissão, mas muito mais uma carreira política (VENANCIO FILHO, 1982). Ao que parece, a iniciação nas academias jurídicas permitia uma identidade cultural capaz de exercitar a advocacia, a literatura, a militância política e o periodismo universitário, este último o que mais absorveu e se incorporou à formação intelectual do acadêmico das leis (WOLKMER, 2002). Ademais, alguns traços particulares e inconfundíveis dos bacharéis de Direito podiam ser vistos no uso e abuso do palavreado pomposo, sofisticado e ritualístico (ADORNO, 1998).

Inspiradas em pressupostos formais de modelos alienígenas, as primeiras faculdades de Direito contribuíram para elaborar um pensamento jurídico ilustrado, cosmopolita e literário, muito distantes, segundo WOLKMER (2002), dos anseios de uma sociedade agrária da qual a maioria da população era excluída e marginalizada. Justamente, pela importância que essas duas escolas (São Paulo e Recife, transferida de Olinda, em 1854) exerceram como redutos encarregados de formar atores jurídicos, cabe sublinhar as raízes de cada uma destas escolas que, de uma forma ou de outra, exerceram influência na criação das demais escolas no Brasil.

3.1.1 A Faculdade de Direito da USP³⁸.

A Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, também conhecida como "as Arcadas", foi criada pela lei imperial de 11 de agosto de 1827, tendo sido incorporada à Universidade de São Paulo em sua fundação em 1934 (VENANCIO FILHO, 1982).

Assim, criada poucos anos após a proclamação da Independência do Brasil, a Academia de Direito de São Paulo surgiu como instituição-chave para o desenvolvimento da nação, servindo de pilar fundamental do Império, pois se destinava a formar governantes e administradores públicos aptos a estruturar e conduzir o país recém-emancipado, sendo fundamental para a consolidação do Império brasileiro. Tais desígnios não demoraram a se realizar e a presença dos bacharéis logo se fez sentir em todos os níveis da vida pública nacional, tanto nos quadros judiciários e legislativos como nos executivos.

No início, a Academia de São Paulo representava um cenário privilegiado do bacharelismo liberal e da oligarquia agrária paulista, direcionada para a reflexão e militância política, no jornalismo e na "ilustração" artística e literária. A propósito, o traço maior que predominou no Largo São Francisco foi o intenso periodismo acadêmico, levando os bacharéis ao desencadeamento de lutas a favor de direitos individuais e liberdades públicas. Encontravam guardada no interesse do corpo acadêmico algumas diretrizes filosófico-culturais, como o jusnaturalismo³⁹, o ecletismo⁴⁰ filosófico, o laicismo⁴¹ e, por último, o próprio positivismo⁴² (ADORNO, 1998). Segundo SCHWARCZ (1993), a Escola paulista vivenciou um ecletismo autodidata, visto que seus integrantes não se limitaram ao estudo exclusivo da cultura jurídica, mas aderiram à prática do periodismo e da militância política.

³⁸ Algumas informações constantes neste item foram baseadas em histórico acessível em: <<http://www.Direito.usp.br/>>. Acesso em 28 mai. 2010 em conjunto com a literatura que trata do tema.

³⁹ Jusnaturalismo ou Direito natural (em latim *lex naturalis*) é uma teoria que postula a existência de um direito cujo conteúdo é estabelecido pela natureza e, portanto, válido em qualquer lugar. (*International Encyclopedia of the Social Sciences*)

⁴⁰ Ecletismo ou Ecleticismo é um método que consiste em reunir teses de sistemas diversos. Posição intelectual ou moral caracterizada pela escolha, entre diversas formas de conduta ou opinião, das que parecem melhores, sem observância duma linha rígida de pensamento (FERREIRA, 1988).

⁴¹ O Laicismo é uma doutrina que proclama a laicidade absoluta das instituições sócio-políticas e da cultura, ou que pelo menos reclama para estas autonomia em face da religião (FERREIRA, 1988).

⁴² O positivismo é um conjunto de doutrinas de Augusto Comte, filósofo francês (1798-1857), caracterizado, sobretudo, pelo impulso que deu ao desenvolvimento de uma orientação cientificista do pensamento filosófico, atribuindo à constituição e ao processo da ciência positiva importância capital para o progresso de qualquer província do conhecimento (FERREIRA, 1988).

Em suma, São Paulo foi responsável pela formação dos grandes políticos e burocratas do Estado, onde reinava a confiança de um núcleo que reconhecia certas deficiências teóricas, mas destacava seu papel na direção política da nação. Deste local partiam as práticas políticas convertidas em leis e medidas, em que dominava um liberalismo de fachada, prontamente acionado quando se tratava de defender hierarquias e explicar desigualdades. Dominava as filas da Faculdade uma elite econômica de ascensão recente. São Paulo, por meio da ação missionária e um Estado liberal, passava aos poucos de contestador a defensor responsável por uma fala oficial, em que se acreditava sempre que “o Brasil tinha saída” (SCHWARCZ, 1993).

Na prática, da Faculdade de Direito, de seus estudantes ou de seus egressos, partiram importantes movimentos políticos da História do Brasil, desde o Abolicionismo de Joaquim Nabuco, Pimenta Bueno e Perdigão Malheiro, do Movimento Republicano de Prudente de Moraes, Campos Salles e Bernardino de Campos até a campanha *Diretas Já* de Ulysses Guimarães e Franco Montoro. Ao longo do tempo, dela emergiram nove Presidentes da República, vários governadores, prefeitos e outras incontáveis figuras de proa.

3.1.2 Faculdade de Direito da UFPE.

A partir da segunda metade do século XIX, a Escola do Recife introduziria para a cultura do país, os mais avançados pensamentos da época, em especial a contribuição do germanismo irradiado por Tobias Barreto, limitando a excessiva influência portuguesa e francesa (VENANCIO FILHO, 1982). A Faculdade de Direito pernambucana expressaria tendência para a erudição, a ilustração e o acolhimento de influências estrangeiras vinculadas ao ideário liberal (NEDER, 1986; NEDER, 1995). O desígnio do Grupo do Recife foi tratar o fenômeno jurídico a partir de uma pluralidade temática, fortalecida por leituras naturalistas, biologistas, cientificistas, históricas e sociológicas, fundada num somatório de tendências que resultavam basicamente no evolucionismo⁴³ e no monismo⁴⁴ (SALDANHA, 1985).

⁴³ Evolucionismo é uma doutrina filosófica ou científica baseada na idéia da evolução (FERREIRA, 1988).

⁴⁴ O Monismo é uma doutrina filosófica segundo a qual o conjunto das coisas pode ser reduzido à unidade, quer do ponto de vista da sua substância (e o monismo poderá ser um materialismo ou um espiritualismo), quer do ponto de vista das leis (lógicas ou físicas) pelas quais o universo se ordena (e o monismo será lógico ou físico) (FERREIRA, 1988).

Assim, pode-se registrar, como faz Lilia Schwarcz, que:

a recepção dessas teorias científicas deterministas significava a entrada de um discurso secular e temporal que, no contexto brasileiro, transformava-se em instrumento de combate a uma série de instituições assentadas. No caso da Faculdade do Recife, a introdução simultânea dos modelos evolucionistas e social darwinistas resultou em uma tentativa bastante imediata de adaptar o Direito a essas teorias, aplicando-as à realidade nacional (SCHWARCZ, 1993, p. 150-151).

Para a mesma autora, Recife foi, quiçá, o centro que se apegou mais radicalmente às doutrinas deterministas da época quanto a uma certa ética científica que então se difundia, pois esses pesquisadores, afastados dos centros de decisão política do país, viviam ao menos a certeza de que representavam a vanguarda científica no Brasil. Recife educou e se preparou para produzir doutrinadores, “homens de ciencia” no sentido que a época lhe conferia. De lá partia um movimento de autocelebração que exaltava “a criação de um centro intelectual, produtor de idéias autônomas”; vinha a teoria, os novos modelos, dominando o determinista; passava a dominar as fileiras desta faculdade um público mais desvinculado do domínio oligárquico rural; partiam os gritos de descontentamento, respaldados pela clara mudança do eixo político-econômico (SCHWARCZ, 1993).

Contudo, a primeira etapa decorrida em Olinda,

pouco ofereceu enquanto produção intelectual inovadora. O que restou foram sobretudo as estruturas rígidas dos cursos, as reproduções de obras jurídicas do estrangeiro, as profundas raízes e influências dos mestres religiosos e do jusnaturalismo católico. Trata-se de uma ciência católica, comprometida com a revelação divina e com a defesa do caráter imutável da monarquia (SCHWARCZ, 1993, p. 146-147).

Porém, a mudança para Recife, ocorrida em 1854, assinalou uma guinada de cunho geográfico e cultural. A partir de então pôde-se pensar em uma produção original e na existência de um centro criador de idéias e aglutinador de intelectuais engajados com os problemas de seu

tempo e país. É a partir deste momento que se percebe o surgimento de um novo grupo de intelectuais, cuja produção transporá os estreitos limites regionais, nas palavras de Lilia Schwarcz (1993).

Quanto à fundação, a instituição nasceu, segundo BEVILÁQUA (1977), da transferência da Faculdade de Direito de Olinda, instituída em 11 de agosto de 1827 por lei do imperador Dom Pedro I, para o Recife. Nessa data foram criados, simultaneamente, os dois primeiros cursos superiores do Brasil, um na cidade de São Paulo (Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo) e outro na de Olinda, como já elucidado. A transferência do curso para a capital da província de Pernambuco ocorreu em 1854. A mudança da cidade-sede também provocou a conseqüente mudança de denominação para *Faculdade de Direito do Recife*, que se constituiu no Centro de Ciências Jurídicas da Universidade Federal de Pernambuco.

A Faculdade de Direito do Recife, desde os seus primeiros anos de existência, atuava não apenas como um centro de formação de bacharéis, mas, principalmente, como escola de Filosofia, Ciências e Letras, tornando-se célebre pelas discussões e polêmicas que empolgavam a sociedade da época, tendo vivido tempos gloriosos sob a influência de Tobias Barreto, Joaquim Nabuco e Castro Alves.

Foi na Faculdade de Direito do Recife onde nasceu e floresceu o movimento intelectual poético, crítico, filosófico, sociológico, folclórico e jurídico conhecido como a Escola do Recife, entre os anos de 1860 e 1880 e cujo líder era o sergipano Tobias Barreto⁴⁵ (BEVILÁQUA, 1977).

Assim, tais cursos influenciaram as idéias da elite dirigente, que foram imprescindíveis para a consolidação do projeto de Estado Nacional. Os estudantes tiveram uma formação, preponderantemente, autodidata⁴⁶, mas a importância das faculdades de Direito estava mais no status que elas proporcionavam, essencial para a ocupação de cargos públicos, que a propiciar efetivamente a formação de uma elite intelectual razoavelmente coesa e preparada. Este

⁴⁵ Outras figuras importantes do movimento foram Sílvio Romero, Artur Orlando, Clóvis Beviláqua, Capistrano de Abreu, Graça Aranha, Martins Júnior, Faelante da Câmara, Urbano Santos, Abelardo Lobo, Vitoriano Palhares, José Hígino Duarte Pereira, Araripe Júnior, Afonso Pereira da Silva Nascimento, Gumercindo Bessa e João Carneiro de Sousa Bandeira (BEVILÁQUA, 1977).

⁴⁶ Além de serem autodidatas, para Joaquim Nabuco os antigos juristas brasileiros formaram-se na prática da magistratura, da advocacia e alguns da função legislativa (MEIRA, 1983).

audoditadismo continuou por mais de um século no Brasil e ainda perdura até hoje, mas foi primordial a orientação inicial e a visão de conjunto dadas pelos cursos. Em outras palavras, o ensino destas faculdades teria facilitado a difusão de idéias e a troca de informações e referências bibliográficas.

Quando foram criados os Cursos Jurídicos de Olinda e de São Paulo, o país ainda não possuía uma verdadeira cultura jurídica, pois era visto como um prolongamento peninsular lusitano em terras do Novo Mundo, uma extensão de Portugal⁴⁷, o que aponta à origem comum dos dois cursos⁴⁸. Estes cursos contribuíram para a formação das elites intelectuais brasileiras, composta de estadistas, diplomatas, legisladores, pensadores, juristas e filósofos que passaram a influir fortemente nos destinos da nacionalidade. Os homens que pregaram a Abolição e a República forjaram a sua cultura nesses dois centros de estudo. Dessas faculdades surgiram também poetas, escritores, pensadores, que foram ao mesmo tempo juristas, filósofos, legisladores, professores e advogados (MEIRA,1983).

Por fim, guardadas as diferenças apontadas, anteriormente, entre as duas escolas de Direito, parece lapidar e merece transcrição o fato de que para ambas “o Brasil tinha saída”, seja por meio de uma mestiçagem modeladora e uniformizadora, apregoada por Recife, seja pela ação de um Estado liberal, como tanto desejavam os acadêmicos paulistas (SCHWARCZ, 1993).

3.2. A PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO NO CONTEXTO DO SISTEMA DE PÓS-GRADUAÇÃO BRASILEIRO

3.2.1 A origem da Pós-Graduação no Brasil.

Os primeiros passos da pós-graduação, no Brasil, ocorreram no início da década de 1930, por meio do Estatuto das Universidades Brasileiras, em que Francisco Campos propunha a implantação de uma pós-graduação nos moldes europeus (SANTOS, 2003). As origens podem

⁴⁷ O conjunto da historiografia brasileira tende a enfatizar uma homogeneidade entre os dois cursos, sobretudo em função da herança coimbrã (NEDER, 1992).

⁴⁸ Outro fato que sublinha esta complementaridade é a circulação entre os estudantes das duas Faculdades, sendo muito comum iniciar o curso no Nordeste e terminá-lo no Sul, ou vice-versa (NEDER, 1999).

ser buscadas no modelo de cátedras adotado nas primeiras universidades brasileiras, que conseguiu atrair um número razoável de professores estrangeiros, que vinham em missões acadêmicas ou como asilados, trazendo o primeiro modelo institucional para os estudos pós-graduados no Brasil. A relação tutorial, que se estabelecia entre o professor catedrático e um pequeno grupo de discípulos, era o elemento central desse modelo, que se caracterizava pelo treinamento bastante informal e centrado no desenvolvimento da tese, sendo a autoridade do professor absoluta (BALBACHEVSKY, 2005).

Já a utilização do termo “pós-graduação” ocorreu, formalmente, pela primeira vez, na década de 1940. Na década seguinte, iniciaram-se os acordos entre Estados Unidos e Brasil, por intermédio de convênios entre escolas e universidades destes países, que possibilitavam intercâmbio de estudantes, pesquisadores e professores. Houve antes disso, a forte influência da Rockefeller Foundation na Faculdade de Medicina e Cirurgia de São Paulo, em que os recursos da Fundação foram condicionados à contratação em tempo integral e exigência da realização de pesquisa (BRISOLLA, 2011).

Contudo, o grande impulso para a pós-graduação brasileira foi dado na década de 1960, por meio do convênio firmado entre a Fundação Ford e a Universidade do Brasil, na área de Ciências Físicas e Biológicas e outro, na área de Engenharia, com a criação da Comissão Coordenadora dos Programas de Pós-Graduação em Engenharia (COPPE). No começo da mesma década, foram implementados mestrados e doutorados em algumas IES brasileiras (SANTOS, 2003). As duas tendências mais fortes que marcaram a pós-graduação brasileira foram a européia, visível principalmente na USP e a norte-americana, no ITA, Universidade Federal de Viçosa e na Universidade Federal do Rio de Janeiro. Entretanto, apenas em 1965 dá-se a implantação formal dos cursos de pós-graduação, com o Parecer 977 do Conselho Federal de Educação (SANTOS, 2003). Este parecer estabeleceu a pós-graduação baseada no modelo norte-americano, a qual se dava em dois níveis independentes e sem relação de pré-requisitos entre mestrado e doutorado. Sobre este aspecto BALBACHEVSKY (2005) dá outro entendimento do Parecer 977, quanto ao estabelecimento de uma linha de continuidade entre o mestrado e o doutorado, consagrando o primeiro como pré-requisito para o segundo. Os cursos teriam como primeira parte as aulas e a segunda a realização do trabalho científico de conclusão da dissertação ou da tese e os currículos

compreenderiam o *major* (área de concentração) e o *minor* (matérias conexas), conforme o modelo norte-americano (SANTOS, 2003).

Assim, a pós-graduação – o nome e o sistema – tem sua origem na estrutura da universidade norte-americana, compreendendo o *college* como base comum de estudos e as diferentes escolas graduadas que, geralmente, requerem o título de bacharel como requisito de admissão. Em virtude dessa organização, a Universidade acha-se dividida em dois grandes planos que se superpõem hierarquicamente: o *undergraduate* e o *graduate*.

No primeiro encontram-se os cursos ministrados no *college* conduzindo ao B.A. e ao B.Sc., e o segundo abrange os cursos pós-graduados, principalmente aqueles que correspondem a estudos avançados das matérias do *college* visando aos graus de mestre ou doutor (ALMEIDA JR. *et al.* 2005, p.163).

Segundo os mesmos autores, o desenvolvimento sistemático da pós-graduação nos Estados Unidos pode ser considerado como produto da influência germânica⁴⁹ e coincide com as grandes transformações da universidade americana nas últimas três décadas do século passado. Este foi o momento em que a universidade deixou de ser uma instituição apenas ensinante e formadora de profissionais para dedicar-se às atividades de pesquisa científica e tecnológica. A pós-graduação americana adquiriu seu grande impulso com a fundação da Universidade John Hopkins em 1876, criada especialmente para desenvolver estudos pós-graduados e inspirada na ideia da *creative scholarship*, uma universidade destinada não somente à transmissão do saber já constituído, mas, sobretudo, voltada para a elaboração de novos conhecimentos mediante a atividade de pesquisa criadora.

Para SANTOS (2003), a estrutura dos cursos de pós-graduação, no Brasil, seguiu o modelo norte-americano; já os critérios de avaliação ficaram mais próximos dos modelos europeus não-

⁴⁹ A fundação da Universidade de Berlim, ocorrida em meados do século XIX, participa de um processo único na história e constitui, segundo BRISOLLA (2011), o símbolo cultural da nação alemã, que se consolida nessa época, construindo sua base econômica e social através da indústria química. Assim, na Alemanha coincidem no tempo o surgimento da química como ciência, da indústria química e da nação alemã.

anglo-saxões. Pode-se afirmar que a pós-graduação brasileira é híbrida⁵⁰ e por isso tem disfunções. Estas heranças geraram várias contradições. Dentre elas está a dependência científico-cultural – que faz com que as atividades científicas desenvolvidas no país estejam impregnadas por mecanismos⁵¹ e propósitos que condicionam o comportamento de seus pesquisadores; o problema de incompatibilidade dos títulos expedidos pelas universidades brasileiras e estrangeiras; e a questão do rigor dos mestrados acadêmicos – o superdimensionamento do papel destes, muitas vezes organizados como verdadeiros pequenos doutorados. Por isto, o autor aponta que “o mestrado brasileiro vive uma grande ambigüidade desde a sua instituição em 1965, pois adotou o modelo norte-americano para a estrutura, mas não adotou o mesmo modelo em termos de exigências” (SANTOS, 2003, p. 638).

O próprio relator do Parecer 977/65, Newton Sucupira, fez a ressalva de que o modelo norte-americano deveria servir apenas de orientação e não de matriz de uma eventual cópia. Dada a inexperiência do país em matéria de pós-graduação, este teria de recorrer a modelos estrangeiros para criar o seu próprio. A escolha pela sistemática norte-americana justificava-se, conforme o relator, pelo êxito de sua longa existência e influência sobre a pós-graduação de outros países (SANTOS, 2003).

Contudo, para VERHINE (2008) a universidade brasileira teve como base o modelo europeu, em especial, o francês, com ênfase nas escolas profissionais, organizadas em torno de professores catedráticos, no lugar de departamentos. Este modelo, no entanto, foi mudado como parte da reforma universitária de 1968, com a proposta de transformar as universidades com base no modelo francês em universidades fundamentadas no modelo americano. Assim, todas deveriam se transformar em instituições de pesquisa, sendo o professor catedrático substituído pela estrutura departamental. Para garantir a criação de programas de pós-graduação, foi decidido que os professores assistentes fossem mestres e os adjuntos, doutores. Entretanto, a tentativa de adotar um modelo estrangeiro foi afetada pelas adaptações influenciadas pelas experiências anteriores, da mesma forma como ocorreu nos Estados Unidos. O mesmo autor aponta algumas

⁵⁰ “o modelo híbrido desenvolvido no país integra com êxito dois modelos tradicionais (americano e francês) de maneira complementar, ajustados às circunstâncias brasileiras e produzindo sinergias valiosas”, segundo VERHINE (2008, p. 166).

⁵¹ um desses mecanismos é a excessiva preocupação com a produção científica voltada ao mercado externo (SANTOS, 2003).

diferenças entre os programas de pós-graduação brasileiros e norte-americanos, o que prova que os primeiros não são cópias dos segundos, conforme o quadro 3.1 apresentado a seguir.

Quadro 3.1– Diferenças entre Programas de Pós-Graduação nos Estados Unidos e no Brasil.

EUA	Brasil
(i) originalmente desenvolvida em torno do Ph.D.;	(i) inicia-se com foco no nível de mestrado;
(ii) o mestrado nunca foi visto como porta de entrada para a profissão acadêmica;	(ii) o mestrado foi criado como grau de entrada para o ensino universitário, por isso, de natureza altamente acadêmica;
(iii) os mestrados não exigem uma dissertação;	(iii) os mestrados exigem uma dissertação;
(iv) há doutorados acadêmicos (Ph.D.), o doutorado profissional e o primeiro grau profissional;	(iv) todos os doutorados são formalmente acadêmicos;
(v) a decisão sobre o que é e não é reconhecido não ocorre dentro do domínio governamental, mas é feito por associações regionais;	(v) o reconhecimento e a avaliação dos programas são realizados pelo Ministério da Educação (via CAPES) e o CNPq;
(vi) não há exigência de um projeto de pesquisa para admissão em um programa de doutorado;	(vi) há exigência de um projeto de pesquisa para admissão em um programa de doutorado;
(vii) os exames de qualificação são mais formais;	(vii) os exames de qualificação são menos formais;
(viii) existência de comitês de tese e dissertação;	(viii) inexistência de comitês de tese e dissertação;
(ix) a defesa da tese e da dissertação nunca é requerida.	(ix) a defesa da tese e da dissertação é requerida e deve ser pública.

Fonte: elaborada pela autora com base em VERHINE, 2008.

Com a reforma de 1968, a pós-graduação se tornou uma atividade semi-autônoma ligada aos departamentos recém-organizados, quando o governo impôs uma profunda reforma no ensino superior, passando a adotar o modelo norte-americano para as universidades brasileiras e substituindo o antigo sistema de cátedras pela organização departamental e o sistema tradicional de cursos sequenciais pelo sistema de créditos, e instituiu a contratação de professores em tempo integral (BALBACHEVSKY, 2005). No entanto, com sua devida importância, essas medidas não foram suficientes para explicar o sucesso da pós-graduação no Brasil, que teve um salto de qualidade, no início dos anos 1970, quando esses programas foram definidos como foco

privilegiado das políticas de apoio ao desenvolvimento científico e tecnológico (SCHWARTZMAN, 1991).

O sistema de cursos pós-graduados, independente dessas origens, hoje se impõe e se difunde em todos os países, como a consequência natural do extraordinário progresso do saber em todos os setores, tornando impossível proporcionar treinamento completo e adequado para muitas carreiras nos limites dos cursos de graduação.

Na verdade, em face do acúmulo de conhecimentos em cada ramo das ciências e da crescente especialização das técnicas, o estudante moderno somente poderá obter, ao nível da graduação, os conhecimentos básicos de sua ciência e de sua profissão. Nesse plano, dificilmente se poderia alcançar superior competência nas especializações científicas ou profissionais (ALMEIDA JR *et al.* 2005, p.163-164).

A pós-graduação tornou-se, assim, na universidade moderna, cúpula dos estudos, sistema especial de cursos exigido pelas condições da pesquisa científica e pelas necessidades do treinamento avançado. Assim, o seu objetivo imediato passou a ser, sem dúvida, proporcionar ao estudante aprofundamento do saber que lhe permita alcançar elevado padrão de competência científica ou técnico-profissional, impossível de adquirir no âmbito da graduação.

3.2.2 O sistema de avaliação da CAPES.

Implantado pela CAPES em 1976, o Sistema de Avaliação da Pós-Graduação vem cumprindo papel importante para o desenvolvimento da pós-graduação e da pesquisa científica e tecnológica no Brasil, alicerçado nos objetivos descritos no quadro a seguir.

Quadro 3.2 Objetivos da Avaliação da Pós-Graduação

Item	Objetivos
01	estabelecer o padrão de qualidade exigido dos cursos de mestrado e de doutorado e identificar os cursos que atendem a tal padrão;
02	fundamentar, nos termos da legislação em vigor, os pareceres do Conselho Nacional de Educação sobre autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento dos cursos de mestrado e doutorado brasileiros - exigência legal para que estes possam expedir diplomas com validade nacional reconhecida pelo Ministério da Educação;
03	impulsionar a evolução de todo o Sistema Nacional de Pós-graduação, SNPG, e de cada programa em particular, antepondo-lhes metas e desafios que expressam os avanços da ciência e tecnologia na atualidade e o aumento da competência nacional nesse campo;
04	contribuir para o aprimoramento de cada programa de pós-graduação, assegurando-lhe o parecer criterioso de uma comissão de consultores sobre os pontos fracos e fortes de seu projeto e de seu desempenho e uma referência sobre o estágio de desenvolvimento em que se encontra;
05	contribuir para o aumento da eficiência dos programas no atendimento das necessidades nacionais e regionais de formação de recursos humanos de alto nível;
06	dotar o país de um eficiente banco de dados sobre a situação e evolução da pós-graduação;
07	oferecer subsídios para a definição da política de desenvolvimento da pós-graduação e para a fundamentação de decisões sobre as ações de fomento dos órgãos governamentais na pesquisa e pós-graduação.

Fonte: CAPES – Avaliação da Pós-Graduação⁵²

Este Sistema abrange dois processos conduzidos por comissões de consultores, vinculados a instituições das diferentes regiões do país. Um deles é a Avaliação dos Programas de Pós-graduação e o outro é a Avaliação das Propostas de Cursos Novos de Pós-Graduação. O primeiro compreende a realização do acompanhamento anual e da avaliação trienal do desempenho de todos os programas e cursos que integram o Sistema Nacional de Pós-Graduação - SNPG. Os resultados desse processo, expressos pela atribuição de uma nota na escala de "1" a "7" fundamentam a deliberação CNE/MEC sobre quais cursos obterão a renovação de "reconhecimento", a vigorar no triênio subsequente. O segundo é parte do rito estabelecido para a admissão de novos programas e cursos ao Sistema Nacional de Pós-graduação, SNPG. Ao avaliar as propostas de cursos novos, a CAPES verifica a qualidade de tais propostas e se elas atendem ao padrão de qualidade requerido desse nível de formação, e encaminha os resultados desse

⁵² Disponível em <http://capes.gov.br/avaliacao/avaliacao-da-pos-graduacao>.

processo para, nos termos da legislação vigente, fundamentar a deliberação do CNE/MEC sobre o reconhecimento de tais cursos e sua incorporação ao SNPG.

Estes dois processos são fundamentados em um mesmo conjunto de princípios, diretrizes e normas, compondo um só Sistema de Avaliação, cujas atividades são realizadas pelos mesmos representantes e consultores acadêmicos⁵³.

De modo geral, para que um Programa de Pós-Graduação seja reconhecido pela CAPES é essencial que alguns critérios sejam respeitados, no que tange ao programa, corpo docente, corpo discente, teses e dissertações, produção intelectual, e, finalmente, inserção social⁵⁴.

No que tange à produção bibliográfica, foi criado pela CAPES o Qualis periódicos, no intuito de suprir as necessidades específicas de avaliação da pós-graduação, de maior interesse para as áreas que publicam suas comunicações científicas em periódicos. Este se baseia em informações obtidas por meio do Coleta, um sistema responsável pela obtenção de dados nos Programas de Pós-Graduação do País. O Qualis afere a qualidade dos artigos e de outros tipos de produção, a partir da análise da qualidade dos veículos de divulgação. Estes são enquadrados em categorias indicativas de qualidade – A, alta, B, média, e, C, baixa – e do âmbito de circulação dos mesmos – local, nacional e internacional. Tal classificação foi criada especificamente para o processo de avaliação da pós-graduação e não para definir a qualidade dos veículos de forma absoluta, sendo coordenada por um representante de cada área e sujeita a atualização anual. Esse Sistema tem recebido inúmeras críticas por adotar critérios de qualificação ainda pouco consensuais e confiáveis.

Com relação à Classificação de Periódicos, Anais de Reuniões Científicas, Jornais e Revistas, na página da CAPES, é possível recuperá-la na Lista Qualis a partir de três formas de busca: Por Título, Por Área de Avaliação e Por ISSN. A busca por Área de Avaliação fornece uma lista geral dos periódicos (Anexo III e IV), em ordem alfabética, acompanhado do ISSN, Classificação (A, B, C) e Circulação (Nacional e Internacional). A Lista da área de Direito, relativa a 2007, elegeu 118 títulos, estando distribuídos, quanto à Classificação, da seguinte

⁵³ Baseado na página da CAPES disponível em: <<http://www.capes.gov.br/avaliacao/avaliacao-da-pos-graduacao>>. Acesso em: 03 jul. 2010.

⁵⁴ Quanto a descrição e exigência de cada item ver “Os Critérios de Avaliação 2006” (Ano Base 2004, 2005, 2006) em Direito que estão descritos, exhaustivamente, em CAPES <<http://www.capes.gov.br>>.

forma: 46 – A; 41 – B e 31 – C. Na categoria Circulação estão classificados 108 periódicos, assim distribuídos: 68 – Internacional e 50 - Nacional. Interessante notar que, em pesquisa feita no site da CAPES, em 2008, apenas 4 dos periódicos nacionais estavam disponíveis no portal de periódicos da CAPES; já dos internacionais, o portal ofertava 142.

Tabela 3.1 - Lista Qualis e a Classificação dos Periódicos (%)- Ano 2007 – Área Direito

Classificação	Número de títulos	%
A	46	39,0
B	41	34,7
C	31	26,3
Total	118	100,0

Fonte: Elaboração própria

Tabela 3.2- Lista Qualis e a Circulação dos Periódicos (%)- Ano 2007 – Área Direito

Circulação	Número de títulos	%
Internacional	68	57,6
Nacional	50	42,4
Total	118	100,0

Fonte: Elaboração própria

A partir dos dados apresentados na tabela 3.2 e com base no Anexo V, pode-se afirmar que 11 dos periódicos com circulação internacional são brasileiros, dos quais 4 são Qualis A, 6 são B e 1 é C. Já dos periódicos com circulação nacional, 22 são de nível Qualis A e 28 de nível B.

Atualmente, esses veículos são enquadrados em estratos indicativos da qualidade - A1, o mais elevado; A2; B1; B2; B3; B4; B5; C – este último estrato com peso zero na composição dos índices de qualidade. Note-se que o mesmo periódico, ao ser classificado em duas ou mais áreas distintas, pode receber diferentes avaliações. Assim, o critério torna-se vulnerável a críticas por ser carregado de subjetividade. O aplicativo que permite a classificação e consulta ao Qualis das

áreas, bem como a divulgação dos critérios utilizados para a classificação de periódicos, é o WebQualis.

Contudo, na avaliação trienal de 2010 a CAPES trouxe inovações. Para servir como orientação para as 23 áreas que vão classificar livros, o Conselho Técnico-Científico da Educação Superior (CTC-ES), em 2009, aprovou o roteiro para Classificação de Livros, que traz conceitos e definições comuns e sugestão de modelo de ficha de classificação.

Esta novidade veio para atender, como já mencionado, as 23 áreas do conhecimento que têm os livros como importante (às vezes principal) modalidade de veiculação da produção artística, tecnológica e científica, ficando excluídas de usar o Roteiro as demais áreas nas quais a produção de conhecimentos se expressa preferencialmente na forma de artigos em periódicos.

Segundo o roteiro de Classificação, os “livros constituem referências para a construção de campos de conhecimento, definindo estilos e escolas de pensamento, e não se trata de situação particular da comunidade acadêmica brasileira”, mas a iniciativa de avaliação desta produção é única, não havendo exemplos no mundo de países que tivessem feito exercício similar. Da mesma forma, não há bases bibliométricas e indexadores consensuais equivalentes aos usados para os periódicos, o que requer o desenvolvimento de critérios próprios e de novos instrumentos.

Assim, no roteiro (pg.2) o livro foi definido como: “um produto impresso ou eletrônico que possua ISBN ou ISSN (para as obras seriadas) contendo no mínimo 50 páginas, publicado por editora pública ou privada, associação científica e/ou cultural, instituição de pesquisa ou órgão oficial”, sendo consideradas obras integrais, coletâneas, dicionários ou enciclopédias, anais (texto completo) desde que seu conteúdo traduza a natureza científica da produção.

A avaliação de conteúdo da obra baseia-se nos quesitos: a) relevância temática: contribuição para o desenvolvimento científico da área de conhecimento e para a resolução de problemas nacionais relevantes; atualidade da temática; clareza e objetividade do conteúdo; rigor científico, precisão de conceitos, terminologia e informações; senso crítico no exame do material estudado; bibliografia que denote amplo domínio de conhecimento; qualidade das ilustrações, linguagem e estilo; b) caráter inovador da contribuição: originalidade na formulação do problema de investigação; caráter inovador da abordagem ou dos métodos adotados; contribuição inovadora para o campo do conhecimento ou para aplicações técnicas; e c) potencial de impacto:

circulação e distribuição prevista; língua da publicação; reimpressão ou reedição; possíveis usos no âmbito acadêmico e fora dele⁵⁵.

Ainda, a ficha de avaliação para o triênio 2007-2009 está pautada na formação de recursos humanos qualificados e habilitados para, entre outras funções, formar novos pesquisadores; desenvolver com autonomia projetos de pesquisa científica; divulgar os resultados de pesquisa em eventos acadêmicos, livros, capítulos de livros e periódicos científicos qualificados; divulgar conhecimento científico para públicos não-acadêmicos, visando a difusão do conhecimento e efetiva realização do ordenamento jurídico nacional e a concretização dos Direitos dos cidadãos.

Enfim, a avaliação propriamente dita do triênio está delineada no exame da qualidade da formação oferecida nos programas de pós-graduação, a partir de 3 eixos determinados: a) ensino; b) produção e divulgação do conhecimento por docentes e discentes; c) extensão, representada por intercâmbios, pela solidariedade interinstitucional, e, sobretudo, a tradução da produção acadêmica em resultados concretos para a solução de problemas jurídicos e sociais.

Dito isto, procura-se, a seguir, apresentar as condições em que nascem e se desenvolvem, e que formas assumem no Brasil, as manifestações científicas do Direito, com base na constituição, crescimento e organização da pós-graduação no país.

⁵⁵ Informações disponíveis em <http://www.capes.gov.br/images/stories/download/avaliacao/Roteiro_livros_Trienio2007_2009.pdf> Acesso em 25 jun. 2010.

3.2.3 A Pós-graduação em Direito no Brasil.

Segundo Bastos, que se dedicou ao estudo do desenvolvimento da pós-graduação em Direito no Brasil “o desenvolvimento da pesquisa jurídica no Brasil, bem como os programas de pós-graduação (mestrado e doutorado) estão, indissolavelmente, vinculados ao processo de modernização institucional e democratização da nossa vida política” (BASTOS, 1991, p. 11).

As duas vertentes citadas - modernização institucional e democratização política - compõem, segundo o autor, os documentos de *Avaliação e Perspectiva* da área de Direito, elaborados pelo CNPq, nos anos de 1978 e 1982. O documento de 1978 estabelece de forma precisa que:

a teoria jurídica precisa acompanhar o desenvolvimento sócio-econômico (...), mas, o que tem feito é trabalhar com categorias tradicionais, modelos fechados, visões formalistas e soluções abstratas. O Direito transformou-se num mero instrumento casuístico do poder (autoritário) e pragmaticamente dirigido para remover obstáculos (BASTOS, 1991, p. 11-12).

Neste sentido, o documento sugere uma clara opção pela necessidade de empreender e apoiar os estudos críticos e aplicados.

Já com relação ao segundo documento (1982), a crítica não é menos severa à área do que aquela constante no relatório de avaliação anterior, com ênfase no ensino jurídico, atribuindo-lhe peremptória responsabilidade na incipiência e desmobilização das atividades de pesquisa. O autor transcreve o texto, constante no referido documento: “na medida em que as faculdades de Direito encontram-se fechadas à pesquisa jurídica, seja ela científica ou não, o país começa a criar outros órgãos geradores do conhecimento jurídico” (BASTOS, 1991, p. 12).

E acrescenta dizendo que o desempenho da pós-graduação e da pesquisa na área está aquém do que esperam a comunidade científica e o mercado de trabalho.

Este quadro, não obstante, não mostrou melhoras nas avaliações seguintes, de 1977-84, apontando a questão da precariedade dos cursos implantados entre 1972 e 1984, funcionando em condições estacionárias e sem apresentar sintomas expressivos de melhoria (BASTOS, 1991).

No início da década de 90, existiam 16 cursos de Pós-Graduação na área, no país. Contudo, a pesquisa continuava não sendo o foco do ensino jurídico de pós-graduação, neste período. Estava voltada para estudos aprofundados de reprodução dos institutos jurídicos e não para sua crítica, o que inviabilizava, segundo BASTOS (1991), a pesquisa como método de ensino e aprendizagem. Para o autor, pesquisar juridicamente significa:

identificar nos fenômenos sociais emergentes as vertentes suscetíveis de proteção legal e as formas e vias de se instrumentalizar a sua aplicação no contexto geral da ordem jurídica, bem como significa identificar, na ordem jurídica consolidada e nos seus instrumentos de viabilização, as fraturas, vazamentos e calcificações que impedem a sua intercomunicação com a sociedade (BASTOS, 1991, p. 16).

O autor atribui a estes fatores, combinadamente, a não consecução plena do desenvolvimento da pesquisa jurídica no Brasil, pois isto:

só é possível em sociedades cujas instituições políticas têm plenas condições de conviver com avaliações científicas alheias aos condicionamentos preconceituais (e preconceituosos) e imunes a dogmas e verdades estereotipadas. A pesquisa jurídica é a consciência crítica das instituições políticas e da ordem jurídica consolidada. A sociedade que não desenvolve mecanismos institucionais que permitam o questionamento de suas próprias instituições, inclusive como forma viável de se resguardá-las, ou de transformá-las, se necessário, se fossiliza, e o habitat natural para o desenvolvimento de pesquisa jurídica se esclerosa (BASTOS, 1991, p. 16).

Desta forma, para a elaboração de programas de pesquisa jurídica, é essencial reconhecer que o poder judiciário (e as faculdades de Direito), previamente, está comprometido com o reconhecimento e transmissão da ordem jurídica consolidada, e não propriamente com a criação e a produção do conhecimento jurídico. Em outras palavras, o poder judiciário não cria Direito,

aplica e, subsidiariamente, nas situações de conflito e presença de lacunas, interpreta, e os juízes mais citam a doutrina consagrada que a sua própria jurisprudência, nas palavras de Aurélio Bastos. E os professores mais falam em sua prática forense do que das doutrinas e da jurisprudência dos tribunais. Por isto as faculdades de Direito:

funcionam como mero centro de transmissão de conhecimento jurídico oficial e não, propriamente, como centros de produção do conhecimento jurídico. Neste sentido, a pesquisa nas faculdades de Direito está condicionada a reproduzir a “sabedoria” codificada e a conviver “respeitosamente” com as instituições que aplicam (e interpretam) o Direito positivo. O professor fala de códigos e o aluno aprende (quando aprende) em códigos (BASTOS, 1991, p. 17).

Diante deste quadro, o que se percebe é que o desenvolvimento da pesquisa jurídica não é possível sem uma profunda reforma no ensino jurídico, e esta está associada à reformulação do poder judiciário, o que significa, basicamente, desenvolver padrões associativos de ensino e pesquisa, absorvendo métodos e técnicas desenvolvidos em outras áreas do conhecimento (como a verificação empírica). Também é necessário integrar o poder judiciário ao processo de democratização e mudanças sociais e entender, em especial, que os cursos de pós-graduação na área de Direito devem não apenas preparar profissionalmente o aluno e o professor, mas, sobretudo, produzir conhecimento jurídico, fator intimamente associado à viabilização institucional da democracia no Brasil (BASTOS, 1991).

Em função da realidade descrita, os relatórios de avaliação do CNPq e CAPES nos últimos anos são um demonstrativo evidente das águas divididas e da busca de novos caminhos para a pesquisa jurídica no Brasil, que necessitam de uma significativa alteração no *modus faciendi* da produção jurídica.

No tocante ao estágio atual da pós-graduação, apesar de já ter um número grande de programas, a área ainda continua em expansão. Segundo o documento de área da CAPES de 2009, existem duas demandas não completamente atendidas. Uma delas é de natureza regional, que consiste na consolidação e ampliação da pós-graduação *stricto sensu* em regiões menos favorecidas como o Nordeste (com 3 programas de doutorado), o Norte (1 programa de

doutorado) e o Centro-Oeste (2 doutorados, centralizados no DF). Este quadro demonstra que existem vários estados ainda sem curso de pós-graduação *stricto sensu*, enquanto outros com já elevado número de cursos continuam com demandas de ampliação. A segunda demanda diz respeito à necessidade de professores capacitados, com títulos de mestre e doutor para dar conta desta expansão.

Nestes últimos anos, a política da área e da CAPES busca a ampliação de cursos de pós-graduação *stricto sensu*, pautada nos critérios e exigências elaborados pelo Sistema Nacional de Pós-Graduação, sem perder o controle e a fundamentação necessária para sua implantação. Observa-se também uma ampliação, nos últimos anos, da demanda por bolsas nos órgãos de fomento à pesquisa, um fenômeno que ocorre em todo o país, o que é uma demonstração de que a política de incentivo à pesquisa científica no Direito está iniciando seu processo de consolidação. Isso se reflete também na produção científica em crescimento quantitativo e qualitativo, tendo como seus principais veículos de produção de conhecimento os livros e capítulos de livros.

Entretanto, a maior mudança incentivada pela CAPES tem relação com a configuração da produção científica e a política de reestruturação do Qualis de Periódicos. Historicamente, é sabido que a produção neste meio foi marginal, persistindo critérios de avaliação puramente formais, vinculados a questões catalográficas e de antiguidade do periódico. Praticamente inexistente era a prática de avaliação por pares no processo de publicação. No entanto, desde 2008 o Direito passou por um processo de consolidação de periódicos gerando reestruturação dos critérios do Qualis, discutida com as demais áreas de humanidades. Este processo tem sido responsável por uma mudança de mentalidade dos docentes e discentes no que tange à necessidade da avaliação por pares e a importância da publicação em periódicos de qualidade reconhecida. Com estas mudanças, o Direito, paulatinamente, procura atingir padrões de excelência pelos periódicos da área.

Assim, a área, no intuito de renovar e fortalecer a pesquisa acadêmica e de crescer com a manutenção dos critérios de qualidade exigidos pela CAPES, busca estimular os programas de pós-graduação *stricto sensu* a manter um diálogo constante e transparente com base em algumas diretrizes, com destaque para uma maior integração das pesquisas entre docentes e discentes, no intuito de estimular a produção coletiva de conhecimento e a produção bibliográfica conjunta.

Além disso, estimula e valoriza iniciativas conjuntas dos programas, em busca da cooperação e solidariedade interinstitucionais entre os programas melhor avaliados, os novos e aqueles com necessidade de reestruturação.

Em termos de um modelo novo de Mestrado e de Doutorado, o desenvolvimento da pós-graduação foi absolutamente fundamental para o amadurecimento da pesquisa científica no Brasil. A implantação dos diversos Programas de Pós-Graduação representa os esforços de algumas gerações de especialistas, o que não poderia ser diferente na área de Direito. Além disso, a implantação veio acompanhada pela avaliação e financiamento do sistema nacional de pós-graduação estabelecidos pela CAPES.

Tabela 3.3. Relação de cursos recomendados e reconhecidos pela CAPES na área de Direito com conceito ≥ 5 .

IES	UF	CONCEITO	
		M	D
UFPR	PR	6	6
UFSC	SC	6	6
USP	SP	6	6
UnB	DF	5	5
UFMG	MG	5	5
PUC/MG	MG	5	5
UFPA	PA	5	5
UFPE	PE	5	5
UERJ	RJ	5	5
PUC-RIO	RJ	5	5
UNESA	RJ	5	5
PUC/RS	RS	5	5
UNISINOS	RS	5	5
PUC/SP	SP	5	5

Cursos: M - Mestrado Acadêmico, D – Doutorado

Fonte: CAPES, ano de referência 2006.

Este estudo selecionou 14 cursos de um total de 84 cursos de mestrado e doutorado recomendados e reconhecidos pela CAPES, pertencentes à grande área “Ciências Sociais Aplicadas”, e à área “Direito”, com conceito \geq a 5. Interessante notar que a área não possui nenhum curso com conceito igual a 7. Os cursos com conceito 3 ou 4 não foram contemplados por este estudo, assim como aqueles que possuíam apenas o nível de mestrado.

Com base na avaliação divulgada em 2007 (triênio 2004-2006), somente 3 (três) Programas de Pós-graduação em Direito no Brasil receberam o conceito 6, a saber, a UFSC, a UFPR e a USP. Os demais 11 programas selecionados por este estudo obtiveram conceito 5, para os cursos de mestrado e doutorado, como mostra a tabela 3.3.

A CAPES, ao avaliar os programas de Pós-Graduação, tem como alicerce, como já mencionado, um conjunto de princípios, diretrizes e normas, realizadas por representantes e consultores acadêmicos, disponíveis no site, intitulado de “Critérios de Avaliação Trienal”. Esta avaliação ocorre anualmente e analisa a estrutura dos programas, corpo docente e discente, atividades de pesquisa e formação, teses e dissertações e produção intelectual.

No tocante ao último item de avaliação, inúmeras são as críticas ao privilegiar a publicação de artigos e ancorar a valoração da produção nas bases de indexação dos periódicos e nos seus índices de impacto (BARROS, 2006).

A tabela 3.4 relaciona as IES selecionadas e destaca o início de funcionamento dos mestrados e doutorados.

Tabela 3.4. Relação do Início dos Cursos Recomendados e Reconhecidos pela CAPES.

IES	UF	Ano de Início	
		M	D
UFPR	PR	1982	1994
UFSC	SC	1974	1984
USP	SP	1971	1971
UnB	DF	1975	2003
UFMG	MG	1978	1931
PUC/MG	MG	1997	2000
UFPA	PA	1984	2003
UFPE	PE	1972	1996
UERJ	RJ	1991	1995
PUC-RIO	RJ	1972	1998
UNESA	RJ	1994	2006
PUC/RS	RS	1988	2000
UNISINOS	RS	1997	1999
PUC/SP	SP	1973	1973

Cursos: M - Mestrado Acadêmico, D – Doutorado

Fonte: CAPES, ano de referência 2006.

Interessante observar nesta tabela (3.4) que as Instituições responsáveis pela criação dos primeiros cursos jurídicos, também foram aquelas que criaram os primeiros cursos de pós-graduação da área, no país, com a USP tendo inaugurado tanto o seu mestrado como o doutorado em 1971. Já a UFPE criou seu mestrado em 1972, mas o Doutorado apenas em 1996. Outro destaque é a UFMG que teve seu Curso de Doutorado, instituído em 1931, mas desdobrando-se para oferecer também o Mestrado, a partir de 1978⁵⁶, como mostram os dados da CAPES. Dos cursos com criação mais recente, destacam-se o mestrado da PUC/MG e da UNISINOS, ambos iniciados em 1997 e o Doutorado da UNESA, surgido em 2006.

Importante destacar o início destas IES, pois este pode representar um fator preponderante para entender o estágio atual e o grau de maturidade da pesquisa destas Instituições e as diferenças de desempenho de cada uma delas.

⁵⁶ Apesar de que o histórico desta Instituição divulgado em <http://www.direito.ufmg.br/faculdade.htm> destaca que esta divisão ocorreu em 1973.

Por último, no Brasil, os comitês que avaliam os Programas de Pós-Graduação têm considerado, entre outros requisitos, a produção científica de seus pesquisadores, o que será objeto de análise no próximo capítulo.

4. ORGANIZAÇÃO SOCIAL PARA PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO: TEMAS E LINHAS DE PESQUISA, FORMAÇÃO DE GRUPOS E PADRÕES DE CO-AUTORIA

4.1 DINÂMICA DA PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO NA ÁREA DE DIREITO.

Para MERTON (1985) a organização social do trabalho científico é um fator que influencia de maneira decisiva a prática e os valores da ciência. É, pois, a análise dos diferentes contextos possíveis, dentro dessa organização social particular, que proporciona o entendimento de como as ações dos cientistas se encaminham em conformidade ou de forma desviante em relação às normas institucionalizadas. A funcionalidade ou disfuncionalidade da conduta dos atores sociais depende das condições relativas às formas pelas quais se conformam as posições e relações desses atores dentro da coletividade da qual fazem parte.

Cada área define, por razões históricas, assim como pela trajetória de institucionalização que cada uma delas teve, as suas próprias características para gerar uma determinada dinâmica de produção de conhecimento e, a partir daí, criar uma série de normas orientadas ao controle social da ciência. Há diferenças nas formas como os pesquisadores interagem para divulgar suas pesquisas e para estabelecer a maneira de organização acadêmica.

No intuito de visualizar as formas de trabalho e organização da comunidade científica brasileira na área de Direito, este estudo teve como ponto de partida buscar as origens e consolidação dos temas dos trabalhos e pesquisas, tentando entender as influências recebidas pelos pesquisadores da área. Em seguida, investigou as explicações para o aumento nos grupos, linhas e pesquisadores da área no Brasil, ocorridas na última década, alcançando a questão do sistema de colaboração predominante na Ciência Jurídica. Neste aspecto, observou-se a questão das hierarquias internas predominantes nas pesquisas de autoria múltipla por meio da definição

da ordem dos nomes nas publicações. Feito o resumo deste item, seguem seus desenvolvimentos, a começar pelas origens e consolidação dos temas de pesquisa da área.

Para construir analiticamente as questões propostas, o material coletado nas entrevistas foi avaliado e as falas mais representativas foram selecionadas e utilizadas junto com a bibliografia consultada e os dados quantitativos obtidos. De modo genérico, cada um dos líderes entrevistados, com base em sua “*Weltanschauung*” e experiência acadêmica, debruçou-se sobre as questões de interesse deste estudo trazendo à tona as suas próprias trajetórias profissionais e a do grupo com o qual convivem. O cotejo dos depoimentos permitiu conhecer diferentes narrativas ou percepções sobre os modos de produzir conhecimento dentro da área.

No intuito de captar um conjunto representativo de visões, dois blocos foram organizados ao lado das perguntas, embora os diálogos se sobrepusessem a todo instante, fazendo reafirmar a complexidade e a riqueza deste ramo da ciência. Assim, um bloco teve ênfase na organização social deste ramo da ciência e o segundo esteve centrado nos padrões de publicação e citação da literatura.

É natural que nas Ciências Humanas e Sociais uma indagação única leve a múltiplas respostas. Assim, cada questão fez emergir as diversas percepções dos pesquisadores de Direito sobre o modo de produção do conhecimento de seu grupo e de sua comunidade que, de uma maneira ou de outra, o influenciam. Sendo a comunicação uma atividade de grupo, nada melhor que os líderes de grupo de pesquisa para indicar como se comportam ou como pensam que deveriam agir os membros de uma comunidade científica.

4.1.1 Fontes de influência na seleção e consolidação das linhas e temas de pesquisa.

Para entender as formas de organização do trabalho da comunidade científica brasileira na área de Direito, era preciso saber se os pesquisadores estavam envolvidos com a relevância científica que a área representa, ou pela facilidade na obtenção de fomento à pesquisa. Além disso, a questão da inserção nacional e internacional também poderia ser um atrativo para essa busca.

No tocante à escolha pela linha de pesquisa, mais especificamente pelo problema científico a ser desenvolvido, este estudo buscou observar se havia simplesmente uma curiosidade científica ou interesse pessoal do orientador ou dos orientandos. Além destes aspectos, buscou-se saber se representava uma forma de contribuir para a solução de problemas regionais, nacionais ou internacionais, assim como pela possibilidade de financiamento (CAPES e CNPq).

Esta questão trouxe à tona uma variedade de inferências. De maneira geral, a escolha pela área de Direito foi motivada, dentre outras razões, pela percepção de vocações pessoais, por interesse pessoal e profissional pela docência, e por razões profissionais e não acadêmicas. Contudo, esse panorama pode estar sofrendo mudanças, porque o mercado de trabalho docente está se ampliando.

Outro ponto suscitado a partir da questão, segundo um dos líderes:

eu tenho para mim que aquele que escolhe a área do Direito já vem pronto para o mundo; por exemplo, eu sempre tive a convicção de que queria ser advogado e professor. Com muitas coisas eu me conformava exteriormente, mas internamente manifestava uma respeitosa indignação. Sempre tive muito interesse em prestar auxílio às pessoas, ajudar e resolver os problemas alheios. Esta é uma característica que é própria do advogado, a de não se conformar com uma opinião só. Este é um caminho natural e quem reúne estas habilidades acaba naturalmente indo para o caminho do Direito ou de outra Ciência Humana (LÍDER 3 UFPR).

Ao mesmo tempo, outro líder não tinha muita clareza a respeito de sua vocação. Disse que possuía uma visão idealizada do Direito, assim como muitas outras pessoas. Tinha muitas dúvidas entre uma carreira ou outra. Pretendia fazer Direito, Economia ou Jornalismo, contudo:

eu fiz uma escolha muito pouco informada, sem subsídios suficientes para tomar uma decisão tão difícil e complicada para vida. Eu considero problemático pessoas tão jovens terem de escolher suas carreiras. Mas eu tinha uma familiaridade com as Ciências Humanas, por isso decidi fazer o curso de Direito (LÍDER 3 USP).

Não obstante, as razões mais imediatas da escolha, para outros entrevistados, foram as seguintes:

a opção pela formação jurídica em nível de graduação se deu pela interseção do Direito com o campo da Política. Eu militava no movimento estudantil e trabalhava antes de entrar na faculdade como repórter e jornalista, de modo que a preocupação em política e também a proximidade com as Ciências Humanas, o jornalismo, a literatura me levaram a optar pela graduação em Direito. Vi ali um conjunto de possibilidades que reuniam, ao mesmo tempo, uma formação humanística aliada a uma formação técnica boa para o exercício profissional, quer na carreira pública ou na privada. Também abria a possibilidade de manter a interseção com esses outros campos e saberes que me interessam, como a literatura contemporânea (LÍDER 7 UFPR).

foi uma busca para tentar entender o Direito do Trabalho como um Direito Social, de forma diferente daquela que vinha sendo trabalhada por diversos autores, o que fez com que eu buscasse fazer a minha pós-graduação na universidade do México. Venho trabalhando na área do Direito Sindical, Direito Sindical Comparado, com esse enfoque mais crítico e diverso daquele trabalhado pelos autores brasileiros (LÍDER 1 UFSC).

é uma área em que há um misto de sensibilidade, portanto um viés antropológico muito grande, e a questão normativa dessa disciplina fez com que eu me motivasse a escolher essa área em específico (LÍDER 3 UFSC).

Sobre a decisão de desenvolver a linha de pesquisa em que são líderes, mais especificamente sobre o problema científico a ser desenvolvido em suas linhas de pesquisa, alguns diagnosticaram uma carência, uma ausência de preocupação e de sistematização das questões envolvendo as relações do Direito e das políticas públicas. Por isso um dos entrevistados resolveu se debruçar sobre essa área, basicamente a partir de um diagnóstico de falta de bibliografia e falta de estudos a esse respeito, como mostra seu relato, transcrito abaixo:

perceber com o passar do tempo que os pesquisadores da área⁵⁷, as pessoas que estão envolvidas, seja com atividades aplicadas, seja com estudos teóricos, de uma maneira geral, não tinham qualquer familiaridade com o estudo das Políticas Públicas me pareceu paradoxal e problemático, uma vez que as políticas públicas são de fundamental importância para o campo do Direito, no aspecto de organização do Estado (LÍDER 3 USP).

Outro entrevistado disse que, para os temas com os quais trabalha, a profissão de advogado influi na pesquisa acadêmica, pois existem assuntos que se tornam instigantes pelo trato cotidiano, pelo próprio exercício da advocacia, merecendo algum aprofundamento: “foi o que aconteceu comigo quando optei por escrever minha tese de doutorado sobre Processo Administrativo Disciplinar. Eu enxergava diversas falhas e complexidades na condução das coisas e acabei construindo uma doutrina no sentido de apontar soluções para as falhas” (LÍDER 3 UFPR).

As motivações mais acaloradas, entretanto, provêm de um grupo de interlocutores que disseram que foram influenciados pelo orientador de mestrado, assim como pelos grupos de professores aos quais se filiaram. Outro informou que foram muitos os fatores que influenciaram essa escolha; uma das principais foi sua atividade prática. Nas palavras de um líder:

essas coisas vão acontecendo ao longo de um percurso, as influências vão acontecendo de acordo com ritmos. A presença didática, científica e pessoal de meu orientador no doutorado despertou o meu interesse pela reflexão filosófica, partindo para a teoria da história, - especificamente na obra de Foucault, como alguém que também se interessa pela História e a Filosofia do Direito-, por uma análise da questão teórica da subjetividade e como isso afeta o Direito, afeta a discussão dogmática jurídica, a subjetividade jurídica, a questão da sujeição (LÍDER 6 UFPR).

⁵⁷ Este estudo, por sugestão da Banca de Qualificação e buscando uma padronização, optou por usar a denominação “pesquisadores da área de Direito” ou apenas “pesquisadores da área” ao invés de “juristas”, apesar de muitos entrevistados terem utilizado este termo, por inúmeras vezes.

De fato, depois de seu doutorado, o pesquisador teve outro deslocamento de percurso que aconteceu durante o pós-doutorado em Florença, na Itália, onde teve a felicidade de participar de um grupo que considera o mais interessante e respeitado da Europa na História do Direito. Para ele, foi importante esse estágio que o ajudou a fazer as conexões da História e do Direito que antes no Brasil ele não conseguia. Ao voltar, criou relações acadêmicas com outros professores relativamente jovens, na faixa dos 35 a 40 anos, que tiveram um percurso parecido com o seu. Nas palavras dele:

acabamos tocando um projeto de fundação do IBHD – Instituto Brasileiro de História do Direito, que tinha como propósito principal dar um tom de alta qualidade teórico-científica para as discussões histórico-jurídicas. A História do Direito que existe no Brasil tem uma visibilidade ao lado de pessoas muito sólidas, com uma produção muito séria (LÍDER 6 UFPR).

A temática fundamental da pesquisa que outro pesquisador tem feito nos últimos 20 anos se triparte na radiografia jurídica das relações sociais centradas na família, no contrato e na propriedade e como os espaços públicos e privados interagem nesse tripé. Com base nesse tipo de preocupação, em 1996 ele fez um projeto de pesquisa nucleado na UFPR e em seu programa de pós-graduação, que existe até hoje (12 anos de existência). Segundo ele, é um projeto com professores da área e áreas afins, antropólogos, mestrandos, doutorandos e graduandos. É um projeto de pesquisa interdisciplinar, interinstitucional nucleado em torno da UFPR, mas participam, praticamente, todos os cursos de Direito de Curitiba, além de existir, via CAPES, um convênio com a UERJ. No final do biênio publicam livros, possuindo em torno de 10 livros, nos quais são relacionados o nome de todos os pesquisadores que participam, nas palavras deste líder:

o conhecimento produzido no nosso grupo é espargido pela realização periódica de eventos em diversas instituições, abertos para o público estudantil de Direito e, em geral, sempre feitos em instituições diferentes, para ampliar o público. Além disto, incentivamos a publicação de artigos em periódicos e jornais, e, fundamentalmente, os melhores textos frutos de uma discussão acabam gerando um tipo de coletânea chamado de Anais do Projeto de pesquisa (LÍDER 7 UFPR).

A questão da interdisciplinaridade também esteve presente nos estudos de outra líder que, no mestrado e na graduação, tem alunos de outras áreas, com abordagem interdisciplinar para esse estudo, já que trabalha com o Direito da criança, tema impossível de ter uma leitura só do Direito. Por ter essa característica da interdisciplinaridade:

eu procuro sempre ter com meus alunos um cuidado com a linguagem, que não seja fechada, limitada a um “juridiquês”. É comum no Direito que as pesquisas sejam fechadas para o âmbito jurídico, mas eu acredito que devem ser acessíveis para outras áreas. Contudo, o fato é que muitos não desejam se fazer entender (LÍDER 4 UFSC).

Em síntese, percebeu-se também que a escolha pelas linhas e problemas de pesquisa, nas palavras deste líder:

perpassam muito a questão política do Direito e o momento atual de modificações muito rápidas, havendo, cada vez mais, necessidade de entender as transformações do mundo contemporâneo, como essas transformações afetam o Direito e como este impõe as regras a serem aplicadas na sociedade (LÍDER 3 UFSC).

4.1.2 Razões para o crescimento de grupos, linhas e pesquisadores da área no Brasil.

O crescimento do número de grupos de pesquisa não foi um fenômeno restrito a algumas áreas do conhecimento. A título de ilustração, entre 2000 e 2006, as áreas que tiveram os maiores índices de crescimento foram Ciências Sociais Aplicadas, Linguística, Letras e Artes e Ciências Humanas, aumentando, respectivamente, 169%, 119% e 115%, enquanto a expansão de grupos de pesquisa em geral ficou com uma taxa de 78% de crescimento (MOCELIN, 2009).

A tabela 4.1 é uma radiografia dos grupos, linhas, pesquisadores, estudantes e técnicos, da área de Direito, obtida do CNPq, com base no Censo 2006.

Tabela 4.1. Número de grupos, pesquisadores, estudantes, técnicos, linhas de pesquisa por Instituição de Ensino – CNPq - Censo 2006 – Área de Direito

IES	Grupos	Linhas de Pesquisa	Pesquisadores	Estudantes	Técnicos
UnB	9	32	92	73	0
UFMG	7	13	63	24	16
PUC/MG	9	14	103	72	0
UFPA	1	1	1	2	0
UFPE	7	17	23	53	0
UFPR	8	18	35	91	15
UERJ	5	13	24	34	0
PUC-RIO	8	12	41	25	2
UNESA	3	17	40	22	0
PUC/RS	24	81	137	272	0
UNISINOS	7	14	18	54	0
UFSC	15	48	91	98	5
USP	6	8	18	15	0
PUC/SP	3	8	9	38	0
Total	112	296	678	873	38

Fonte: CNPq Plano Tabular Diretório de Grupos de Pesquisa no Brasil, Censo 2006.

Com esta tabela (4.6) pode-se vislumbrar, em termos quantitativos, o perfil da pesquisa em Direito, no Brasil, no que tange aos grupos e as linhas de pesquisa em andamento, com base no ano de 2006.

Interessante notar que, no Censo de 2006, pela Súmula Estatística do Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil, elaborada pelo CNPq, o total de grupos que compunham as IES selecionadas era de 112, de um total de 490 grupos da área, que em 2000 apresentava 103 grupos.

Contudo, há que se ressaltar que a base de dados do Diretório de Pesquisa foi definida como uma base em formação e está ainda em construção de forma a não diferenciar os grupos por seu tamanho, podendo ser constituídos por apenas um pesquisador o que, certamente, dificulta a medida do esforço de pesquisa das faculdades e sua comparação. Além disso, as informações são fornecidas voluntariamente pelos pesquisadores e estes podem deixar de registrar os grupos, o que

explica a existência de apenas 6 grupos de pesquisa na USP, com 8 linhas de pesquisa e 18 pesquisadores e 15 estudantes, dado subestimado, em que pese o fato do curso formar preferencialmente profissionais da prática do Direito e menos pesquisadores. Segundo BRISOLLA (2011, pg. 3-4),

essa base sofre do problema de certos indicadores basearem-se em coleta própria de informação, muitas vezes sem nenhuma obrigação associada a sua manutenção. Com isso se assegura a adequação da informação a sua utilização como indicador. Alternativamente, outras bases, como o próprio MEC, fornece informações sobre os pesquisadores de forma talvez mais completa pela abrangência da cobertura dos dados, mas de maneira menos adequada para a utilização como ferramenta de análise e para nortear a política de pesquisa.

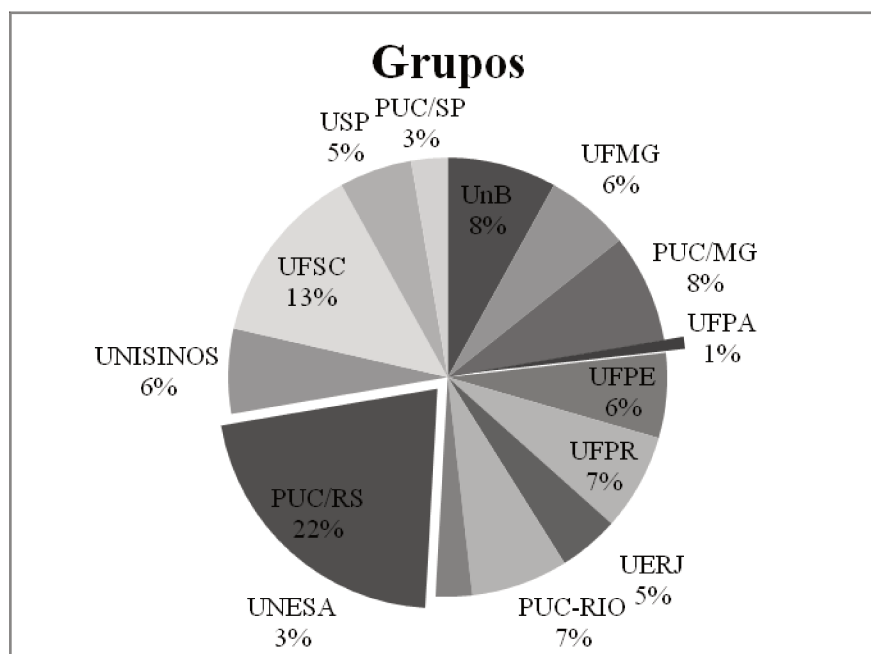


Figura 4.1 - Distribuição Percentual dos Grupos de Pesquisa – Censo 2006

Fonte: CNPq Plano Tabular Diretório de Grupos de Pesquisa no Brasil, Censo 2006.

Pela figura 4.1, dos 112 grupos das 14 IES selecionadas, no ano de 2006, o destaque fica para a PUC/RS com o maior número de grupos constituídos, representando 22 %, e a instituição

com o menor número de grupos, também em destaque na figura acima, a UFPA, representando 1% do total.

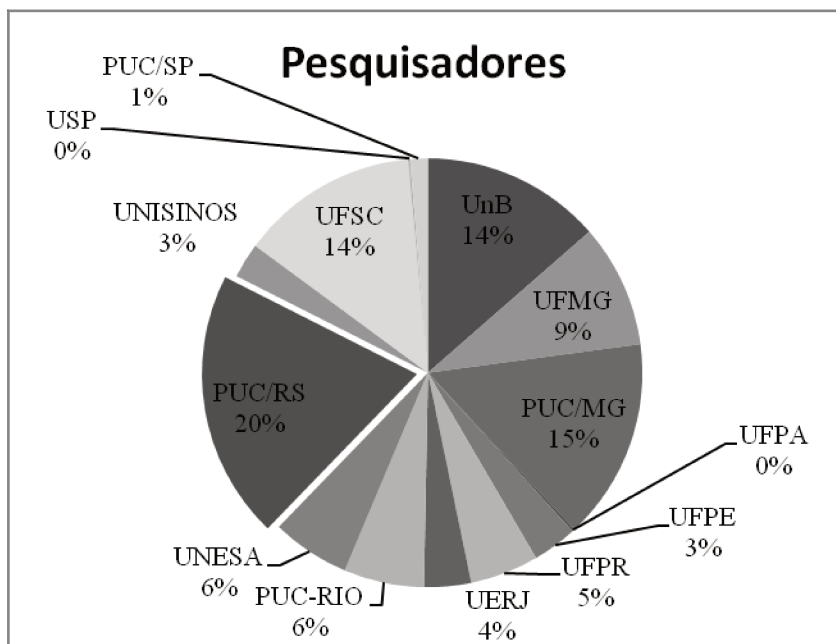


Figura 4.2- Distribuição Percentual de Pesquisadores – Censo 2006

Fonte: CNPq Plano Tabular Diretório de Grupos de Pesquisa no Brasil, Censo 2006.

No que se refere ao número de pesquisadores, a PUC/RS, sendo o maior reduto de grupos, não ficou para trás neste aspecto, apresentando 20% do total de pesquisadores das 14 IES. Panorama semelhante apresentou a UFPA, com o menor número de grupos do conjunto analisado, assim como de pesquisadores, vindo acompanhada da USP.

Com base em dados da CAPES, o quantitativo de docentes, docente-autor, linhas e projetos de pesquisa estão representados na tabela 4.2, a seguir apresentada. Das IES selecionadas, percebe-se que de um total de 566 docentes, no ano de 2006, 430 são autores, ou seja, possuem produção científica. A quantidade de projetos de pesquisa existentes é outro item que merece destaque.

Tabela 4.2- Docentes, docente autor, projetos, linhas oferecidas por programa na área de Direito.

IES	UF	DOCENTES	DOCENTE AUTOR	LINHAS DE PESQUISA	PROJETOS DE PESQUISA
UnB	DF	20	16	3	22
UFMG	MG	53	37	3	14
PUC/MG	MG	41	41	6	24
UFPA	PA	18	14	3	16
UFPE	PE	34	17	10	13
UFPR	PR	40	37	6	23
UERJ	RJ	58	41	10	42
PUC-RIO	RJ	20	18	2	21
UNESA	RJ	19	17	3	16
PUC/RS	RS	17	14	3	11
UNISINOS	RS	19	19	2	23
UFSC	SC	29	27	6	25
USP	SP	147	94	34	82
PUC/SP	SP	51	38	3	19
TOTAL		566	430	94	351

Fonte: Sistema de avaliação Capes 2006.

O número de linhas de pesquisa também sofreu um aumento extraordinário: perfaziam um total de 221 linhas em 2000, saltando para 1.172 em 2006. No aspecto pesquisadores, havia 452 em 2000 e, em 2006, este número saltou para 2.561, como mostra a tabela 4.3 (abaixo).

A tabela 4.2 é um retrato mais plausível da realização de pesquisa pelas IES selecionadas. Nela a USP se destaca como a primeira em linhas de pesquisa (34 de 94) e 82 projetos de pesquisa, também de longe a primeira colocada (82 de 351 projetos), seguida pela UERJ, com 42 projetos de 10 linhas de pesquisa. A produção acadêmica correspondente se visualiza pelo número de docentes-autores, 94 na USP, 41 na UERJ de um total de 430 docentes com publicação em 2006.

Entretanto, deve-se destacar que, em geral, os grupos têm aumentado o seu tamanho, tanto no número de pesquisadores quanto no número de estudantes de iniciação científica, mestrado e

doutorado, o que pode ser visto na tabela 4.3. Para Daniel Mocelin, “a maior participação de estudantes pode fortalecer a sedimentação de uma cultura de trabalho e prática de pesquisa em grupo” (MOCELIN, 2009, p.58).

*Tabela 4.3 - Número de grupos, linhas de pesquisa, pesquisadores, estudantes, técnicos, na área de Direito - Censos 2000-2008.**

Ano	Grupos	Linhas de Pesquisa	Pesquisadores	Estudantes	Técnicos
2000	103	221	452	514	50
2002	206	427	737	585	50
2004	366	778	1.623	1.792	120
2006	490	1.172	2.561	2.903	168
2008	562	1.366	3.261	4.236	166
Total	1727	3.964	8.634	10.030	554

** Em geral há dupla contagem no número de pesquisadores, estudantes e técnicos, tendo em vista que o indivíduo que participa de mais de um grupo de pesquisa foi computado mais de uma vez.*

Fonte: CNPq

Com base nos censos de grupos de pesquisa do CNPq, no que tange ao grupo das 14 IES selecionadas, ocorreu aumento semelhante, havendo saltos extraordinários quando comparados os anos de 2000 e 2006. A tabela 4.4 ilustra tais eventos. Contudo, há que se destacar que esses saltos podem estar superestimados pela ampliação da cobertura da base estatística do Diretório, ocasionando crescente inscrição de informações, fazendo com que os dados da tabela acima não sejam comparáveis no tempo. Em outras palavras, com a dificuldade de se trabalhar com uma base em construção, e pela impossibilidade de comparar dados de uma mesma unidade acadêmica em momentos diferentes, quando a base está crescendo por cobertura do universo a ser incluído nesta, não diminui o valor deste estudo, como aponta BRISOLLA (2011) em seus comentários sobre a tese.

*Tabela 4.4 Número de grupos, por Instituição de Ensino – CNPq –
Censos 2000 a 2006 – Área de Direito*

Ano/IES	2000	2002	2004	2006
UnB	4	4	8	9
UFMG	0	1	7	7
PUC/MG	0	0	2	9
UFPA	1	1	1	1
UFPE	1	9	7	7
UFPR	0	0	6	8
UERJ	1	1	5	5
PUC-RIO	9	9	8	8
UNESA	3	3	4	3
PUC/RS	3	11	19	24
UNISINOS	1	7	8	7
UFSC	2	16	10	15
USP	4	1	2	6
PUC/SP	0	2	2	3
TOTAL	29	65	89	112

Fonte: CNPq

Para um dos líderes, o motivo do aumento acima citado não foi um processo natural, mas um resultado da pressão dos órgãos de fomento. Para ele, o mundo jurídico estava muito defasado em relação às ciências humanas, no que diz respeito à organização de grupos⁵⁸ de pesquisa e realização propriamente dita da pesquisa. Nas suas palavras:

os pesquisadores da área, diferentemente dos sociólogos, matemáticos ou de várias outras carreiras, são pessoas cuja formação é muito mais voltada para as atividades aplicadas, advocatícias, magistratura, para ocupação de cargos públicos e muito pouco voltados para a vida acadêmica e para a produção científica. E sempre foi assim: a Faculdade de Direito, as melhores do país, sempre formaram bacharéis para serem homens públicos, políticos, advogados e juízes, mas não para serem pesquisadores (LÍDER 3 USP).

⁵⁸ O Motivo da diferença no número de grupos e linhas de pesquisa entre as faculdades não se explica por esses dados, cuja base ainda está em construção, embora seja verdadeira a existência de maior absorção de pessoal pelo trabalho profissional na área nos centros que são pólo de desenvolvimento do país. (BRISOLLA, 2011)

Esta constatação está, provavelmente, relacionada ao contexto histórico em que surgiram os cursos de Direito no país. Como observado por WOLKMER (2002), o processo histórico edificador da produção jurídica nacional delimitou a forma como as diretrizes do liberalismo político e econômico foram difundidas, adaptadas, exercendo influência na fundação das primeiras escolas de Direito de Olinda e São Paulo e, principalmente, na formação intelectual de uma elite burocrática composta por magistrados e por bacharéis profissionais, que mais tarde se ocupariam dos serviços da administração no governo e na vida pública, o que confirma o depoimento dado acima.

Em outras palavras,

a formação em Direito até os anos 80 e 90 era bastante voltada para a atuação como advogados, juízes e promotores. Não que isso não seja significativo ainda hoje. O sistema de avaliação se aperfeiçoou, assim como a própria atuação da OAB. Também está relacionado com as realidades nas universidades públicas em relação às privadas, que são diferentes, já que os órgãos de fomento como o CNPq estão muito mais presentes nas primeiras do que nas privadas, que embora tivessem bolsas e incentivos, estes eram mais raros (LÍDER 6 UFSC).

Voltando à questão da institucionalização dos grupos de pesquisa, alguns acreditam que num período muito recente os pesquisadores da área se deram conta de que estavam muito defasados em relação à atividade de pesquisa. Provavelmente levaram algum tipo de advertência ou perceberam que os órgãos de fomento à pesquisa levam em consideração a produtividade acadêmica como critério de concessão de auxílio e, por conta disso, se reuniram para começar a montar grupos de pesquisa e, efetivamente, a fazer pesquisas. Ainda, para este líder:

esse aumento também pode ser explicado pelo fato de que as gerações mais novas de pesquisadores da área estão mais interessadas, independentemente da pressão ou do estímulo dos órgãos de fomento, em fazer observações empíricas e em não se contentar com respostas generalizantes e baseadas em argumentos de autoridade que os pesquisadores mais tradicionais costumam dar (LÍDER 3 USP).

Em suma, as motivações dadas pelo pesquisador podem ser resumidas em dois fatores: 1º- a pressão dos órgãos de fomento; 2º- a tomada de consciência dos pesquisadores da área do seu atraso, da sua distância em relação às pesquisas. O fato de haver uma geração nova de acadêmicos professores, muitos dos quais passaram por universidades estrangeiras e viram, nestas, grande ênfase na pesquisa, pode ter contribuído para motivar a formação de grupos e, por conseguinte, o desenvolvimento de pesquisas.

Na mesma linha, as novas diretrizes da CAPES incentivaram este aumento, pois:

houve um maior reconhecimento dos pesquisadores e grupos. Sobretudo os critérios de avaliação dos órgãos de fomento dos programas criaram mecanismos internos que exigiram dos professores a institucionalização dos grupos. Na área de Direito existia uma tradição da informalidade, não havia esse rigor para institucionalizar, burocratizar. Sendo professor de Direito era inerente ser pesquisador (LÍDER 1 UFPR).

Outra explicação é o doutoramento de um grande número de profissionais da área de Direito. Entre estes, muitos só se dedicam à área acadêmica. Em outras palavras, entre aqueles que obtiveram o título de doutor na área, muitos se tornaram professores, o que explica este aumento. Nesta linha, fala outro líder:

atribuo ao incremento da pós-graduação. Quando comecei, em 1997, não existiam tantos cursos, o que representa um fenômeno do Direito, tendo o país um número maior de cursos que os EUA. Assim, com a demanda por professores, teve que haver um incremento da pós-graduação, que começou na década de 90 e continuou até o presente (LÍDER 4 UFPR).

Ainda, seguindo a mesma lógica, um dos líderes acredita que essa expansão deve-se, indubitavelmente, a um incremento dos sistemas de avaliação de pós-graduação que começaram a acontecer a partir de meados dos anos 90, na CAPES, em particular com relação à área de Direito. Em outras palavras, a partir dos anos 90, o esforço e incremento da avaliação da CAPES introjetou na área do Direito critérios acadêmicos que antes eram esparsos nesta área e esta

começou a seguir um critério baseado no mérito científico. E explica que a área do Direito tem essa peculiaridade, por ser uma área não só acadêmica, mas também profissional. Essa confusão entre o profissional e o acadêmico sempre se revelou dentro da própria área, dentro de sua produção acadêmica, dentro da própria pós-graduação. Um exemplo desta confusão pode ser visto no momento em que um professor produz um parecer, quando ocorre a dúvida se isto tem um conteúdo prático (profissional) ou científico. Para ele, esse é o paradoxo que existe ou que sempre existiu na área, e segue dizendo:

eu acho que os sistemas de pós-graduação antes tinham introjetado essa confusão. Havia uma quantidade enorme de juízes e advogados que não queriam deixar de sê-los e ao fazerem seus mestrados e doutorados havia um desdobramento da sua profissão, isso era muito comum. Em função das mudanças que ocorreram nos mestrados e doutorados, estes foram sendo vistos como um instrumento de formação acadêmica. Hoje, quem faz mestrado e doutorado na área tem a pretensão de seguir uma carreira acadêmica, pois um juiz não vai fazer mestrado e doutorado para ser um juiz melhor, mas para trabalhar com pesquisa dentro de uma universidade (LÍDER 6 UFPR).

Outra explicação está contida no seguinte relato:

é fácil, porque até 1990 o pessoal do Direito não fazia mestrado e doutorado, só muito raramente. Na época, o título do Direito era um título por si só, que já tornava apto para a vida profissional. Já existia a pesquisa, mas era ainda incipiente. A ênfase na pesquisa começou a partir do momento em que para a vida acadêmica também os títulos eram importantes. Assim sendo, não tem nada a ver com a cobrança dos órgãos de fomento (LÍDER 5 UFSC).

O mesmo ocorria com as demais profissões até o PNPG da CAPES/CNPq, que começou com os docentes das universidades públicas e o contrato em tempo integral permitiu a realização de pesquisa acadêmica. Foi ao mesmo tempo um processo de transição do sistema francês (doutorado era último título) para o anglo-saxão, americano (tese de doutorado é o primeiro trabalho acadêmico). Não se pode esquecer que os primeiros mestrados e doutorandos foram os

professores já contratados pelas universidades. O objetivo era capacitar o pessoal docente para a pesquisa. Esse processo foi massivo para todas as áreas a partir do PNPG. O contrato em tempo integral permitiu essa transformação (BRISOLLA, 2011).

Com isto, lentamente, as pesquisas foram mudando também. O Direito vive num momento de transição e isso aconteceu porque a pós-graduação passou a ter outro significado dentro das faculdades.

Com o sistema de avaliação, a comunidade científica da área assimilou isto e houve no interior das pós-graduações um esforço para uma proliferação de grupos e de pesquisadores, o que ocorreu pela própria proliferação dos doutorados que, nos últimos 10 anos, formaram novos doutores e, portanto, novos pesquisadores (LÍDER 6 UFPR).

Em suma, há uma questão concreta que foi a criação de novos doutorados e há também uma nova lógica que foi implementada, sobretudo a partir dos critérios de avaliação oficiais da CAPES, que a área internalizou. Outra questão está relacionada com critérios simbólicos, pois as pessoas queriam estar no topo da avaliação, naturalmente, e há questões de poder e acadêmicas, próprias do amadurecimento da área, como lembra o LÍDER 6 da UFPR.

Por outro lado, para manter um curso de pós-graduação dentro dos padrões de exigência da CAPES e dos critérios de avaliação que esta usa para as áreas, era condição necessária que os programas tivessem grupos de pesquisa, dentro de linhas vinculadas a esses para facilitar o desenvolvimento e a produção científica. Para esta líder:

antes da CAPES definir critérios mais específicos para cada uma das áreas, a coisa estava muito solta, cada um investia, ou criava um núcleo, fazia um livro ou vinculava alunos da pós-graduação, sem muita preocupação com a avaliação institucional. E, a partir disso, observou-se que as exigências da CAPES buscavam padrões de qualidade para os programas de pós-graduação. No meu entender, com essas exigências, principalmente, no Direito, em que os professores, em geral, têm suas pesquisas muito individuais, fechadas, em que dificilmente há um diálogo com outras áreas, houve o fortalecimento da busca de núcleos e grupos de pesquisa, o que, na minha opinião, foi muito bom para a área (LÍDER 1 UFSC).

Esta pesquisadora tem conseguido dialogar e trazer alunos de outras áreas de formação, criando uma produção dentro de um enfoque não apenas crítico, mas interdisciplinar.

Por isto, a partir dessas exigências de qualidade impostas pela CAPES, os professores e pesquisadores se conscientizaram de que não era suficiente ficar em suas salas isoladas produzindo seus livros e que a produção científica é muito mais complexa do que isso, sendo igualmente importante conversar com outras áreas. O profissional de Direito percebeu, segundo este líder “a importância da aplicação da lei, do estudo do sistema normativo, da verificação do Direito na prática. Como o sistema legal é aplicado na realidade e quais são os efeitos concretos do ordenamento jurídico” (LÍDER 5 UFPR).

Para outro líder, o crescimento das atividades de pesquisa nesta área está relacionado com “uma imposição do corpo discente que, na minha concepção, passou a se preocupar muito mais com a pouca oferta de trabalho, não só no campo da atividade profissional, mas também no campo da academia, levando a uma ostentada preocupação com a pesquisa e extensão” (LÍDER 3 UFPR).

Esta pressão exercida pela CAPES por resultados concretos teve a concordância de muitos pesquisadores. Um deles acredita que “deve haver uma produção rápida, de porte, coerente, não podendo versar sobre qualquer tema e, sobretudo, sendo necessário fazer pesquisa” (LÍDER 2 UFSC).

Assim, na visão de alguns, sempre existiu o grupo de pesquisa, mas ele era informal. Em função da demanda pela institucionalização dos grupos de pesquisa, começou um processo de formalização dos grupos. Isso se deu, num primeiro momento, por experiências específicas e por premissas institucionais e, em seguida, pela necessidade de abrir os núcleos por imposição institucional.

Em conclusão, alguns fatores para o aumento e valorização da pesquisa se devem à própria expansão dos cursos de pós-graduação *stricto sensu*, tendo em vista que o país tinha, até 1996, apenas 17 programas de pós-graduação. De 1996 a 2009, a área de Direito passou a ter 50 cursos de pós-graduação no país. Como membro do comitê de avaliação na época, um dos entrevistados acompanhou essa expansão e a valorização da pesquisa no Brasil, gerando para algumas editoras coleções específicas de dissertações e teses, que passaram a ter seguimento e trouxeram importantes efeitos correlatos, como, por exemplo, o exercício do magistério como uma profissão autônoma na área. Hoje, é claro que alguém pode entrar no mestrado e doutorado, não em busca de aprimoramento profissional como advogado ou juiz, mas em busca da formação didático-pedagógica para o exercício da docência. Portanto, segundo este líder:

o primeiro e grande motivo foi o aumento dos cursos de pós-graduação. O segundo motivo está ligado à expansão de certa forma criticável dos cursos de graduação. Foi uma expansão, evidentemente, desmesurada, mas uma medida que trouxe também alguns benefícios. O que é criticável foi a autorização e funcionamento de cursos sem condições de uma formação acadêmica satisfatória, cursos autorizados que não dão conta desses requisitos. Mas existem cursos novos que são excelentes e se traduzem em propostas interessantes, quer na graduação, quer na pós-graduação, quer em universidades públicas, privadas, confessionais, quer nas comunitárias. O aumento, de qualquer maneira, trouxe reflexos positivos (LÍDER 7 UFPR).

4.1.3 O sistema de colaboração na Ciência Jurídica.

Na sociedade moderna, a produção de conhecimento não está mais centrada na atividade individual de pesquisadores. Uma enorme proporção de grandes projetos é desenvolvida por grupos, o que torna necessário estudar os padrões de colaboração dos autores (GUAN & MA, 2004).

No Brasil, esforços foram feitos por agências de fomento para propiciar a colaboração envolvendo diferentes grupos científicos do país. Programas foram criados para aumentar a colaboração entre diferentes centros de investigação nacionais, tais como o PADCT - Programa de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico, criado em 1984, e o PRONEX - Programa de Apoio a Núcleos de Excelência, criado em 1996 para fomentar centros de pesquisa de alta qualidade.

Uma parte importante do papel do pesquisador é colaborar em projetos de pesquisa com os colegas para o avanço do conhecimento. Ao longo do tempo, esta colaboração tem aumentado significativamente, em especial entre os países.

A colaboração científica é uma conseqüência do constante processo de profissionalização da ciência (BEAVER & ROSEN, 1978), em que o aumento da complexidade e multidisciplinaridade da pesquisa torna a cooperação entre especialistas necessária. De fato, alguns autores argumentam que a divulgação de conhecimentos e cooperação entre os especialistas devem ser consideradas características fundamentais da ciência moderna. Em outras palavras, a interdisciplinaridade e a internacionalidade da ciência têm produzido um aumento da colaboração científica. A colaboração entre grupos é um aspecto importante da pesquisa, uma vez que a permanência em outros centros pode reforçar as relações entre as instituições e promover o desenvolvimento de projetos comuns e publicações conjuntas. A comunicação informal entre cientistas amplia o âmbito do intercâmbio e o fortalecimento de vínculos com outros pesquisadores que, eventualmente, conduziram a colaboração. Existem evidências de que a qualidade e o impacto da produção científica de pesquisadores que permaneceram em outros centros tende a aumentar (BARJAK & ROBINSON, 2008).

Supõe-se que na ciência o grupo de pesquisa é a "unidade" natural da atividade científica, composta de um líder e um ou mais pesquisadores seniores, os pesquisadores de pós-doutorado e vários estudantes de doutoramento. Membros de grupos de pesquisa tendem a interagir intensamente entre si e juntos desenvolvem o programa do grupo de pesquisa. Entretanto, em muitas áreas das Ciências Sociais e Humanas, a estrutura organizacional da pesquisa tende a ser diferente daquela das demais áreas, o que se reflete na pesquisa acadêmica, que tende a ser mais uma atividade individual (MOED, 2005).

GUAN & MA (2004) ao compararem o número de autores de um artigo dos países asiáticos com o dos países ocidentais, encontraram que os pesquisadores, principalmente da Ciência da Computação nos países asiáticos, têm preferência em publicar em grupo, enquanto que nos países do ocidente, as publicações são mais individuais ou no máximo com mais um autor.

Com relação ao perfil de colaboração, os pesquisadores dos países do ocidente têm mais probabilidade de trabalhar de forma independente, ou preferem trabalhar com apenas um colaborador, enquanto cientistas asiáticos preferem trabalhar em grupos grandes, compostos por mais de 3 colaboradores (GUAN & MA, 2004). Portanto, a preferência por trabalhar de forma individual, em grupos pequenos ou grandes, não varia apenas entre áreas do conhecimento, mas também entre países em uma mesma área.

Alguns atributos ou características dos autores podem ser associados com o impacto de seus produtos. Em primeiro lugar, as publicações em colaboração com vários autores, tendem a ser mais influentes, porque eles podem combinar os pontos fortes de cada um dos autores. Evidências de tal colaboração já foram obtidas anteriormente (SMART & BAYER, 1986).

Contudo, há quem acredite que as características dos autores pouco contribuem para o impacto de um artigo. Embora seja esperado que a colaboração de múltiplos autores gerasse um impacto pela partilha dos recursos e complementação de competências, artigos com mais autores não necessariamente aumentam o número de citações. Assim sendo, a colaboração pode

aumentar o número de artigos produzidos, em vez de seu impacto⁵⁹. E não se pode esquecer que a múltipla autoria não reflete, precisamente, uma verdadeira colaboração (HASLAM *et al.*, 2008).

Um dos principais objetivos da política recente de pesquisa tem sido incentivar a colaboração. Uma das razões para promover a colaboração é que os resultados de inúmeros estudos mostram que a pesquisa colaborativa tende a ser mais citada se comparada com a pesquisa não-colaborativa (LEVITT & THELWALL, 2010; BEAVER, 2004). A pesquisa colaborativa para BEAVER (2004) possui uma maior autoridade epistêmica que a pesquisa desenvolvida por autores individuais. Alguns autores acreditam que a colaboração pode ser benéfica por vários motivos, como o fato de fornecer um conjunto maior de idéias, métodos e recursos, e permitir a partilha de custos e economia de tempo como resultado da divisão do trabalho (AVKIRAN 1997; KATZ & MARTIN, 1997). Além disso, os pesquisadores que investem na pesquisa em colaboração encontram outras vantagens, como o acesso a novos temas de pesquisa, a dados não publicados e a fontes adicionais de financiamento.

O aumento da publicação em colaboração, em alguns campos da ciência, agregando dois ou mais nomes, permitindo que a pesquisa desenvolvida por um pesquisador reconhecido incorpore outros pesquisadores, que se tornam autores subsidiários, tem como resultado que o número de autores por artigo ou livro tem se transformado em um indicador da atividade científica colaborativa. Entretanto, nas Ciências Humanas a adoção da prática de equipes de pesquisas teve um início tardio e muito tímido, o que não quer dizer que a publicação de trabalhos de autores múltiplos tenha se tornado sistemática, sendo ainda pouco justificável na prática cotidiana do pesquisador das Ciências Humanas e Sociais (NASCIMENTO, 2005).

⁵⁹ Para BRISOLLA (2011, p. 4) há duas formas de testar se a colaboração aumenta o impacto: “1) comparar o impacto de dois grupos da mesma área com diferente padrão de colaboração; e 2) tomar um autor produtivo, com impacto significativo em dois momentos, ou com dois produtos, um escrito em colaboração e o outro sozinho. O segundo tem a vantagem de eliminar a diferença devida à qualidade e alcance do pesquisador, mas mesmo assim sua publicação em grupo se diferencia segundo os colaboradores escolhidos e por outros fatores, até porque o tipo de trabalho é outro, o tema não é o mesmo e nem o momento em que é produzido ou as circunstâncias em que é editado”.

4.1.3.1 Padrões de autoria: individual ou coletiva.

A boa ciência é muitas vezes feita em comunidades de cientistas e em equipes. A literatura que trata da produtividade científica aponta que pesquisadores trabalhando em equipes são mais produtivos, muitas vezes produzindo uma ciência “melhor” do que se estivessem sozinhos (STEPHAN & LEVIN, 1992).

A publicação em coautoria não é uma prática frequente na área de Direito. Situação semelhante à área de Agronomia, observada por VELHO (1985). Os dados mostraram que é difícil encontrar um artigo publicado por um professor e seus alunos. Tampouco é comum orientadores assinarem os trabalhos juntamente com seus orientandos. Dados semelhantes foram encontrados por NASCIMENTO (2005) em estudo realizado na área de Antropologia. Em outras palavras, o hábito de trabalhos coletivos é uma prática pouco difundida na área. Da mesma forma, na área de Contabilidade, LEITE FILHO (2008), observou que a maioria da produção acadêmica se referiu a trabalhos de um único autor (39,5%), o que, segundo ele, mostra que os pesquisadores têm uma forte tendência a publicar de forma isolada, sugerindo um panorama de falta de grupos de pesquisa com publicação periódica. Esses resultados também são compatíveis com os trabalhos de VIEIRA (2003) e LEAL *et al.*(2003), nos quais os autores observaram que os maiores percentuais da produção científica nas áreas de Marketing e Finanças se referiam à produção de autoria única.

Um quadro totalmente diferente foi encontrado por LEIMU & KORICHEVA (2005), ao estudar a área de Ecologia. As autoras, ao observar os artigos publicados na revista *Oecologia*, de 1998 até 2000, perceberam que 85% dos artigos eram de autoria múltipla (82% de artigos dos EUA e 86% de artigos europeus), sendo 41% dos artigos assinados por autores de mais de uma instituição e 19% de mais de um país. As autoras concluem em seu estudo que a colaboração científica tem um papel importante na área de Ecologia, tendo a taxa de citação em artigos da área aumentada com o número de autores, especialmente, quando este número é superior a quatro.

Panorama semelhante ao da Ecologia apresenta a Economia Agrícola que conta com 77% de artigos escritos por mais de um autor, número este superior ao da Economia que conta com

65% de trabalhos em coautoria. Tove Frandsen, que fez uma análise bibliométrica dos artigos na área de Economia, observou, pelos dados coletados, que esta área não é das ciências mais integradas, havendo indícios de uma divisão geográfica parcial na área. Além disto, o mesmo autor aponta grandes diferenças nos padrões de publicação dentro da disciplina (FRANSEN, 2005).

Não obstante, em muitas áreas das Ciências Sociais e Humanas a estrutura organizacional da pesquisa tende a ser diferente do que nas demais áreas, o que naturalmente repercute na pesquisa acadêmica, que tem a propensão de ser mais uma atividade individual (MOED, 2005).

O relato dos entrevistados mostrou que a área de Direito tem um padrão de autoria mais individual que coletivo. De fato, o Direito tem uma tradição de pesquisa individual, não havendo estímulo para trabalhos coletivos. A publicação tende a ser coletiva em livros e individual em artigos, o que é próprio da área. Alguns pesquisadores preferem escrever individualmente, mas o ato de publicar, por vezes, se torna coletivo, quando ocorre a inserção dos alunos. Contudo, é visível a falta de hábito para trabalhar em grupo, o que é próprio da área, demonstrando ser rara a pesquisa coletiva em Direito. Os depoimentos obtidos, durante as entrevistas, revelam tal faceta e outras mais.

eu costumo publicar de forma individual, publicando em grupo com menos frequência, apesar da CAPES recomendar que se publique com os orientandos, incentivando a área a publicar em grupo, normalmente em dupla (LÍDER 2 UFPR).

os motivos que me levam a trabalhar e ou publicar em grupo tem relação com a obrigação acadêmica, no interesse da pesquisa e pela exigência de manter o credenciamento do Programa (LÍDER 1 UFPR).

eu procuro combinar pesquisas individuais com coletivas. Gosto muito de trabalhar em grupo, tanto que lidero dois grupos. Mas é importante para o pesquisador também que faça a pesquisa sozinho e publique sozinho, por isso tendo a combinar as duas atividades. Contudo, a regra no Direito é publicar sozinho (LÍDER 3 USP).

Seguindo a linha de raciocínio dos pesquisadores da área, outro ponto de abordagem se referiu à desvantagem da pesquisa individual, que pode ser assim resumida:

não permite a possibilidade de ouvir opiniões contrárias, aprimorar a pesquisa, não há a troca. Eu trouxe experiências em grupo, criei um espaço para construir outras dinâmicas fora de sala de aula. No entanto, tem o outro lado, pois nas atividades do grupo acredito não ser muito homogênea a participação dos alunos (LÍDER 1 UFPR).

não tenho experiência de publicação em grupo. Sou líder, mas só oriento os trabalhos de pesquisa quando estão a ponto de publicar, acompanho os prazos, faço a revisão final, mas não publico em coautoria. Academicamente, prefiro trabalhar de forma individual. Não dispense auxílio, mas tenho um modo muito peculiar de escrever, de passar as ideias, de alterar, trazendo conflitos. Por exemplo, começo pelo fim para então fazer o começo, achando subsídios para sustentar a minha conclusão. Acho que esse padrão comportamental que tenho é difícil de mudar (LÍDER 3 UFPR).

houve um tempo, no Direito, que a publicação de uma obra conjunta não era aceita. Os professores passaram a entender que uma obra jurídica tinha de ser seqüencial, de um mesmo tema. A maioria não é coletiva, cada qual tendo o seu papel, com a manutenção do território, havendo uma individualidade. Por isso escrever em conjunto, pelos pesquisadores da área, é raro. Consenso só ocorre de forma equivocada. No entanto, para haver consenso não precisa haver renúncia de idéias (LÍDER 3 UFPR).

Por outro lado, a preferência por trabalhar em grupo privilegia a interação e a troca intelectual, com destaque para alguns enunciados que suscitaram muitas intervenções.

eu entendo a ciência como sendo uma atividade social. A pesquisa pode ser individual, mas a troca é essencial para a atividade científica, pelo menos na minha área. Só pude produzir recorrendo à bibliografia estrangeira quando tive contato com professores em sua grande maioria de fora do Brasil. Mas hoje eu compreendo a pesquisa, a graduação e a pós-graduação como uma atividade de grupo. Prefiro trabalhar em grupo, apesar de cada um poder publicar individualmente e produzir intelectualmente um trabalho (LÍDER 4 UFPR).

Uma linha de pesquisa só pode se fortalecer se for desenvolvida em grupo. É o que diz outro líder e prossegue:

Os pesquisadores da área tem uma ideia equivocada do que seja a ciência. Na minha concepção, eles ainda trabalham de uma maneira escolástica. O Direito é uma ciência um pouco escolástica neste sentido. A prática pode ser científica, mas ela se aproxima muito mais do que os teólogos faziam na época de Galileu. Na minha visão, o argumento da autoridade é muito forte (LÍDER 4 UFPR).

Prosseguindo:

eu considero o Direito uma ciência ainda refratária, com uma prática científica básica. Acho a crítica uma atividade inerente à ciência, mas no Direito deve-se pedir licença para criticar. Às vezes criticando se consegue um inimigo. Entendo que a atividade científica é inerentemente crítica e os pesquisadores da área ou aqueles que trabalham com o Direito não deveriam ter essa reação negativa (LÍDER 4 UFPR).

A preferência em trabalhar em grupo justifica-se para outro grupo de líderes, pelo fato de que sozinhos teriam de enfrentar áreas que não lhes agradam muito e o que lhes tomaria mais tempo para escrever. Gostam de trabalhar individualmente e em grupo. O estudo é individual quando tem a parte da leitura e das reflexões, e coletivo no aspecto de discussão dos resultados de pesquisa com os colegas professores.

Assim sendo, depende do tipo de pesquisa que está sendo desenvolvido, isto é, quando é feita uma pesquisa mais teórica, é preferível fazer individualmente, pois depende muito do pesquisador, das leituras individuais. Por outro lado, as pesquisas sobre a formação da cultura jurídica brasileira do século XIX, por exemplo, são mais ricas quando feitas em grupo. Segundo este líder “é uma pesquisa que se torna muito mais enriquecedora quando feita em grupo, pois há pessoas estudando aspectos do Direito Privado, outras do Administrativo, outras do ensino jurídico” (LÍDER 6 UFPR).

Assim, um dos incentivos para publicar em grupo:

é tornar pública a pesquisa ou atingir o maior número de pessoas. Em grupo é mais interdisciplinar. Dentro do Direito talvez isto não seja tão comum, mas eu tenho trabalhado com alguns temas interdisciplinares, por exemplo com a Informática Jurídica, em que costuma haver uma colaboração entre as duas especializações, o profissional do Direito, o jurista, o cientista da informação, o matemático e o lógico. O trabalho em coautoria permite esta interdisciplinaridade (LÍDER 4 UFPR).

A própria natureza do Direito tende a dificultar o trabalho em coautoria:

como eu tinha dito, se é uma ciência escolástica, na sua prática ela se baseia nos grandes autores, com cada área constituindo suas autoridades. Por exemplo, o Direito Tributário tem seus grandes autores, autores renomados. O Direito Constitucional também. Os autores se tornam autoridades na sua área. E, na minha opinião, quando prevalece o argumento da autoridade, não se trata de um trabalho científico. Não sei qual a ideia real de ciência que eles têm, dizem que seus livros são científicos. O que é ciência e o que se entende por ciência é outra discussão (LÍDER 4 UFPR).

A evolução dos estudos de Direito é típica da trajetória das Ciências Sociais, nomeadamente a necessidade de se tornarem mais científicas, aproximando-se dos métodos tradicionais positivistas. As ciências sociais são, ainda, julgadas como primitivas e subdesenvolvidas ou, como sugere Kuhn, pré-paradigmáticas⁶⁰. Kuhn não realizou nenhum estudo historiográfico a respeito das Ciências Sociais, contudo as julgou pré-paradigmáticas ou ainda sem nenhum consenso paradigmático.

Segundo SANTOS (1988), o modelo que preside a ciência moderna – que foi constituído a partir da revolução científica, do século XVI –, é global, totalitário e nega o caráter racional,

⁶⁰ A espinha dorsal da concepção kuhniana de ciência consiste na tese de que o desenvolvimento típico de uma disciplina científica ocorre ao longo da seguinte estrutura aberta: fase pré-paradigmática → ciência normal → crise → revolução → nova ciência normal → nova crise → nova revolução → ... Estas noções envolvidas nessa cadeia evolutiva de uma ciência podem ser encontradas ao longo do livro de Kuhn (1989).

portanto, científico, a todas as formas de conhecimento que não se pautam pelos seus princípios epistemológicos e por suas regras metodológicas. Ressalte-se que esse modelo, constituído nas Ciências Naturais, impôs-se também às Ciências Humanas e Sociais que, se não conseguissem adotar seus princípios, eram chamadas de pré-paradigmáticas. Em outras palavras, na teoria das revoluções científicas de Thomas Kuhn o “atraso” das Ciências Sociais é dado pelo caráter pré-paradigmático destas ciências, ao contrário das Ciências Naturais, estas sim, paradigmáticas. Enquanto, nas Ciências Naturais, o desenvolvimento do conhecimento tornou possível a formulação de um conjunto de princípios e de teorias sobre a estrutura da matéria, que são aceitas, sem discussão, por toda a comunidade científica, conjunto esse designado por paradigma, nas Ciências Sociais não há consenso paradigmático (SANTOS, 1988). Sabe-se que as Ciências Sociais são bastante diferentes⁶¹ das Ciências Naturais, no que se refere à integração teórica, aos sistemas dedutivos, ao grau de confirmação de suas proposições e ao nível cumulativo dos resultados de pesquisa.

Em outras palavras, a ciência jurídica parece ser uma pré-ciência, tendo em vista a disciplina ainda não ter alcançado o estatuto de *científica*. Uma disciplina se torna uma ciência quando adquire um *paradigma*⁶², encerrando-se a fase pré-paradigmática e iniciando-se uma fase de *ciência normal*, conforme a cadeia evolutiva proposta por Kuhn, em a “Estrutura das Revoluções Científicas” (1989).

Esse “atraso” da pesquisa, na área de Direito, em relação às demais disciplinas se deve, segundo NOBRE (2002), a uma combinação de dois fatores fundamentais. O primeiro refere-se ao seu isolamento em relação às outras disciplinas das Ciências Humanas e, o segundo, a uma peculiar confusão entre prática profissional e pesquisa acadêmica. O próprio autor se incumbe de identificar as causas deste descompasso, explicando que o isolamento tem como causa primeira o “princípio da antiguidade”, por ser o Direito a disciplina universitária mais antiga, sentindo-se

⁶¹ Segundo BRISOLLA (2011, pg. 5) “a diferença de objeto das ciências humanas e sociais em relação às exatas e naturais faz com que as primeiras tenham metodologia e resultados, ou teorias, muito diferenciados, pois a experimentação não existe nessas ciências e as análises de comportamento não seguem o padrão das ciências naturais, onde a experimentação é a base da pesquisa. Nas ciências sociais o tratamento estatístico é por vezes assimilado a técnicas de previsão científica e quando isso se aceita sem crítica perde-se o caráter científico para passar a produzir pseudo-ciência”.

⁶² O termo tem uma acepção bastante elástica no texto original de Kuhn, não pretendendo este estudo adentrar as sutilezas de seu significado, que pode ser encontrado ao longo de sua obra. Em seu sentido usual, pré-kuhniano, quer dizer “exemplo”, “modelo”.

uma “ciência rainha”, fazendo com que se voltasse aos demais ramos do conhecimento somente quando importava para o exame jurídico dos temas em debate. O segundo fator refere ao modelo de universidade implantado, baseado no projeto nacional-desenvolvimentista que tinha características marcadamente “antibacharelescas”. Nas palavras do autor, o Direito praticado até a primeira metade do século XX continha como obstáculos “a falta de rigor científico, o ecletismo teórico e uma inadmissível falta de independência em relação à política e à moral” (NOBRE, 2002, p. 5).

Em função deste isolamento, o Direito, nos últimos cinquenta anos, deixou de acompanhar os avanços da pesquisa acadêmica praticada no país. Todavia, essa situação sofreu modificações na década de 90, pelo interesse que historiadores, cientistas sociais, filósofos e economistas passaram a ter por questões jurídicas. Não obstante, as posições se mantêm. De um lado, os cientistas sociais olham com desconfiança a produção teórica em Direito, por não encontrarem os padrões científicos requeridos; de outro, os teóricos de Direito continuam vendo a produção em Ciências Humanas como externa ao seu trabalho. Assim sendo, esse isolamento do Direito, como disciplina, pode explicar porque não só a pesquisa, mas também o ensino jurídico, não avançaram na mesma medida que as outras disciplinas (NOBRE, 2002).

Assim, observa-se que o ensino jurídico se baseia, fundamentalmente, na transmissão dos resultados das práticas jurídicas de advogados, procuradores, promotores e juízes e não em uma produção acadêmica desenvolvida com critérios de pesquisa científica. Em outras palavras, no caso brasileiro, a confusão entre prática, teoria e ensino jurídicos é completa (NOBRE, 2002).

Seguindo o raciocínio do último líder entrevistado, os pesquisadores da área trabalham com uma ciência escolástica. A argumentação é baseada nas citações de autores baseados na autoridade, fazendo com que os alunos, quando peticionam, escrevam suas peças processuais, ou os mestrands e doutorandos, ao escreverem suas pesquisas, se baseiem nos grandes autores da sua área. No entanto, perguntado se neste caso é levada em conta a qualidade dos citados, ele responde que:

se eles chegaram lá, geralmente, têm qualidade, mas isso pode engessar o surgimento de novos estudiosos na área e aí surge a tendência de que os novos estudiosos também se tornem autoridade com o tempo. Assim, o que o cientista do Direito fala tem um peso da sua autoridade e não um peso em si do seu argumento (LÍDER 4 UFPR).

Sob essa acepção, “é viável admitir que a autoridade do conhecimento possa ter relação com padrões sociais de autoridade (grupos, pessoas, instituições), o que influenciaria a disposição de abordagens, métodos ou fundamentos (referências) no campo” (GUARIDO FILHO, 2008, p. 44).

Retomando a discussão dos padrões de autoria, outro líder disse que trabalhar individualmente ou em grupo são dois vetores distintos e complementares. O trabalho individual mostra a identidade da temática escolhida. Mas ele tem produzido muito coletivamente nos projetos de pesquisa que são essencialmente coletivos, pois:

estimulamos muito o trabalho a quatro, cinco ou oito mãos. E qual a importância do trabalho coletivo que não é muito comum no Direito? A importância faz do processo um aprendizado e não só um resultado e é por isso que em nossos eixos de pesquisa nós sempre temos uma vertente ligada ao ensino e à educação (LÍDER 7 UFPR).

Enfim, pode-se concluir que na parte individual o pesquisador do Direito precisa de um momento em torno de um marco teórico, de um referencial de ponta, isso é importante. Seguindo o raciocínio, a pesquisadora prossegue:

depois dessa etapa eu acho que tem de abrir e dialogar com o grupo, que pode ser um grupo de professores de outra área ou um grupo de alunos, por exemplo, dentro da própria pós-graduação, no mestrado e doutorado. Realmente, tem um momento em que a gente trabalha de forma individual até organizar a pesquisa (LÍDER 1UFSC).

Quanto às vantagens das coautorias, alguns mencionam o fato de que não há uma exigência regimental para fazer uma coautoria, isso depende muito do perfil de cada professor. Existem professores que tem trabalhado muito em coautoria, buscando alunos ou outros colegas para publicar em conjunto, pois “não dá tempo de produzir uma obra sozinho. Isso demanda tempo. Produzir um livro por vezes vem de uma pesquisa de 2 ou 3 anos; esse tempo, se compartilhado com outro colega ou aluno, possibilita uma publicação mais fácil e mais rápida” (LÍDER 1 UFSC). Neste caso, percebe-se que a pressão para publicar incentiva a prática de trabalhos em coautoria.

a preferência de trabalhar em grupo pode ser explicada, primeiro, porque a minha área é transdisciplinar, muito fortemente, e, segundo, trabalhando em grupo consigo passar informações, formar uma equipe, um pesquisador, de forma mais efetiva. Como no grupo são feitas reuniões semanais, e como o tempo está cada vez mais curto, são abertas possibilidades para outras pessoas, que passam a entender o sistema e a matéria que estão tratando e os enfoques do Direito (LÍDER 5 UFSC).

Em suma, no Direito, segundo os relatos, os trabalhos se dão de preferência em grupo, o que não se traduz, necessariamente, em publicação, pois a prática de publicação múltipla não é comum na área, tendendo a ser mais individual. Apesar de os relatos a seguir não confirmarem esta afirmação, tampouco os dados quantitativos:

Prefiro trabalhar em grupo, porque a atividade científica exige isto. Os grandes avanços e progressos não são alcançados de forma individual. A área de Direito precisa do debate de grupo, sempre, porque é uma disciplina bastante abstrata. Só trabalho de forma individual quando se trata de leitura, docência, que não requerem tanto o debate (LÍDER 6 UFSC).

Prefiro trabalhar em grupo, faço reuniões semanais com meus orientandos, destes, 2 são doutorandos, 6 mestrands e 10 graduandos. Fazemos discussões sobre temas e análise de pesquisa de campo e leituras em grupo, o que não acontece com outros grupos que, na maioria, existem apenas de fachada (LÍDER 2 UFSC).

Apesar de ser advogado, que normalmente gosta de trabalhar sozinho, não sei mais trabalhar desta forma. Na publicação, o Direito tem uma característica de ter trabalhos individuais, mas nos últimos 2 anos comecei a trabalhar mais em coautoria, tendo organizado mais de 20 livros. No entanto, organizar não significa ser coautor (LÍDER 3 UFSC).

trabalhar em grupo é um momento de construção conjunta e coletiva essencial. Poucas são minhas obras individuais, sempre em 2 ou 3 autores, ou coletâneas. Antes do surgimento do grupo, publicava de forma individual, agora, com o núcleo, só produzo em grupo (LÍDER 4 UFSC)

Sobre a concentração de coautorias no último ano do triênio, em 2006, um entrevistado explicou ser uma exigência e orientação da própria CAPES.

a CAPES nos últimos anos impôs o padrão das Ciências Humanas para o Direito, o que forçou a área a mudar. No Direito precisaria, de fato, haver critérios mais próximos das Ciências Humanas, mas não significa que tenham que ser iguais porque não é uma área em que a maioria dos professores está só dentro da universidade. Esses critérios quantitativos são agressivos. Os professores são juízes, advogados, procuradores e estes contribuem com aulas práticas. O Direito, por exemplo, é muito diferente da Filosofia (LÍDER 2 UFPR).

Por último, outra explicação para o fato deve-se à tendência de envolver os alunos para atender as exigências da CAPES. O que antes era publicado de forma individual agora é objeto de um esforço para fazer em conjunto.

4.1.3.2 Padrões de autoria individual nos Programas de Pós-graduação.

BABCHUK *et al.* (1999) argumentam que, em algumas áreas (como a Química), os estudantes têm pouca liberdade para defender os interesses de investigação, independentemente dos interesses de seus orientadores, ao passo que em outras áreas (como a Sociologia) os alunos podem desenvolver problemas periféricos aos interesses de seus mentores e publicar sozinhos suas descobertas próprias e, portanto, colaborar com menos frequência.

Outro exemplo é a área de Agronomia, que apresenta cerca de 40% dos artigos brasileiros, estudados por VELHO (1986), publicados pelos pesquisadores em co-autoria com estudantes de pós-graduação. A grande maioria desses artigos foi retirada de dissertações de mestrado ou teses de doutorado, o que demonstra que na área de Agronomia se mostra indispensável a assistência do aluno para as pesquisas de seus professores orientadores, o que não pôde ser visto neste estudo da área de Direito, que apresentou tendência a autoria individual, inclusive pelos discentes.

Seguindo o modelo da Sociologia, os dados quantitativos mostraram que a área de Direito, no Brasil, apresenta uma tendência de autoria individual por autores discentes de mestrado e doutorado. Contudo, antes de apresentar as possíveis explicações para o observado, a tabela 4.10 apresenta o quantitativo do fluxo de discentes matriculados e titulados por programa, no ano de 2006, com base em informações localizadas na CAPES.

Tabela 4.5- Fluxo Discente por programa na área de Direito – 2006

IES	UF	MATRICULADOS		TITULADOS	
		M	D	M	D
UnB	DF	19	5	17	0
UFMG	MG	0	0	54	30
PUC/MG	MG	67	160	80	4
UFPA	PA	18	2	31	2
UFPE	PE	20	10	56	11
UFPR	PR	45	10	55	13
UERJ	RJ	60	24	53	13
PUC-RIO	RJ	12	4	14	3
UNESA	RJ	62	4	37	0
PUC/RS	RS	34	5	37	1
UNISINOS	RS	21	10	32	7
UFSC	SC	49	9	26	19
USP	SP	151	58	112	72
PUC/SP	SP	276	28	217	93
TOTAL		815	324	804	268

Fonte: Sistema de avaliação CAPES 2006.

Este estudo pôde verificar, com base na produção bibliográfica⁶³, no caderno de indicadores (que são os relatórios utilizados no processo de avaliação da CAPES), uma tendência de autoria individual de discentes de mestrado e doutorado de artigos em periódicos científicos, os quais têm uma maior concentração em algumas instituições, das 14 selecionadas por este estudo. A maior frequência de publicação de autores discentes ocorre em artigos QUALIS Local A, representando mais de 50% do total. Das 14 IES selecionadas, a USP e a UFMG são as únicas que não seguem esta tendência, por seus cadernos de indicadores não conterem produção individual de discentes. Ainda, há uma grande proporção de autores discentes publicando em artigos QUALIS Nacional A, B e C, destacando-se a PUC-Rio, que no ano de 2006 teve 81% dos artigos Qualis Nacional B publicados individualmente por discentes. Da mesma forma, destacam-

⁶³ Registrada anualmente pelos programas e enviada à CAPES, por meio do Coleta de Dados.

se os artigos QUALIS Internacional A, B, C. Por exemplo, na PUC-MG todos os QUALIS Internacional B, em 2006, foram publicados individualmente por autores discentes. Semelhante padrão apresenta a UnB, em 2005, que também tem o único artigo QUALIS Internacional A, em 2004, publicado por um discente. Na UFPA, em 2004, o único artigo completo QUALIS Internacional B, também é de um aluno.

No tocante à explicação da tendência observada, pode-se notar que o mundo jurídico é muito *sui generis*, não tem tradição de pesquisa, tem o costume de formar advogados para serem juízes, políticos práticos e não formar pesquisadores. Pela razão exposta acima há pouca pesquisa coletiva, o que resulta em pouca coautoria. Aliás, segundo o autor desta afirmação:

há outro aspecto: os orientadores no campo do Direito usam seus orientandos para fazer pesquisas e não creditam a eles a coautoria. Isso é muito comum. Como os professores de Direito estão muito acostumados a trabalhar em seus escritórios de advocacia, tratam seus orientandos como seus estagiários (LÍDER 3 USP).

Os orientadores não pensam na importância deles assinarem junto com os orientandos, porque “eles não tem interesse de estar tão próximos de seus orientandos, à diferença das outras áreas. Certamente sua orientadora lê as coisas que você escreve e trabalha com você na hora de escrever os artigos. No caso do Direito isso não acontece” (LÍDER 3 USP).

Por outro lado, há um esforço para que o aluno ganhe autonomia. No caso de trabalhos em coautoria nem sempre é possível aferir quanto da produção é de cada autor. No entanto, quando o método é do professor orientador, havendo grande densidade do trabalho deste e o aluno apenas dá continuidade, ingressando na pesquisa já em andamento, é natural que a autoria seja de ambos. Como esta área consiste principalmente de trabalhos bibliográficos e sua estrutura metodológica está centrada em leituras e doutrinas, fica mais difícil que as obras sejam compartilhadas com outro autor.

Dito isto, percebe-se que a ausência de coautoria é uma tradição da área. Separa-se a publicação docente da discente, o que é próprio do campo universitário jurídico, em que uma publicação de um professor com seu aluno têm menor importância, pois, muitas vezes, dá mais

status para o professor publicar sozinho. Ainda, a publicação com o aluno pode gerar uma especulação da comunidade acadêmica de que o trabalho é só do aluno, sem a participação do professor. Apesar de que isto vagarosamente esteja mudando, esta modificação decorre dos critérios de avaliação da CAPES, incentivando os professores a buscar outros mecanismos para publicar com grupos e alunos.

Na mesma linha, outro líder destaca “é uma tradição da área publicar individualmente. Os alunos são incentivados pelos próprios orientadores a fazê-lo. No Direito nunca houve uma compreensão de que o produto da pesquisa se dá em parte pela orientação dada pelo orientador” (LÍDER 2 UFPR).

Assim sendo, a tendência de autoria individual por autores discentes de mestrado e doutorado se explica pela natureza do pesquisador jurídico. Há uma necessidade de querer marcar presença neste mundo jurídico.

o Direito é peculiar, há orientadores que são direcionadores, estes devem dar asas para o aluno e não se contrapor às ideias deles. Por outro lado, há orientandos que escrevem sobre coisas com as quais o orientador não concorda, havendo uma crítica piedosa. Enfim, é uma característica do Direito, a autonomia de raciocínio, de pensamento, querer ocupar o seu lugar no mundo de forma isolada, sendo natural a delimitação do papel de cada um (LÍDER 3 UFPR).

Contudo, talvez seja a contraparte do Direito: mesmo sendo autoritário, por outro lado é democrático. Normalmente, um trabalho de mestrado em Direito é uma pesquisa bibliográfica, fazendo mais sentido que o aluno publique só com seu nome e não com o do orientador. A diferença ou o que pode explicar isto pode ser a própria natureza da pesquisa em Direito, que é uma pesquisa bibliográfica. Uma área em que isso é incomum, como a Biologia, ocorre o contrário, o orientando não publica sem o orientador, porque há uma relação muito mais forte com a pesquisa ao invés da pesquisa bibliográfica e, principalmente, o método experimental que é utilizado na pesquisa faz uso de laboratórios. O Direito não tem esse método experimental. Em outras áreas faz mais sentido que o orientador só aceite a publicação do trabalho se estiver com o nome dele, talvez porque esteja em jogo o laboratório dele, as pesquisas e a análise dos

resultados. Então a explicação para o questionamento é que a natureza da pesquisa em Direito é, essencialmente, bibliográfica, por isso ela é mais individual.

O Direito não é uma Ciência do Ser, mas do dever Ser. Está relacionado com nossa matriz epistemológica. A lei é um dogma, por isso a produção é muito mais bibliográfica. Hoje se está começando a pesquisa de campo. Contudo, não há capacitação na graduação, nem no mestrado, não se sabe como fazer pesquisa de campo. Deveriam ter a humildade de fazer essa disciplina em outra área (LÍDER 4 UFSC).

Os autores tendem a trabalhar mais individualmente quando o argumento da autoridade tende a se consolidar. Uma ciência do Direito é feita por uma coleção de autoridades nesse assunto. Para se averiguar uma prática científica no Direito basta ver quem são as autoridades desta área do Direito. Assim:

o modelo científico que predomina no Direito é da pesquisa individual e os autores renomados passam a ser aqueles que padronizam ou balizam o debate dentro da área. Então, dificilmente um aluno da graduação, mesmo podendo publicar um trabalho, consegue, imediatamente, ingressar nesse *status quo* desses autores renomados. Não é fácil, mas há uma razão para ser assim: a razão é a própria ciência do Direito, o argumento da autoridade. É preciso produzir e expor seus argumentos. Daí com o tempo os alunos vão ingressando e sendo respeitados no meio acadêmico. Assim como Einstein, há uma série de indivíduos, jovens geniais, cujos trabalhos revolucionaram da noite para o dia. Passam a ser reconhecidos, a transformar uma ciência, o que no Direito é raro, pois é uma ciência que tem mudanças graduais. Ela não é abrupta, não se dá aos saltos. Há uma falta de entendimento de que a atividade científica é uma atividade de grupo e que pode ou não resultar em trabalhos de coautoria (LÍDER 4 UFPR).

Outro líder acredita que a função do professor é orientar o aluno e este, por sua vez, ao publicar, deve ser responsável pelo que produziu. Olhando assim, tal conduta provém de uma racionalidade própria da área, em que há um respeito à criação intelectual. Portanto, o professor

orientador não é coautor das ideias do seu orientando e esse respeito implica como resultado em produções individuais de mestrandos e doutorandos. Além disto,

para qualificação da tese é exigido que o aluno tenha 2 artigos publicados, individualmente, no nível do Qualis, não bastando estarem aceitos. Eles precisam se esmerar para, individualmente, conseguir esse espaço. Por isso mestrandos e doutorandos, na área do Direito, têm suas publicações individuais mais freqüentes que as coletivas. Respeito à criação, exigência das agências de fomento e da avaliação. Há outras razões, mas as duas principais são estas (LÍDER 7 UFPR).

Na verdade, alguns professores dividem suas publicações com seus ex-orientandos, a dissertação e a tese, que se torna um livro compartilhado pelo professor e o aluno. Numa defesa ocorre, às vezes, que a banca recomende a publicação da tese ou dissertação pelo aluno aprovado por distinção ou louvor; nestes casos, o aluno acaba publicando sozinho. No geral, essa é uma opção dos alunos e os orientadores acabam concordando. Os professores não obrigam o aluno a compartilhar essa obra. Os pesquisadores da área sabem que isso é comum em outras áreas.

Há outras hipóteses para essa tendência. Primeiro, os pesquisadores da área têm facilidade para escrever. Suas vidas, orientadores ou orientandos, giram em torno de processos escritos. Em segundo lugar, eles fazem pesquisa bibliográfica e não empírica. Em terceiro, há uma antipatia com a coautoria entre os autores envolvidos. “O jurista é preparado para desconfiar e vencer O orientador que publica com o orientando é visto como quem está se apropriando de propriedade alheia. É o que dizem os alunos. É uma faculdade de resolver e criar litígios, a lógica está neste contexto” (LÍDER 2 UFSC).

por ser o Direito, talvez, uma das únicas áreas a respeitar o direito autoral, o orientador corrige, dá palpite, mas isso não significa coautoria, pois pelos direitos autorais isso só ocorre quando o trabalho é feito em conjunto e há uma interação e divisão dos trabalhos. Afinal, compartilhar uma ideia, endossar um pensamento, não é o mesmo que escrever junto. No Brasil há um estelionato, porque os professores, ao dar palpite, assinam junto; não significa que eles fizeram junto, havendo, na maioria dos casos, uma apropriação indevida do trabalho alheio (LÍDER 3 UFSC).

Outra explicação vem do fato de haver muitos concursos, na área de Direito, que valorizam a publicação, com uma ressalva: a pontuação da publicação com mais de um autor cai muito, o que justifica não publicar em conjunto por temer a perda de pontuação.

No entanto, há registros, em algumas entrevistas, da prática crescente de coautorias, que pode estar relacionada com o surgimento de professores jovens doutores que não se tornaram juízes ou promotores, mas professores que optaram pela academia.

há 2 núcleos que estão rompendo com esta característica na IES, na minha opinião. O aluno do Direito é ainda muito individualista, pensa que o professor faz simplesmente uma orientação da parte técnica. Não trabalho com esses alunos, porque entendo que toda orientação só existe se trabalhada de forma conjunta. A diferença existe. A área do Direito tem uma ideia equivocada da ciência. O líder tem de ter características que favoreçam essa leitura. Tem de haver uma afinidade profunda entre orientador e orientando (LÍDER 4 UFSC).

Na mesma linha:

eu procuro trabalhar com meus alunos, publicamos juntos, há uma troca, uma sintonia. Dou para o meu aluno um sumário, este faz um estudo, vai olhar um ponto que é importante e a partir daí nós trabalhamos juntos. Há uma parceria, eu tenho que, obrigatoriamente, fazer uma parte do trabalho, senão não é uma parceria (LÍDER 5 UFSC).

A razão para o individualismo não tem explicação simples, mas, no Direito, segundo outro interlocutor, este é um hábito muito comum, normalmente os alunos quando saem do mestrado e doutorado, acabam publicando seus trabalhos que apresentaram nas disciplinas ou seus trabalhos de conclusão. A relação institucional entre orientador e orientando após a conclusão dos cursos, institucionalmente se encerra, ainda que os laços de amizade, em muitos casos, continuem. “Ao fazer o doutorado, nunca publiquei nada com meu orientador, apesar de discutirmos e debatermos

muitos temas e vários assuntos juntos. E hoje trabalho com ele na UnB e estamos organizando um trabalho em coautoria que será o primeiro. Por isto, o convite para publicar em coautoria pelas partes é raríssimo na área, é algo naturalizado, não sendo questionável” (LÍDER 6 UFSC).

O efeito Mateus – a ênfase dos méritos e créditos desiguais para os autores - para alguns é visto como uma lógica perversa. No mundo do Direito a realidade é mais perversa ainda porque os orientadores no geral tendem a se apropriar do trabalho dos alunos – o que não significa que eles roubem o trabalho, é um pedido, como segue:

é como se você fosse minha orientanda e eu te pedisse para escrever um artigo: quer fazer uma pesquisa sobre o tema tal? Aí você faz a pesquisa para mim e eu a publico como se fosse um artigo meu e até coloco na nota de rodapé agradecendo a sua colaboração. É isso que acontece no mundo do Direito, é mais isso que coautoria. Eu sou radicalmente contra essa prática, pois acho isso um abuso (LÍDER 3 USP).

Em síntese, o relato a seguir resume o pensamento da maioria no aspecto de publicação individual de autores discentes: “porque eu acho que existe uma falta de cultura de trabalho em grupo, em primeiro lugar. Acho que existe, também, uma peculiaridade na própria área do conhecimento que impede isso” (LÍDER 6 UFPR).

O Líder 6 da UFPR lembrou que, por exemplo, a área de Administração, que é bastante acadêmica embora também profissional, tem o hábito de publicar artigos do professor com seus orientandos. A coautoria ocorre nessa área da seguinte forma: a base teórica vem do professor e a coleta dos dados empíricos nas empresas, geralmente, é feita pelo aluno. Há um encaixe entre os dois trabalhos, isso justifica uma pesquisa assim. No entanto,

no âmbito da pesquisa jurídica, em primeiro lugar, é rara a pesquisa empírica de coleta de dados; não que ela não exista. A área da História do Direito, de um modo geral, é fundamentalmente uma pesquisa bibliográfica e aí nem sempre é muito simples fazer uma cooperação, mas o Direito está caminhando para outro modelo, mas bastante lentamente (LÍDER 6 UFPR).

Quanto à relação entre o tipo de canal e o número de autores, um entrevistado disse que não tem relação. Uma das diferenças com as ciências duras é como medir o impacto de maneira bastante métrica com o número de citações. Esse grau de impacto na área do Direito não é bem fiel à relevância de uma determinada publicação, porque no Direito há muitas publicações que, às vezes, são de divulgação, de sistematização de idéias, mas não necessariamente de geração de novas ideias. São os chamados Manuais, que não geram conhecimento novo, mas têm uma divulgação extraordinária. Em compensação, uma tese de doutoramento tem, do ponto de vista quantitativo, impacto menor, mas, qualitativamente, se destina a um público, embora reduzido, mais específico e especializado. “A coisa é um pouco diversa na área do Direito” (LÍDER 7 UPFR).

4.1.3.3 Padrões de autoria: nacional ou internacional.

Existem muitas razões pelas quais o provérbio "duas cabeças pensam melhor que uma" pode ser aplicável à pesquisa científica (PRESSER, 1980). Pelz e Andrews, na discussão de sua descoberta de que o contato com os colegas melhora o desempenho científico, sugerem que um caminho é o fornecimento de novas ideias – deslocando os pesquisadores de suas velhas maneiras de pensar sobre as coisas. Outro é a possibilidade de um colega capturar um erro que o próprio pesquisador não consegue ver (PELZ & ANDREWS, 1966).

Além disso, a colaboração pode aumentar a eficiência devido ao princípio da divisão do trabalho (HARGENS, 1978). Assim, dois pesquisadores – um com habilidades especiais em delineamento experimental, o outro na análise dos dados - devem produzir um artigo melhor do que cada qual trabalhando sozinho (PRESSER, 1980).

Em termos de coautoria, esta ocorre com mais frequência na pesquisa quantitativa, provavelmente porque é mais suscetível a uma divisão de trabalho que o trabalho qualitativo. Além disso, o aumento da sofisticação das análises estatísticas promove a colaboração, exigindo a adição de técnicos especializados para as equipes de pesquisa. Além disto, projetos que requerem coleta de dados têm maior capacidade de ser colaborativos. Quanto mais dados estiverem disponíveis eletronicamente - e como conjuntos de dados tornam-se cada vez mais

complexos - maior a probabilidade das taxas de colaboração entre os usuários de dados secundários ultrapassar as taxas de colaboração entre os que recolhem seus próprios dados (HUNTER & LEAHEY, 2008).

Contudo, o efeito de socialização profissional na colaboração pode variar entre as disciplinas, mas a colaboração na ciência está se tornando mais comum, independentemente da disciplina. Por exemplo, a maior parte das Ciências Sociais está se movendo em direção a esforços de colaboração em pesquisa. Conseqüentemente, a autoria múltipla também está se tornando cada vez mais comum, devido à complexidade dos problemas de pesquisa, dos equipamentos e do conhecimento especializado necessários, etc (BABCHUK *et al.*, 1999).

O tipo de colaboração é uma variável que tem sido associada com o número de citações. Assim, vários autores (KATZ & HICKS, 1997; AKSNES, 2003; VAN RAAN, 1998; SOORYAMOORTHY, 2009) relatam que colaborações internacionais receberam mais citações que as colaborações nacionais, embora esse achado não tenha sido replicado por outros autores (LEIMU & KORICHEVA, 2005). O estudo na área de turismo realizado por BARRIOS *et al.* (2008), por exemplo, não encontrou uma relação entre o número de citações e do tipo de colaboração institucional. Estes resultados, segundo os autores, podem ser explicados, por um lado, pelo baixo número de citações do conjunto de artigos e, por outro, pela baixa percentagem de revistas internacionais identificadas no conjunto. Além disso, deve-se ter em mente que este tipo de colaboração é mais recente no campo em questão, segundo relatam os próprios autores.

Em termos locais, a prática da coautoria é quase nula na área de Direito. As publicações em coautoria não têm maior significado nas Ciências Sociais, como afirma NASCIMENTO (2005) ao analisar o campo da Antropologia brasileira.

No aspecto coautoria com autor estrangeiro, existe colaboração, mas isto não se traduz em publicação em coautoria, como diz este líder: “na pós-graduação há um histórico de estrangeiros que vem para a IES para lecionar, dar seminários, disciplinas. A colaboração se dá mais pela via institucional do que pela via bibliográfica” (LÍDER 4 UFPR).

Por outro lado, outro líder acredita que “isso tenha relação com a especificidade da produção no Direito, que é bastante bibliográfica e teórica, sendo difícil ter um estabelecimento

de um canal de colaboração dessa maneira, não havendo a convivência física desses autores” (LÍDER 6 UFPR).

Apesar de que isso não se mantém apenas para os trabalhos teóricos, já que “para os trabalhos aplicados, a colaboração é difícil, porque a realidade jurídica dos países é distinta, o que torna complexo, em termos ilustrativos, comentar uma lei do Brasil com um autor de outro país” (LÍDER 2 UFPR).

Neste contexto, se publicar em conjunto já é complicado, com autor estrangeiro pior ainda, não estando junto com a pessoa para discutir e trocar ideias. Ao mesmo tempo, as pesquisas do Direito, por abordarem temas mais locais, podem explicar este comportamento. Nas palavras deste líder: “a ciência do Direito sempre foi muito doméstica por causa deste perfil de professores advogados, juízes, promotores que têm seus cargos acadêmicos. Mas a pesquisa é algo secundário” (LÍDER 6 UFSC).

4.1.3.4 Hierarquias internas predominantes nas pesquisas de autoria múltipla. A definição da ordem dos nomes nas publicações.

Assim como há diferenças nos padrões de publicação e citação das diversas disciplinas, a importância dada para a ordem dos autores nas publicações também é peculiar em cada disciplina. Neste aspecto, cabe ressaltar que existem inúmeras vantagens em ser o primeiro autor numa publicação. Para VAN PRAAG & VAN PRAAG (2008), os primeiros autores de uma publicação são percebidos por alguns como os que mais contribuíram para a pesquisa⁶⁴. Os índices de citação por muito tempo consideravam somente as citações do primeiro autor, conseqüentemente, seus índices são maiores; citações em artigos muitas vezes são abreviadas como “primeiro autor *et al.*”. Por este motivo, ser o primeiro autor contribui para a reputação e visibilidade do autor citado. EINAV & YARIV (2006) acrescentam uma outra vantagem apontando o fato de que as listas de referência normalmente são ordenadas alfabeticamente e, por conseqüência, os primeiros autores citados são mais fáceis de serem localizados na lista. Por

⁶⁴ Este é o padrão da Psicologia, em que as publicações ordenam os seus autores de acordo com suas contribuições intelectuais (EINAV & YARIV, 2006).

meio de uma avaliação qualitativa não foi possível perceber um padrão único na área do Direito, não sendo possível vislumbrar um percentual para cada tipo de ordem utilizada. Já na área de Economia, 89% dos autores são listados em ordem alfabética⁶⁵, enquanto que na Economia Agrícola este índice cai para 44% (LABAND, 2002).

A maneira como os cientistas decidem sobre a ordem dos nomes dos autores em suas publicações científicas teve grande ênfase pelo estudo realizado por ZUCKERMAN (1968). Segundo a autora, três padrões principais da ordem dos nomes são usados em artigos de autoria múltipla. O primeiro pode ser descrito como o "modelo de igualdade", uma vez que é projetado para colocar todos os co-autores em um plano, de forma a não distinguir as respectivas contribuições. Esse tipo consiste no uso da ordem alfabética e ordem alfabética inversa de acordo com as letras iniciais dos últimos nomes dos autores. Um caso clássico deste padrão foi inventado há pouco tempo por um trio de físicos que assinaram seu artigo como Alfa, Beta e Gama. O segundo padrão consiste em aumentar a visibilidade de um ou outro membro do conjunto de autores. Estes também assumem duas formas principais: o primeiro autor, fora da seqüência é seguido de um grupo em ordem alfabética (assim: ZABC), e o último autor da sequencia, é precedido por uma lista em ordem alfabética (assim: XYZA). O terceiro tipo de ordenar, geralmente, dá visibilidade privilegiada para o primeiro autor e incrementos menores de visibilidade para os autores seguintes. Este é o padrão alfabeticamente aleatório, em que os nomes são organizados de acordo com critérios definidos, distintos dos da arbitrariedade da ordem alfabética (ZUCKERMAN, 1968).

Um quarto critério possível e usual, segundo BRISOLLA (2011), no caso de livros “é ordenar segundo o número de ordem na apresentação dos capítulos, quando cada um deles é de um autor. Nesses casos há geralmente um autor organizador, que apresenta o trabalho e/ou tem seu próprio capítulo”.

Obviamente, as seqüências em ordem alfabética nem sempre simbolizam a igualdade de participação. Em alguns casos, a ordem alfabética pode coincidir com a ordem da contribuição diferencial.

⁶⁵ Apesar disso, os registros internacionais de citação como o SCI tratam o primeiro da lista como autor principal (BRISOLLA, 2011).

A opinião de um físico sobre este tema, de acordo com Zuckerman, versa o seguinte: "Quando um monte de pessoas estão envolvidas (...) a ordem alfabética certamente simplifica as coisas. E eu não gosto dessa história de ter de atribuir um peso dada a contribuição de cada pessoa, pois é quase impossível fazê-lo (...)" (ZUCKERMAN, 1968, p. 280).

Já outro ponto de vista de um Nobel de medicina e fisiologia, é o que segue: "Você geralmente observa aquele nome com o qual você está mais familiarizado, mesmo que seja o último" (ZUCKERMAN, 1968, p. 282).

Em outras palavras, "antes de mais nada, os nomes dos laureados são tão familiares ao público científico que eles não sofrem quase nada por ter seus nomes em ordem alfabética, juntamente com os de vários outros cientistas. Onde quer que os seus nomes apareçam, eles são visíveis" (ZUCKERMAN, 1968, p. 282).

Em todo caso, ZUCKERMAN (1968) observou que a elite tem as mesmas preferências no que se refere à ordem dos nomes que outros cientistas, na maioria de seus trabalhos publicados. Mas, como pode ser visto, laureados diferem de seus colegas nas posições que ocupam na ordem dos nomes e não em suas preferências por sequências particulares como tal.

Um físico laureado falou de sua experiência sobre as conseqüências da adoção do padrão seguindo a ordem alfabética quando se tem um nome que vem no final do alfabeto. "Considerando que a publicação é uma fonte tão importante de julgamento do trabalho do indivíduo (...) se uma determinada pessoa sempre é colocada no final da lista (...) há uma tendência das pessoas pensarem que ela é apenas uma subsidiária o tempo todo" (ZUCKERMAN, 1968, p. 282).

Listas de autores que aparecem fora da ordem alfabética são, presumivelmente, destinados a indicar contribuições desiguais para a pesquisa. Na prática, essa ordenação é determinada tanto por este critério, bem como pelo ranking dos autores (ZUCKERMAN, 1968).

Contudo, nas diferentes disciplinas há padrões distintos em uso. A ordem alfabética é mais frequentemente usada na Física do que na Química ou nas Ciências Biológicas (ZUCKERMAN, 1968). Nas Ciências Biológicas e na Química, por exemplo, os laureados dizem que o último autor tem prestígio, mesmo quando a ordem dos nomes não chama a atenção para isto. Um

pesquisador médico comentou: "Em nosso campo, o último nome de um grupo é o" pai "do esforço (...). Isto tornou-se um padrão na medicina" (ZUCKERMAN, 1968, p. 290).

ZUCKERMAN (1968) observou que a ordem dos nomes em um artigo é importante para jovens e desconhecidos, mas nem tanto para os cientistas cujos nomes são familiares para os seus colegas. Isto representaria um isomorfismo entre as conseqüências que a ordem dos nomes em um artigo representaria. Para ela, se as posições de ordem dos nomes não afetam a visibilidade de maneira coerente, elas têm funções latentes para colegas de trabalho. Colaboradores individuais muitas vezes querem reconhecimento simbólico de suas contribuições desiguais, mesmo que apenas para fazer constar e para manter a equidade no seio do grupo. Isto pode explicar porque as discussões de ordem do nome são afetivamente neutras, mesmo quando os colegas de trabalho acreditam que os artigos publicados são de rotina.

Por fim, a mesma autora ressaltou que certos padrões de ordem do nome são adotados de várias formas, com mais frequência por pessoas eminentes do que por outros. Também notou que as preferências para as ordens de nome diferem entre as áreas (disciplinas) e entre as pessoas em diferentes fases da carreira científica. Uma vez que este dispositivo serve a seu propósito apenas parcialmente, deve-se esperar tentativas reiteradas de modificar as práticas existentes, até que outros arranjos sejam concebidos, de forma a integrar, mais eficazmente, os requisitos funcionais de grupos de pesquisa e do sistema de avaliação na ciência (ZUCKERMAN, 1968).

Nas palavras da autora, a ordem dos nomes dos autores depende do campo científico, a idade e a eminência dos autores envolvidos, levando a uma conclusão crítica:

Desde que você tenha observado que as citações sejam uma indicação do impacto dos cientistas em seus campos, esses padrões de autoria são de grande importância. (...) O sistema atual de usar primeiros autores apenas, no SCI, deve ser mudado. Primeiro, a grande maioria dos documentos em coautoria tem dois autores. Se os nomes dos dois autores forem listados em vez de um, a autoria total seria fornecida por grande parte da literatura. Em segundo lugar, para artigos com mais de 2 autores, poderia ser útil listar os nomes do primeiro e último autores, uma vez que a última posição é especialmente importante para as Ciências Humanas (WOUTERS, 1999, p. 102).

Em resposta a Zuckerman, Garfield disse que o Science Citation Index não foi criado como uma ferramenta para medir o desempenho de cientistas. Era e continua sendo, essencialmente, uma ferramenta de recuperação de informação. Como tal, o primeiro autor, ano, periódico, volume e página são mais do que suficientes como um identificador (WOUTERS, 1999, p. 102).

Com base nesta discussão, este estudo buscou entender se, na área de Direito, existe uma ordem dos nomes ou uma hierarquia interna predominante nas autorias múltiplas, ao publicar os resultados de pesquisa, atentando para o fato de algumas bases de dados indexarem apenas o primeiro autor, fato que vem sofrendo um processo de modificação, em função das críticas de inúmeros estudos, como o de Zuckerman, acima enunciado.

Neste aspecto, um grupo de líderes destacou que o organizador, coordenador ou líder encabeçam as publicações. Após esta ordem, é feita uma seqüência iniciando pelos alunos da pós e depois da graduação. Nesta linha:

todas as pessoas que convidei foram meus alunos da graduação e da pós-graduação ainda não renomados e nem autores de prestígio. Portanto, é natural que eu encabece a lista, pela minha qualificação científica, por motivos comerciais inclusive, pois tendo um autor de renome a busca e venda é maior (LÍDER 5 UFPR).

Seguindo o mesmo raciocínio:

nesse momento, no meu grupo, como sou a mais antiga e tenho um nome nacional mais conhecido, tendo a encabeçar a lista de autores, pois a líder fica para adquirir visibilidade. Esta exigência vem das próprias editoras. Por mais que houvessem alunos publicando junto, era essencial que eu fosse a primeira autora por ser mais conhecida. Não vejo problemas, afinal esses alunos ainda são novos e com o tempo vão se consolidar no mercado (LÍDER 1 UFSC).

Em outras palavras, o mais influente, o mais antigo, é quem encabeça a autoria. E esta hierarquia existe com o objetivo de atrair os leitores. Isto é visível nas publicações em Direito, em que os professores mais destacados, mais antigos, mais populares são os que aparecem em primeiro lugar.

Possivelmente, quem tem a ideia é quem encabeça a lista, porém há uma tendência de que o autor principal seja o primeiro, o mais importante, mas “não significa que um tenha escrito mais do que o outro, pois trabalho em coautoria significa que todos são autores; entretanto, o que tem mais prestígio e é líder de grupo é o que encabeça a lista” (LÍDER 3 UFSC).

Em alguns momentos é o líder, mas, normalmente, é em ordem alfabética pelo sobrenome, disseram alguns entrevistados. No entanto, em alguns casos, as revistas defendem a ideia de que os professores devem ser os primeiros autores, aumentando assim as vendas e fazendo funcionar o Efeito Mateus⁶⁶.

Entendido como processo psicossocial, o Efeito Mateus consiste na atribuição desproporcional de reconhecimento para aqueles cientistas já com algum grau de reputação no campo em comparação com aqueles que ainda não alcançaram tal patamar, ilustrando analogicamente uma máxima do senso comum: “mais para quem tem mais, menos para quem tem menos”. Em outras palavras, ele argumenta que, nos casos de descoberta múltipla ou coautoria, independentemente da colaboração de cada um, o mais eminente dos dois receberá a maior parte do crédito, mesmo que essa pessoa tenha feito uma pequena quantidade do trabalho. Com isto, cientistas mais proeminentes são desigualmente beneficiados à custa de cientistas menos conhecidos, injustamente vitimados (MERTON, 1968).

Esse efeito representa um padrão de alocação de crédito no trabalho científico (MERTON, 1968, 1988), especialmente presente em casos de colaboração em trabalhos de coautoria e da comunicação simultânea de achados similares, mas realizados independentemente entre si.

Seguindo o padrão de autoria respeitando a ordem alfabética, diz este líder:

⁶⁶ O termo foi cunhado por Robert Merton, baseado no evangelho de Mateus, 25 (29) “Pois a quem tem, mais será dado, e terá em quantidade. Mas a quem não tem, até o que tem lhe será tirado (MERTON, 1977, p. 562).

a nossa ordem é alfabética. No meu projeto de pesquisa não há hierarquia. Note o exemplo concreto: eu sou o coordenador geral do grupo e tenho ao meu lado alguns professores que ajudam a coordenar. A ordem alfabética é natural, é proposital. Não acho que isso seja muito comum na área do Direito. Eu me contraponho à ideia das editoras de colocar em primeiro o mais visível, apenas um modo de ver o conhecimento produzido. Acho que o livro é uma representação simbólica de um conhecimento do qual, se você estabelece uma hierarquia, você estabelece uma apropriação indevida. E, ademais, a autoridade acadêmica se dá por outros canais, não se faz por supremacias formais (LÍDER 7 UFPR).

Uma voz dissonante disse não haver uma hierarquia, pois “eu busco publicar no máximo com mais dois coautores, pois mais autores do que três não tem validade para a CAPES” (LÍDER 1 UFPR).

No mesmo tom também pareceu a resposta de que:

como não existe o hábito de fazer artigos em coautoria e múltipla e também não existe o costume de escrever coisas com os orientandos, esse tipo de regra não existe na área do Direito. Em geral, se diz que o primeiro é o mais importante, mas como no Direito não é comum esta prática, então não há tanta regra (LÍDER 4 UFPR).

Quanto à existência de uma relação entre o canal e o número de autores, percebeu-se, pelo depoimento de um dos líderes, que o Direito está passando por uma fase de transição, em que a CAPES está induzindo alguns parâmetros de qualidade das publicações. Neste caso, os critérios estão surgindo de cima para baixo. A CAPES está estabelecendo os critérios e as revistas estão tentando se adequar a eles. Por fim, “eu acredito que no Brasil as revistas têm pouquíssima autonomia, em geral, tendo de se adequar constantemente aos critérios estabelecidos” (LÍDER 4 UFPR).

Em suma, este capítulo, ao observar as formas de trabalho desta comunidade científica em termos da sua organização social para a pesquisa, buscou visualizar as origens e consolidação dos

temas de pesquisa e entender o sistema de colaboração na Ciência Jurídica, no que se refere aos seus padrões de autoria.

Sendo assim, foi possível compreender que a escolha da área, linha ou tema de pesquisa, segundo os entrevistados, foi motivada por razões profissionais, as quais prevalecem sobre as acadêmicas. Já a institucionalização dos grupos de pesquisa e o aumento do número de grupos, constatado por este estudo, têm como explicação a intensificação do sistema de avaliação da pós-graduação.

No aspecto autoria múltipla, viu-se que este é um padrão minoritário da área, que tem uma tradição de pesquisa individual. Ademais, estudantes de mestrado e doutorado na área tendem a publicar individualmente e não em coautoria com seus orientadores, o que se deve, segundo os entrevistados, à natureza da pesquisa em Direito, que é, predominantemente, bibliográfica, quando a cooperação se torna mais difícil. Da mesma forma, a colaboração com autores estrangeiros não é comum na área, o que representa uma especificidade da produção no Direito, que é bastante bibliográfica, teórica e que aborda temas mais locais. Contudo, quando as colaborações se manifestam em publicações conjuntas, a prática da área é dar ênfase ao autor mais importante, destacando o seu nome em primeiro lugar na lista de autores.

Diante destes resultados, cabe ressaltar a importância de complementá-los observando a organização social para a produção do conhecimento na área, com foco nas práticas de publicação e citação, tema a ser abordado no capítulo a seguir.

5. ORGANIZAÇÃO SOCIAL PARA PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO: PRÁTICAS DE PUBLICAÇÃO E CITAÇÃO

5.1 PADRÕES DE PUBLICAÇÃO.

A análise das práticas de publicação permite entender melhor como os pesquisadores de uma determinada área científica tornam público o conhecimento que produzem. Um caminho para essa análise é a observação do uso que esses pesquisadores fazem dos diferentes canais de divulgação tais como artigos publicados em periódicos especializados, livros ou organização de coletâneas ou apresentação de resultados em congressos científicos nacionais ou internacionais. Os tipos de publicações utilizados pela área em estudo seguem esquematizados no quadro 5.1, a seguir apresentado.

Quadro 5.1- Esquema de classificação dos tipos de publicações em Direito.

Item	Descrição*
1	Anais de Eventos Técnico-Científicos a) Internacional A,B ou C; b) Nacional A, B ou C; c) Local A, B ou C.
2	Artigos completos em Periódicos Técnico-Científicos: a) Internacional A, B ou C; b) Nacional A, B ou C; c) Local A, B ou C.
3	Livros (texto integral)
4	Capítulos de Livro
5	Coletâneas
6	Verbetes e outros

* Produção bibliográfica distribuída segundo a estratificação *Qualis*, CAPES.

Cada tipo de publicação deste esquema de classificação é discutido e definido nos itens correspondentes apresentados no decorrer deste capítulo.

Outro ponto a observar é a justificativa dada à importância da divulgação dos resultados. Pode-se citar para tal a busca pela aceitação do trabalho de pesquisa, o reconhecimento dos pares, a necessidade de legitimar o trabalho científico, o acesso aos diferentes estratos da comunidade do conhecimento desenvolvido, a exigência da IES ou os hábitos de seu grupo de pesquisa ou de suas escolas de formação.

O público alvo ou a audiência buscada pelos pesquisadores também é um fator importante para analisar os padrões de publicação de uma comunidade. O público alvo pode ser representado pela comunidade científica internacional ou nacional, ou mesmo por grupos externos ao meio acadêmico. Já os meios de divulgação, ou seja, os canais preferidos para atingir tal audiência, podem ser os livros, capítulos de livros ou coletâneas, periódicos nacionais ou internacionais, anais de eventos técnico-científicos locais, nacionais ou internacionais.

Da mesma forma, a escolha sobre onde publicar os resultados de pesquisa se dá entre inúmeros caminhos, podendo se basear na busca pelas editoras, ou destas pelos autores, no caso dos livros ou a busca pelos periódicos mais conceituados da área.

A preferência pela publicação em periódicos nacionais em detrimento dos internacionais pode ter vários motivos: a crença de pesquisadores de que seus resultados de pesquisa não têm interesse internacional; a discriminação dos referees (comitês editoriais) dos países avançados quanto aos autores dos países periféricos; a dificuldade em escrever em uma língua estrangeira; a demora na publicação dos artigos no exterior; a qualidade dos veículos ou meios de comunicação nacionais; a crença dos pesquisadores de que a publicação nacional é importante para suas carreiras ou vida acadêmica.

Neste contexto, a tendência em publicar em periódicos editados pela própria instituição (*in-house*) foi um ponto observado no levantamento de dados e apontado, inclusive, pela última avaliação trienal da CAPES. Esse comportamento pode ser motivado por vários fatores, tais como: o entendimento do pesquisador de que seus resultados tenham interesse local apenas; uma forma de prestigiar o periódico de sua própria IES; acesso ser mais fácil, assim como a divulgação ser mais rápida; por considerar que os periódicos *in-house* são de elevada qualidade científica; ou por ser uma política do departamento ou da Instituição. Esta preocupação com a difusão rápida pode ser o meio que o pesquisador encontra como mais seguro de dar a lume e ao

conhecimento geral suas idéias, assegurando-lhe que elas não irão sofrer apropriação indébita por parte de outrem, estabelecendo, assim, a prioridade de descoberta (ZIMAN, 1981).

Ainda, a preferência por livros pôde ser observada nos dados e este estudo buscou entender se era uma característica própria da área ou dos pesquisadores ou pela vantagem de poder esmiuçar argumentos. Precisamente sobre isso se referem os próximos itens.

5.1.1 Meios de Divulgação utilizados para publicar as Pesquisas.

Como já enunciado, as diferentes disciplinas científicas se organizam de modo diverso, o que se reflete no modo como os pesquisadores lidam com a informação, seja para subsidiar suas pesquisas, seja para divulgá-las. Devido a isso, torna-se necessário caracterizar os diversos veículos de comunicação, discutir seus atributos em constante mutação, bem como a utilização dos mesmos no interior da ciência (NASCIMENTO, 2005). O campo do Direito também tem seu modo próprio de divulgar os conhecimentos gerados, o que se reflete nos padrões de comunicação. Para compreender a natureza desta área científica é preciso observar como os pesquisadores se comportam uns com os outros, como se organizam e como transmitem as informações entre si e para os outros, uma vez que a pesquisa científica é uma atividade social (ZIMAN, 1979).

A publicação pode ser considerada como o produto final do trabalho do cientista. De um lado, comunica informações; de outro, garante a propriedade científica e por meio dela o cientista passa a ser conhecido e reconhecido por seus pares. Na maioria das áreas, a maior parte dos resultados da pesquisa científica é publicada em revistas especializadas, que são avaliadas e hierarquizadas pela comunidade científica, segundo critérios de legitimação ou de importância científica dos trabalhos que publicam (MOREL & MOREL, 1977).

Menções à parte, o modo preferido de divulgação da área para alguns é por meio dos periódicos que tem relação com o objeto de pesquisa. A regra, no Brasil, no mundo jurídico, é a publicação em periódicos nacionais. Ao contrário dos pesquisadores de algumas áreas científicas, os pesquisadores brasileiros do Direito têm pouco hábito de publicar em língua estrangeira. Uma explicação para isto é que:

É um problema de cultura. Muito do que eu estou tentando te explicar hoje está relacionado com a cultura dos pesquisadores brasileiros da área. Eles não são acadêmicos para valer, como regra. Existem exceções, mas eles estão muito distanciados do padrão de produção acadêmica das outras áreas das Ciências Exatas, Biológicas e mesmo das Humanas, porque os pesquisadores brasileiros da área, como já afirmado, mesmo os acadêmicos, têm uma vida dividida entre dar aulas, mas também ganham dinheiro na advocacia privada ou no serviço público. A porcentagem de docentes em dedicação integral para pesquisa e para a docência é muitíssimo reduzida no campo do Direito (LÍDER 3 USP).

O regime de dedicação exclusiva à docência e à pesquisa é minoritário nas faculdades de direito brasileiras (NOBRE, 2002). No entanto, a adoção de tal regime poderia proporcionar aos professores maior tempo e disposição para a pesquisa, inclusive jurisprudencial, muitas vezes negligenciada pela Doutrina nacional e deixada de lado pelo ensino do Direito, o que também possibilitaria o envolvimento em debates interdisciplinares, algo pouco comum na área.

Assim, existe um problema de cultura. Os pesquisadores da área não acham importante publicar no exterior porque não é isso que faz deles bons advogados. Eles não estão olhando para isso, mas sim para a realidade do seu trabalho, do seu emprego que não é acadêmico. Essa é a regra no Brasil, para o mundo do Direito, ou seja, não existe uma cultura acadêmica arraigada, o que é um problema sério. Apesar de muitos estudos mostrarem uma produtividade alta no Direito em termos quantitativos, ela é muito pobre em termos qualitativos. Além disto, os brasileiros dificilmente entram em debates de nível internacional no campo do Direito. Existem pouquíssimos pesquisadores da área que são capazes de dialogar de igual para igual com aqueles de outros países de nível acadêmico elevado. Tem uma profunda dificuldade com a vida acadêmica. Esse tipo de pesquisa que você está fazendo, uma pesquisa empírica, praticamente não existe (LÍDER 3 USP).

Colocando alguns entraves encontrados por este estudo, na tentativa de entrevistar certos pesquisadores, o mesmo líder explica que esse tipo de comportamento mostra a realidade do

mundo acadêmico do Direito. Por não entender esse processo da pesquisa empírica, por exemplo, mostra como a vida acadêmica não está em primeiro plano para uma proporção significativa de professores no mundo do Direito que, de acordo com alguns colegas, são “acadêmicos apenas entre aspas”. Perguntado, então, porque eles se mantêm nas universidades, o entrevistado respondeu:

é algo muito complicado, sendo uma espécie de círculo vicioso, isto é, quanto mais você consegue associar a sua imagem de advogado a uma determinada instituição como a Universidade de São Paulo, mais chance de ficar rico no mercado de advocacia você tem, sendo professor dessa. Então eles não deixam a universidade, embora não trabalhem nela com a devida dedicação, ainda usando esta instituição como chamariz para atividades de mercado, como consultorias e trabalhos de advocacia (LÍDER 3 USP).

Perguntado se, neste caso, para justificar que não estão apenas em busca do capital, que é o caso do mundo da advocacia, mas que estão desenvolvendo um lado social, ao formar pessoas, o entrevistado respondeu que, no nível retórico, pode haver esse tipo de justificativa. A verdade é que os pesquisadores da área costumam usar, de maneira mais ou menos consciente, instrumental ou mal intencionada, o seu status de professores para alavancar oportunidades especiais na advocacia e para, por exemplo, vender pareceres.

No tocante a este aspecto, o entrevistado relatou que existe um mercado de pareceres jurídicos, em que uma empresa, ao necessitar de um parecer, costuma contratar um parecer jurídico. Para isto, não contrata um sociólogo, nem um antropólogo ou de qualquer outra profissão, mas um professor de Direito. Na área existe essa oferta do parecer jurídico que é muito valorizado, e que consiste em emitir uma opinião sobre determinado assunto ou problema e esta é usada para convencer um juiz. E continua: “em suma, se você for professor, o seu preço aumenta. Não há muita ética. É uma cultura muito frágil, há uma cultura pouco desenvolvida de pesquisa e vida acadêmica levada a sério na minha área” (LÍDER 3 USP).

Retomando a discussão sobre os canais mais eficientes para divulgar suas pesquisas, para a maioria, ainda são os livros, coletâneas e revistas, nesta ordem. Segundo este líder, “eu prefiro os

livros, mas separaria a minha resposta: no Brasil, o livro, mas no exterior a minha área tem buscado alguns periódicos europeus consagrados” (LÍDER 6 UFPR). Outro entrevistado aponta a participação em congressos. Nas suas palavras, “além dos livros e periódicos nacionais, eu faria palestras para divulgar os resultados, participaria de congressos nacionais e internacionais, divulgaria na Internet em sites jurídicos, e com muita intensidade em jornais locais” (LÍDER 2 UFPR). Quanto a divulgação na internet, um líder disse “a Internet nunca, pois considero uma massa difusa de textos (LÍDER 1 USP).

Palestra e uma publicação de artigos fora do Brasil também foram contempladas. Como justificativa, o líder disse que é mais lido no exterior do que no próprio país, o que parece ser importante pela visibilidade e impacto que proporciona na sua área: “o contraponto é que há áreas em que não faz sentido algum todas essas avaliações, as medidas de impacto, porque às vezes a pesquisa é tão particular que ela tem um valor intrínseco” (LÍDER 4 UFPR).

Embora o conhecimento científico seja comunicado por escrito, também se costuma difundir-lo, amplamente, por meio da palavra falada. O intercâmbio do conhecimento entre os membros das comunidades científicas tem representado um caminho bastante acessível para grande parte dos pesquisadores, pelos seminários, congressos ou mesas redondas, que visam propiciar um local de reuniões, destinados a relatos e discussões verbais, à medida em que possibilitam uma comunicação mais direta e interativa. O conteúdo das apresentações realizadas em congressos e conferências, em geral, é atual, sendo baseado em pesquisas em andamento e que possam ser enriquecidas com a contribuição de outros pesquisadores, ou são pesquisas concluídas há não muito tempo antes do encontro. Nesses eventos, o cientista entra em contato direto com seus pares e submete suas ideias, especulações e resultados aos colegas. Concluído o projeto, em sua grande maioria, os resultados são comunicados porque isso significa uma possível contribuição para o avanço da ciência, a preservação da autoria, a possibilidade de reconhecimento de seus pares e a medição da produtividade do autor (NASCIMENTO, 2005).

No entanto, muitos pesquisadores publicam suas comunicações em periódicos; outros, nos próprios anais que sempre levam mais tempo para serem editados, portanto menos úteis em áreas sujeitas a rápidas mudanças. Enfim, os eventos interligam a comunidade científica, em âmbito nacional e internacional, dando oportunidade ao pesquisador de freqüentar as discussões de sua

especialidade, conhecer os pesquisadores contemporâneos e excluir o cientista do isolamento e do localismo. Neste aspecto, a tabela 5.1 mostra com qual intensidade a área do Direito utiliza esse canal de comunicação.

Tabela 5.1- Trabalhos completos publicados em anais de eventos técnico-científicos segundo a estratificação Qualis, triênio 2004-06 (outubro de 2007)

IES	Internacional			Nacional			Local			Total
	A	B	C	A	B	C	A	B	C	
UFPR	0	0	1	0	8	1	0	0	0	10
UFSC	1	1	12	5	9	7	1	3	5	44
USP	0	0	1	0	5	1	1	0	3	11
PUC/MG	0	0	0	1	1	1	1	0	0	4
UERJ	0	1	0	3	2	3	0	0	1	10
UFMG	0	0	0	1	0	1	0	0	1	3
UFPE	0	0	0	1	0	1	0	0	0	2
UNISINOS	0	0	1	1	2	1	0	0	4	9
UNESA	0	1	0	0	0	0	0	0	1	2
PUC-RIO	0	1	0	0	1	2	0	0	0	4
UFPA	0	0	0	10	0	0	0	0	0	10
UnB	0	0	0	3	0	1	0	0	2	6
PUC/RS	0	0	0	0	3	0	0	0	0	3
PUC/SP	0	0	0	1	0	3	0	0	4	8
Total	1	4	15	26	31	22	3	3	21	126

Fonte: CAPES

Segundo a tabela 5.1, a UFSC, destaca-se com 44 trabalhos completos publicados em anais de eventos técnico-científicos; destes, 21 são nacionais; seguida da USP com 11, destes, 6 são nacionais. Na UFPA, UERJ e na UFPR com 10, também predominam os nacionais, segundo a estratificação Qualis, triênio 2004-06.

As tabelas 5.2 e 5.3 mostram a quantidade de anais disponível, em 2008, no Qualis, da CAPES, conforme o seu nível de classificação e a sua circulação.

Tabela 5.2 - Lista Qualis e o nível dos Anais (%)

Nível	Número de títulos	%
A	1	7,7
B	4	30,8
C	8	61,5
Total	13	100,0

Fonte: Qualis, CAPES, 2008

Tabela 5.3 - Lista Qualis e a Circulação dos Anais (%)

Circulação	Número de títulos	%
INTERNACIONAL	9	69,2
NACIONAL	4	30,8
Total	13	100,0

Fonte: Qualis, CAPES, 2008

Interessante notar que, com relação aos anais na área de Direito, apenas 1 dos internacionais é Qualis B e 8 são C, não havendo, portanto, nenhum com classificação A. Por outro lado, dos anais com circulação nacional apenas 1 é Qualis A e os outros 3 são B.

Voltando à discussão dos meios preferidos de comunicação pelos pesquisadores da área, os quais não se refletem, predominantemente, na divulgação dos resultados em congressos, um interlocutor disse:

“eu gosto das revistas especializadas. No entanto, prefiro o livro ao artigo, porque posso aprofundar mais do que no artigo, que acredito ter um espaço muito restrito e no qual, às vezes, o autor não consegue se fazer entender e causa mais dúvidas ao leitor” (LÍDER 3 UFPR).

Por fim, várias são as formas ou os meios buscados pelos pesquisadores brasileiros da área de Direito para divulgar suas pesquisas, contudo, os livros mostram-se mais eficientes para a maioria, seguidos pela divulgação de trabalhos em eventos nacionais e internacionais, pela publicação de artigos em periódicos, preferencialmente, nacionais, já que no Direito é mais difícil publicar artigos internacionais.

5.1.2 Importância da divulgação dos resultados.

A realização das pesquisas e a comunicação de seus resultados são inseparáveis, sendo o caminho natural a descrição destes e a submissão à publicação. Para HAGSTROM (1965) o desejo de obter reconhecimento induz os cientistas a publicar seus resultados, disponibilizando-os à comunidade científica. Contudo, também a escolha de seus problemas e métodos é influenciada pelo reconhecimento, pela escolha dos problemas que resultam em maior reconhecimento e pela seleção dos métodos que farão com que seu trabalho tenha maior aceitação entre os colegas. Em outras palavras, o aspecto intelectual do conhecimento científico é determinado pela absoluta necessidade do cientista de comunicar suas descobertas e torná-las aceitáveis a outras pessoas (ZIMAN, 1979).

MULLIGAN & MABE (2006) fizeram uma pesquisa *on line* com 6.344 pesquisadores e observaram que a principal motivação dos mesmos para publicar é disseminar os resultados de pesquisa (57%), seguido pelo desejo de promoção na carreira (20%), uma forma de conseguir

financiamento futuro (13%); obter reconhecimento (8%) e, por último para o estabelecimento de precedência (2%).

Os pesquisadores da área, ao serem questionados sobre a importância que depositam na divulgação de seus resultados, mostraram várias motivações principais para tal, das quais algumas seguem elencadas abaixo:

eu acho fundamental e imprescindível, não faz sentido fazer pesquisa e não divulgar seus resultados (LÍDER 3 USP).

não faço pesquisa para meu deleite pessoal, mas para influenciar com uma ideia na concepção dos operadores do Direito na prática, ou seja, extrair conseqüências práticas da atividade teórica (LÍDER 5 UFPR).

não só pela questão da publicação, mas porque é uma forma das pessoas saberem o que você está produzindo, a linha teórica que você segue. Às vezes é importante uma revisão em algumas temáticas, um novo enfoque, uma nova delimitação (LÍDER 1 UFSC).

como se trata de uma universidade pública, acho fundamental publicizar os resultados de pesquisa também pela inovação que pretendo gerar, como uma nova abordagem, uma nova interpretação de uma lei (LÍDER 2 UFPR).

O relato a seguir sintetiza os motivos já elencados:

a resposta resume-se em 3 fundamentos: 1- pela produção do conhecimento, pois o professor não pode ficar sem pesquisa e o conhecimento precisa ser difundido; 2- o professor, por ser de uma universidade pública, tem o dever de dar satisfação à sociedade da pesquisa que está desenvolvendo e para isso deve apresentar uma maturidade científica e impor um valor de qualidade alto; 3- este menos altruísta, pela necessidade de afirmação na área, quanto mais pesquisa tanto maior é o seu conhecimento (LÍDER 1 USP).

Pela última justificativa pode-se observar que também existe “ vaidade ” por parte dos pesquisadores em mostrar o que está sendo feito.

Neste contexto, as motivações da comunidade científica da área do Direito para publicar têm o objetivo principal de mostrar resultados novos para a comunidade acadêmica nacional e internacional. Interessante notar que na Antropologia, como observou OLIVEIRA (1996), a originalidade está na novidade de uma interpretação, por isso o entusiasmo para comunicar os resultados de pesquisa surgiria para garantir a originalidade e não a descoberta.

Além disto, os pesquisadores buscam formas de socializar o conhecimento, sempre divulgando nos meios acessíveis à área e em jornais, permitindo o acesso dos diferentes estratos da comunidade ao conhecimento desenvolvido, criando, possivelmente, uma nova cultura em atenção ao tema abordado. Buscam também trazer enfoques atuais e a possibilidade de interação com os interlocutores, os leitores. E; por fim, pela exigência das IES e dos órgãos de fomento.

é uma exigência de quem tem D.E.. Quando é desenvolvida uma pesquisa, é norma da IES apresentar um relatório final ao Departamento, com a apresentação dos resultados. Há também um estímulo concomitante em produzir cientificamente (LÍDER 1 UFPR).

Contudo, nem sempre é possível publicar, como retrata o relato abaixo:

meus orientadores me ensinaram que eu teria de publicar, mas eu não tenho conseguido imitá-los. Gostaria de ter publicado muito mais, mas não consigo por falta de tempo, devido à sobrecarga de aula e atividades burocráticas, o que me impede de desempenhar bem a pesquisa. Também tem relação com o excesso de alunos de graduação; tive quase 300 alunos, e atividades de administração escolar e cargo de chefia do departamento (LÍDER 4 UFPR).

Este depoimento mostra que o cotidiano da universidade é muito burocrático para um grande número de pesquisadores, envolvidos com a preparação de suas aulas, correção de provas. Isso se agrava, quando ocupam um cargo de chefia.

Ao mesmo tempo, em sala de aula o professor é, constantemente, questionado para falar sobre os temas recorrentes e divulgados na mídia, o que cria novas ideias para escrever e publicar. “É uma característica do Direito que lida com o problema e os conflitos, novos problemas surgem com as notícias, o que instiga os alunos” (LÍDER 2 UFPR).

em outras áreas se faz pesquisa pura. No Direito não há pesquisa pura, o Direito é produção teórica com experimentação. Como isso se dá? Primeiro, deve-se estimular a pesquisa de campo; segundo, fazer um exame de caso concreto, estimular para que a delimitação teórica venha de um caso concreto, pois assim ocorre a problematização a partir de um caso concreto. No entanto, é preciso que se diga que isto não é predominante na área. Mesmo no projeto que coordeno tenho muitas dificuldades, pois isso envolve um debate metodológico que os pesquisadores da área não têm e não fazem muito esforço para desenvolver. No Direito é comum debater à medida em que o outro escute. Há muito monólogo, pouca produção dialógica, muito argumento da autoridade (LÍDER 7 UFPR).

há uma imposição hoje, o sistema acadêmico exige a publicação. Aquele que não mostra a sua pesquisa não é visto, ou seja, quem não pesquisa, não escreve, não existe. Em outros países isso é natural. No Brasil não é. Os critérios de rivalidade das faculdades também interferem, havendo um controle de resultados. Mas é preciso oferecer, trazer alguma utilidade para a sociedade, não fazendo pesquisa pura, mas aplicada, pois no Direito se considera a dignidade da pessoa humana, tendo um objetivo finalístico, teleológico (LÍDER 3 UFPR).

A questão da utilidade apontada pelo pesquisador remete ao mais antigo princípio da Filosofia da Ciência, a denominada “Navalha de Occam⁶⁷” - a hipótese da simplicidade máxima. Se o conhecimento tem de ser útil, é necessário que seja simples, devendo subordinar o maior

⁶⁷ Do filósofo inglês William de Occam (1300-1349), o princípio significa “a essência não deve ser multiplicada além da necessidade (*Essentia non sunt multiplicanda praeter necessitatem*). (ZIMAN, 1979, p. 137).

número possível de fenômenos a um conjunto mínimo de leis, transformando este princípio no melhor e mais compreensível conjunto de idéias possível (ZIMAN, 1979). Contudo, como apontado por outro líder, a simplicidade não tem sido a busca principal dos pesquisadores da área, muitas vezes não fazendo questão em se fazer entender, usando uma linguagem fechada, limitada a um “juridiquês”, com as pesquisas tendendo a ser acessíveis apenas no âmbito jurídico. Isto leva a crer que esta ciência está se distanciando do leigo, que ninguém ou poucos condescendem em explicá-la numa linguagem simples.

Por fim, algo intrigante, no que tange ao excesso de publicações, muitas vezes desnecessárias ou de pouca utilidade:

esse é o propósito de qualquer acadêmico que está produzindo. Você não pesquisa para ter o resultado para si mesmo, você pesquisa para colocar na comunidade, para submeter ao debate e para contribuir para a formação. É claro que na área do Direito muita gente publica para obter meros efeitos simbólicos, isso é muito comum. Acho que se publica demais na área, em certo sentido, havendo um hábito muito difuso (LÍDER 6 UFPR).

Como exemplo disto, cita um mestrando que termina uma dissertação e já quer transformá-la num livro. Para este entrevistado, isto é algo que julga, particularmente, como complicado, já que acredita que o livro deve ter uma pretensão de desenvolver uma teoria de mais longo alcance e não curto alcance como, via de regra, uma dissertação de mestrado tem. Este hábito difuso se explica pela necessidade que os pesquisadores têm de possuir um livro no currículo, mesmo que tenha vendido um número ínfimo de exemplares e haja um número supremo destes encalhados nas livrarias.

Não obstante, a resposta pessoal do entrevistado é a que segue: “pessoalmente, a minha resposta é outra. Inserido dentro de uma rede de pesquisadores que eu estou, eu tenho que estabelecer uma rede de diálogos com esses pesquisadores e para isso eu tenho que publicar” (LÍDER 6 UFPR).

Neste contexto, sem divulgação, a pesquisa fica amputada, ninguém produz para si e a academia não é um fim por si mesmo, num juridiquês, é uma condição *sine qua non*.

5.1.3 Público Alvo, Audiência Buscada.

É sabido que as várias formas usadas para disseminar os resultados de pesquisa são ditadas por um grande número de fatores. Neste sentido, argumenta-se que a literatura formal em que os pesquisadores publicam é um indicador da principal audiência que eles buscam para divulgar seus resultados.

Genericamente, a maneira como o pesquisador sistematiza e transmite suas informações depende da natureza das pesquisas, do veículo utilizado e, não menos importante, do público alvo, que é a representação da audiência esperada. Precisamente sobre isso se refere este item.

Com efeito, o público buscado por um líder em suas produções científicas é constituído por advogados, professores de Direito e acadêmicos, não tendo pretensão de divulgar, em nível internacional, o que é produzido. “Eu publico em países ibero-americanos, mas há impossibilidade de me aprofundar com os temas de certos países, pois a língua impede um pouco” (LÍDER 3 UFPR).

Na mesma linha, “não escrevo numa linguagem de leigos, mas minhas produções são dirigidas a acadêmicos ou aos profissionais da área como os doutrinadores” (LÍDER 1 USP). “Minhas obras didáticas são dirigidas aos estudantes de graduação de Direito e aos profissionais e operadores da justiça criminal” (LÍDER 5 UFPR). “Eu tenho muita cobrança de alguns colegas para escrever um manual para estudantes, mas minha produção é para dialogar com colegas professores do exterior e no Brasil, e não para dialogar com estudantes” (LÍDER 6 UFPR).

eu procuro dialogar com os acadêmicos, os pesquisadores que estão estudando as mesmas coisas que eu. Eu escrevo para a comunidade científica e não para alunos, nem para o mercado. Não faço propaganda das minhas pesquisas, até porque não são de interesse do mercado (LÍDER 3 USP).

No mesmo contexto, outros líderes disseram:

eu busco a comunidade científica internacional, um pouco, numa proporção pequena; a comunidade científica nacional e os grupos externos ao meio acadêmico. Estes últimos são compostos pelos operadores de Direito, juízes, advogados, procuradores, delegados, promotores, membros do Ministério Público, advogados públicos. Além disto, participo de congressos internacionais, publico em inglês (LÍDER 2 UFPR).

Em suma, a principal audiência buscada pelos pesquisadores da área de Direito para a divulgação de suas produções científicas e resultados de pesquisa são os próprios pesquisadores do Direito, fundamentalmente, mas também para os operadores do Direito, como juízes, promotores, pessoas com cargos públicos interessados na temática. Mas, principalmente para o público acadêmico e depois aos doutrinadores. Assim, é transversal, serve para os pesquisadores do Direito, principalmente, e também para áreas afins.

5.1.4 Meios de Divulgação ou Canais Preferidos para atingir tal Audiência.

Os canais ou veículos de comunicação que os pesquisadores da área consideram mais eficientes para atingir a audiência ou grupo de referência elencados no item anterior são, para alguns, em primeiro lugar, os livros, capítulos de livros ou coletâneas. Em segundo, os anais de eventos técnico-científicos locais, nacionais e internacionais.

Para determinados líderes “normalmente, minhas produções começam com um artigo, depois passam para uma coletânea e, em alguns casos, vira um livro de autoria única” (LÍDER 1 UFSC). “Os livros são adquiridos por pessoas da área que sabem do conteúdo” (LÍDER 5 UFPR). Contudo, “se fosse para os estudantes, o veículo de comunicação mais eficiente seria o manual” (LÍDER 6 UFPR).

Diferentemente, os artigos em periódicos internacionais são os preferidos por um filósofo do Direito, que nunca publicou um livro, ainda que pretenda fazê-lo, mas prioriza o artigo porque tem acesso a outras línguas. Porém, segundo ele, não é fácil, como explica:

também porque a Filosofia do Direito é mais internacionalizável e têm suas publicações nas mais importantes revistas da área, se aproximando mais das demais áreas, como a Matemática, a Física, que tem os periódicos internacionais mais respeitados, mais tradicionais (LÍDER 4 UFPR).

Da mesma forma, as conferências são vistas como importantes, pois se fala para um público selecionado. Ao mesmo tempo, um líder acha os Congressos uma forma muito interessante, embora menos impactante em termos quantitativos, de divulgar a pesquisa.

eu considero mais eficazes as bases de dados eletrônicas que aceitam artigos como a SSRN Social Science Research Network, das quais se faz o *upload* do seu artigo e outras pessoas podem achá-lo. Acho que a internet hoje é o meio mais eficaz de divulgar a produção acadêmica em qualquer área (LÍDER 3 USP).

Contraopondo o enunciado acima, mesmo tendo a facilidade da internet de acesso a artigos *online* (de revistas eletrônicas ou bibliotecas digitais), outra líder ainda prefere o livro.

também acho o artigo científico impresso em revistas muito importante, devendo ser mantido. Não quero dizer que não deva ser disponibilizado na internet, mas acho ainda muito importante que o artigo venha impresso numa revista com corpo editorial, que diga se esse seu livro ou artigo é importante e aponte o que o mercado está necessitando. Impresso tem importância porque é algo mais sólido podendo ser, além de lido, revisitado, marcando-se as anotações no próprio texto. Ao mesmo tempo, a internet possibilita que um trabalho de pesquisa, via artigo ou livro, chegue ao maior número de pessoas, como, por exemplo, ao pessoal do Norte e Nordeste que tem muita dificuldade no acesso a bibliotecas de todas as áreas. Neste aspecto é importante a publicação na

internet, o que facilita, pois a gente não pode ignorar que esta está presente em nossas vidas e eu não desprezaria de jeito nenhum (LÍDER 1 UFSC).

Assim, no Brasil, a área do Direito tem preferência pelos livros. Uma explicação para isto é a falta de consolidação dos periódicos na área. Por isto que, se fosse para atingir o público estrangeiro, seriam os periódicos estrangeiros consolidados na área os mais buscados. Em suma, ainda são os livros, em primeiro lugar, seguidos pelas coletâneas. Em menor proporção, os artigos científicos e também artigos não acadêmicos, mais de divulgação, cotidianos.

5.1.5 Decisão sobre onde Publicar.

Primeiramente, é preciso observar que a decisão sobre onde publicar os livros pode se alterar ao longo da carreira. Alguns pesquisadores da área viveram fases diferentes. No início era preciso conquistar o seu espaço e publicar onde havia oportunidade para tal. Uma ilustração disto é o seguinte relato: “há 20 anos eu tinha de correr atrás, implorar para conseguir publicar. Hoje, são as editoras que me procuram, elas são muito seletivas. A Saraiva é uma das editoras que busca muito divulgar minha produção” (LÍDER 3 UFPR).

Neste contexto, outro líder disse que, atualmente, busca auxiliar a edição de livros de alunos e colegas pelas dificuldades vividas no início da sua carreira, em que não era conhecido. Assim, primeiramente:

busco os veículos, mantendo com eles uma fidelização, pois a comunicação se torna facilitada e, proporcionalmente, a qualidade. Isto é necessário porque as editoras não têm interesse em publicar trabalhos de alunos, por não serem visíveis e, nestes casos, eles precisam pagar para publicar, mas os pesquisadores conceituados não têm custo nenhum (LÍDER 1 USP).

nunca paguei para publicar. Procuo as editoras com tiragem e distribuição boa. Agora já sou procurado. Por isso tenho que trabalhar com meus alunos, pois não dou conta de tudo.

Fazemos projetos conjuntos, porque muitas vezes você tem de se dedicar muito tempo a um tema que não conhece e precisa aprofundar. Neste caso é melhor dividir as atribuições, com cada qual contribuindo com o conhecimento que domina ou está aprofundando (LÍDER 5 UFSC).

eu escolho a editora em função de circunstâncias, ou conheço o editor e crio relações. Outro aspecto para escolher a editora para publicar meus livros depende da capacidade de distribuição e da confiança. (LÍDER 5 UFPR).

meu foco é publicar em editoras que tem um espectro de publicação maior no Brasil, que tem mais tiragem, como a Saraiva. (LÍDER 7 UFPR)

Com efeito, é uma via de mão dupla, pois a decisão não é somente baseada na racionalidade econômica, mas também na afinidade de propósitos.

“no meu caso, pelo menos, independentemente de serem produtos de aceitação comercial, há uma proximidade de propósitos, de divulgar, mesmo que o produto não seja vendável. (LÍDER 7 UFPR)

você escolhe a editora, para ter a possibilidade e liberdade de escolher os detalhes da publicação e a sua distribuição. Há algumas editoras vistas como conceituadas em que não gosto de publicar, como a Juruá, porque acho o projeto gráfico deles muito ruim, pouco atrativo ao leitor. Capas ruins, fontes pequenas, formatação da página ruim, acho que falha na qualidade que o leitor busca, desanimando e cansando aqueles leitores da graduação, principalmente, que precisam de atrativos para continuar a leitura. Por isto, prefiro a Unijuí que tem quase a mesma distribuição, mas com parte gráfica muito melhor (LÍDER 2 UFSC).

Em muitos casos, ocorrem as duas coisas, ou seja, os pesquisadores procuram as editoras e vice-versa. Num caso específico, a IES criou sua própria editora.

No que tange aos artigos, “atento para aqueles periódicos classificados pelo Qualis, com tradição” (LÍDER 2 UFPR).

As submissões simultâneas de artigos citadas por este líder, apesar de contrariarem as boas práticas de comunicação científica, não mostram ser uma preocupação deste grupo. “O artigo quando pronto é enviado para várias revistas e aquela que o aceitar fará a publicação. Na verdade a escolha quem faz, em muitos casos, é a revista e não o pesquisador” (LÍDER 1 UFPR).

Talvez este seja o motivo pelo qual um dos líderes publica a metade da sua produção na revista editada pela própria IES, explicando que:

havia uma demanda para ajudar a publicação nossa, dar uma visibilidade ao que era nosso, produzido aqui, na própria instituição. E o outro critério é o de publicar nas revistas mais conhecidas. Tenho sempre procurado participar de congressos e é nestes que surgem as oportunidades para publicação fora do Brasil (LÍDER 4 UFPR).

Por fim, quando a decisão é publicar um artigo, a preferência, na prática, tem sido com base no Qualis, com mais frequência no Nacional e Local A, atentando, assim, para os periódicos melhor cotados por este sistema. No quesito livros, a busca se dá em direção às editoras mais respeitadas, de confiança, com boa tiragem e capacidade de distribuição, prezando pelo bom relacionamento pessoal com os editores e, alguns casos, pela afinidade de propósitos.

5.1.6 Preferências por Periódicos Nacionais em detrimento dos Internacionais.

Há longo tempo a ciência vem se beneficiando dos livros, dos tratados e dos manuais para registrar o conhecimento. No entanto, esse lugar hegemônico vem sendo ocupado, mesmo diante de questionamentos, pelos periódicos.

Buscou-se entender o que explica a escolha por publicar em maior intensidade em periódicos locais e nacionais (Qualis) ao invés dos internacionais.

De maneira geral, os periódicos científicos surgiram na segunda metade do século XVII devido a várias razões, apresentadas por Meadows. Para o autor, algumas das razões eram específicas (como a expectativa de seus editores de que teriam lucro); outras, gerais (como a crença de que para fazer novos descobrimentos era preciso que houvesse um debate coletivo). Contudo, o motivo principal era a necessidade de comunicação do modo mais eficiente possível, com uma clientela crescente interessada em novas realizações (MEADOWS, 1999).

Há três séculos os periódicos científicos vêm sendo utilizados entre os membros da comunidade científica, mas o seu uso se intensificou nos últimos cinquenta anos. Após a criação dos sistemas de indexação da produção bibliográfica mundial, em especial, dos produtos do ISI, a revista passou a desempenhar papel preponderante e fundamental na medição da produção científica mundial.

Assim, por muitas vezes, os artigos de periódicos têm sido encarados como o mecanismo mais eficiente de comunicação científica e o meio de divulgação mais aceito pela maioria dos cientistas. Mas esse não é o caso do Direito.

No entanto, a contribuição científica precisa tornar-se disponível ao fundo comum do conhecimento, neste aspecto figuram as publicações do mais variado caráter, particularmente os periódicos que, entre outros, desencadeiam um sistema de recompensa a ser conferido primeiramente ao pesquisador (citação) e posteriormente ao periódico (fator de impacto) que veicula essa informação.

A tabela 5.4 mostra a produção científica, em termos de artigos completos publicados em periódicos técnico-científicos, com base na estratificação Qualis, conforme dados brutos do triênio 2004-2006, separados os internacionais, nacionais e locais, classificados como A, B e C.

Como nem tudo que se pesquisa e se produz na ciência é visível para a comunidade científica, a obtenção de credibilidade e da garantia do *status* científico obriga o cientista a buscar constantemente meios de divulgar os resultados de suas pesquisas em revistas internacionais consagradas. No entanto, este não é o quadro que se desenha na área do Direito. A tabela 5.4 mostra a maior frequência da área em publicar local e nacionalmente.

A publicação em outras línguas leva ao abandono do português, sacrificando as Ciências Humanas e Sociais no Brasil. Publicá-los em revistas estrangeiras leva os pesquisadores a desprestigiar publicações locais, muitas vezes construídas com seu esforço e participação, como os periódicos editados pelas próprias IES. Também, nas revistas internacionais e estrangeiras é difícil encontrar um artigo publicado por um professor e seus alunos e tampouco é comum orientadores encaminharem os trabalhos de seus orientandos.

Tabela 5.4 Artigos completos publicados em periódicos técnico-científicos segundo a estratificação Qualis, triênio 2004-06 (outubro de 2007)

IES	Internacional			Nacional			Local			Total
	A	B	C	A	B	C	A	B	C	
UFPR	5	24	3	27	13	8	40	0	0	120
UFSC	36	2	6	5	1	0	35	0	0	85
USP	4	8	4	65	14	10	113	0	0	218
PUC/MG	18	2	1	16	6	7	35	0	0	85
UERJ	2	6	3	27	21	3	37	0	0	99
UFMG	42	5	1	9	1	10	60	0	0	128
UFPE	0	1	1	4	4	4	33	0	0	47
UNISINOS	5	7	1	25	7	13	26	0	1	85
UNESA	2	2	0	3	26	3	17	0	0	53
PUC-RIO	1	0	2	11	3	1	5	1	0	24
UFPA	1	1	0	3	4	2	8	0	0	19
UnB	0	1	4	11	5	3	10	0	0	34
PUC/RS	2	4	2	11	13	5	16	0	0	53
PUC/SP	0	45	4	23	12	12	91	0	0	187
Total	118	108	32	240	130	81	526	1	1	1237

Fonte: CAPES

Nota: Pelo menos 1 autor/coautor é docente permanente

Em geral, observou-se uma publicação intensiva de artigos nas revistas Qualis Local A, com 526, seguida de Qualis Nacional A, com 240, e por último Qualis Internacional A, com 118. As IES que se destacaram, no triênio, como maiores produtoras de artigos, publicados em periódicos técnico-científicos, são a USP, seguida da PUC/SP e da UFMG, com um total de 303,

187 e 128, respectivamente. Entre os menores produtores de artigos estão a UnB, com 34, a PUC-Rio, com 24 e por último, a UFPA, com 19 publicações.

A preponderância de artigos publicados local e nacionalmente pelos pesquisadores da área tem como explicação a sua relevância, sobretudo local. Outra explicação para esta preferência pode ser a natureza da pesquisa desenvolvida, o que pode definir a abrangência mais ou menos restrita desta. MOED *et al.* (2002) em seu estudo fornecem provas de que a pesquisa em Direito na Bélgica, com base nas quatro maiores universidades de língua holandesa, serve à prática, o que torna difícil, se não impossível, fazer a distinção entre pesquisa jurídica básica e aplicada. No caso do Direito brasileiro, muitos pesquisadores definiram suas pesquisas como aplicadas, o que poderia explicar a sua aplicação local. Isto pode ter grande influência nas suas práticas de publicação. Segundo VELHO (1985), “os pesquisadores tendem a acreditar que suas participações na solução de problemas práticos terminam com a publicação dos resultados em artigos científicos” (p. 192). Outra possível explicação reside no fato da língua utilizada em suas publicações ser, predominante, o português, fator que pode definir os seus padrões de comunicação.

Da mesma forma, VELHO (1985) encontrou indícios em seu estudo sobre a Agronomia, no Brasil, de que os pesquisadores da área, lotados nas principais universidades do país, estão muito mais preocupados em divulgar seus resultados internamente do que no exterior. A autora aponta como razão para isto “a natureza mais aplicada das pesquisas da área, dificuldades em escrever em outras línguas, orgulho nacional, dificuldades e falta de motivação associadas às publicações internacionais e as facilidades em publicar domesticamente” (p. 193)

A razão desta domesticidade aparece bem clara no relato abaixo:

Eu acho que tem menos a ver com a barreira lingüística, mas mais a ver com a percepção do pesquisador da área de que ele não precisa publicar no exterior. Ele não valoriza isso como uma coisa importante a ser feita por um acadêmico. Ele prefere publicar no país, em português, porque assim mais pessoas vão lê-lo e citá-lo e o que importa para o pesquisador brasileiro da área é o seu prestígio nacional. Ele não está, definitivamente, preocupado com sua reputação internacional e eu considero isso muito problemático. Como já disse, isso é uma questão de cultura acadêmica de muita

quantidade e baixa qualidade. Uma porcentagem muito significativa dos livros no campo do Direito, talvez a metade, não sei precisar, poderia ser um artigo, mas os pesquisadores da área preferem ser prolixos, preferem escrever mais que o necessário, ser redundantes, usar uma linguagem embolada, a escreverem menos e serem mais objetivos. Há muitos livros, mas poderia haver muito mais artigos (LÍDER 3 USP).

No caso do Direito Tributário brasileiro, há um problema de foco que começa a ser superado. Muitos alunos têm começado a fazer cursos no exterior, havendo uma maior abertura e circularidade. Alguns professores são incentivadores da publicação no exterior.

O problema não está no fato do veículo internacional não aceitar as publicações de autores nacionais, mas são estes que não querem publicar lá fora. Existem casos de barreira linguística. O inglês no Direito era pouco usado e falado. Hoje, na USP, todos devem ter o inglês fluente (LÍDER 1 USP).

Por outro lado, um líder aponta como principal motivo pela concentração em nível local e nacional a falta de credenciamento pela CAPES de revistas importantes da área no exterior. E cita como exemplo duas revistas muito conceituadas: uma italiana (Cuadernos Fiorentini) e a outra americana (de Harvard), havendo muitos pesquisadores publicando lá, o que não aparece nas estatísticas.

Quanto aos *referees* (comitês editoriais) dos países avançados, um pesquisador acredita que estes discriminam autores dos países periféricos. Além disto, alguns pesquisadores da área tem dificuldade em escrever em uma língua estrangeira não latina, como a inglesa, mas as editoras preferem artigos em inglês. Outra explicação é que na área de Direito o hábito é publicar nos periódicos nacionais e fazer a informação fluir mais em nível nacional, pelo interesse que existe localmente.

Ao contrário, outro líder não acredita que seus resultados de pesquisa deixem de ter interesse internacional, nem que os *referees* dos países avançados discriminem autores dos países periféricos. Mas também tem dificuldade em escrever em língua estrangeira, considerando mais fácil publicar aqui, apesar da dificuldade crescente, devido à necessidade do resumo em inglês.

Em muitos casos, “a tradução é errônea, a gíria local complica e evito usar expressões que não tem correspondência com a língua local. É importante que suas ideias sejam criticadas para haver um aperfeiçoamento, mas para isso precisam ser compreensíveis” (LÍDER 2 UFPR).

Sobre este aspecto, HICKS (2004) mostra que em contraste com as outras ciências, as Ciências Sociais são mais envolvidas com seu contexto social, por ser a sociedade o seu foco de estudo. Suas agendas de pesquisa são influenciadas por tendências nacionais e preocupações políticas do governo local. E, quanto aos termos e conceitos utilizados, diferem muito da Matemática (que usa termos universais), havendo expressões muito próprias do país e só compreensíveis na língua original. Além disto, as sociedades diferem e, portanto, os resultados das Ciências Humanas e Sociais obtidos em um país nem sempre são úteis para os pesquisadores de outros países (NEDERHOF, 2006).

Além disso, também é visível a dificuldade em conseguir espaço em editoras estrangeiras. Um exemplo: “eu encaminhei artigos sobre Direito Sindical para a Itália e até hoje estão na fila de espera, o que imagino ser um problema de espaço do próprio periódico” (LÍDER 1 UFSC).

Assim como há uma preferência em publicar em periódicos nacionais, o mesmo ocorre nos congressos, mais nacionais, o que faz com que haja uma maior divulgação em anais nacionais. Há muitos congressos na área, alguns são mais acadêmicos; outros, mais de divulgação.

Aqueles que optam em publicar no exterior veem como vantagem a qualidade dos veículos ou meios de comunicação internacionais e acreditam ser importante para suas carreiras acadêmicas a obtenção de maior visibilidade. Além disto, entendem como uma pressão a necessidade de publicar em revistas de maior impacto para obter um maior índice de citação. “Publicar no exterior eleva o status acadêmico do pesquisador, assim como dá moral, no entanto a maioria não acha tão importante” (LÍDER 2 UFPR).

Da mesma forma, outro líder acredita que os canais de comunicação no país são deficientes, assim como há uma demora na publicação dos artigos no país. Contudo, “não se pode esquecer a pressão da CAPES pela internacionalização” (LÍDER 4 UFPR).

Em suma, às vezes há a barreira lingüística. Outras vezes a temática é circunscrita por decisões de um tribunal que afetam estritamente o país. São decisões internas e o próprio objeto da temática acaba limitando isso. Por isto, “não estabelecemos um diálogo com outras nações,

com outras experiências, o que mostra um certo provincianismo da nossa área” (LÍDER 6 UFSC).

5.1.7 Tendência em publicar em Periódicos editados pela própria Instituição.

Este estudo pôde observar uma importante concentração de publicações de artigos QUALIS Internacional e Nacional A, em revistas dos próprios programas. Na UFSC, no ano de 2006, a avaliação observou que todos os Qualis A Internacional são da própria Revista do Programa. Nenhum docente publicou em outra revista desse nível; até mesmo o Qualis C Internacional é da mesma Instituição. Da mesma forma, na UnB, os trabalhos qualificados em Qualis do corpo docente permanente encontram-se concentrados na própria revista do programa, o que também ocorre na UFMG, em que a concentração da produção em revista Qualis Internacional de publicação da própria IES também se faz presente.

Essa preferência da área em publicar seus resultados de pesquisa em periódicos editados pela própria instituição também foi visível no estudo realizado por VELHO (1985) sobre a comunidade científica de Agronomia no Brasil, mostrando semelhante preferência de seus pesquisadores em publicar seus resultados domesticamente. Algumas das razões para isto, na área de Direito, são cotejadas na sequência.

Às vezes o pesquisador entende que seus resultados têm interesse local apenas, sendo uma forma de prestigiar o periódico de sua própria IES. Ademais, o acesso aos periódicos *in-house* é mais fácil e sua divulgação é mais rápida. Esta explicação sobre a facilidade e rapidez também foi cotejada pelos entrevistados do estudo realizado por VELHO (1985) sobre a Agronomia. Existem também razões institucionais para promover a revista. Outra variante, que surgiu há poucos anos, é a existência da classificação do Qualis para estas revistas.

Assim, a publicação *in-house* é uma tendência geral, porque é muito mais fácil publicar em uma revista da própria instituição, para um professor que tem uma rede de relacionamento sobretudo local. Mas esse é um perfil que está mudando, “pois o sistema de avaliação está

forçando estas mudanças, mas é uma tendência porque os interlocutores são locais, a maioria quer dialogar com seus pares” (LÍDER 6 UFPR).

Outro fator preponderante é a questão de acessibilidade, já que no Direito existem poucas revistas. As dificuldades são resumidas por este líder em três tópicos:

1º pelo estrangulamento dos meios de acessibilidade; 2º porque publicar na revista da própria IES é uma questão de sobrevivência para a própria revista, uma saída para a pós-graduação divulgar suas produções; 3º porque as revistas da área têm capacidade e vendagem baixa - a maioria não consegue alcançar mais de 400 assinaturas, o que é baixíssimo (LÍDER 1 USP).

Há 1.200 cursos de Direito no Brasil, 350 só no estado de São Paulo. Se estas faculdades todas tivessem assinaturas, as revistas se sustentariam. Mas elas não têm assinaturas, pelo contrário, possuem bibliotecas precárias (LÍDER 1 USP).

Por outro lado, alguns não acreditam que seja uma política do departamento ou da instituição.

Não pode ser endogênico. É importante aceitar artigos de pessoas de outras IES para a própria saúde e vida útil da revista. O periódico da UFPR tem 53 anos e ele foi criado no intuito de divulgar os resultados das pesquisas da Faculdade. Quando o periódico passou a atender a pós-graduação ele teve de sofrer adequações (LÍDER 2 UFPR).

Assim, é uma prática que talvez tenda a mudar porque as revistas eram produzidas e a divulgação se dava pela produção local. A razão de existir da revista era, justamente, publicar as produções dos professores da IES⁶⁸, alunos, eventualmente. E prossegue:

⁶⁸ por vezes, isto pode significar a adoção de uma política interna pelas instituições, advertindo seus membros a focar a submissão de seus artigos aos periódicos editados por elas mesmas, fazendo com que se sintam obrigados e responsáveis pela sua sobrevivência.

os alunos criam suas próprias revistas, como é o nosso caso aqui. Mas aí a CAPES vem induzindo isso e vem quebrando essa lógica de que as revistas são das IES. Revistas são revistas. A revista tem priorizado publicar produções daqui assim como as internacionais. Neste caso, quando vem um professor de fora do país ministrar uma palestra ou um curso é solicitado, é pedido que autorize ou submeta à publicação esse material que transitou por aqui. Essa é uma prática da revista (LÍDER 4 UFPR).

De fato, a questão está relacionada com a facilidade de ter dentro do programa a sua própria revista com QUALIS A, inclusive com a publicação de pesquisadores estrangeiros e sendo uma revista para prestigiar os trabalhos dos professores do programa.

Às vezes esse espaço era dado aos alunos do mestrado e doutorado. Daí os editores eram criticados pela coordenação que dizia que deixavam os alunos publicarem mais que os professores. A revista Seqüência é uma revista focada a publicar os trabalhos dos professores do programa e um percentual é deixado para convidados. A comissão editorial deixa um espaço para pesquisadores estrangeiros, de outras IES do país, os quais têm o mesmo tratamento (LÍDER 1 UFSC).

Em consequência, cada programa tem e deve ter o seu periódico. Os pesquisadores da IES são convidados para fortalecer e dar suporte ao seu próprio veículo, fazendo com que se sintam responsáveis pelo prestígio, manutenção e continuidade de suas revistas. Entrevistados do estudo realizado por VELHO (1985) sobre a Agronomia igualmente citaram a necessidade de manter a importância e continuidade do periódico da instituição. Contudo, isto criou uma endogenia acadêmica. Para este líder:

é algo que eu reputo criticável, e aos poucos já está mudando. Os periódicos estão tendo cada vez mais membros externos. Portanto, essa endogenia aos poucos está sendo superada, mas existem algumas barreiras para superar isto. Existem escolas e grupos acadêmicos que não dialogam sempre bem com outros grupos acadêmicos. Ou seja, quebrar esse paradigma endogênico não é uma coisa muito singela (LÍDER 7 UFPR).

Ao mesmo tempo, como as revistas de prestígio da área de Direito são poucas, é preferível publicar em casa. Além disso, há demora na publicação das demais revistas especializadas, o que é retratado no seguinte depoimento: “acontece que se você envia um artigo para outra revista especializada, eles levam 1 ou até 2 anos para publicar seu artigo e aí as pessoas acham que o artigo vai ficar desatualizado” (LÍDER 3 UFSC).

Contudo, esta característica de endogenia da área não se reflete apenas nas publicações, mas também na seleção de doutorado e mestrado, onde alunos da IES têm preferência.

É mais rápido e a aceitação é maior, tendo um processo de seleção dos editores menos rigoroso para quem é da IES. Dificilmente eles negariam um artigo de algum professor ou aluno da UFPR. Eu concordo que isto discrimina os autores de outras IES para publicar neste periódico. Por outro lado, a CAPES tem limitado a publicação em periódico próprio da IES (LÍDER 1 UFPR).

Enfim, em função de certo localismo ou corporativismo, a revista da faculdade é o local mais fácil para publicar, e muitos o fazem apenas para fazer constar a publicação, nada mais que isto. “Este tipo de revista local para publicar o material da casa é uma regra do Direito. Talvez isto esteja começando a mudar em função do próprio Qualis” (LÍDER 6 UFSC).

Outra hipótese explicativa desta tendência pode ser vista no depoimento a seguir:

Acho que tem um pouco de acomodação, um certo comodismo, porque publicar *in-house* é mais fácil porque você está menos submetido à rigidez dos procedimentos de *double blind peer review* e acho que também existe certa endogenia. Eu acho que para os pesquisadores da área é um pouco deselegante você querer publicar na revista do outro, embora isso seja uma besteira, obviamente. Como se você estivesse traindo sua instituição se não for publicar nela. São impressões pessoais, eu não fiz uma pesquisa empírica para ver se minhas hipóteses se confirmam. É mais uma impressão pela observação que eu faço dos acadêmicos do meu campo de pesquisa. O Direito é uma espécie de Frankenstein das Ciências Sociais, é uma área muito promíscua em que o mercado, o dinheiro e o poder falam muito alto (LÍDER 3 USP).

Em suma, os pesquisadores da área entendem que as razões em publicar em periódicos editados pela própria instituição devem-se aos diversos fatores expostos no decorrer deste item. Achados semelhantes foram encontrados por VELHO (1985) ao estudar a área de Agronomia, no Brasil, em que observou que os pesquisadores da área, além de preferirem publicar seus trabalhos domesticamente, têm foco nos periódicos produzidos pelas próprias instituições, como já enfatizado.

5.1.8 Preferência por Livros.

Os livros, como elemento de comunicação, são úteis aos pesquisadores quando o objeto da pesquisa busca o resgate histórico, retrospectivo e mais abrangente. Há que se considerar outro fator que é o caso da edição e publicação dos livros, pois estes não só exigem mais tempo para serem escritos como também se espera um maior tempo de vida útil para uso dos pesquisadores.

Pelo fato de as Ciências Humanas e Sociais serem campos intelectuais em que convivem vários paradigmas de interpretação, exige-se um tempo formativo do pesquisador mais demorado que em outros campos e também maior erudição, alcançável num momento mais avançado da vida profissional das pessoas. Pouco afeita a leis gerais, as Ciências Sociais supõem a consideração da especificidade e particularidade dos fatos e fenômenos observados, demandando um longo tempo de amadurecimento, dentre outros meios, da bibliografia consultada, o que exige a elaboração cuidadosa e original do raciocínio, cuidados lógicos extremamente finos na construção da frase e do texto como um todo. Reconhecidamente, o grande nicho de seus resultados de pesquisa localiza-se em livros e coletâneas. Desse modo, os artigos em periódicos se prestam muito mais à divulgação de resultados de pesquisas em andamento, ainda parciais (NASCIMENTO, 2005).

Não fugindo à regra, a produção científica em Direito também sempre preferiu os livros e suas variantes para apresentar os seus resultados de pesquisa. Os artigos científicos encaixam-se em uma série de outras maneiras de divulgação do conhecimento acumulado na área. Tem sido constantemente observado que alguns tipos de publicações predominam sobre outras, segundo o

tipo de disciplina. Nas Ciências Humanas e Sociais tais resultados são publicados de maneira relativamente mais freqüente na forma de livros (VELHO, 1997).

Isto significa dizer que cada área tem suas particularidades. Enquanto as áreas duras publicam muito no exterior e dão preferência a trabalhos curtos, no outro extremo, estão as áreas sociais, que tendem a publicar para um leitor brasileiro e dando relativamente mais preferência a trabalhos longos (CASTRO, 1985).

Para MEADOWS (1999):

embora os pesquisadores sejam aqueles que decidem, em última instância, se ou como um meio de comunicação será utilizado, sua reação coletiva é afetada pelas diversas pressões em jogo: das econômicas às ergonômicas. Não menos importante, eles trabalham muitas vezes de modo inconsciente, com base nas práticas instituídas da comunidade científica, determinadas por sua história e suas normas sociais. Os métodos de apresentação e tratamento da informação durante a transição para outro meio de comunicação são, inevitavelmente, influenciados por essa memória coletiva. (p. 245)

Analisando comparativamente os resultados da avaliação trienal, com base na ficha de avaliação de 2007 dos programas selecionados, para o triênio, algumas considerações quanto à produção intelectual tem grande relevância para este estudo.

Na tabela 5.5 pode-se observar que a produção bibliográfica, composta por textos integrais de livros, capítulos, coletâneas e verbetes alcançou um patamar de 1.965 produções. Quem lidera esse ranking é a PUC/SP, com 356, seguida da USP, com 293 e da UFPR, com 233. Poder-se-á citar como últimos do *ranking*, a PUC-Rio, com 52 produções, a UFPE, com 47 e por último a UnB, com 36. Isso parece ser um indício de que o canal preferido de comunicação desta área são os livros⁶⁹, tendo em vista que entre o total de itens publicados, livros e coletâneas correspondem a mais de 60% das publicações da área, como mostra a tabela 5.6. Seguindo o padrão das Ciências Humanas, em que os pesquisadores escrevem sobre suas sociedades para serem lidos

⁶⁹ Se considerados os artigos completos publicados em periódicos, no mesmo triênio, como mostra a tabela 5.4, na página 153, este estudo apontou um total de 1.237 artigos, somados os de publicação internacional, nacional e local (A, B e C)

pelas suas sociedades. Além disso, os periódicos, nestas áreas, não são a principal fonte de publicação, tendo em vista que os pesquisadores publicam muito mais coletâneas ou livros (VAN RAAN, 2003).

Tabela 5.5 Produção bibliográfica (Livros e Capítulos de livros) distribuída segundo a estratificação Qualis, triênio 2004-06 (outubro de 2007)

IES	Livros (Texto Integral)	Capítulos de livro	Coletâneas	Verbetes e outros	Total
UFPR	39	182	2	10	233
UFSC	42	125	3	3	173
USP	78	191	15	9	293
PUC/MG	33	114	0	0	147
UERJ	51	72	0	6	129
UFMG	43	77	0	3	123
UFPE	7	17	14	9	47
UNISINOS	25	95	0	11	131
UNESA	8	92	4	0	104
PUC-RIO	7	38	4	3	52
UFPA	6	46	7	3	62
UnB	12	22	2	0	36
PUC/RS	19	52	7	1	79
PUC/SP	57	288	1	10	356
Total	427	1411	59	68	1965

Nota: Pelo menos 1 autor/coautor é docente permanente

Fonte: CAPES 2007

Como mostra a tabela 5.5, uma das possíveis soluções encontradas para a divulgação da produção em Direito, diante da inexorabilidade e fluidez do tempo, parece estar nos ensaios, isto é, nas compilações de capítulos (num total de 1.411), com textos mais reduzidos, escritos por diversos autores, cada qual na sua especialidade.

Os livros sempre ocuparam um espaço nobre como elemento de comunicação, mas atualmente têm sido úteis aos pesquisadores quando o objeto da pesquisa busca o resgate histórico, retrospectivo e mais abrangente, muito pertinentes às Ciências Humanas.

Sob a forma de resenhas, os livros científicos são comumente criticados depois de sua publicação. As críticas podem ser encontradas em publicações de caráter geral ou mesmo especializadas. A elaboração de resenhas ou críticas de livros é uma atividade muito comum em Ciências Humanas e Sociais, e cerca de dois terços desses pesquisadores, em algum momento, escrevem uma resenha de livro. Ainda, nas Ciências Humanas e Sociais, uma boa parte das teses habitualmente passa a ser transformada em livro depois de concluída a pesquisa (NASCIMENTO, 2005).

Tabela 5.6 Produção bibliográfica distribuída segundo a estratificação Qualis, triênio 2004-06 (outubro de 2007)

IES	Total Livros (1)	Total Artigos (2)	Total Livros + Artigos	% Livros	% Artigos
UFPR	233	120	353	66,0%	34,0%
UFSC	173	85	258	67,1%	32,9%
USP	293	218	511	57,3%	42,7%
PUC/MG	147	85	232	63,4%	36,6%
UERJ	129	99	228	56,6%	43,4%
UFMG	123	128	251	49,0%	51,0%
UFPE	47	47	94	50,0%	50,0%
UNISINOS	131	85	216	60,6%	39,4%
UNESA	104	53	157	66,2%	33,8%
PUC-RIO	52	24	76	68,4%	31,6%
UFPA	62	19	81	76,5%	23,5%
UnB	36	34	70	51,4%	48,6%
PUC/RS	79	53	132	59,8%	40,2%
PUC/SP	356	187	543	65,6%	34,4%
Total	1965	1237	3202	61,4%	38,6%

Nota 1: Refere-se a somatória da produção em livros, capítulos, coletâneas, verbetes e outros

Nota 2: Refere-se a somatória de artigos local, nacional e internacional A, B e C.

Fonte: Elaborada pela autora com base nos dados extraídos da CAPES 2007

A tabela 5.6, acima representada, é um retrato plausível da predominância de publicação de livros (61,4%) sobre artigos (38,6%), na área de Direito. Nela a UFPA se destaca como a primeira em produção de livros (76,5%), enquanto que os artigos representam 23,5% de sua produção científica. As demais seguem o mesmo padrão apresentando mais de 50% de sua

produção na forma de livros. Cabe destacar que a única instituição a apresentar uma produção superior de artigos é a UFMG, com 51% enquanto que os livros correspondem a 49% de sua produção. Além disso, vale ilustrar também, a UnB e a UFPE que demonstram um equilíbrio entre a produção nestes dois canais, com a primeira apresentando 51,4% de sua produção em livros, e 48,6% em artigos e a segunda com metade de sua produção distribuída para cada categoria.

Na prática, a preferência pela publicação de livros, capítulos ou coletâneas, para muitos é uma característica própria da área e também parte do perfil dos próprios pesquisadores do Direito. Também tem, como dizem, a vantagem de poder esmiuçar argumentos e não apenas dar pinceladas rápidas. É uma tradição do Direito de publicar mais livros e capítulos de livros como meio de circulação de idéias, do que periódicos.

Há uma facilidade maior de publicar livros porque há muitas editoras especializadas, e os livros têm muita saída, vendem bem, por isto o custo se torna ínfimo. Além disto, os critérios de exigência são menores, não há o *blind review* (LÍDER 2 UFPR).

Ainda, “os professores pesquisadores autopatrocinam as suas edições, falam com as editoras e veem qual é a parte financeira deles na publicação. Há facilidade e disponibilidade para fazer isto. Diferente das outras áreas” (LÍDER 1 UFPR).

Outra possível explicação para este comportamento tem relação com a característica do pesquisador da área de trabalho individual e formação mais teórica. Em função disto, este depoimento acredita que o livro:

é um trabalho que demanda mais tempo. O artigo não dá um espaço para trazer um enfoque novo, uma tese nova, é limitado. O livro que demandaria 200 páginas é um trabalho de fôlego, com busca de um resgate histórico mais aprofundado. Para o perfil dos nossos professores e do programa, o livro preenche mais esse objetivo, já que o nosso programa tem uma formação crítica e para mantê-lo nesta linha você precisa de uma produção teórica com o maior número de argumentos, algo que um pequeno artigo não comportaria (LÍDER 1 UFSC)

A CAPES passou a considerar essa peculiaridade da área, assim como de outras 22 áreas, no momento da avaliação, por meio da adoção do Roteiro para Classificação de Livros⁷⁰, na avaliação trienal de 2010.

Assim, o advogado trabalha o discurso, vive do discurso científico do Direito, exerce o seu papel nas petições e recursos orais, sustentando suas razões e seus pontos. Em função disto, o livro cabe melhor, pois:

somos construídos pelo discurso, tipificados com vários. Fazemos um discurso para convencer, para isso é preciso ser o mais amplo e consistente possível. Fazemos obras monográficas. Ao mesmo tempo, o mundo é muito complexo e o jurista precisa ter um conhecimento da vida, da estrutura econômica e sociológica da sociedade (LÍDER 5 UFPR).

pela facilidade de escrever processos inteiros, petições, tendência de esgotar a possibilidade de discussão, existe diálogo, que também é aceito, mas não é costumeiro (LÍDER 2 UFSC).

A título de ilustração, a área, neste ponto, se assemelha à Antropologia, que gera uma literatura discursiva, sendo os resultados de suas descobertas descritos com minúcias e detalhes, o que implica uma maneira de comunicação preferencialmente sob a forma de livro. Diferente da Física, por exemplo, que pode comunicar suas descobertas em um artigo de três páginas, usando recursos gráficos e fórmulas matemáticas (OLIVEIRA, 1996).

Outro exemplo é o estudo de MOED *et al.*(2002), na área de Direito, na Bélgica, que demonstra que contribuições importantes são publicadas em livros comemorativos com uma circulação restrita e as publicações são, frequentemente, na língua de origem dos autores, tendo a maioria das atividades uma natureza aplicada. “O livro é visto como o resultado de uma síntese muitas vezes individual e pessoal da legislação, jurisdição e teoria jurídica em uma subárea. Um

⁷⁰ A definição do que se considera como livro, a sua utilidade e os quesitos pelos quais a avaliação de conteúdo da obra serão baseados, já foram descritos no item 3.2.1, do Capítulo 3, deste estudo.

livro muitas vezes reflete contínua e intensa pesquisa científica, realizada durante muitos anos” (MOED *et al.*, 2002, p.504).

Além disto, “livros em forma de coletâneas, com as pessoas envolvidas atuando em sua especialidade, ficam mais completos e mais aprofundados” (LÍDER 2 UFSC).

Neste contexto, a preferência pelo livro na área do Direito envolve elementos de duas racionalidades. A primeira delas refere-se à tradição da formação histórica, bacharelesca, a cultura dos livros, do manuseio dos códigos. A segunda deve-se a uma racionalidade econômica. Na área publica-se em excesso, havendo uma disparidade de qualidade, o que se atribui ao aumento da comunidade consumidora. Há, portanto, uma racionalidade econômica e outra acadêmica, em que o doutorando tem o objetivo legítimo, de certa forma, de ter sua tese publicada em livros. Contudo, a introdução da Portaria nº 13, de 15 de fevereiro de 2006, da CAPES, exigindo a colocação em inteiro teor das teses na internet, ocasionou a retração do mercado editorial. Os bolsistas ficaram, segundo o Líder 7 (UFPR), um pouco indignados devido à disponibilização ao público, dos resultados de pesquisa, por uma via que não seja a dos livros. Para este líder:

eu acho uma crítica indevida. Acho que são os meios de publicação mais legítimos possíveis, especialmente para quem estuda numa universidade pública, que tem o compromisso de tornar suas publicações públicas e de forma gratuita. Há também a penetração paulatina das inovações tecnológicas na área do Direito, mesmo que de forma muito lenta. A internet ainda não é considerada pela área como fonte de dignidade científica (LÍDER 7 UFPR).

No entanto, um depoimento intrigante quanto ao excesso de livros na área:

nós temos uma enorme produção feita com o único propósito de satisfazer o mercado editorial. Essa é uma das peculiaridades do Direito. Mas percebo claramente na nossa área uma infinidade de livros que fazem sucesso, que estão na oitava edição, que são péssimos, descritivos e não são de pessoas com uma formação sólida e séria em História do Direito, por exemplo. São historiadores domingueiros, os diletantes que num fim de semana acham que podem narrar alguma coisa do passado. E o mais grave é que

grandes editoras acabam comprando esses projetos e, por conseguinte, formando pessimamente, fazendo um mal para o desenvolvimento da área. Como exemplos pode-se citar editoras conceituadas como a Saraiva, Atlas, ART, que tem péssimos manuais na área (LÍDER 6 UFPR).

Outra hipótese para esta tendência de publicar livros é relatada na seqüência, pelo mesmo pesquisador:

é uma cultura muito antiga, própria da área do Direito, o que pode ser explicado pela falta de consolidação dos periódicos na área, pois a gente não tem um periódico como acontece nas outras áreas, mas estamos na fase de constituição disso, estamos no processo (LÍDER 6 UFPR).

Apesar de que algumas subáreas do Direito e pesquisadores mais receptivos às mudanças estarem usando as revistas, muitos ainda estão se sujeitando às revistas exclusivamente por causa das determinações institucionais. Por outro lado, “acredito que o artigo é muito resumido, poderia não dar o resultado desejado” (LÍDER 4 UFSC).

Na área não existe o costume de comprar revista, pela própria fragmentação do assunto. O pessoal prefere comprar uma obra monográfica ou então um manual, um tratado de um assunto, do que uma revista de atualidades. Um exemplo foi a revista Decita que vendia poucas revistas apesar de seus autores venderem muitos livros (LÍDER 3 UFSC).

Não obstante, a cultura da publicação do manual é algo que não pode deixar de ser discutido, pois as faculdades estudam muito legislações e para isto são feitos manuais, existindo um grande mercado editorial na área da formação do Direito. “É um mercado rentável, as empresas estimulam” (LÍDER 6 UFSC). Além disto, “os manuais são muito comuns na área. Há pessoas que conseguem verdadeiras fortunas com eles” (LÍDER 6 UFSC). Apesar de que “os códigos e manuais bons são poucos, a maioria é muito ruim, existem 4 ou 5 clássicos, fora esses há uns 5 ou 6 bons” (LÍDER 1 USP).

Uma visão bastante crítica em relação aos pesquisadores da área sobre a existência de um número excessivo de manuais na área vem deste entrevistado.

Os manuais são uma forma dos pesquisadores da área se tornarem conhecidos, citados e prestigiados e é uma forma de ganhar dinheiro também, porque sendo professor e tendo um manual próprio, poderá recomendá-lo aos alunos e terá muita gente comprando-o, há uma lógica econômica subjacente. Além disso, é muito mais fácil fazer um manual “feijão com arroz” do que fazer pesquisa sofisticada, de ponta. Por isso os pesquisadores da área gostam mais de manuais, porque eles são mais didáticos e mais fáceis de fazer. E estes, em geral, são feitos para iniciantes, para alunos de graduação e não para serem debatidos com pesquisadores da mesma envergadura ou mais importantes que os autores desses manuais (LÍDER 3 USP).

Não obstante, o Líder 6 (UFPR) conta, como exceção à publicação de manuais, o caso de uma editora que foi receptiva à ideia de um dos pesquisadores, de fazer uma coleção sobre a História do Direito, comercializando uma linha editorial que tivesse um critério de qualidade e de expressividade científica, que pudesse efetivamente colaborar com a área, diferente do que as outras editoras pregam, que é um critério que atende a uma demanda estudantil apenas, manualística. Nesta linha:

não que eu seja contra os manuais. Na verdade, eu até acho que na minha área o que a gente tem mais carência hoje é de um bom manual. Um manual tem o dom de conformar e unificar a forma de ensino de uma dada área. É importante termos bons manuais, mas não se pode esgotar uma área do conhecimento só com estes, havendo a necessidade de dosar muito com os estudos monográficos, com estudos mais específicos que atendam também aos estudantes de graduação. Acho que a formação da área depende disso também e é o que eu tenho feito (LÍDER 6 UFPR).

Por fim, a maioria confessa que a preferência em publicar suas produções em forma de livros, capítulos ou coletâneas, é uma tradição da área. No entanto, não deixam de atribuir a escolha à falta de consolidação dos periódicos na área, ainda em fase de constituição. Por fim, não deixam de alertar que a área tem uma grande tradição no uso dos manuais que, por vezes, são precários e visam atender, na maioria das vezes, exclusivamente ao mercado editorial, o que aponta para uma lógica econômica subjacente.

5.2 PADRÕES DE CITAÇÃO.

Para entender os padrões de citação da comunidade em estudo é importante verificar quais são as leituras predominantes dos seus interlocutores e o que eles costumam citar com maior frequência: se são os livros ou periódicos, se nacionais ou internacionais; se a escolha pelas fontes se dá pelo autor ou origem do artigo ou livro que lêem; se existe um critério de citação por obediência aos imperativos institucionais de seu campo científico; para dar crédito aos especialistas mais produtivos ou de excelência acadêmica; pela qualidade e aceitação do trabalho de um cientista ou a obsolescência de uma área; pela influência intelectual dos autores; por objetivos científicos, políticos ou pessoais apenas ou para descrever sua linhagem intelectual; se a citação pode ser vista como uma medida de qualidade, como observam diversos estudos. E por último, qual a importância que os interlocutores depositam nas citações e qual o significado que dão a elas em suas publicações. Mais especificamente sobre isso se referem os itens seguintes.

5.2.1 O que é citado com mais frequência: livros ou periódicos? Nacionais ou internacionais?

A escolha pela leitura mais frequente depende, na maioria dos casos, do assunto. Segundo um líder que trabalha com o Direito Constitucional: “uma disciplina dogmática, muito analítica e única faz com que o foco seja em temas locais, numa doutrina consistente e, por isso, tendo como base as fontes locais” (LÍDER 1 USP).

Por outro lado, as pesquisas internacionais na área da criminologia são aplicáveis aos modelos nacionais, como observa outro líder. “Esta fonte de informação é importante para estar na ponta do conhecimento científico” (LÍDER 5 UFPR). Na mesma linha,

Eu procuro manter um equilíbrio, atualizando o que ocorre internacionalmente e lendo o nacional, mas sempre fazendo uma comparação dos grandes temas do momento e como o Brasil está posicionado. Acredito que o país está na vanguarda dos temas (LÍDER 3 UFSC).

Mas isto também depende do interesse da pesquisa que estão fazendo no momento, utilizando tanto os periódicos científicos nacionais como os internacionais. Contudo, outro líder observa que: “se dá pouca importância aos autores clássicos brasileiros, que já disseram o que os estrangeiros estão dizendo” (LÍDER 3 UFPR).

No tocante à citação propriamente dita, um dos interlocutores não refletiu sobre a sua maneira de citar, mas acabou citando autores nacionais e internacionais. Nestes termos, “cito e uso o autor que tem um argumento que é importante para abordar aquela temática ou problemática e que oferece um argumento interessante para o que vou abordar, no artigo de divulgação que estou desenvolvendo” (LÍDER 6 UFSC).

Outro líder busca citar livros, periódicos nacionais e internacionais pela qualidade destes. Apesar de que “no Brasil há qualidade, mas pouca quantidade” (LÍDER 5 UFPR).

No meu caso, trabalho com o Direito Ambiental, um tema que dá margem a tópicos muito contemporâneos e globais, como a mudança climática e a sustentabilidade. É necessário ter uma visão mais abrangente sem ficar limitado à produção nacional (LÍDER 5 UFSC).

Outro entrevistado (Líder) disse que busca acompanhar o Direito brasileiro na discussão nacional, mas também procura bibliografia estrangeira, uma vez que considera importante ter essa comparação, cabendo usar todas as formas para desenvolver a pesquisa, não podendo segregar os autores pela sua origem.

5.2.2 Escolha pelo autor ou origem do artigo ou livro?

Ao escolher as fontes para citação em suas produções científicas, a maioria dos líderes disse ser influenciada nesta decisão primeiramente pelo autor, em seguida pelo tema e assunto abordados e, por último, pela origem (canal de comunicação empregado) das publicações.

Alguns entrevistados asseguraram que acompanham, sobretudo, os autores com os quais tem intimidade — não pelo fato de publicarem em revista de destaque, mas pela trajetória específica do autor, lendo diversas revistas para acompanhá-lo. Da mesma forma, a busca pelo autor, primeiro, depois pela revista e pelo tema, ao mesmo tempo, se dá por outro interlocutor. Assim, se o autor está naquele periódico ele vai chamar a atenção para um grupo de autores. “Vou acompanhando o que aquele autor está publicando naquele ou em outro veículo, por exemplo. Há 15 autores que estão na minha cabeça, sigo-os onde quer que eles estejam publicando” (LÍDER 6 UFPR).

Os relatos mais enfáticos, sobre esta preferência, estão retratados abaixo:

em primeiro lugar pelo autor, jamais pela origem, porque isto é um preconceito acadêmico. A busca é sempre autoral porque sempre o que elejo e indico são os marcos teóricos. Por exemplo, busco um autor italiano independente da revista em que publica. Porque o autor tem um sentido do ponto de vista do seu pensamento, não é um argumento de autoridade (LÍDER 7 UFPR).

faz parte da tradição da área, está relacionado com a autoridade científica. Há uma editora Sergio Antonio Fabris, de Porto Alegre, que edita livros que têm uma linha de referência com qualidade e seriedade, e estes costumam ser citados por mérito aos autores que fazem parte do acervo (LÍDER 1 UFPR).

na área a gente conhece as pessoas que têm mais prestígio. Meu foco sempre são aquelas pessoas que alicerçam o que estou estudando ou para contestar o que eles disseram. É claro que os autores que têm mais peso, têm mais peso também na citação. Mas também não é só o autor, mas o que está sendo dito e se com propriedade, a relevância do que está sendo bem dito mais do que quem disse (LÍDER 3 UFSC).

Quando o critério é pelo tema que é abordado, pela problemática que o autor aborda ou pelos problemas que são significativos na área de estudo, o relato abaixo é bem explícito: “é claro que a gente passa a ler europeus, alemães, espanhóis, italianos, franceses, mais pela maturidade do debate, pelos temas que eles abordam. Mas o que importa fundamentalmente é a temática” (LÍDER 6 UFSC).

Outro relato que resume a escolha pela temática como critério de citação segue na sequência: “eu me guio pelo assunto. Acho que o critério mais importante que me leva a citar determinada obra é o tema ou assunto que está sendo abordado. Mas se é livro, artigo, internet ou se é o fulano A, B ou C, isso é menos importante para mim” (LÍDER 3 USP).

Por outro lado, existem aqueles que se orientam pela posição teórica do autor. Por exemplo, quando este líder trabalha o direito de greve no Direito do Trabalho, ele usa uma leitura mais crítica, valorizando o Direito do trabalho com referencial teórico, que vê o trabalho além das regras do Direito, com ponto de vista da Antropologia, da Psicologia. Assim, “não é apenas o autor nem o período que ele escreve, mas a posição teórica. Há o Direito mais positivado, dogmático, ou mais crítico, contudo busco esta última linha, não tão dogmática e nem tão legalista (LÍDER 1 UFSC).

Outro critério preponderante é o perfil e a trajetória acadêmica, em termos de produção científica do autor. “Há autores que chamam justamente a atenção pela produção científica que balizam e me motivam a lê-los e citá-los” (LÍDER 4 UFPR). Por outro lado, “eu prefiro a coerência do método ou conteúdo” (LÍDER 1 USP).

Por fim, um número reduzido usa o critério de origem do artigo. Uma explicação desta preferência seria porque bons autores buscam bons canais de comunicação. Em geral, no entanto, o prestígio do periódico foi pouco citado nos depoimentos. Uma possível explicação para esse comportamento é o fato dos periódicos da área, no país, estarem em fase de consolidação.

Interessante notar que nenhum dos pesquisadores entrevistados apontou os laços existentes com outros pesquisadores da pós-graduação ou de seu local de trabalho como um fator determinante para citar. Resultados semelhantes foram obtidos por Stephane Baldi, não suportando o argumento de que os laços sociais entre os autores influenciam as suas decisões no momento da citação. Este achado é consistente com a interpretação normativa da atribuição de

citações em que os cientistas citam os melhores e mais relevantes trabalhos, independentemente de quem os escreveu (BALDI, 1998).

5.2.3 Critérios de citação.

Os pesquisadores estão constantemente fazendo escolhas sobre quais contribuições devem aceitar como conhecimento válido e estas escolhas são refletidas nas citações. No intuito de compreender a estrutura interna da ciência e a posição de seus membros dentro desta é preciso conhecer os fatores que influenciam os padrões de citação dos pesquisadores (BALDI, 1998).

Certamente, a análise da citação transformou-se numa ferramenta dominante da avaliação com aplicações em várias disciplinas, importante tanto para a vida acadêmica do pesquisador, como no exercício da avaliação de pesquisa das universidades. Além disso, uma análise da citação pode, igualmente, mostrar como o conhecimento está mudando ou se tornando obsoleto (TSAY, 2009).

O comportamento de citação dos cientistas inclui estratégias de manipulação que refletem um esforço para mencionar os trabalhos de pessoas respeitadas, isto é, incluir citações no intuito de chamar a atenção ou de ganhar o favor dos editores, árbitros, ou colegas (VINKLER, 1987).

Aspectos ligados ao sistema de recompensas foram revisitados por Merton em 1988, sob a faceta do que chamou de vantagem cumulativa, definido como o processo social que provoca a acumulação de oportunidades para a pesquisa científica, bem como de recompensas simbólicas e materiais a certos cientistas ou até mesmo das organizações em que estão engajados (MERTON, 1988). Assim, além das implicações nas carreiras individuais, Merton ressalta seu impacto favorável sobre a comunicação científica, quando esta passa a ganhar maior visibilidade nos casos em que cientistas mais proeminentes colaboram com outros de menor reconhecimento no campo. Por outro lado, esses processos influenciam a percepção e a utilização de determinados conjuntos de conhecimentos por serem diferentemente reconhecidos no campo científico. De forma individual, esse aspecto pode ser consequência de mecanismos cognitivos de seleção que seres humanos utilizam para poderem lidar com o crescente número de informações disponíveis.

Isto é, com o maior volume de publicações, existe uma tendência crescente de os leitores buscarem indicadores que orientem sua seleção por artigos, sendo um deles a reputação de autores.

Esta concentração, portanto, na busca por autores renomados seria um critério para essa seleção (MERTON, 1988). Mas para o mesmo autor é também decorrência de mecanismos sociais que criam condições para a incorporação ou não de trabalhos no corpo de conhecimento comum da ciência (MERTON, 1957, 1988).

O quadro 5.2 se incumbe de revelar determinados motivos e problemas existentes nas escolhas das referências, descritos por SEGLEN (1997a).

Quadro 5.2 - Motivos e Problemas na Seleção das Referências/Citações

Item	Motivos/Problemas
1.	O principal critério não é qualidade, mas a utilidade na investigação;
2.	Referência incompleta devido a limitações de espaço do periódico;
3.	Pobre conhecimento da literatura primária;
4.	A citação de fontes secundárias (por exemplo, comentários);
5.	Conhecimento estabelecido não é citado;
6.	Bajulação (citação de editores, revisores potenciais, etc.);
7.	Comunicações pessoais não são contabilizadas como citações;
8.	Convenções (métodos são citados; reagentes não são);
9.	Auto-citação;
10.	Citação in-house (amigos e colegas próximos).

Fonte: SEGLEN (1997a)

Os critérios utilizados pelos pesquisadores da área de Direito ao selecionar a literatura a ser citada em suas publicações são diversos. Alguns seguem critérios de excelência, independentemente se é um autor novo, mas se o trabalho tem qualidade e é sério, citam-no, sendo tal ato permeado pela excelência. Neste contexto, “se eu não leio um trabalho de um jovem autor, sinto que é uma demonstração de que minha pesquisa não se esgotou, que ela é parcial” (LÍDER 1 USP).

Ao mesmo tempo, um grande grupo busca dar crédito aos especialistas mais produtivos ou de excelência acadêmica. Também foram apontadas nos depoimentos a qualidade e aceitação do trabalho de um cientista, a influência intelectual e a descrição de sua linhagem intelectual. Por isto, as fontes são aquelas em que há identificação intelectual. Mesmo que por vezes isso seja “um indicativo da obsolescência de uma área” (LÍDER 1 UFPR).

Um dos líderes criticou o pequeno número de citações nas publicações:

não admito a omissão ao meu pensamento, pois sou um dos principais expositores da área no Brasil, não admito não ser citado, mesmo que criticado. Considero a citação tratada e elaborada com exame crítico um referencial de qualidade. Acho absurdo alguém escrever algo sem ter nada para citar ou referenciar, eu considero impossível tanta originalidade (LÍDER 1 USP).

Neste contexto, alguns preferem citar o autor que tem o raciocínio mais claro e mais simplificado. Este líder considera que “a comunidade jurídica do Brasil precisa passar por um aprendizado, incluindo citações longas no texto, pois as referências bibliográficas resumidas têm impedido o intercâmbio com outros países” (LÍDER 3 UFPR).

Ao mesmo tempo, há outro interlocutor que diz ter muitos critérios de citação, sendo o mais importante o recorte a partir da sua própria área, mas também não sendo uma regra pétrea: “as minhas referências primeiras são dentro do arco da minha área, tendo algumas canônicas que acabam sempre presentes, mas também, às vezes, um gosto pela polêmica faz com que eu cite também” (LÍDER 6 UFPR).

Na mesma linha, um dos líderes entrevistados usa todos os autores que trabalham determinada temática, às vezes sendo bastante eclético nesta escolha, até com autores que não compartilha do ponto de vista, pois busca levantar o problema sob vários enfoques. Assim sendo, “eu costumo dialogar com os autores, o que não é muito comum no Direito que procura brigar mais que dialogar” (LÍDER 6 UFSC).

Para o Líder 4 (UFPR), na sub-área da Filosofia do Direito, a crítica é aceitável e comum, enquanto no Direito em geral não é comum. A Filosofia do Direito dialoga, o Direito não. Quanto aos critérios de citação, alguns entrevistados disseram ser influenciados pela relevância do tema

que o autor aborda e o próprio argumento desenvolvido pelo autor. E o critério é esse, “leio sempre autores que publicaram nessas revistas da área, sendo a busca primeiro pela revista e depois pelo autor” (LÍDER 4 UFPR).

Continuando, algumas justificativas para os critérios de citação seguem a seguir: “cito as pessoas filiadas a um ponto de vista, a uma linha, os autores que reforçam o pensamento e critico aqueles que estão do lado oposto” (LÍDER 3 UFSC).

Eu uso o marco teórico que suporte o tema que estou abordando. Não constitui isso uma falácia da autoridade, pois eu não vou pegar esse grandão porque é importante, mas porque comunga aquele conhecimento (LÍDER 4 UFSC).

Estou desenvolvendo um diálogo entre o Direito e a Literatura. Como estava partindo de um discurso jurídico para um literário, eu fui buscar autores que trabalham com essa interdisciplinaridade, como o Saramago. Enfim, dou suporte aos autores mais importantes da área, que eu reputo, e que são autores que tem autoridade científica (LÍDER 7 UFPR).

Uso filtros de pesquisa bibliográficos, antes de citar os autores. Significa que eu faço pesquisas bibliográficas sobre quem está escrevendo sobre o que, que tipo de publicação é de melhor qualidade, que tipo de publicação é de pior qualidade. Eu uso muitas indicações de nota de rodapé, indo atrás dessas indicações e costumo fazer um filtro de qualidade, para ver se o que estou lendo merece ser citado ou não. Enfim, minha pesquisa bibliográfica busca se atentar ao estado da arte do debate, tenta buscar autores mais importantes (LÍDER 3 USP).

Por outro lado, outro interlocutor procura evitar uma linha dogmática ou positiva, usando uma linha mais crítica, que faça uma discussão que vai além do Direito: “uso elementos teóricos não só vinculados ao Direito, mas com a Antropologia e Filosofia, selecionando e me identificando com uma posição do autor” (LÍDER 1 UFSC).

Nessa mesma linha de argumentação, é importante não ficar restrito ao Direito, sendo preciso sair da racionalidade jurídica, porque assim se compreende mais os problemas

tecnicamente, tentando uma visão e abordagem transdisciplinar, segundo assegurou outro entrevistado. Para isto, usa como referencial, autores que trabalham com a teoria da sociedade do risco, como Ulrich Beck, tentando com essa teoria compreender os problemas ambientais, “pois o Direito Ambiental tem um enfoque difuso e o nó do problema é fazer com que os operadores jurídicos entendam que as questões ambientais são atuais e não são as mesmas de antigamente” (LÍDER 5 UFSC).

Por fim, algo intrigante e que destoa dos demais depoimentos, é que um dos líderes entrevistados diz seguir um critério inteiramente político-ideológico. Seu foco é saber se dado autor constrói o seu trabalho comprometido com a democracia do mundo, com a justiça e a igualdade. Por isso, os critérios que usa são políticos,

o momento é de luta de classes, de expressão de forças, luta de ideias para melhorar o país, buscando a igualdade social. Sou absolutamente crítico ao conservadorismo, ao Direito desigual, esse Direito que dirige a pobreza, construída pelo mundo jurídico na forma do Direito, como é o Direito Penal, que garante essa desigualdade (LÍDER 5 UFPR).

5.2.4 Citação é uma medida de qualidade⁷¹?

A citação é dada como uma medida de qualidade por diversos autores, como mostrado no primeiro capítulo. Neste aspecto, a opinião dos pesquisadores foi fundamental para contrapor-la à literatura. Por conta disto, são apresentados alguns relatos sobre a afirmação acima:

depende de quem está citando. Se você é citado por um autor respeitado que leu o seu trabalho e vai dialogar com ele, acho que isso é uma indicação de prestígio. Mas se você é citado por um autor que pegou o seu texto por ser o primeiro que achou no Google, eu não acho que isso seja indicação de nada, se for indicação, é de baixa qualidade. O que importa é quem está citando quem (LÍDER 3 USP).

⁷¹ Esta questão foi contemplada apenas nas últimas entrevistas, tendo sido incluída em virtude da necessidade de contrapor os dados empíricos com a literatura vigente.

De modo geral, os pesquisadores da área de Direito gostam muito de ser citados pelos juízes, pelos ministros do STF e STJ, como apontou o interlocutor. Os mais conhecidos ficam tentando influenciá-los, enviando a eles trabalhos que os pesquisadores escrevem e publicam. Afinal, se o nome deles aparecer nas decisões de um tribunal importante, vão se tornar pessoas mais prestigiadas, advogados mais conhecidos e procurados e, conseqüentemente, vão ganhar mais dinheiro.

Perguntado se, neste caso, são rascunhos de artigos ou livros que circulam neste meio informal, o entrevistado responde: “muito raramente os pesquisadores da área circulam rascunho entre si, só entre pessoas muito próximas” (LÍDER 3 USP).

Achado semelhante foi encontrado por Lea Velho, na área de Agronomia, mostrando que a troca de rascunhos não é uma prática comum entre seus pesquisadores, que não tem por hábito circulá-los antes que sejam submetidos à publicação. Contudo, algumas exceções foram observadas, mencionadas pelos entrevistados, as quais estavam restritas aos colegas da mesma instituição. A mesma autora acredita que a razão pela qual os pesquisadores não compartilham seus rascunhos pode ser explicado pelo fato destes publicarem, preferencialmente, em periódicos de suas próprias instituições, não fazendo sentido a circulação anterior que visaria um *feedback* para os autores modificarem e aperfeiçoarem os seus manuscritos antes de levá-los a público (VELHO, 1985). Este resultado contraria os achados de outros países, na maioria das áreas científicas, em que os rascunhos representam um meio eficiente e em franca expansão da comunicação informal (HAGSTROM, 1965).

Retomando a discussão sobre a citação como uma medida de qualidade, assim definida por diversos autores, um dos entrevistados concorda plenamente com a afirmação, pois para ele, “a citação tratada e elaborada com exame crítico é um referencial de qualidade. Mesmo criticando, não deixa de ter qualidade, porque às vezes se critica o método, um erro de cálculo, não a pesquisa em si, esta tem sua qualidade” (LÍDER 1 USP).

Olhando assim, COLE & COLE (1971) acreditam que um artigo, ao ser criticado por apresentar um erro, não significa que ele não tenha mérito, pois, embora errôneo, alguma importância ele tem ao provocar freqüentes críticas, o que pode ser visto como uma contribuição

significativa. Assim, esse artigo, ao ser criticado, naturalmente gera diversas citações, o que está estimulando outras pesquisas. Conseqüentemente, deve ser considerado o erro do artigo, mas também o seu significado. BALDI (1998) acrescenta que é indiferente o tipo de citação que se recebe, pois recebê-la é melhor do que não receber nenhuma. O autor argumenta que, mesmo "negativas", as citações são uma forma de crédito que legitima a própria contribuição.

Por outro lado, diversos críticos argumentavam que uma obra pode ser citada superficialmente, sem possuir uma real função no artigo citante, ou mesmo porque existe algum erro; neste caso, a citação seria um indicador falho da "qualidade" do trabalho dos pesquisadores (BALDI, 1998).

Por último, nas palavras de SEGLEN (1997a):

O uso de citações como medida de qualidade é fundado no pressuposto de que os autores selecionam suas referências com base na qualidade. No entanto, como pesquisadores práticos, sabemos que se referem, principalmente, a publicações que usamos em nosso próprio trabalho. O principal critério para a seleção de referência é, portanto, pura utilidade na investigação científica, em vez de qualidade (p. 1050).

5.2.5 Importância da citação. O significado dela nas publicações.

O simbolismo na comunicação científica por meio da prática de citações e referências registra publicamente a propriedade intelectual da fonte, acumulando reconhecimento às considerações emitidas por essa fonte. Como explicita SMALL (2004), em concordância com Merton: “quando cientistas concordam com o que constitui a literatura prévia relevante, o que é significante nessa literatura, eles estão de fato definindo as estruturas de suas comunidades” (p. 72).

Contudo, mais do que apêndices nos textos, as citações afirmam o entendimento comum dos autores com relação às bases sobre as quais serão atribuídos reconhecimento, direitos e recompensas, não desprovidas de subjetividade (CRONIN, 2004), já que envolvem a

reinterpretação e adaptação constante de conhecimentos no campo, a partir da representação dos autores daquele conhecimento interpretado (SMALL, 2004).

Assim sendo, citações, assim como referências, operam numa estrutura combinada de aspectos de ordem moral e cognitivos (MERTON, 1983, 1988). No que se refere aos aspectos cognitivos, a citação proporciona informação a respeito da linhagem do conhecimento (sobre o conhecimento anterior) e orienta os interessados com relação às fontes, para que possam ser verificadas ou utilizadas. No que tange à dimensão moral, citações designam débito intelectual e são responsáveis pela manutenção ou transformação de tradições intelectuais.

Em estudo sobre o tema, BALDI (1998) procurou avaliar o comportamento de citação e constatou que autores apresentam a tendência de referenciar outro trabalho com base em sua orientação teórica, assunto ou atualidade do conhecimento publicado em determinado trabalho. Seus resultados indicaram, ainda que de modo localizado, que a estratificação na ciência decorre não de razões ligadas a instrumentos retóricos de persuasão, em que citações são utilizadas por razões políticas em função da posição do autor citado na estrutura social da ciência, mas da atribuição do valor intelectual ou utilidade da contribuição exposta no conteúdo de seu trabalho, conforme o modelo normativo, baseado em sanções e recompensas, sugerido por Merton.

Para GARFIELD (1979) a análise de citações é ferramenta interpretativa que depende da apreciação daqueles que a utilizam. Na mesma linha, WOUTERS (1999) argumenta que a representação cientiométrica baseada em citações enfatiza propriedades formais das publicações, mas nada indicam sobre seu conteúdo. De maneira formal, citações revelam certa identificação cognitiva entre artigos citantes e citados (VAN RAAN, 1997), o que leva a crer que o ato de referenciar uma obra indique, mas não revele, a motivação do autor em utilizá-la em favor das ideias que está produzindo.

Sobre os diversos usos das citações, um depoimento muito esclarecedor e baseado em sua experiência na academia vem de uma entrevista de VELHO (2008):

Com base nas citações, o pesquisador ia traçando sua rede. Mas, rapidamente, percebeu-se que podia ser usado para avaliação. Aí começaram a brincar com certos conceitos e a achar que os mais citados têm mais qualidade. Isso é muito questionado. As razões pelas

quais a pessoa cita ou não um artigo são totalmente desconhecidas. Não existe uma teoria de citação. A gente não sabe muito bem o que leva um pesquisador a citar ou deixar de citar um artigo. Pela minha experiência, sei que o que prolifera é a citação de segunda mão (p. 2).

Para os pesquisadores da área do Direito a citação nas suas produções científicas tem diversos significados. Para alguns, citar significa contextualizar o debate, o problema, o tema. É uma forma de evidenciar, para o leitor, que estudou aquele assunto com as pessoas mais qualificadas que dele tratam. Isto é, “que não deixei nada de importante daquele debate de fora, é isso que entendo ser o papel da citação” (LÍDER 3 USP).

Para muitos, citar é um respeito ao leitor, concordância ou discordância, às vezes para referendar o pensamento, que corrobora, que dá intensidade à idéia. É apontar o autor com o qual concorda, o autor que serve de base e que é o pressuposto da análise. Além disto, “é oferecer ao leitor outros indicativos de quem está tratando do tema, sempre buscando os dois lados (de quem concorda e de quem discorda), pois há sempre um diálogo” (LÍDER 3 UFSC); “é vinculação da produção científica na área, inserir o ponto de vista de outros estudiosos” (LÍDER 5 UFPR); “é mostrar a fonte bibliográfica que dá qualidade ao trabalho científico, pois sem fonte não tem cientificidade”. (LÍDER 5 UFSC)

O relato abaixo resume o que foi exposto acima:

eu tenho para mim que produzir conhecimento é antes de tudo prestar contas das pesquisas que realiza, e para prestar contas a presença das citações revela as suas fontes. É a explicitação do percurso da pesquisa, em primeiro lugar. Claro que, em segundo lugar, a citação tem uma função importante, senão maior, que é dar suporte à argumentação. Costumo ter dois planos, um é o texto e o outro é o contexto. É neste que presto contas ao leitor por meio das citações (LÍDER 7 UFPR).

Além disto, existe a questão da propriedade intelectual, pois ao usar um autor em seus trabalhos, é preciso necessariamente citá-lo, para evitar a apropriação indevida de ideia alheia. Ao mesmo tempo, citar é uma forma de veicular os autores referenciais e canônicos, mostrando,

de certa maneira, de onde se está falando. Por isto, ao citar certos manuais, os autores demonstram a relação que têm com tal material. Ao contrário, citando a produção canônica ou uma escola influente, o autor estará usando outro referencial.

A História do Direito tem várias escolas, por isso tem um pertencimento a uma determinada linha que você demarca e, sobretudo, tem o critério de mérito, isto é, citar aquele que na área tem de ser citado, isto é, naquela discussão precisa ser citado (LÍDER 6 UFPR).

Neste contexto, a citação vem para fortalecer os argumentos, pois não se fala sozinho e não se constrói qualquer saber sozinho. No entanto, não é o que a metodologia chama de argumento de autoridade, mas a busca de autores teóricos dentro do marco escolhido, para que esse conjunto de autores ajude a comprovar a hipótese de trabalho. Não é, portanto, uma busca isolada sem nexos. Há o objetivo de fortalecer o argumento dentro da proposta de pesquisa. Na realidade, o Direito impõe regras de conduta:

Citação direta ou indireta é buscar autores que não necessariamente tenham a mesma linha de pensamento, mas que caminham dentro de uma proposta que busca argumentos que ajudem a comprovar a sua hipótese. É afirmar uma posição que vai além daquela da norma positivada, uma outra leitura (LÍDER 1 UFSC).

Contudo, por muitas vezes, as citações são usadas para serem refutadas ou para mostrar elementos centrais dentro do texto, pois um bom trabalho acadêmico tem de ter suas fontes e citar. A ciência é um debate, argumentos são oferecidos à espera da crítica que deveria sempre vir.

Por outro lado, “a citação, muitas vezes, tem um aspecto estilístico, mas fundamentalmente uso-a para argumentação, para destacar os pontos centrais dentro do tema que estou trabalhando” (LÍDER 6 UFSC).

No entanto, existem contestações diversas do ato de simplesmente “citar por citar” – citar excessivamente com o intuito de se valorizar e simular. Fala-se de uma síndrome da citação a qualquer título. Contudo, as citações devem ser oportunas. Citar bem é um exemplo de rigor metodológico, é um exemplo de honestidade intelectual e dizer ao leitor sobre determinadas obras, caso queira se aprofundar no tema. Enfim, “a citação é uma forma de difundir a doutrina brasileira, é importante, entre os colegas, pois vai afirmando uma doutrina, uma área de cientificidade, mas para isto é importante a coerência, a qualidade e a seriedade” (LÍDER 1 USP).

Em suma, este estudo buscou vislumbrar ângulos peculiares do processo de produção de conhecimentos na área de Direito, analisando, neste capítulo, os canais de comunicação mais buscados e o público alvo, assim como observando a importância que esta comunidade científica dá para a divulgação de seus resultados de pesquisa. Da mesma forma, a compreensão da relevância das práticas de citação e referência a outros textos no processo de produção científica da área foi importante no intuito de entender para que os autores selecionam determinadas citações.

Desta forma, os resultados demonstram que a importância que os pesquisadores depositam na divulgação de seus resultados tem relação com a preocupação dos mesmos em mostrar resultados novos para a academia, assim como buscar a aceitação e o reconhecimento dos seus pares para suas pesquisas.

O público alvo principal ou a audiência que os pesquisadores buscam alcançar são os pesquisadores do Direito, e os demais interessados na temática desenvolvida na área. Para tanto, os meios de divulgação utilizados para publicar as pesquisas e os canais mais eficientes para atingir tal audiência são, predominantemente, os livros. A preferência ou a maior frequência de publicação de livros é uma característica própria da área e também um perfil dos próprios pesquisadores do Direito.

Apesar dos periódicos estarem em fase de consolidação na área, seus pesquisadores, ao optarem por este meio de divulgação, buscam dar preferência aos periódicos nacionais em detrimento dos internacionais em virtude da dificuldade que têm em escrever em uma língua estrangeira. Além disto, a tendência em publicar em periódicos editados pela própria instituição,

observada por este estudo, se deve ao interesse dos pesquisadores em divulgar localmente e dialogar com seus pares também locais.

No tocante aos critérios de citação, os pesquisadores da área seguem a linha de pesquisa e o argumento desenvolvidos pelo autor, muitas vezes predominando as referências canônicas. A maioria dos pesquisadores concordou com a afirmação de que a citação é uma medida de qualidade do trabalho referenciado e esta tem como função contextualizar o debate, o problema, o tema, referendando o autor.

Por fim, no próximo capítulo são retomados os diferentes elementos gerados nos 5 capítulos anteriores, apresentando os principais resultados, acompanhados de conclusões e implicações para a política de avaliação da pesquisa e para o sistema de pós-graduação.

6. CONCLUSÕES E PERSPECTIVAS

Neste Capítulo, os principais resultados deste estudo são apresentados, acompanhados de suas conclusões e implicações políticas, retomando os diferentes elementos gerados nos capítulos anteriores, com vistas a trazer interpretações dos fatos observados, estabelecendo os critérios de comprovação, na tentativa de extrair informações úteis para os pesquisadores da área e os órgãos de fomento, responsáveis por avaliar e direcionar os limitados recursos públicos para a pesquisa, nas diversas disciplinas no Brasil.

A proposta do estudo de caso do Direito brasileiro requereu a investigação, caracterização e tentativa de compreender o processo mediante o qual a disciplina surgiu e se desenvolveu no Brasil. Contudo, não foi objetivo deste trabalho fazer uma exposição exaustiva de fatos históricos, mas apenas a reconstrução analítica de alguns momentos significativos da evolução e constituição da disciplina no país, trazendo elementos importantes de reflexão que poderiam auxiliar na compreensão das práticas de pesquisa na área.

A primeira parte deste trabalho envolveu uma sistematização da literatura relevante disponível, exigindo o entendimento de uma gama de estudos existentes relacionados às questões que nortearam este trabalho. Desta forma, tratou dos indicadores bibliométricos/cienciométricos para tomada de decisão em C&T; apontando para seus limites; fazendo emergir a questão das análises de citação na avaliação do trabalho científico; a origem do fator de impacto e sua utilização na análise dos periódicos indexados nas diversas bases de dados; e como se dá esta indexação; as estratégias para estabelecer um sistema de indicadores científicos no país, levando em conta a preocupação em formar o potencial teórico e prático para dar conta da necessidade de quantificação da ciência; e por fim, as especificidades das diversas áreas do conhecimento, ressaltando a necessidade de critérios de avaliação diferentes, levando em conta as características e o modo de produção científica de cada uma destas áreas.

A segunda parte envolveu o estudo específico da área do Direito no Brasil, foco da tese, em seus mais distintos aspectos, não apenas de sua estruturação e consolidação como área acadêmica no País, mas também quanto aos processos de avaliação das atividades de pesquisa realizadas nesta área.

A terceira parte, que envolveu a pesquisa empírica, exigiu o levantamento dos dados quantitativos sobre a produção científica dos pesquisadores brasileiros da área de Direito em conjunto com as entrevistas. Estes recursos metodológicos combinados trouxeram, por meio de seus pontos fortes, quantidade de informações e qualidade de dados que não poderiam ter sido alcançados com apenas um tipo de procedimento – qualitativo ou quantitativo.

6.1 PRINCIPAIS RESULTADOS

A seguir, de maneira sucinta, são arrolados os principais resultados obtidos pelo estudo:

a) A escolha da área, linha ou tema de pesquisa se dá, segundo os entrevistados, principalmente, por interesse pessoal e vocação profissional pela docência, também para dar continuidade aos estudos iniciados na graduação, mas prevalecendo as razões profissionais sobre as acadêmicas.

A predominância de motivações profissionais para escolha da área se deve à peculiar e completa confusão entre prática profissional e pesquisa acadêmica observada no ensino jurídico. Tal confusão se manifesta, fundamentalmente, na transmissão dos resultados das práticas jurídicas de advogados, procuradores, promotores e juízes e não em uma produção acadêmica desenvolvida com critérios de pesquisa científica, como apontou o estudo desenvolvido por NOBRE (2002) e foi confirmado pelos depoimentos deste estudo.

b) A institucionalização dos grupos de pesquisa e o aumento do número de grupos constatado no caso estudado, na última década, deve ser creditado à intensificação do sistema de avaliação da pós-graduação, que passou a usar critérios acadêmicos mais rígidos, entre os quais a valorização da organização dos programas de PG em linhas e grupos de pesquisa.

Não se pode esquecer que a intensificação do sistema de avaliação veio acompanhada da alocação preferencial de recursos para projetos em grupo, o que promoveu um movimento, por parte dos núcleos de pesquisa consolidados ou emergentes, na busca por parceiros. Isto resultou, muitas vezes, na formação de grupos “artificiais”, que acabam se desfazendo após a execução dos projetos, por estarem reunidos mais pela conveniência do que pela afinidade temática, conforme argumenta MOCELIN (2009). De fato, o estudo também encontrou que essa reunião de

pesquisadores em torno de projetos tende a originar grupos de pesquisa, muitas vezes chamados de “guarda chuvas”, apenas “de fachada”, como lembrou um dos líderes entrevistado da área, para atrair recursos e atender às regras e aos critérios de qualidade exigidos pela CAPES no intuito de renovar e fortalecer a pesquisa acadêmica da área. Por outro lado, não se pode esquecer que, em muitos casos, tal iniciativa também pode ter promovido a elaboração de projetos mais amplos e relevantes, proporcionando a consolidação de grupos de pesquisa.

c) A publicação em coautoria é minoritária na área, que tem uma tradição de pesquisa individual.

Este comportamento se deve ao fato de não haver o hábito dos pesquisadores desta área de trabalhar em grupo. Tem-se argumentado que o imaginário da pesquisa em Direito ainda remete à idéia do doutrinador “perdido” em sua biblioteca, imerso em um mar de livros, a construir uma opinião abalizada sobre os fatos e a norma. Esse imaginário contribuiu profundamente para afastar a lógica coletiva e o trabalho empírico da pesquisa jurídica (FRAGALE FILHO & VERONESE, 2004). De fato, alguns entrevistados confirmaram essa ideia. Entretanto, afirmaram também que, ainda que por pressão das agências financiadoras de pesquisa, esta prática está mudando.

d) Estudantes de mestrado e doutorado na área tendem a publicar individualmente e não em coautoria com seus orientadores, prática bastante comum em várias áreas do conhecimento e estimulada pelos critérios de avaliação da CAPES. Isso se deve, segundo os entrevistados, à natureza da pesquisa em Direito, que é, predominantemente, bibliográfica. Neste caso, alegaram os entrevistados, que nem sempre é muito simples cooperar.

De fato, a predominância da pesquisa bibliográfica nesta área já havia sido apontada por BASTOS (1991), que acredita que as faculdades de Direito funcionam como centros de produção de conhecimento jurídico. Para o autor, esta razão, somada ao despreparo metodológico dos docentes, explica porque a pesquisa jurídica nas faculdades de Direito, na graduação e na Pós-Graduação, é exclusivamente bibliográfica — como exclusivamente bibliográfica e legalista é a jurisprudência dos próprios tribunais, visto que os juízes mais citam a doutrina consagrada que a sua própria jurisprudência, e os professores, por sua vez, mais falam de sua prática forense do que das doutrinas e da jurisprudência dos tribunais.

Contudo, como já dito, a prática de pesquisa colaborativa vem sendo incentivada pela CAPES para os programas de pós-graduação da área com base em algumas metas, destacando-se uma maior integração das pesquisas entre docentes e discentes, com o objetivo de estimular a produção coletiva de conhecimento e a produção bibliográfica conjunta.

e) Existe, segundo os entrevistados, colaboração com autores estrangeiros, mas isto não se traduz em publicação em coautoria, razão pela qual não se detecta esta colaboração nos dados quantitativos de produção científica. Essa colaboração internacional que não deixa traços na produção é, segundo os entrevistados, uma especificidade da produção no Direito, que é bastante bibliográfica e teórica. Ao mesmo tempo, isso está relacionado às pesquisas que abordam, sobretudo, temas locais e, portanto, sem interesse para publicação com estrangeiros.

Vale lembrar a influência de outra linha mestra da CAPES que é o incentivo à cooperação e à solidariedade interinstitucional, não se limitando ao universo brasileiro. Sob este tipo de incentivo da CAPES, é possível que, no médio prazo, a colaboração internacional se intensifique e fique registrada na forma de coautoria.

f) Quando as colaborações se manifestam em publicações conjuntas, a prática da área é dar destaque ao autor mais importante, colocando seu nome em primeiro lugar. Assim, é o líder, o autor principal ou o mais importante autor quem encabeça as publicações.

Observa-se que a área segue o terceiro padrão definido por ZUCKERMAN (1968) para a ordem dos nomes, que busca dar visibilidade privilegiada para o primeiro autor, no intuito de atrair leitores e, muitas vezes, por exigência das editoras. Contudo, entre as diferentes disciplinas há padrões distintos em uso, dependendo do campo científico, a idade e a eminência dos autores envolvidos.

g) A importância que os pesquisadores depositam na divulgação de seus resultados tem relação com a preocupação em mostrar resultados novos para a comunidade acadêmica nacional e internacional, assim como buscar a aceitação do trabalho de pesquisa e o reconhecimento dos pares para legitimar o trabalho científico.

Nesse contexto, outra preocupação é o desejo de socializar o conhecimento, trazendo os enfoques atuais. Vale ressaltar que a exigência das IES e dos órgãos de fomento para publicar também foi apontada pelos entrevistados como estímulo para a publicação.

h) O público alvo principal ou a audiência que os pesquisadores pretendem alcançar são os pesquisadores do Direito, além dos seus operadores, como juízes, promotores, doutrinadores e pessoas com cargos públicos interessados na temática desenvolvida na área.

Observa-se que os pesquisadores desta área aproximam-se daqueles das demais Ciências Sociais em termos de comunicação com seus pares, mas diferem destes por publicarem em menor proporção para o público leigo, apesar de suas temáticas afetarem o seu contorno social, levando-os a publicar mais local e nacionalmente. Isto se deve ao fato de que usam uma linguagem fechada (um “juridiquês”), e as pesquisas tendem a ser predominantemente dirigidas ao meio jurídico. Segundo alguns, esta área científica está se distanciando do público leigo, pois poucos condescendem em explicá-la numa linguagem simples e compreensível ao meio externo ao acadêmico da área e aos operadores de Direito. Entretanto, segundo BRISOLLA (2011) poucos pesquisadores das ciências humanas e sociais escrevem para leigos, existindo também o “economês” e o “sociologês”.

i) Os meios de divulgação utilizados para publicar as pesquisas são, predominantemente, os livros, que se mostram mais eficientes para a maioria, seguidos pela divulgação de trabalhos em eventos nacionais e internacionais e, por último, pela publicação de artigos em periódicos preferencialmente nacionais.

Os livros sempre ocuparam um espaço nobre como elemento de comunicação, contudo são mais utilizados pelos pesquisadores quando o objeto da pesquisa busca o resgate histórico, retrospectivo e mais abrangente, como é o caso das Ciências Humanas e Sociais. Ainda, nestas, uma boa parte das teses habitualmente passa a ser transformada em livro depois de concluída a pesquisa (NASCIMENTO, 2005).

Neste aspecto a área do Direito se assemelha à Antropologia, por exemplo, que gera uma literatura, basicamente discursiva, com as descobertas sendo descritas com minúcias e detalhes, o que implica uma maneira de comunicação, predominantemente sob a forma de livro (NASCIMENTO, 2005).

Outro ponto observado pelo estudo empírico é a grande quantidade de manuais produzidos, que se inserem na categoria livro, que são favorecidos pelo fato das faculdades estudarem com frequência as legislações e por existir um grande mercado editorial incentivando a sua

elaboração. Além destes, os ensaios, em forma de compilação de capítulos, escritos por vários autores de diversas especialidades, são representativos na área.

j) A decisão sobre onde publicar os artigos tem sido feita com base no Qualis, com mais frequência em periódicos classificados como Nacional e Local A, atentando para os periódicos melhor cotados por este sistema. No quesito livros, a busca se dá em direção às editoras mais respeitadas, de confiança, com boa tiragem e capacidade de distribuição, e, em alguns casos, pela afinidade de propósitos.

k) Os canais ou veículos de comunicação considerados como mais eficientes para atingir a audiência ou grupo de referência foram, em primeiro lugar, os livros, capítulos de livros ou coletâneas, seguidos dos anais de eventos técnico-científicos regionais, nacionais e internacionais. Em menor proporção, apareceram os artigos científicos, assim como os artigos não acadêmicos, que se prestam mais à divulgação cotidiana.

l) A maior frequência de publicação em periódicos nacionais em detrimento dos internacionais ocorre pela dificuldade que os pesquisadores da área têm em escrever em uma língua estrangeira, havendo uma barreira lingüística. Outro fator é a demora na publicação dos artigos no exterior, assim como por não acreditarem ser importante para suas carreiras ou vida acadêmica. Ao mesmo tempo, se justifica a preferência pela questão da temática ser circunscrita, tratando de decisões de um tribunal, que afetam estritamente o país. Em resumo, o estudo demonstra que a maior parte dos materiais foi publicada no país e no idioma do docente.

A escolha de publicações em língua nacional e o caráter menos internacional e mais local da área estudada têm contribuído para a dispersão de suas publicações e para a regionalização da disseminação destas pelos pesquisadores.

m) A tendência em publicar em periódicos editados pela própria instituição (*in-house*) se deve ao interesse dos pesquisadores em divulgar localmente e dialogar com seus pares também locais. Outro aspecto é o estrangulamento dos meios de acessibilidade, e ser mais fácil e rápida a sua divulgação. Por outro lado, existe a questão da sobrevivência da própria revista, sendo uma saída para a pós-graduação divulgar suas produções, razões institucionais estas que passam a promover a revista.

Neste aspecto, sugere-se como cabível a mudança, pela área, deste padrão doméstico de publicação, no intuito de renovar e fortalecer a pesquisa acadêmica e de crescer com a manutenção dos critérios de qualidade exigidos pela CAPES. Dentre os critérios destaca-se o estímulo aos programas de pós-graduação *stricto sensu* em valorizar iniciativas conjuntas dos programas, na busca da cooperação e solidariedade interinstitucionais entre os programas avaliados, o que certamente influenciará neste padrão de publicação endógena e localista da área.

n) A preferência ou a maior frequência de publicação de livros é uma característica própria da área e também um perfil dos próprios pesquisadores do Direito. A falta de consolidação dos periódicos se deve à cultura dos livros e do manuseio dos códigos.

O estudo empírico, ao demonstrar ser a escolha pelo livro uma característica da área e dos pesquisadores, aponta para uma reação coletiva afetada por diversas pressões, baseadas nas práticas instituídas da comunidade científica, determinadas por sua história e suas normas sociais e fortemente influenciadas por uma memória coletiva (MEADOWS, 1999).

o) A escolha de textos de referência para informar a pesquisa a ser feita ou em execução depende do tema em pauta no momento. Algumas subáreas do Direito buscam um equilíbrio entre periódicos científicos nacionais e internacionais, com o intuito de acompanhar a evolução dos grandes temas contemporâneos.

A escolha pela leitura mais frequente depende da pesquisa que os profissionais estão desenvolvendo no momento. Algumas subáreas do Direito buscam um equilíbrio entre periódicos científicos nacionais e internacionais, com o intuito de acompanhar a evolução dos grandes temas contemporâneos.

p) Ao escolher as fontes para citação em suas produções científicas a maioria dos líderes disse ser influenciada, nesta decisão, primeiramente pelo autor e, em segundo, pelo tema e assunto abordados e, por último, pela origem (canal de comunicação empregado) das publicações que usa como referencial teórico.

Algumas explicações possíveis para esses achados foram discutidas e, embora elas não sejam exaustivas e definitivas, constituem um avanço considerável. Um importante aspecto ressaltado por tais explicações é que a decisão dos pesquisadores sobre a literatura científica que

vão citar é influenciada por fatores que são, por vezes, de natureza cognitiva e típicos do domínio da própria ciência. Quanto aos primeiros, pode-se citar a vantagem cumulativa (MERTON, 1988), que provoca a acumulação de oportunidades para a pesquisa científica, bem como de recompensas simbólicas e materiais a certos cientistas, implicando em suas carreiras individuais. Por outro lado, esses processos influenciam a percepção e a utilização de determinados conjuntos de conhecimentos, por serem diferentemente reconhecidos no campo científico. Esse aspecto pode orientar a busca e concentração de suas fontes pela reputação de autores, por exemplo, como foi encontrado neste estudo.

q) Os critérios de citação seguem a linha de pesquisa e o argumento desenvolvidos pelo autor, muitas vezes predominando as referências canônicas, visando dar crédito aos especialistas mais produtivos ou de excelência acadêmica. Alguns, porém, minoritariamente, procuram evitar uma linha dogmática ou positiva, mas tentam usar uma linha mais crítica, saindo da racionalidade jurídica e tentando uma visão e abordagem transdisciplinares.

A prática de citação dos cientistas inclui estratégias de manipulação que refletem um esforço para mencionar os trabalhos de pessoas respeitadas (VINKLER, 1987). Neste sentido, há um esforço mínimo na busca por nova literatura pelos pesquisadores, pois tendem a citar trabalhos de pesquisa que eles já conhecem, algo muito comum na área de Direito. Nessas circunstâncias, a revisão bibliográfica não é mais do que um procedimento acadêmico, parte de um ritual baseado nas normas da erudição, segundo tem sido também encontrado em outras áreas do conhecimento (VELHO, 1986^a).

r) A maioria dos pesquisadores concordou que a citação é uma medida de qualidade do trabalho referenciado.

Sobre este aspecto é notório que a área tende a usar as citações em seus trabalhos mais pela sua utilidade.

s) A citação/referência nas produções científicas dos pesquisadores da área tem como função contextualizar o debate, o problema, o tema, para referendar o pensamento e o autor. A citação serve de base, dando suporte à argumentação. Ao mesmo tempo, citar é uma forma de veicular os autores referenciais e canônicos, para fortalecer os argumentos, que ajudem a

comprovar a sua hipótese. Enfim, a citação é uma forma de difundir a norma jurídica brasileira; é importante, entre os colegas, pois vai afirmando uma doutrina, uma área de cientificidade.

Neste aspecto, poder-se-ia dizer que os padrões de citação da área estão mais fortemente ligados à localização geográfica, por estarem intimamente relacionados com a legislação de cada país. As motivações para citar, portanto, parecem ser muito peculiares para a área de Direito. Por esta razão e outras apontadas por este estudo, comparações entre as disciplinas nem sempre são úteis e exigem muita cautela quando feitas.

6.2 IMPLICAÇÕES PARA A POLÍTICA DE AVALIAÇÃO DA PESQUISA E PARA O SISTEMA DE PÓS-GRADUAÇÃO.

Este estudo não teve por objetivo propor uma reorganização da comunidade científica na área de Direito, pois a reestruturação de uma instituição de pesquisa não é tarefa fácil, nem corriqueira e muito menos se presta como objetivo de uma tese de doutorado. Contudo, os resultados encontrados neste estudo podem trazer ensinamentos sugestivos para toda uma linha de pesquisa, para outras áreas e ser úteis para apontar alguns caminhos específicos, os quais são sugeridos na sequência.

Os formuladores de políticas muitas vezes desconhecem os problemas na utilização das bases de dados de publicações científicas – o viés da língua, a diferença nos padrões de citação entre as disciplinas, a falta de cobertura de certos assuntos, a necessidade de limpeza bibliográfica, os padrões de auto-citação dos autores, etc (STEELE *et al.* 2006). Para os mesmos autores, o objetivo das bases compiladas pela Thompson é prover o acesso aos mais importantes e influentes periódicos científicos; no entanto, existem muitas áreas em que importantes periódicos não são cobertos, assim como muitas áreas estão subrepresentadas em termos de cobertura. Além disto, em muitas disciplinas das Ciências Humanas e Sociais, os periódicos não são o principal canal de comunicação. Neste contexto, a avaliação da excelência da pesquisa pelos livros, uma questão-chave nas Ciências Humanas, tem sido um tema negligenciado. Muitos livros têm alto impacto e, portanto, nos termos da análise bibliométrica não devem ser ignorados.

Os resultados desta pesquisa permitem que se recomende que o Brasil construa um sistema de avaliação científica, construída sobre bases locais, que forneçam indicadores legítimos para a área sob análise e que sejam compatíveis com as práticas das áreas de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas. Nessas, por exemplo, é importante que se reconheça a diversidade e a natureza do conhecimento, as características da produção bibliográfica e o contexto dessa produção. Ademais, é preciso incluir análises a respeito das motivações dos pesquisadores para publicar no seu próprio país ou não, e a pertinência da escolha dos canais de comunicação e da sua forma de produzir conhecimento.

Em outras palavras, para garantir uma avaliação judiciosa é necessário que se considerem as especificidades da cultura científica em cada área e as idiossincrasias de seus pesquisadores. Afinal, não se pode considerar a produção da área desprovida de qualidade, pelo simples fato de não estar indexada nas principais bases de dados internacionais ou por não poder ser enquadrada em uma classificação com base no QUALIS ou JCR da Thompson. Se fossem guiadas por estas últimas, a área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas perderia 78% de sua visibilidade neste processo, uma vez que tais instrumentos abrangem, em muitas áreas do conhecimento, apenas publicações periódicas (SILVA *et al.*, 2003).

Por outro lado, a pesquisa jurídica ainda não se habituou à lógica do sistema nacional de pós-graduação e continua sofrendo uma tensão central dentro dos programas e das universidades, que é a dicotomia entre formação profissional e produção científica. Esta tensão se deve ao contexto histórico da formação dos primeiros cursos jurídicos criados no país que se destinavam a responder aos interesses e prioridades burocráticas do Estado, não tendo como finalidade básica a formação de pesquisadores. Não obstante, para FRAGALE FILHO & VERONESE (2004) não se trata de rejeitar o mundo judicial e sustentar que a academia é um *locus* que não comporta a presença de práticos, mas, sim, sedimentar um diálogo entre a reflexão e a prática a partir dos parâmetros estabelecidos pelo mundo acadêmico, ou seja, compreender o mundo prático a partir de um olhar científico.

Uma forma pela qual o CNPq poderia melhorar a comunicação entre as diferentes instituições seria incentivá-las a trabalhar em projetos conjuntos de pesquisa e estimular os intercâmbios de curto prazo de pessoal entre elas. A agência já tem um programa de professor

visitante, embora este, geralmente, seja usado para financiar viagens de pesquisadores estrangeiros para o Brasil. Este estímulo precisa ocorrer para aumentar a interação entre os pesquisadores do próprio país, algo pouco comum na área de Direito. Além disso, a expansão de oportunidades de treinamento, de longo prazo, em diversos países avançados, também é uma forma de melhorar o aspecto colaborativo entre os pesquisadores, tendo em vista a oportunidade de geração de vínculos com orientadores e possibilidade de publicação conjunta, assim como, estimular as pesquisas com base em uma variedade maior de problemas e métodos.

O papel dos periódicos na área de Direito é menos proeminente na comunicação dos resultados de pesquisa que de muitas outras áreas das Ciências Naturais e Humanas (MOED *et al.*, 2002). O Direito brasileiro segue o mesmo modelo, no entanto a CAPES pode contribuir incentivando mudanças no que tange à reestruturação do Qualis de periódicos, tendo em vista a produção marginal neste meio - e quando existente, de qualidade duvidosa - e a inexistência, até há pouco tempo, da prática de avaliação por pares no processo de publicação, como ocorre nas demais áreas de Humanidades. Este incentivo deve ser intensificado com o objetivo primordial de criar uma mudança de mentalidade dos docentes e discentes na busca de padrões de excelência pelos periódicos da área e superar o “relativo atraso” em pesquisa da área que pode ser explicado pelo seu isolamento em relação às demais disciplinas e a confusão entre prática, teoria e ensino jurídicos, já mencionados anteriormente. Este isolamento fez com que a área deixasse de acompanhar, de forma integral, os avanços da pesquisa acadêmica praticada no país, sendo, por isto, chamada por muitos como uma ciência escolástica, refratária ou simplesmente uma ciência pré-paradigmática, nos termos cunhados por Kuhn.

Por outro lado, mesmo que a área do Direito (e suas áreas correlatas) venha paulatinamente indicando um caminho para atingir estes padrões de excelência e superar seu relativo atraso, não se pode negligenciar a necessidade de adequação dos instrumentos de avaliação em conformidade com o seu campo científico, com a natureza de suas pesquisas, com seu contexto e sua nacionalidade. Afinal, não se deve esquecer que tais comunidades podem ter muito a acrescentar ao debate da aplicabilidade de métodos equânimes na medição da produção científica brasileira face aos outros campos científicos, sem, com isto, ferir a autonomia da ciência (NASCIMENTO, 2005).

Diante disso, parece urgente desenvolver novos estudos que tenham como foco ampliar o entendimento sobre a maneira em que circula a comunicação científica nas demais áreas da ciência para buscar ponderações pertinentes não só ao Direito, mas às Ciências Humanas e Sociais em geral. Por outro lado, verificar se as regras para as Ciências Exatas são mais convenientes também para a circulação do conhecimento em Ciências Humanas e Sociais, como se convencionou? Com isto, tentar apontar caminhos para uma melhoria da *performance* dos pesquisadores da área e dos demais humanistas diante dos padrões de avaliação de produção da ciência.

Além disso, urge fazer um mapeamento temático⁷², para entender os principais problemas de pesquisa desenvolvidos pela área de Direito. Desta forma, poder-se-á classificar a natureza (aplicada ou básica) das pesquisas da área, explorando os critérios considerados pelos pesquisadores para selecionar os seus problemas de pesquisa. Outro fator importante a ser aprofundado é identificar se os líderes de grupos publicam na temática circunscrita à sua liderança formal de grupo do CNPq ou em temas diversos, não ficando limitados a um tema somente. Através do mapeamento temático será possível também vislumbrar o potencial de interdisciplinaridade da área, assim como, verificar em que medida a sua produção científica está orientada e vinculada à sociedade, com o seu cotidiano.

Enfim, este trabalho, por mais exploratório que buscasse ser, não encontrou espaço para o estabelecimento de indicadores consolidados, mas sim remeteu a algumas reflexões e perspectivas aqui delineadas, que só podem avançar com os esforços contínuos dos estudiosos da área e com a quebra do isolamento destes em relação às demais disciplinas. De certa forma, este estudo se incumbiu de sugerir, de maneira efetiva, caminhos para outros que poderão vir a completá-lo, revelando os rumos que os estudos dentro desta área vêm tomando.

⁷² Inclusive esta foi uma proposição da banca de qualificação, contudo, este estudo, julgou ser uma oportunidade de pesquisa futura diante das inúmeras descobertas e abordagens que elaborou, enfrentando um campo complexo e de difícil acesso para estudos empíricos, pela precária cultura de trabalhos desta natureza.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABT, H. A. (1992) Publication practices in various sciences, *Scientometrics*, Volume 24, Number 3, pp. 441-447, July.
- ADORNO, Sérgio (1988) *Os aprendizes do Poder – O Bacharelismo Liberal na Política Brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- AHMED, Tanzila *et al.* (2004) Highly cited old papers and the reasons why they continue to be cited. Part II. *Scientometrics*, Vol. 61, No. 2, pp. 147-156.
- AKSNES, Dag W. (2003) Characteristics of highly cited papers. *Research Evaluation*, volume 12, number 3, December, pp. 159–170.
- ALMEIDA Jr. A. *et al.* (2005) Parecer CFE no 977/65, aprovado em 3 dez. 1965. *Revista Brasileira de Educação*, Set /Out /Nov /Dez, Nº 30.
- ALVARENGA, Lúcia (1998) Bibliometria e arqueologia do saber de Michel Foucault – traços de identidade teórico-metodológica. *Ciência da Informação*, Brasília, vol. 27, nº 3, pp. 253-261.
- ARCHAMBAULT, Éric & GAGNÉ, Étienne Vignola (2004) *The use of Bibliometrics in the Social Sciences and Humanities*. Science-Metrix Final Report. Prepared for the Social Sciences and Humanities Research Council of Canada (SSHRC).
- AVKIRAN, N. K. (1997) Scientific Collaboration in Finance does not lead to better Quality Research. *Scientometrics*, vol. 39, nº 2, pp. 173-184.
- BABCHUK, N., KEITH, B., & PETERS, G. (1999) Collaboration in sociology and other scientific disciplines: A Comparative Trend Analysis of Scholarship in the Social, Physical, and Mathematical Sciences. *The American Sociologist*, vol. 30, nº 3, pp. 5–21.
- BALBACHEVSKY, E. (2005) A pós-graduação no Brasil: novos desafios para uma política bem sucedida. In: BROCK, Colin; SCHWARTZMAN, S. *Os desafios da educação no Brasil*.

Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2005. pp. 275-304. Disponível em: <<http://www.schwartzman.org.br/simon/desafios/9posgrado.pdf>>.

BALDI, S. (1998) Normative versus social constructivist processes in the allocation of citations: a network-analytic model. *American Sociological Review*, vol. 63, nº 6, pp. 829-846.

BARBIERI, J. C. O (1993) Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. In: Schwartzman, S. *Ciência e tecnologia no Brasil: uma nova política para um mundo global*. Brasília: FGV e MCT, 1993.

BARDIN, Laurence (2002) *Análise de conteúdo*. Trad. Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. Lisboa: Edições 70, 2002.

BARJAK, F & ROBINSON, S. (2008) International collaboration, mobility and team diversity in the life sciences: impact on research performance. *Social Geography Discussions*, 3, pp. 23-26.

BARRIOS, Maite; BORREGO, Angel; VILAGINÉS, Andreu; OLLÉ, Candela & SOMOZA, Marta (2008) A bibliometric study of psychological research on tourism. *Scientometrics*, vol. 77, nº 3 / december, pp. 453-467.

BARROS, Aluísio J. D. (2006) Produção científica em saúde coletiva: perfil dos periódicos e avaliação pela Capes. *Rev. Saúde Pública* [online], vol.40, n.spe, pp. 43-49.

BASTOS, Aurélio W. (1991) Pesquisa Jurídica no Brasil: Diagnóstico e Perspectivas. *Sequencia*, vol. 12, nº 23. UFSC, Florianópolis, SC.

BASU, Aparna & AGGARWAL, Ritu (2001) International collaboration in science in India and its impact on institutional performance. *Scientometrics*, vol. 52, nº 3, pp. 379-394.

BAYER, Alan E. & FOLGER, John (1966) Some correlates of a citation measure of productivity in science. *Sociology of Education*. vol. 39, nº 4, pp.381-90.

BEAVER, D. B. & ROSEN, R. (1978) Studies in scientific collaboration, part I. The professional origins of scientific co-authorship. *Scientometrics*, vol. 1, nº 1, pp. 64-84.

BEAVER, Donald de B. (2004) Does Collaborative Research have greater Epistemic Authority?

Scientometrics, vol. 60, nº 3, pp. 399-408.

BENSMAN, S.J. (2007) Garfield and the impact factor. *Annual Review of Information Science and Technology*, volume 41, issue 1, pp. 93–155.

BERNAL, J. D. (1939) *The Social Function of Science*, Routledge & Kegan Paul Ltd., London.

BEVILÁQUA, Clóvis (1977) *História da Faculdade de Direito do Recife*. 2ª ed. Brasília: INL; Conselho Federal de Cultura.

BORGMAN, C.L. & FURNER, J. (2002) Scholarly Communication and Bibliometrics. In: B. Cronin (Ed.), *Annual Review of Information Science and Technology*, vol 36. Medford, NJ: Information Today, pp 3-72.

BORNMANN, Lutz & DANIEL, Hans-Dieter (2006) What do citation counts measure? A review of studies on citing Behavior. *Journal of Documentation*, vol. 64, nº. 1, pp. 45-80.

BRISOLLA, Sandra N.; CORDER, Solange; GOMES, Erasmo & MELLO, Débora (1998) As relações universidade-empresa-governo: um estudo sobre a Universidade Estadual de Campinas. *Educação e Sociedade*, nº 61, jan.

BRISOLLA, Sandra N. (2011) Comentários sobre a tese “Dinâmica de Produção de Conhecimento na area de Direito no Brasil”. Composição inicial da banca de defesa. Agosto de 2011, Campinas/SP.

BUFREM, Leilah & PRATES, Yara (2005) O saber científico registrado e as práticas de mensuração da informação. *Ciência da Informação*, Brasília, vol. 34, nº. 2, pp. 9-25, maio/ago.

CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Planilhas com os dados brutos triênio 2004-2006; Relação de Cursos Recomendados e Reconhecidos e Resultado da avaliação 2007 (Triênio 2004/2006) <<http://www.capes.gov.br/avaliacao>>.

CARVALHO, Orlando de (1984) *Teixeira de Freitas e a Unificação do Direito Privado*. Boletim da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, ano 60, Coimbra.

CASTRO, Cláudio de M. (1985) A produção científica no Brasil. International Seminar on

Development and Scientific and Technological Research Effectiveness, Rio de Janeiro, 15 a 18 janeiro. *Anais*. Rio de Janeiro.

CHIZZOTTI, Antonio (2003) A pesquisa qualitativa em Ciências Humanas e Sociais: Evolução e Desafios. *Revista Portuguesa de Educação*, ano/vol. 16, nº 002, Universidade do Minho, Braga, Portugal, pp. 221-236.

CNPq: Conselho Nacional de Pesquisa. [Online]. <<http://www.cnpq.br>>.

COIMBRA, Carlos E. A. Jr. (1999) Produção científica em saúde pública e as bases bibliográficas internacionais, *Cad. Saúde Pública*, Rio de Janeiro, vol.15, nº 4, pp.883-888, out-dez.

COLE, Jonathan & COLE, Stephen (1971) Measuring the Quality of Sociological Research: Problems in the use of the Science Citation Index. *The American Sociologist*, vol. 6, nº 1, pp.23-29, February.

COLE, Stephen (1989) Citations and the evaluation of individual scientists. *Trends in Biochemical Sciences*, vol. 14, issue 1, January, pp. 14.

COURA, José Rodrigues, WILCOX, Luciane de C.B. (2003) Fator de Impacto, Produção Científica e Qualidade das Revistas Médicas Brasileiras. *Mem Inst. Oswaldo Cruz*, Rio de Janeiro, vol. 98, nº 3, pp. 293-297, Abril.

COZZENS, Susan E. (1989) What do citations count? The rhetoric-first model. *Scientometrics*, vol. 15, nºs 5-6, pp. 437-447.

CRONIN, Blaise (2004) Normative shaping of scientific practice: The magic of Merton. *Scientometrics*, vol. 60, nº1, pp. 41-46.

DAGNINO, Renato (2006) A comunidade de pesquisa e a política de ciência e tecnologia: olhando para os países avançados. *Revista Iberoamericana de Ciencia, Tecnologia y Sociedad - CTS*, vol. 3, nº 007, pp. 43-58, Septiembre.

DAVYT, Amilcar & VELHO, Lea, M. L. S. (2000) A avaliação da ciência e a revisão por pares: passado e presente. Como será o futuro? *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, vol. VII,

nº 1, pp. 93-116, mar.-jun.

DEMO, P. (1998) Pesquisa qualitativa. Busca de equilíbrio entre forma e conteúdo. *Rev.latino-am.enfermagem*, , vol. 6, nº 2, pp. 89-104, abril.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda (1988) *Dicionário Aurélio Básico da Língua Portuguesa*. Editora Nova Fronteira S/A. Rio de Janeiro/RJ.

EDGE, D. (1979) Quantitative measures of communication in science: a critical review. *History of science*, vol. 17, issue 36, Pt 2, pp.102-134.

EINAV, L. & YARIV, L. (2006) What's in a surname? The effects of surname initials on academic success. *Journal of Economic Perspectives*, vol. 20, nº 1, pp.175-188.

ETZKOWITZ, Henry (2008) *The Triple Helix: University-Industry-Government Innovation in Action*. New York, Routledge.

FALCÃO, Joaquim de (1984) *Os Advogados: Ensino Jurídico e Mercado de Trabalho*. Recife: FIN/Massangana.

FARIA, José Eduardo (1984) *Sociologia Jurídica: Crise do Direito e Práxis Política*. Rio de Janeiro, Ed. Forense.

FONSECA, Edson N. (1986) *Bibliometria: Teoria e Prática*. Edson Nery da Fonseca (org.). Alda Baltar (Trad.) São Paulo. Cultrix: Editora da Universidade de São Paulo, 141p.

FRAGALE FILHO, Roberto & VERONESE, Alexandre (2004) A pesquisa em Direito: diagnóstico e perspectivas. *RBPG*, vol.1, nº 2, pp. 53-70, Nov.

FRANDSEN, Tove F. (2005) Journal interaction: A bibliometric analysis of economics journals. *Journal of Documentation*, vol. 61, issue 3, pp. 385 – 401.

GAILLARD, J. (1992) Use of publication lists to study scientific production and strategies of scientists in developing countries. *Scientometrics*, vol. 23, nº 1, pp. 57-73, January.

GARCIA, José L. & MARTINS, Hermínio (2009) O *ethos* da ciência e suas transformações contemporâneas, com especial atenção à biotecnologia. *Scientiæ Zudia*, São Paulo, vol. 7,

n° 1, pp. 83-104.

GARFIELD, Eugene (1972) Citation analysis as a tool in journal evaluation. *Essays of an Information Scientist*, Vol 1, pp.527-544, 1962-73

_____ (1979) *Citation Indexing: Its Theory and Application in Science, Technology and Humanities*. Originally Published by John Wiley & Sons, Inc. 1979. Reprinted by ISI Press, Philadelphia, USA. 1983.

_____ (1995) Quantitative analysis of the scientific literature and its implication for science policymaking in Latin America and the Caribbean. *Bulletin of the Pan American Health Organization (PAHO)*, vol. 29, n° 1, pp.87-95, Mar..

_____ (2006) The history and meaning of the journal impact factor. *JAMA*, vol. 295, n° 1, pp. 90-93, January.

GARZONE, M. & MERCER, R.E. (2000) Towards an automated citation classifier. *Advances in Artificial Intelligence*. Lecture Notes in Computer Science, vol. 1822/2000, pp. 337-346.

GILBERT, G. Nigel. (1977) Referencing as Persuasion. *Social Studies of Science*. vol. 7, n° 1, pp. 113-122, February.

GLÄNZEL, Wolfgang & MOED, Henk F. (2002) Journal impact measures in bibliometric research. *Scientometrics*, vol. 53, n°. 2, pp. 171–193.

GLÄNZEL, Wolfgang (2006) *A concise introduction to bibliometrics and its history: the origins of the term bibliometrics*. ECOOM – Expertise Centrum O&O Monitoring. Disponível em: <<http://www.ecoom.be/index.php?id=31>> Acesso em 29 mar. 2011.

GLÄNZEL, Wolfgang; LETA, Jacqueline & THIJS, Bart (2006) Science in Brazil. Part 1: A macro-level comparative study. *Scientometrics*. vol. 67, n° 1, pp. 67-86.

GUAN, J. C. MA, N. (2004) A comparative study of research performance in computer science, *Scientometrics*, vol. 61, n° 3 / november, pp. 339-359.

GUARIDO FILHO, E. R. (2008) *A construção da teoria institucional nos Estudos organizacionais no Brasil: O período 1993-2007*. Paraná, 1v. Tese (Doutorado) - Centro de

Pesquisa e Pós-Graduação em Administração, Universidade Federal do Paraná.

HAGSTROM, Warren O. (1965) *The Scientific Community*. Basic Books. New York, 304 p..

HARGENS, Lowell L. (1978) Relations between Work Habits, Research Technologies, and Eminence in Science. *Work and Occupations*, vol. 5, n° 1, pp. 97-112, February.

HASLAM *et al.* (2008) What makes an article influential? Predicting impact in social and personality psychology. *Scientometrics*, vol. 76, n° 1 / july, pp. 169-185.

HAYASHI, M. C.P.I.; ROTHBERG, D. & HAYASHI, C. R. M. (2010) Scientific knowledge and digital democracy in Brazil: how to assess public health policy debate with applied Scientometrics. *Scientometrics*, vol. 83, n° 3, pp. 825-833.

HICKS, Diana (2004) The four Literatures of Social Science. *The Handbook of Quantitative Science and Technology Research. The use of Publication and Patent Statistics in Studies of S&T Systems*. Editor: MOED, Henk F. (et al.), Kluwer Academic Publisher. The Netherlands.

HIRSH, J. E. (2005) An index to quantify an individual's scientific research output. *PNAS*, November, vol. 102, N° 46, pp. 16569–16572.

HOUAISS, Antonio & VILLAR, Mauro de Salles (2008) *Minidicionário da língua portuguesa*. Objetiva. 3. ed. rev.e aum. - Rio de Janeiro/RJ.

HUANG, Mu-hsuan & CHANG, Yu-wei (2008) Characteristics of Research Output in Social Sciences and Humanities: From a Research Evaluation Perspective. *Journal of the American Society for Information Science and Technology*, vol. 59, issue 11, pp. 1819–1828, September.

HUNTER, Laura & LEAHEY, Erin (2008) Collaborative Research in Sociology: Trends and Contributing Factors. *The American Sociologist*, vol. 39, n° 4, pp. 290–306.

JUSTO, António dos Santos (2002) O Direito brasileiro: raízes históricas. *Revista Brasileira de Direito Comparado*, n° 20, pp.1-14.

KAPLAN, Norman (1965) The norms of citation behavior: Prolegomena to the footnote. *American Documentation*, vol. 16, issue 3, pp. 179-184, July.

- KATZ, J. S. & HICKS, D. (1997) How much is a Collaboration worth? A calibrated Bibliometric Model. *Scientometrics*, vol. 40, nº 3, pp. 541-554.
- KATZ, J. S. & MARTIN, Ben, R. (1997) What is Research Collaboration. *Research Policy*, vol. 26, issue 1, pp. 1-18, March.
- KERR-PONTES, L. R. S. *et al.* (2005) Uma Reflexão sobre o Processo de Avaliação das Pós-graduações Brasileiras com Ênfase na Área de Saúde Coletiva. *PHYSIS: Rev. Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, vol. 15, nº 1, PP. 83-94.
- KING, David A. (2004) The Scientific Impact of Nations. *Nature*, 430, pp. 311-316, July.
- KNORR-CETINA, Karin, D. (1981) *The Manufacture of Knowledge - An Essay on the Constructivist and Contextual Nature of Science*. Oxford: Pergamon Press, 189p.
- KROPF, S. P. e LIMA, N. T.(1999) Os valores e a prática institucional da ciência: as concepções de Robert Merton e Thomas Kuhn. *História, Ciências, Saúde — Manguinhos*, vol. V, nº 3, pp. 565-81, nov. 1998-fev. 1999.
- KUHN, Thomas S. (1989) *Estrutura das revoluções científicas*. 3ª ed., São Paulo, Perspectiva.
- KUNZ, Ivanir (2003) *Relação universidade-empresa: uma análise a partir da interação UNICAMP – empresas no período de 1996-2001*. Campinas, 1v. Dissertação (Mestrado), Instituto de Geociências, Departamento de Política Científica e Tecnológica, Universidade Estadual de Campinas.
- LACOMBE, Américo Jacobina (1976) A Cultura Jurídica. In: *História Geral da Civilização Brasileira*. T. II. O Brasil Monárquico. HOLANDA, Sérgio Buarque de (dir.). São Paulo: Difel, 1976, v. 3.
- LATOUR, Bruno & WOOLGAR, Steve (1979) *Laboratory Life: The Social Construction of Scientific Facts*. Beverly Hills, CA: Sage Publication, 272 p..
- LATOUR, Bruno (1987) *Science in Action. How to follow Scientists and Engineers through Society*. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press.
- LEAL, R.; OLIVEIRA, J. & SOLURI, A. (2003) Perfil da Pesquisa em Finanças no Brasil.

Revista de Administração de Empresas, vol. 43, nº 1, pp. 91-104.

LEIMU, Rosa & KORICHEVA, Julia (2005) Does Scientific Collaboration Increase the Impact of Ecological Articles? *BioScience*, May, vol. 55 nº. 5, pp. 438-443.

LEITE FILHO, Geraldo A. (2008) Padrões de Produtividade de Autores em Periódicos e Congressos na Área de Contabilidade no Brasil: um Estudo Bibliométrico. *RAC*, Curitiba, vol. 12, nº 2, pp. 533-554, Abr.Jun..

LEVITT, Jonathan M. & THELWALL, Mike (2010) Does the higher citation of collaborative research differ from region to region? A case study of Economics, *Scientometrics*, vol. 85, nº 1, pp. 171-183, October.

LEWISON, G. & DAWSON, G. (1998) The effect of funding on the outputs of biomedical research. *Scientometrics*, vol. 41, nºs. 1-2, pp. 17-27.

LABAN, David N. (2002) Contribution, attribution and the allocation of intellectual property rights: economics versus agricultural economics. *Labour Economics*, vol. 9, issue 1, pp. 125–131, February.

LUUKKONEN, Terttu (1997) Why has Latour's Theory of Citations been ignored by the bibliometric community? Discussion of Sociological Interpretations of Citation Analysis. *Scientometrics*, vol. 38, nº 1, pp. 27-37.

MACIAS-CHAPULA, Cesar A.(1998) O papel da informetria e da cienciometria e sua perspectiva nacional e internacional. *Ciência da Informação*. Brasília, vol. 27, nº 2, pp. 134-140, mai/ago.

MACROBERTS, M. H. & MACROBERTS, B. R. (1996) Problems of citation analysis. *Scientometrics*, vol. 36, nº 3, pp. 435-444.

MARQUES, Fabrício (2006) Publicar não é tudo. *Revista Pesquisa FAPESP*. Edição Impressa nº 124, Junho. Disponível em: <http://www.revistapesquisa.fapesp.br/site_teste/extras/imprimir.php?id=2975&bid=1>.

- MARTIN, B.R. (1996) The use of multiple indicators in the assessment of Basic Research. *Scientometrics*, vol. 36, nº 3, pp. 343-362.
- MAY, K. O. (1967) Abuses of citation indexing. *Science*, vol. 156, nº 3777, pp. 890-892.
- MEADOWS, Arthur Jack (1999) *A comunicação científica*. Brasília: Briquet de Lemos.
- MEIRA, Sílvio (1983) *Teixeira de Freitas. O Jurisconsulto do Império. Vida e Obra*. 2 ed. Brasília.
- MERTON, Robert K. (1942) The Normative Structure of Science, *The Sociology of Science: Theoretical and Empirical Investigations*, Chicago, Chicago University Press.
- _____ (1957) Priorities in Scientific Discoveries: a chapter in the Sociology of Science. *American Sociological Review*, vol. 22, nº 6, pp. 635- 59.
- _____ (1968) The Matthew effect in science. The reward and communication systems of science are considered. *Science*, vol. 159, nº 3810, pp. 56-63.
- _____ (1973) *The Sociology of Science: Theoretical and Empirical Investigations*. University of Chicago Press, Chicago.
- _____ (1977) *La sociologia de la ciencia: investigaciones teóricas y empíricas*. Madrid: Alianza, vol. 2.
- _____ (1985) *La sociología de la ciencia*. Madri, Alianza Editorial, 2 vols.
- _____ (1988) The Matthew effect in science, II: cumulative advantage and the symbolism of intellectual property. *Isis*, vol. 79, nº 4, pp. 606-623, December.
- MINAYO, M. C. S. & SANCHES, O. (1993) Quantitativo-Qualitativo: Oposição ou Complementaridade? *Caderno de Saude Pública*, vol. 9, nº 3, pp. 239-262, jul/set.
- MOCELIN, Daniel G. (2009) Concorrência e alianças entre pesquisadores: reflexões acerca da expansão de grupos de pesquisa dos anos 1990 aos 2000 no Brasil. *RBPG*, Brasília, vol. 6, nº 11, pp. 35 - 64, dezembro.

MOED, Henk F.; LUWEL, Marc & NEDERHOF, A. J. (2002) Towards Research Performance in the Humanities. *Library Trends*, vol. 50, nº 3, Winter 2002, pp. 498-520.

MOED, Henk F. (2005) *Citation Analysis in Research Evaluation*. Springer, 346 p..

MOREL R.L. & MOREL C.M. (1977) Um estudo sobre a produção científica brasileira, segundo os dados do Institute for Scientific Information (ISI). *Ciência da Informação*, vol. 6, nº 2, pp. 99-109.

MUELLER, Suzana, P. M. (2006) A comunicação científica e o movimento de acesso livre ao conhecimento. *Ciência da Informação*, v. 35, nº. 2, pp. 27-38, mai/ago.

MUGNAINI, Rogério (2003) *Indicadores Bibliométricos da Base de Dados Pascal como fonte de informação da produção científica e tecnológica do Brasil*. Campinas, 1v. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Biblioteconomia e Ciência da Informação, PUC-Campinas.

_____ (2006) *Caminhos para adequação da avaliação da produção científica brasileira: Impacto Nacional versus Internacional*. São Paulo, 1v. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo.

MULKAY, M. (1976) Methodology in the Sociology of Science: Some reflections on the study of Radio Astronomy. in G.Lemaine; R.MacLeod; M.J.Mulkay; P.Weingart (eds.) *Perspective on the Emergence of Scientific Disciplines*. Paris, Mouton, The Hague, pp. 207-220.

MULLIGAN, A. & MABE, M. (2006) *Journal Futures: researcher behavior at early internet maturity*. UKSG Conference, Apr. Disponível em <<http://www.uksg.org/sites/uksg.org/files/imported/presentations8/mulligan.pdf>> Acesso em 25 Mar de 2011.

NAJMAN, Jake M. & HEWITT, Belinda (2003) The validity of publication and citation counts for Sociology and other selected disciplines. *Journal of Sociology*, vol.39, nº 1, pp. 62-80.

- NARIN, F. (1976) *Evaluative Bibliometrics: The use of publication and citation analysis in the evaluation of scientific activity*, Computer Horizons Inc., Cherry Hill, N.J.
- NASCIMENTO, Maria A. R. (2005) *Os instrumentos de avaliação da produção científica no campo das Ciências Humanas e Sociais: um estudo de caso da antropologia do Brasil*. Campinas, 1v. Tese (Doutorado) - Programa de Política Científica e Tecnológica - DPCT, Unicamp.
- NEDER, Gizlene (1986) O Direito no Brasil. História e Ideologia. In: LYRA, Doreodó Araújo Lima; LYRA FILHO, Roberto (org.). *Desordem e Processo*. Porto Alegre: Sergio A. Fabris.
- _____ (1992) *Coimbra e os juristas brasileiros*. Rio de Janeiro, 1992, p. 1-20, mimeo.
- _____ (1995) *Discurso Jurídico e Ordem Burguesa no Brasil*. Porto Alegre: Sergio A. Fabris.
- _____ (1999) Coimbra e os Juristas Brasileiros. *Discursos Sediciosos* (Rio de Janeiro), Rio de Janeiro, vol. 3, nº 5, pp. 195-214.
- NEDERHOF, Anton, J. (2006) Bibliometric Monitoring of Research Performance in the Social Sciences and the Humanities: a Review. *Scientometrics*, vol. 66, nº 1, pp. 81-100, January.
- NIEDERAUER, Carlos A. P. (2002) *Ethos: um modelo para medir a produtividade Relativa de pesquisadores baseado na Análise por envoltória de dados*. Santa Catarina, 1v. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, Universidade Federal de Santa Catarina.
- NOBRE, Marcos (2002) *Apontamentos sobre a Pesquisa em Direito no Brasil*. Trabalho apresentado no Simpósio “O que é Pesquisa em Direito”, realizado pela Direito GV. Cadernos Direito GV. Disponível em <<http://virtualbib.fgv.br/dspace/handle/10438/2779>>. Acesso em: 30 Mar de 2011.
- OLIVEIRA, Érica, B. (2005) Produção científica nacional na área de geociências: análise de critérios de editoração, difusão e indexação em bases de dados. *Ciência da Informação*. Brasília, v. 34, nº 2, pp. 34-42, mai/ago.

- OLIVEIRA, Marlene (1996) Canais formais de Comunicação do Conhecimento Antropológico produzido no Brasil. *Ciência da Informação*, vol. 25, nº 3, pp. 1-11.
- OROZCO, Helena Maritza Leon (1998) *Sistema de Recompensas na ciência: especificidades e condicionantes em algumas áreas do conhecimento*. Campinas, 1v. Tese (Doutorado) - Departamento de Política Científica e Tecnológica, Unicamp.
- PELZ, Donald & ANDREWS, Frank (1966) *Scientists in Organizations: Productive Climates for Research and Development*, New York: Wiley.
- PINTO, Angelo. C. & ANDRADE, Jailson B. (1999) Fator de impacto de revistas científicas: Qual o significado deste parâmetro? *Química Nova*, vol. 22, nº 3, pp. 448-453.
- PRESSER, Stanley (1980) Collaboration and the Quality of Research. *Social Studies of Science*, vol. 10, nº. 1, pp. 95-101, February.
- PRICE, Derek J. de Solla (1961) *Science since Babylon*. Yale University Press, New Haven, 149 p..
- _____ (1976) A general theory of bibliometric and other cumulative advantage processes. *Journal of the American Society for Information Science*, vol. 27, Issue 5, pp. 292-306, Sep.-Oct.
- _____ (1986) *Little science, big science and beyond*. New York: Columbia University Press.
- ROUSSEAU, Ronald (1998) Indicadores Bibliométricos e Econométricos para a Avaliação de Instituições Científicas. *Ci. Inf.*, Brasília, vol. 27, nº 2, pp. 149-158, mai/ago.
- SALDANHA, Nelson (1985) *A Escola do Recife*. 2. ed. São Paulo: Convívio; Brasília:INL.
- SANTOS, Boaventura de Sousa (1988) Um discurso sobre as ciências na transição para uma ciência pós-moderna. *Revista de Estudos Avançados da USP*, vol. 2, nº 2, pp. 46-71, maio/ago.
- SANTOS, Cassio Miranda (2003) Tradições e Contradições da Pós-Graduação no Brasil. *Educ. Soc.*, Campinas, vol. 24, nº 83, pp. 627-641, agosto.

- SCHMOCH, Ulrich & SCHUBERT, Torben (2008) Are international co-publications an indicator for quality of scientific research? *Scientometrics*, vol. 74, nº 3, pp. 361-377, March.
- SCHWARCZ, Lilia M. (1993) *O Espetáculo das Raças: Cientistas, Instituições e Questão Racial no Brasil - 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras.
- SCHWARTZMAN, S. A. (1991) *A Space for Science: the development of the Scientific Community in Brazil*. University Park: Pennsylvania State University Press, 286 p. Disponível em: <<http://www.schwartzman.org.br/simon/space/summary.htm>>.
- SEGLÉN, Per O. (1997a) Citations and Journal Impact Factors: Questionable Indicators of Research Quality. *Allergy*, vol. 52, issue 11, pp. 1050-1056, November.
- _____ (1997b) Why the impact factor of journals should not be used for evaluating research. *BMJ*, Vol. 314, nº 7079, February.
- SILVA, Edna L. da; MENEZES, Estera M. & PINHEIRO, Liliana V. (2003) Avaliação da Produtividade Científica dos Pesquisadores nas áreas de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas. *Inf. & Soc.: Est.*, João Pessoa, vol. 13, nº 2, pp. 193-222, jul./dez.
- SMALL, Henry (1977) A Co-Citation Model of a Scientific Specialty: A Longitudinal Study of Collagen Research. *Social Studies of Science*, vol. 7, nº 2, pp. 139-166, May.
- _____ (1998) Citations and consilience in science. *Scientometrics*, vol. 43, nº 1, pp. 143-148.
- _____ (2004) On the shoulders of Robert Merton: towards a normative theory of citation. *Scientometrics*, vol. 60, nº 1, pp. 71-79.
- SMART, J. C., & BAYER, A. E. (1986) Author collaboration and impact: A note on citation rates of single and multiple authored articles. *Scientometrics*, vol. 10, nº 5-6, pp. 297-305.
- SOORYAMOORTHY, Radhamany. (2009) Do types of collaboration change citation? Collaboration and citation patterns of South African science publications. *Scientometrics*, vol. 81, nº 1, pp. 177-193.

- SPINAK, Ernesto (1998) Indicadores Cienciométricos. *Ciência da Informação*, vol. 27, nº 2, pp. 141-148, mai/ago.
- STEELE, Colin; BUTLER, Linda & KINGSLEY, Danny (2006) The publishing imperative: the pervasive influence of publication metrics. *Learned Publishing*, vol.19, nº 4. October, pp. 277-290.
- STEPHAN, Paula E. & LEVIN, Sharon G. (1992) *Striking the Mother Lode in Science: The importance of Age, Place, and Time*. New York, Oxford University Press.
- STREHL, Letícia (2005) O Fator de Impacto do ISI e a avaliação da produção científica: aspectos conceituais e metodológicos. *Ci. Inf.*, Brasília, vol. 34, nº1, pp. 19-27, jan./abr..
- SUAIDEN, Emir (2006) Dimensão e perspectivas sociais do acesso livre à informação. *Ciência da Informação*, Brasília, vol. 35, nº 2, pp. 7-8, maio/ago.
- TAGUE-SUTCLIFFE, Jean (1992) An introduction to informetrics. *Information Processing and Management*, Oxford, vol. 28, nº 1, pp. 1-3.
- THE PLOS MEDICINE EDITORS (2006) The impact factor game. *PLoS Med*, Vol. 3, nº 6.
- THIJS, B. & GLÄNZEL, W. (2009) A structural analysis of benchmarks on different bibliometrical indicators for European research institutes based on their research profile. *Scientometrics*, vol. 79, nº 2, May, pp. 377–388.
- TSAY, Ming-Yueh (2009) An analysis and comparison of scientometric data between journals of physics, chemistry and engineering. *Scientometrics*, vol. 78, nº 2, pp. 279-293, February.
- UFPE: UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO. *Direito*. [Online]. <<http://www.ufpe.br>>.
- UFPR: UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. *Direito*. [Online]. <<http://www.direito.ufpr.br>>.
- UFSC: UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. *Direito*. [Online]. <<http://portalccj.ufsc.br/>>.

USP: UNIVERSIDADE ESTADUAL DE SÃO PAULO. *Direito*. [Online].
<<http://www.direito.usp.br/>>.

Van PRAAG, C. M. & Van PRAAG, B. M. S. (2008) The benefits of being economics professor A (rather than Z). *Economica*, vol. 75, n° 300, pp. 782-796, November.

Van RAAN, A. F. J. (1997) Scientometrics: state-of-the-art. *Scientometrics*, vol. 38, n° 1, pp. 205-218.

_____ (1998) The influence of International Collaboration on the Impact of Research Results. Some Simple Mathematical consideration concerning the role of self-citations. *Scientometrics*, vol.42, n°. 3, pp. 423-428, October.

_____ (2003) The use of bibliometric analysis in research performance assessment and monitoring of interdisciplinary scientific developments. *Journal Technikfolgenabschätzung*, N°.1, 12, Jahrgang – März, pp. 20-29.

VANTI, N. A. P. (2002) Da bibliometria à webometria: uma exploração conceitual dos mecanismos utilizados para medir o registro da informação e a difusão do conhecimento. *Ciência da Informação*, Brasília, vol. 31, n° 2, pp. 152-162, maio/ago.

VELHO, Lea M. L. S. (1985) *Science on the Periphery: a study of the agricultural scientific community in Brazilian Universities*. Reino Unido, 1v. Doctor of Philosophy – Science and Technology Policy. University of Sussex.

_____ (1986a) A Contemporaneidade da Pesquisa Agrícola Brasileira como Reflexo da Distribuição da Idade das Citações. *Ci. Inf.*, Brasília, vol. 15, n° 1, pp. 3-9, jan./jun..

_____ (1986b) The “meaning” of citation in the context of a scientifically peripheral country. *Scientometrics*, vol. 9, n°s 1-2, pp. 71-89, January.

_____ (1997) A ciência e seu público. *Transinformação*, Campinas, PUCC, vol.9, n°3, pp.15-32.

_____ (1998) Pós-graduação em Ciências Sociais e Humanidades: por que e em que elas diferem das Ciências Naturais? In: VELLOSO, J. ; CUNHA, L. A.; VELHO, L. (Org.). *O Ensino Superior e o Mercosul*. Brasília: Garamond/Unesco/MEC-SESu, pp. 99-111.

- _____ (2000) *Como estabelecer um sistema de indicadores bibliométricos para América Latina. In: Segundo Taller de Obtención de Indicadores Bibliométricos y de Actividad Científica.* Madrid. Anais Eletronicos do Segundo Taller de Obtención de Indicadores Bibliométricos y de Actividad Científica. Madrid : RICYT, pp. 34-48.
- _____ (2001) Estratégias para um sistema de indicadores de C&T no Brasil. *Parcerias Estratégicas*, número 13 – dezembro.
- _____ (2006) Cuidado com os rankings científicos. Agência de Notícias Prometeu. Disponível em: <<http://prometeu.com.br/bb-lea.asp>>, São Paulo, Brasil, 10 nov. Acesso em 18 set. 2006.
- _____ (2008) Por um olhar brasileiro na ciência. Entrevista *Edição Impressa* 143 – Janeiro.
- VENÂNCIO FILHO, Alberto (1982) *Das Arcadas ao Bacharelismo:150 anos do Ensino Jurídico no Brasil.* São Paulo, Ed. Perspectiva, 2ª Ed., 357 p..
- VERHINE, Robert E. (2008) Pós-Graduação no Brasil e nos Estados Unidos: Uma análise comparativa. *Educação*, Porto Alegre, vol. 31, nº 2, pp. 166-172, mai/ago.
- VESSURI, H. (1995) Recent strategies for adding value to scientific journals in Latin America. *Scientometrics*, vol. 34, nº 1, pp. 139-161, September.
- VIEIRA, F. G. (2003) Narciso sem espelho: a publicação brasileira de marketing. *Revista de Administração de Empresas*, vol. 43, nº 1, pp. 81-90.
- VINKLER, P. (1987) A quasi-quantitative citation model. *Scientometrics*, vol. 12, nºs 1-2, pp. 47-72.
- WOLKMER, Antônio Carlos (Org.) (1996) *Fundamentos da História do Direito.* 4ª Ed. Belo Horizonte: Del Rey, v.1.
- _____ (2002) *História do Direito no Brasil.* 3ª Ed. Rio de Janeiro, Forense.
- WOUTERS, Paul (1999) *The citation culture.* Doctoral Thesis, University of Amsterdã.
- ZANOTTO, Edgar D. (2006) The scientists pyramid. *Scientometrics*, vol. 69, nº 1, pp.175-181.

ZIMAN, John. (1979) *Conhecimento Público*. Editora Itatiaia Limitada. Belo Horizonte/MG.

_____ (1981) *A força do conhecimento. A dimensão científica da sociedade*. Editora Itatiaia Limitada. Belo Horizonte/MG.

_____ (1996) Is Science losing its objectivity? *Nature*, vol. 382, pp. 751-754, August.

_____ (2000) *Real Science: What it is, and What it means*. Cambridge, Cambridge University Press, 399 p..

ZUCKERMAN, H. A. (1968) Patterns of name ordering among authors of scientific papers: A study of social symbolism and its ambiguity. *The American Journal of Sociology*, Vol. 74, n° 3 pp. 276–291, Nov.

ANEXOS

ANEXO I. Carta de Apresentação para Entrevista

Prezado(a) Professor(a)/Pesquisador(a)

A elaboração de nossa tese de doutorado - **“Um estudo sobre o comportamento e organização da comunidade científica brasileira, na área de Direito, suas motivações e critérios de seleção para publicação e citação da literatura”** (título preliminar), sob orientação da Profª. Drª. Lea Velho, busca entender os diversos mecanismos de comunicação científica, privilegiados pelos cientistas brasileiros da área, no intuito de melhor compreender a maneira como o pesquisador de Direito sistematiza e transmite suas informações e qual o veículo de comunicação empregado e, sobretudo, qual seu público alvo.

A nossa pesquisa empírica envolve a seleção dentre algumas Instituições de Ensino e/ou Pesquisa Brasileiras, dos seus líderes de grupos obtidos no “Diretório dos Grupos de Pesquisa do Brasil” do CNPq (Censo 2006 e/ou 2008). Com estes dados, verificamos que V. S^a. está presente na nossa amostra para esta entrevista. Sua opinião é fundamental para o entendimento do fazer científico brasileiro e das singularidades deste ramo da ciência.

Agradecemos por sua colaboração tão fundamental para o desenvolvimento da pesquisa brasileira e, porque não, do progresso da ciência periférica.

Ivanir Kunz

Departamento de Política Científica e Tecnológica

Instituto de Geociências/UNICAMP

e-mail: ivanir@ige.unicamp.br

e-mail orientadora: velho@ige.unicamp.br

ANEXO II – Questões para Entrevista⁷³

CÓDIGO:

DADOS PESSOAIS

NOME:

IES:

DATA:

DURAÇÃO:

PARTE I – O SISTEMA SOCIAL DA CIÊNCIA – FORMAS DE TRABALHO

- 1)** O que o (a) motivou a escolher essa área do conhecimento?
- para dar continuidade aos estudos iniciados na graduação/mestrado
 - pela relevância científica que a área representa
 - porque é uma área com facilidade para obtenção de fomento à pesquisa
 - porque é uma área de interesse social
 - porque é uma área já consolidada
 - porque é uma área de excelência acadêmica
 - porque é uma área com forte inserção nacional internacional
 - Outros. Especifique _____
- 2)** Como decidiu desenvolver essa linha de pesquisa. Mais especificamente, como decidiu sobre o problema científico a ser desenvolvido em sua linha de pesquisa?
- curiosidade científica ou interesse pessoal
 - literatura científica na área
 - interesse seu e/ou de seu orientador de Mestrado e/ou Doutorado
 - interesse de seus orientandos
 - interesse de outros pesquisadores de sua IES
 - uma forma de contribuir na solução de problemas regionais, nacionais e/ou internacionais
 - possibilidade de financiamento (CAPES, CNPq)
 - outros. Especifique _____
- 3)** Saberá classificar as pesquisas científicas realizadas em seu grupo? Se básicas(acadêmica) ou aplicadas(tecnológica)? Explique⁷⁴

⁷³ As questões para entrevista tiveram grande influência de estudo realizado por VELHO (1985).

⁷⁴ Esta questão não foi contemplada nas 15 primeiras entrevistas.

4) Interessante notar que, no Censo de 2006, pela Súmula Estatística do Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil, elaborada pelo CNPq, o total de grupos da área passou para 490, que em 2000 apresentava 103 grupos. O mesmo ocorreu com o número de linhas de pesquisa, 221 em 2000, para 1.172 em 2006 e pesquisadores, 452 em 2000, para 2.561 em 2006. Como líder de grupo, a que atribui este aumento?

5) Prefere trabalhar de forma individual ou em grupo? Por que?

INDIVIDUAL

VANTAGENS:

- propicia uma maior autonomia
- propicia uma maior liberdade
- Outras. Especifique_____

EM GRUPO

VANTAGENS:

- estimula a troca de experiências e o intercâmbio de informações
- permite a obtenção do conhecimento de temas que podem contribuir direta ou indiretamente para sua pesquisa
- amplia o conhecimento geral e das perspectivas de investigação de outra área
- facilita a obtenção de fomento à pesquisa
- acredita que a ciência deve ser feita em conjunto
- é mais barato e mais rápido
- permite a criação de uma rede de pesquisadores
- garante a manutenção de vínculos científicos fortes e coletivos
- Outras. Especifique:_____

6) Quais os fatores que o (a) incentivam a publicar individualmente ou em grupo?

PUBLICAÇÃO EM GRUPO:

- partilhar os ganhos do reconhecimento científico
- aumenta a visibilidade das publicações e o número de citações
- Outros. Especifique_____

PUBLICAÇÃO INDIVIDUAL:

- aumenta o prestígio individual
- detêm a propriedade intelectual
- Outros. Especifique_____

- 7)** Os dados quantitativos mostraram que há certa tendência em autoria individual por autores discentes de mestrado e doutorado. Como se explica essa tendência?
- 8)** Ao publicar os resultados de pesquisa de autoria múltipla, como se define a ordem dos nomes? Há uma hierarquia interna predominante?
- a decisão cabe ao líder do grupo
 - não existem hierarquias internas no momento da publicação
 - a ordem dos autores é feita de acordo com o grau de participação de cada um
 - a decisão é tomada por meio de negociações que são feitas no início dos trabalhos, quando a participação de cada um é definida
 - a ordem alfabética de nome.
 - Outros. Especifique_____

PARTE II – PRÁTICAS DE PUBLICAÇÃO E CITAÇÃO

- 9)** Considere ter obtido resultados de pesquisa que gostaria de divulgar, quais meios usaria para tal?
- escreveria um artigo para ser publicado em periódico da própria IES
 - escreveria um artigo para ser enviado para um periódico nacional inter-nacional especializado na área
 - escreveria um livro organizaria uma coletânea
 - apresentaria seus resultados em congressos científicos nacionais internacionais
 - outros. Especifique
- 10)** Você considera importante divulgar seus resultados de pesquisa? Sim Não. Quais são as motivações principais que o (a) levam a publicar?
- busca pela aceitação do trabalho de pesquisa
 - procura pelo reconhecimento dos pares para legitimar o trabalho científico
 - dar acesso aos diferentes estratos da comunidade do conhecimento desenvolvido
 - exigência da IES
 - hábitos de seu grupo de pesquisa
 - hábitos adquiridos em suas escolas de formação
 - Outras. Especifique_____

11) Qual é a principal audiência ou para qual público são dirigidos sua produção científica e/ou resultados de pesquisa?

- comunidade científica internacional
- comunidade científica nacional
- grupos externos ao meio acadêmico. Quais?

12) Quais canais ou veículos de comunicação que considera mais eficientes para atingir tal audiência ou grupo de referência? Por que?

- livros, capítulos de livros ou coletâneas
- periódicos nacionais internacionais
- anais de eventos técnico-científicos regionais nacionais internacionais
- outros. Quais?

13) Como decidiu sobre onde publicar seus artigos e/ou livros?

14) QUANDO O PESQUISADOR DA ÁREA OPTA PELO ARTIGO. O que explica a escolha por publicar em maior intensidade em periódicos locais e nacionais (Qualis) ao invés dos internacionais? Saberá justificar esta escolha?

OBS.: No nível geral, observou-se uma publicação intensiva de artigos nas revistas Qualis Local A (526), seguida de Qualis Nacional A (240), (Qualis Internacional A 118)

- acredita que seus resultados de pesquisa não tem interesse internacional
- acredita que os referees (comitês editoriais) dos países avançados discriminam autores dos países periféricos
- tem dificuldade em escrever em uma língua estrangeira
- devido a demora na publicação dos artigos no exterior
- devido a qualidade dos veículos ou meios de comunicação nacionais
- não acredita ser importante para sua carreira ou vida acadêmica
- outra. Especifique _____

15) Observou-se pelos dados que (as) pesquisadores de algumas IES têm preferência em publicar seus resultados de pesquisa em periódicos editados pela própria Instituição. Por que acha que isto acontece?

- o pesquisador entende que seus resultados tem interesse local apenas
- é uma forma de prestigiar o periódico de sua própria IES
- o acesso aos periódicos *in-house* são mais fáceis e a sua divulgação é mais rápida

considera que os periódicos *in-house* são de elevada qualidade científica

é um política do departamento ou da Instituição

outros. Especifique _____

16) Percebeu-se uma tendência em publicação de livros, capítulos ou coletâneas. A que se atribui isto? Esses livros são da mesma natureza dos livros das demais áreas ou existe alguma especificidade como a preferência por manuais, códigos, algo muito peculiar da área?

uma característica própria da área ou dos pesquisadores

a vantagem de poder esmiuçar argumentos e não apenas dar pinceladas rápidas

outros. Especifique _____

17) Com relação às práticas de citação. Você lê com mais frequência:

periódicos científicos nacionais e/ou livros . Quais? _____

periódicos científicos internacionais e/ou livros. Quais?

18) Ao escolher as fontes para citação em certo artigo ou livro é influenciado nesta decisão

pelo autor ou pela origem (canal de comunicação empregado) do artigo que lê? Explique por que _____.

19) Você cita com mais frequência: livros nacionais internacionais

periódicos nacionais periódicos internacionais. Explique por que _____

20) Quais critérios utiliza para selecionar a literatura a ser citada em suas publicações?

obediência aos imperativos institucionais de seu campo científico

dar crédito aos especialistas mais produtivos ou de excelência acadêmica

qualidade e aceitação do trabalho de um cientista

ou a obsolescência de uma área

influência intelectual

objetivos científicos, políticos ou pessoais apenas

descrever sua linhagem intelectual

outros. Quais?

21) “A citação é vista como uma medida de qualidade” por diversos autores. O que você acha desta afirmação?

22) E para você o que significa a citação/referência nas suas produções científicas? Qual a importância que dá a elas?

ANEXO III - Censo dos Grupos de Pesquisa - Ano 2006

a) Grupos de pesquisa da UFSC:

- 1. Gr: As obrigações nos direitos Civil, de Empresa e do Consumidor**
Li: Fernando Noronha

- 2. Gr: Controle Social e penal, Cidadania e Direitos Humanos**
Li: Vera Regina Pereira de Andrade

- 3. Gr: Direito Ambiental E Ecologia Política na Sociedade de Risco**
Li: José Rubens Morato Leite
Li: Rogerio Silva Portanova

- 4. Gr: Direito Internacional e Integração Regional**
Li: Arno Dal Ri Júnior

- 5. Gr: Direitos Sociais e Sistema de Justiça**
Li: Olga Maria Boschi Aguiar de Oliveira

- 6. Gr: Grupo de Propriedade Intelectual, Inovação e Transferência de Tecnologia**
Li: Luiz Otávio Pimentel

- 7. Gr: Historicidade, Pluralismo e Novos Sujeitos Sociais**
Li: Antonio Carlos Wolkmer

- 8. Gr: Informática Jurídica, direito e tecnologia**
Li: Aires Jose Rover
Li: Marcos Wachowicz

- 9. Gr: Instituto de Relações Internacionais - IRI**
Li: Welber Oliveira Barral
Li: Luiz Otávio Pimentel

- 10. Gr: Interinstitucional de História da Cultura Jurídica**
Li: Arno Dal Ri Júnior

- 11. Gr: Justiça, Democracia e Constituição**
Li: Cecilia Caballero Lois
Li: Argemiro Cardoso Moreira Martins

- 12. Gr: Núcleo de Estudos e Pesquisa de Estado, Saúde Pública, Meio-ambiente e Estatuto da Cidade**
Li: José Isaac Pilati

- 13. Gr: Núcleo de Estudos em Direito e Cidadania**
Li: Horácio Wanderlei Rodrigues

- 14. Gr: Núcleo de Estudos Jurídico-Sociais da Criança e do Adolescente**
Li: Josiane Rose Petry Veronese

- 15. Gr: Observatório do Estado**
Li: Orides Mezzaroba

b) Grupos de pesquisa USP:

- 1. Gr: Grupo de Pesquisa de Direito e Pobreza**
Li: Calixto Salomao Filho

- 2. Gr: Grupo de Pesquisa em Direito Privado Romano**
Li: Eduardo Cesar Silveira Vita Marchi

- 3. Gr: História do pensamento jurídico**
Li: José Reinaldo de Lima Lopes

- 4. Gr: Novos desafios da tributação para o desenvolvimento econômico**
Li: Luís Eduardo Schoueri

5. **Gr: Núcleo de pesquisas em direito patrimonial privado**
Li: Alcides Tomasetti Junior

6. **Gr: Serviços e o Comércio Internacional**
Li: Umberto Celli Junior

c) **Grupos de pesquisa – UFPR:**

1. **Gr: Direito e Globalização**
Li: Abili Lázaro Castro de Lima

2. **Gr: Governo eletrônico, lógica e informática jurídica**
Li: Cesar Antonio Serbena

3. **Gr: Grupo de estudos de Criminologia Crítica**
Li: Katie Silene Cáceres Arguello
Li: Juarez Cirino dos Santos

4. **Gr: Núcleo de Direito Processual Civil Comparado**
Li: Luiz Guilherme Marinoni

5. **Gr: Núcleo de Estudos em Direito Civil Constitucional**
Li: Luiz Edson Fachin

6. **Gr: Núcleo de Pesquisa em Direito Público do Mercosul - NUPESUL**
Li: Romeu Felipe Bacellar Filho
Li: Tatyana Scheila Friedrich

7. **Gr: Núcleo de Pesquisa História, Direito e Subjetividade**
Li: Ricardo Marcelo Fonseca

8. **Gr: Teoria do Direito e Democracia e Literatura**
Li: Katya Kozicki
Li: Vera Karam de Chueiri

ANEXO IV - Censo dos Grupos de Pesquisa - Ano 2008

a) Grupos de pesquisa UFSC

1. **Gr: APRENDER DIREITO - Núcleo de Estudos em Direito e Educação**
Li: Horácio Wanderlei Rodrigues

2. **Gr: Cooperação Internacional para o Desenvolvimento**
Li: Fernando Kinoshita
Li: Bruno Ayllón Pino

3. **Gr: Direito Ambiental e Ecologia Política na Sociedade de Risco**
Li: José Rubens Morato Leite

4. **Gr: Direito Internacional e Integração Regional**
Li: Arno Dal Ri Júnior

5. **Gr: Direitos Sociais e Sistema de Justiça**
Li: Olga Maria Boschi Aguiar de Oliveira

6. **Gr: Governo eletrônico, inclusão digital e sociedade do conhecimento**

Li: Aires Jose Rover
Li: Orides Mezzaroba

7. **Gr: Grupo de Pesquisa de Antropologia Jurídica-GPAJU**
Li: Thais Luzia Colaco

8. **Gr: Grupo de Pesquisa em Direito e Literatura**
Li: Luis Carlos Cancellier de Olivo
Li: José Isaac Pilati

9. **Gr: Grupo de Propriedade Intelectual, Transferência de Tecnologia e Inovação**
Li: Luiz Otávio Pimentel

- 10. Gr: Historicidade, Pluralismo e Novos Sujeitos Sociais**
Li: Antonio Carlos Wolkmer

- 11. Gr: Informática Jurídica, direito e tecnologia**
Li: Aires Jose Rover
Li: Marcos Wachowicz

- 12. Gr: Interinstitucional de História da Cultura Jurídica**
Li: Arno Dal Ri Júnior

- 13. Gr: Justiça, Democracia e Constituição**
Li: Cecilia Caballero Lois
Li: Argemiro Cardoso Moreira Martins

- 14. Gr: Núcleo de Estudos e Pesquisa de Estado, Saúde Pública, Meio-ambiente, Estatuto da Cidade e Tutelas Coletivas**
Li: José Isaac Pilati

- 15. Gr: Núcleo de Estudos Jurídicos e Sociais da Criança e do Adolescente - NEJUSCA**
Li: Josiane Rose Petry Veronese

- 16. Gr: Observatório do Estado**
Li: Orides Mezzaroba
Li: Aires Jose Rover

- 17. Gr: PROCAD: Sociedade da Informação: Democracia, Desenvolvimento e Inclusão Tecnológica**
Li: Marcos Wachowicz

b) **Grupos de pesquisa, USP:**

1. **Gr: Direito e Subdesenvolvimento: O Desafio Furtadiano**
Li: Gilberto Bercovici
Li: Luís Fernando Massonetto

2. **Gr: GPDAC - Grupo de Pesquisa sobre Jurisprudência do STF em Direito Administrativo e Constitucional**
Li: Fernando Dias Menezes de Almeida
Li: José Levi Mello do Amaral Júnior

3. **Gr: Grupo de Direito e Políticas Públicas**
Li: Diogo Rosenthal Coutinho

4. **Gr: Grupo de Estudos de Direito Agrário - Largo de São Francisco - USP**
Li: Fernando Campos Scaff

5. **Gr: Grupo de Pesquisa em Direito Privado Romano**
Li: Eduardo Cesar Silveira Vita Marchi

6. **Gr: Grupo Direito e Pobreza**
Li: Calixto Salomao Filho

7. **Gr: Interpretação e Aplicação dos Princípios Constitucionais Tributários**

Li: Heleno Taveira Torres

8. **Gr: Novos desafios da tributação para o desenvolvimento econômico**
Li: Luís Eduardo Schoueri

9. **Gr: Serviços e o Comércio Internacional**
Li: Umberto Celli Junior

c) **Grupos de pesquisa UFPR.**

1. **Gr: Biotec - Direito, biotecnologia e sociedade**
Li: José Antônio Peres Gediel

2. **Gr: Governo eletrônico, lógica e informática jurídica**
Li: Cesar Antonio Serbena

3. **Gr: Grupo de estudos de Criminologia Crítica**
Li: Katie Silene Cáceres Arguello
Li: Juarez Cirino dos Santos

4. **Gr: Núcleo de Direito Cooperativo e Cidadania**
Li: José Antônio Peres Gediel
Li: Liana Maria da Frota Carleial

5. **Gr: Núcleo de Direito e Psicanálise**
Li: Jacinto Nelson de Miranda Coutinho

6. **Gr: Núcleo de Direito Processual Civil Comparado**
Li: Luiz Guilherme Marinoni

7. **Gr: Núcleo de Estudos em Direito Civil Constitucional**
Li: Luiz Edson Fachin

8. **Gr: Nucleo de Estudos Filosoficos - NEFIL**
Li: Celso Luiz Ludwig

9. **Gr: Núcleo de Pesquisa História, Direito e Subjetividade**
Li: Ricardo Marcelo Fonseca

10. **Gr: Teoria do Direito e Democracia e Literatura**
Li: Katya Kozicki
Li: Vera Karam de Chueiri

ANEXO V - Classificação de Periódicos, Revistas e Jornais na Área de Direito- Qualis

TITULO_PADRAO	Nível	Circulação
A&C. Revista de Direito Administrativo & Constitucional	B	N
Ajuris (Porto Alegre)	A	N
Annuaire Français de Droit International	C	I
Anuario da Faculdade de Direito da Universidade da Coruña	B	I
Anuario Iberoamericano de Justicia Constitucional	B	I
Anuario Mexicano de Historia del Derecho	B	I
Boletim da Faculdade de Direito. Universidade de Coimbra	A	I
British Journal of Criminology (Online)	C	I
Cahiers de Droit (Québec)	C	I
CEDOUA (Coimbra)	C	I
Cidadania e Justiça	B	N
Comparative Political Studies	A	I
Connecticut Journal of International Law	A	I
Consultor. Jurídico (Madrid)	C	I
Crítica Jurídica	C	I
Direito & Justiça	B	N
Direito (Lisboa)	C	I
Direito e Democracia (ULBRA)	B	N
Direito e Justiça	B	N
Direito, Estado e Sociedade	A	N
Diritto & Diritti	B	I
Diritto e Pratica Tributaria Internazionale	C	I
Discursos Sediciosos (Rio de Janeiro)	A	N
Droit et Société	C	I
El Basilisco	A	I
El Otro Derecho	A	I
Estudos Avançados	B	N
Estudos Jurídicos (UNISINOS)	A	N
Gênese. Revista de Direito do Trabalho	A	N
German Law Journal	C	I
Human Rights Watch D	B	I
Il Diritto dell'Informazione e dell'Informatica	C	I
Interesse Público	B	N
Internacional Journal for the Semiotics of Law	A	I
International Review of Law, Computers and Technology	A	I
Intertemas (Presidente Prudente)	B	N
Journal du Droit International	C	I
Journal of International Arbitration	A	I
Jurispoiesis (Rio de Janeiro)	B	N
Justiça do Trabalho	B	N
Law & Society Review	A	I
Law and Business Review of the Americas	C	I
Lusíada. Série de Direito	A	I
Mana (Rio de Janeiro)	A	I

Manchester Journal of International Economic Law (Online)	C	I
Mientras Tanto	A	I
Mitteilungen der Deutsch-Katalanischen Gesellschaft	C	I
Mitteilungen des Deutschen Katalanistenverbandes	C	I
Nomos (Fortaleza)	B	N
Notícia do Direito Brasileiro	A	N
Novos Estudos Jurídicos	A	N
Poiésis (Niterói)	B	N
Revista Brasileira de Ciências Criminais	B	I
Revista Brasileira de Direito de Família	B	N
Revista da Ajuris	A	N
Revista da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa	A	I
Revista da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Sul	A	N
Revista da Faculdade de Direito de Campos	B	N
Revista da Faculdade de Direito. Universidade de São Paulo	A	N
Revista da Faculdade de Direito. Universidade Federal de Minas Gerais	A	I
Revista da Faculdade de Direito. Universidade Federal do Paraná	B	I
Revista da Faculdade Mineira de Direito (PUCMG)	A	N
Revista da Ordem dos Advogados	A	I
Revista de Ciências Jurídicas (Maringá)	B	N
Revista de Ciências Jurídicas e Sociais da UNIPAR	B	N
Revista de Derecho Internacional	C	I
Revista de Derecho Internacional y del Mercosur	C	I
Revista de Derecho Procesal (Madrid)	A	I
Revista de Derecho y Genoma Humano	A	I
Revista de Direito Administrativo	A	N
Revista de Direito Ambiental	A	N
Revista de Direito Bancário do Mercado de Capitais e da Arbitragem	B	N
Revista de Direito Bancário e do Mercado de Capitais	B	N
Revista de Direito Constitucional e Internacional	B	I
Revista de Direito do Consumidor	B	I
Revista de Direito Imobiliário	B	N
Revista de Direito Mercantil Industrial, Econômico e Financeiro	A	N
Revista de Direito Tributário	A	N
Revista de Estudos Jurídicos da Universidade Estadual Paulista	B	N
Revista de Informação Legislativa	A	N
Revista de la Facultad de Derecho de la Universidad de Granada	C	I
Revista de Processo	B	I
Revista del Instituto de Investigaciones Jurídicas	C	I
Revista Depoimentos (FDV)	B	N
Revista do Advogado (São Paulo)	A	N
Revista do Direito (Santa Cruz do Sul)	A	N
Revista do Instituto de Pesquisas e Estudos	B	I
Revista do Instituto dos Advogados de São Paulo	A	N
Revista dos Tribunais (São Paulo)	A	N
Revista Forense	A	N
Revista General de Derecho Penal	C	I
Revista Jurídica (Curitiba)	B	N

Revista Jurídica (Lisboa)	C	I
Revista Jurídica de Buenos Aires	A	I
Revista LTr. Legislação do Trabalho	A	N
Revista Mestrado em Direito (UNIFIEO)	B	N
Revista Peruana de Ciencias Penales	A	I
Revista Portuguesa de Ciência Criminal	B	I
Revista Portuguesa de Direito de Consumo	C	I
Revista Trimestral de Direito Civil	B	N
Revista USP	B	N
Revue Belge de Droit International	A	I
Revue Européenne de Droit de l'Environnement	C	I
Revue Internationale de Droit Économique	A	I
Revue Juridique Thémis	B	I
Revue Roumaine de Droit de l'Environnement	C	I
RIFD. Rivista Internazionale di Filosofia del Diritto	C	I
Rivista Giuridica dell'Ambiente	C	I
Roma e America. Diritto Romano e Comune	A	I
Scientia Iuridica	B	N
Seqüência (Florianópolis)	A	I
Síntese (Belo Horizonte)	B	N
Teoria del Diritto e dello Stato	C	I
The FIEP Bulletin	C	I
The Journal of Legislative Studies	C	I
Uniform Law Review (Milano)	C	I
Veritas (Porto Alegre)	B	N
Zeitschrift für Ausländisches und Internationales Arbeits- und Sozialrecht	A	I

Fonte: Qualis

Apenas 4 dos periódicos nacionais estão disponíveis no portal de periódicos da CAPES, já dos internacionais, o portal oferta 142.

ANEXO VI - Classificação de Anais na Área de Direito- Qualis

TÍTULO PADRAO	Nível	Circulação
Conferência Nacional dos Advogados	B	N
Congrès international de droit comparé	B	I
Congresso Ibero-Americano de Direito Constitucional / Simpósio Nacional de Direito Constitucional	B	N
IIRA World Congress	C	I
Inter-Regional Conference on Justice Systems and Human Rights	C	I
Seminario de la Asociación de los Investigadores y Estudiantes Brasileños en Cataluña (APEC)	C	I
Seminário Internacional de Direitos Humanos, Violência e Pobreza	A	N
Seminário Internacional Demandas Sociais e Políticas Públicas na Sociedade Contemporânea	B	N
Seminário Internacional Derecho, Desarrollo y el Sistema Multilateral de Comercio	C	I
World Computer Congress	C	I
World Congress of Sociology (ISA)	C	I
World Conservation Congress (IUCN)	C	I
World Trade Organization Public Forum (WTO)	C	I

Fonte: Qualis